

# **O processo adotivo: características psicossociais, disponibilidade emocional parental e desenvolvimento das crianças**

**Ana Susana Almeida**

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Cristina Nunes

Professora Doutora Marina Fuertes

Faro

2017

# **O processo adotivo: características psicossociais, disponibilidade emocional parental e desenvolvimento das crianças**

## **Declaração de Autoria de Trabalho**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

---

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Copyright © 2017, Ana Susana Rocio de Almeida

A presente investigação foi suportada por uma Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/64040/2009) do Ministério da Ciência e Ensino Superior.

À minha Família

Jean e Maria Mar

Aos meus Avós,

os Rocio, Odete e Evaristo e

os Almeida, Ilda e Fernando

## **Agradecimentos**

Às famílias por adoção que tão gentilmente aceitaram participar no estudo e nos dedicaram várias horas das suas vidas, partilhando, com uma amabilidade imensa, as suas histórias, as suas angústias, a sua capacidade de amar e a sua intimidade.

À equipa de adoção da Segurança Social de Faro, em especial à Dr.<sup>a</sup> Cátia Viegas por toda a amabilidade, disponibilidade, colaboração, seriedade e profissionalismo, pelo tempo precioso que dedicaram a este projeto.

À Professora Doutora Cristina Nunes, minha orientadora, pelo sentido pragmático, pela confiança demonstrada, pela disponibilidade constante e pelas sérias críticas que fizeram o trabalho crescer e amadurecer.

À Professora Doutora Marina Fuertes, minha coorientadora, por ter sido a primeira a desafiar-me para a “adoção”, pelas ideias partilhadas, pelo sentido crítico, comentários e sugestões detalhadas, pelos doces e sérios incentivos, e pela sua disponibilidade constante.

To Professor Zeynep Biringen for the guidance and suggestions about emotional availability's conceptualization and methodology, for the professionalism, the availability, and especially for the wisdom that opened the door to the "wonderful world" of emotional availability that changed my interpretative matrix of interactions and relationships.

À Sandra e Lília. Passados já alguns anos após o início deste projeto, do qual esta tese faz parte, o meu orgulho por vos ter escolhido para o integrarem não podia ser maior, mais seguro e consistente. Todos os momentos de trabalho e cumplicidade que partilhamos foram muito especiais para mim. Obrigada por toda a dedicação, sentido de responsabilidade, simpatia, amabilidade, disponibilidade, inteligência e pela Amizade. Vocês são incríveis!

À professora Adelina pela amabilidade, gentileza, carinho (nos comentários de prognóstico), sabedoria e profissionalismo que imprimiu nas nossas interações académicas há muitos anos, que muito me marcaram e que se estenderam até à atualidade pela “adoção”.

Ao Jean, por todas as verdadeiras e tão profundas partilhas de intimidade e de vida, por toda a benignidade, generosidade e amor com que me presenteia todos os dias e que me fazem sentir uma imensa gratidão por nos escolhermos um dia após o outro. És a melhor pessoa que já conheci, obrigada por tudo! Foi o teu incentivo, a tua força, a tua persistência e o teu apoio incondicional que fizeram deste imenso trabalho um projeto exequível. Obrigada Jean!

À minha Maria Mar, concebida, nascida e “criada” no auge da conceção desta investigação. Foram incontáveis as angústias do cansaço acumulado na força da gestão de querer muito ser Mãe e ser tudo, da falta de tempo, de descanso, de tranquilidade vivida, do receio da contaminação da minha disponibilidade emocional contigo no meio de tanto infindável amor por ti... Filha, esta tese só existe porque também é para ti, também é tua...

Ao meu “núcleo duro”, que vai acumulando anos, muitos anos e até algumas décadas, Gi, Cecília, Ana, Pedro, Élia, Sandra, Anabela, Ilda, André, Carla, Ana Raquel, Pazinha ... obrigada por me continuarem a fazer acreditar na beleza do mundo e das relações humanas, na magia dos olhares, dos toques, dos sorrisos, no carinho e amor que unem as pessoas. Tenho tanto orgulho em que sejam vocês a minha rede, pelos vossos princípios e valores, pela vossa honestidade, força e generosidade, pela capacidade de partilha, de magia e de amor...

À Natacha cujo meu agradecimento pelo “sopro de vida” será sistematicamente reafirmado em cada etapa e conquista.

Aos meus avós, os Rocio (Odete e Evaristo) e os Almeida (Ilda e Fernando), sou tão profundamente grata pela base segura, pela incondicionalidade, pela disponibilidade emocional e pelos inúmeros momentos de interação com tanto amor, as cumplicidades, os risos, as mãos dadas, os olhares de orgulho e os adeuses de janela/porta que trago no coração e no mais fundo do meu ser... por continuarem a ser, para sempre, a “casa da minha infância” que guardo com tanto amor e saudade e que revisito em tantos momentos, também nos mais desafiadores. Obrigada por me mostrarem que o Amor que se dá (e o que se recebe) é o que mais importa!!!

Ao meu pai pelos momentos de partilha e cuidado que me trazem calor, ternura e felicidade. À minha mãe pelos momentos genuínos de amor partilhado, pelas influências tão importantes naquilo que sou e de que me orgulho.

## Resumo

Existe um vasto conjunto de especificidades relativas ao processo adotivo e às vivências das famílias adotivas que tendem a interagir e a complexificar a resolução das tarefas normativas da vida familiar. A adoção implica fontes de stress, modificações e ajustamentos adicionais. A presente investigação tem como objetivos gerais (1) compreender o processo adotivo de acordo com as perceções das mães e dos pais adotivos, (2) determinar as associações existentes entre as perceções parentais relativas a diferentes aspetos do processo adotivo e as diferentes dimensões da disponibilidade emocional na interação diádica pais-criança e, (3) averiguar a relação existente entre a disponibilidade emocional em interações diádicas entre pais adotivos e filhos adotados e a segurança das representações de vinculação das crianças. Participaram no estudo 164 sujeitos (crianças adotadas, mães e pais adotivos) provenientes de 59 famílias adotivas que adotaram e residem na região do Algarve. As perceções individuais dos pais acerca do processo adotivo foram avaliadas através de questionários preenchidos pelas mães e pelos pais adotivos, a disponibilidade emocional foi avaliada através da cotação de filmagens em vídeo das interações diádicas mãe-criança e pai-criança e a segurança das representações de vinculação da criança foram avaliados através de cotação de filmagens em vídeo de narrativas de diferentes histórias familiares. Os resultados obtidos permitiram constatar que: (1) os pais, em geral, percecionam uma boa integração e aceitação familiar e social dos filhos adotivos, progressos consideráveis dos filhos em diversos níveis do desenvolvimento e da vida familiar e social, bem como um elevado grau de satisfação, não sendo identificados problemas consideráveis; (2) as mães apresentam comportamentos de disponibilidade emocional de maior qualidade do que os pais, bem como as crianças em interação com as suas mães; (3) as perceções dos pais adotivos no que se refere à sua relação com o filho adotivo e o impacto que a adoção e o filho tiveram nas suas vidas estão relacionados com a disponibilidade emocional dos pais adotivos e, (4) a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas é influenciada pela disponibilidade emocional, pela idade da criança, pelo tempo de adoção e idade da criança quando adotada. Intervenções centradas na promoção das perceções parentais positivas acerca da criança e do processo adotivo poderão assumir-se profícuas na promoção da disponibilidade emocional pais-crianças. Adicionalmente a promoção da disponibilidade emocional pais-crianças pode constituir um processo relevante na segurança das representações de vinculação das crianças adotadas.

**Palavras-chave:** Adoção; perceções parentais do processo adotivo; disponibilidade emocional; segurança das representações de vinculação; processo adotivo; famílias adotivas.

## **Abstract**

There is a wide range of specificities related to the adoptive process and experiences of adoptive families that tend to interact and complexify the resolution of normative tasks of family life. The adoption involves additional sources of stress, modifications, and adjustments. The present investigation has as general objectives (1) understand the adoptive process according to the perceptions of the adoptive mothers and fathers; (2) determine the associations between parental perceptions related to different aspects of the adoption process and the different dimensions of emotional availability in the dyadic parent-child interaction and, (3) to investigate the associations between emotional availability in dyadic interactions between adoptive parents and adopted child and the children's secure representations of attachment. 164 subjects participated in the study (adopted children, and adoptive mothers and fathers) from 59 adoptive families who adopted and were live in the Algarve region. Individual parent's perceptions of the adoption process were assessed through questionnaires. Emotional availability and secure representations of attachment were measured through filming and video encoding. The results showed that: (1) parents, in general, perceive the integration and family and social acceptance of adopted children as good, considerable progress at different levels of development and in family and social life, as well as a high degree of satisfaction and no significant problems were identified; (2) mothers exhibit higher quality emotional availability behaviors than fathers, and children displayed higher emotional availability quality in interaction with their mothers; (3) the perceptions of adoptive parents regarding their relationship with the adopted child and the impact that the adoption and the child have on their lives were related to the emotional availability of the adoptive parents and, (4) the secure representations of attachment were associated with emotional availability, child's age, time of adoption and child's age when adopted.

Interventions focused on promoting positive parenting perceptions about the child and the adoption process may be useful in promoting parent-child emotional availability. Additionally, the promotion of emotional parent-child availability can be a relevant process in the security of the adopted children's attachment representations.

**Keywords:** Adoption; parental perceptions about adoption process; emotional availability; secure representations of attachment; adoptive process; adoptive family.

# Índice

Introdução .....	1
1. A Adoção e o Processo Adotivo .....	8
1.1 Definição de adoção .....	9
1.2 Aspetos históricos da adoção .....	10
1.3 A adoção em Portugal e enquadramento legal da adoção .....	11
1.4 O processo formal da adoção em Portugal: Da candidatura à integração da criança..	16
1.4.1 Etapas preliminares: O processo de candidatura .....	17
1.4.1.1 Contacto inicial dos interessados com as entidades responsáveis pelo processo de candidatura à adoção .....	17
1.4.1.2 A sessão informativa .....	17
1.4.1.3 O preenchimento dos formulários e a preparação dos documentos necessários .....	18
1.4.1.4. Formalização da candidatura e a receção do certificado de candidatura.....	18
1.5 O processo de avaliação e seleção.....	19
1.5.1 Avaliação psicossocial do candidato.....	19
1.5.2 Participação na segunda ação do plano de formação para a adoção .....	20
1.5.3 Resultado da avaliação psicossocial da candidatura: seleção ou rejeição.....	20
1.5.4 Colocação na lista nacional de adoção e o tempo de espera .....	21
1.5.5 A proposta da criança a adotar .....	22
1.5.6 O período de vinculação: Processo de transição .....	22
1.6 A integração da criança na família adotiva .....	23
1.6.1 A pré-adoção .....	23
1.6.2 Relatório da pré-adoção, pedido formal da adoção e decisão do Tribunal de Família e Menores	23
1.7 O Processo psicossocial da adoção: a perspetiva das famílias .....	24
1.7.1 Motivos e processo de tomada de decisão: O início.....	25
1.7.2 Tempo de espera: Gravidez por tempo indeterminado.....	28
1.7.3 A chegada da criança, a sua adaptação e desenvolvimento na família adotiva: lua-de-mel, apropriação e sentido de pertença .....	30
1.7.4 A revelação: processo de partilha de informação e de sentires acerca das vidas prévias vividas	35
1.8 Precursores na trajetória de vida das crianças adotadas .....	43
1.8.1 História prévia das crianças adotadas (pré-institucionalização).....	43
1.8.2 Institucionalização das crianças e os seus efeitos.....	44

1.9 Características e funcionamento psicossocial da criança adotada: aspetos afetivos, comportamentais e desenvolvimentais.....	45
1.9.1 A vinculação em crianças adotadas.....	46
1.9.2 O desenvolvimento emocional das crianças adotadas.....	49
1.9.3 A saúde mental das crianças adotadas.....	49
1.9.4 A autoestima e o autoconceito das crianças adotadas .....	49
1.9.5 O temperamento das crianças adotadas.....	50
1.9.6 O desenvolvimento social das crianças adotadas .....	50
1.9.7 O comportamento e o nível de atividade das crianças adotadas .....	50
1.9.8 O desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento da linguagem das crianças adotadas	52
1.9.9 A motivação, a aprendizagem e os resultados académicos das crianças adotadas.....	53
1.9.10 O desenvolvimento físico e a saúde global das crianças adotadas .....	53
1.9.11 A alimentação, o sono e o controlo dos esfíncteres das crianças adotadas .....	54
2. A Disponibilidade Emocional .....	55
2.1 As raízes terminológicas, teóricas e conceptuais da disponibilidade emocional .....	57
2.1.1 Jonh Bowlby, a teoria da vinculação e os modelos internos dinâmicos.....	58
2.2 Definição atual da disponibilidade emocional, principais caraterísticas e sua relevância	61
2.3 Operacionalização e medidas de disponibilidade emocional .....	63
2.4 Dimensões ou componentes subjacentes ao constructo e à operacionalização da disponibilidade emocional e resultados de investigação.....	67
2.4.1 A Sensibilidade no âmbito da disponibilidade emocional .....	67
2.4.1.1 O género parental .....	68
2.4.1.2 A idade materna .....	68
2.4.1.3 O nível educativo materno ou a inteligência materna .....	68
2.4.1.4 O estado civil parental.....	69
2.4.1.5 Os sintomas depressivos maternos .....	69
2.4.1.6 O stress materno percecionado.....	70
2.4.1.7 O efeito stressor do estatuto de imigrante .....	70
2.4.1.8 O “insightfulness” materno .....	70
2.4.1.9 A vinculação da criança .....	71
2.4.1.10 Os resultados sociais e cognitivos da criança.....	71
2.4.1.11 A autoregulação do stress na criança .....	72
2.4.1.12 A autorregulação da emoção na criança.....	72
2.4.1.13 A amizade indiscriminada da criança.....	72
2.4.1.14 O impacto da intervenção na sensibilidade .....	73

2.4.2 A Estruturação no âmbito da disponibilidade emocional.....	73
2.4.2.1 A idade materna .....	73
2.4.2.2 A depressão materna .....	74
2.4.2.3 O stress materno percecionado.....	74
2.4.2.4 O efeito stressor do estatuto de imigrante .....	74
2.4.2.5 O “insightfulness” materno .....	75
2.4.2.6 O género da criança.....	75
2.4.2.7 A vinculação da criança .....	75
2.4.2.8 A autorregulação emocional da criança .....	75
2.4.2.9 A compreensão das emoções.....	76
2.4.2.10 A amizade indiscriminada da criança.....	76
2.4.2.11 A competência social e jogo simbólico .....	76
2.4.2.12 O impacto da intervenção na estruturação .....	76
2.4.3 A Não-Intrusividade no âmbito da disponibilidade emocional.....	76
2.4.3.1 O género parental .....	77
2.4.3.2 A idade materna .....	77
2.4.3.3 O stress e a depressão materna .....	77
2.4.3.4 O efeito stressor do estatuto de imigrante .....	77
2.4.3.5 O “insightfulness” materno .....	78
2.4.3.6 Os problemas de comunicação da criança.....	78
2.4.3.7 A autorregulação emocional nas crianças .....	78
2.4.3.8 A compreensão das emoções e a amizade indiscriminada .....	79
2.4.3.9 O impacto da intervenção na não-intrusividade .....	79
2.4.4 A Não-Hostilidade no âmbito da disponibilidade emocional.....	79
2.4.4.1 A depressão materna em fase remissiva.....	80
2.4.4.2 O stress parental percecionado .....	80
2.4.4.3 O efeito stressor do estatuto de imigrante .....	80
2.4.4.4 O “insightfulness” materno .....	80
2.4.4.5 A autorregulação emocional nas crianças .....	81
2.4.4.6 Os problemas de comportamento externalizados das crianças.....	81
2.4.4.7 Os efeitos da administração de oxitocina .....	81
2.4.4.8 O impacto da intervenção na não hostilidade.....	82
2.4.5 A Responsividade da criança no âmbito da disponibilidade emocional .....	82
2.4.5.1 O stress parental .....	82
2.4.5.2 O efeito stressor do estatuto de imigrante .....	82
2.4.5.3 O “insightfulness” materno .....	83

2.4.5.4 A vinculação segura da criança .....	83
2.4.5.5 O autorreconhecimento da criança .....	83
2.4.5.6 A autorregulação emocional da criança .....	84
2.4.5.7 O impacto da intervenção na responsividade da criança.....	84
2.4.6 O Envolvimento no âmbito da disponibilidade emocional .....	84
2.4.6.1 O stress materno percecionado.....	84
2.4.6.2 O efeito stressor do estatuto de emigrante.....	84
2.4.6.3 O “insightfulness” materno .....	85
2.4.6.4 O impacto da intervenção na responsividade da criança.....	85
2.5 Disponibilidade emocional parental em famílias adotivas .....	86
2.5.1 Estudo de Garvin, Tarullo, Van Ryzin, e Gunnar (2012).....	86
2.5.2 Estudo de Van Den Dries, Juffer, Ijzendoorn, Bakermans-Kranenburg, e Alink (2012)	
90	
2.5.3 Estudo de Alenhofen, Clyman, Little, Baker e Biringen (2013).....	91
2.5.4 Estudo de Baker, Biringen, Meyer-Parsons, e Schneider (2015) .....	93
2.5.5 Outro estudo sobre a disponibilidade emocional em famílias adotivas.....	99
3. Método .....	104
3.1 Participantes .....	105
3.1.1 Seleção dos participantes e caracterização das famílias adotivas.....	105
3.1.1.1 Caracterização dos pais adotivos.....	109
3.1.1.2 Caracterização das crianças adotadas.....	110
3.2 Instrumentos.....	112
3.2.1 Características das famílias adotivas e a perspetiva parental do processo adotivo ..	112
3.2.1.1 Questionários de Opinião Parental do Processo Adotivo (QOPPA) .....	112
3.2.2 Desenvolvimento sócio afetivo das crianças adotadas.....	124
3.2.2.1 Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação (TCH) .....	124
3.2.3 Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE).....	128
3.3 Procedimento.....	136
3.3.1 Treino na utilização de escalas e acordo interobservadores .....	136
3.3.2 Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação (TCH)´ .....	136
3.3.3 Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE).....	136
3.3.3.1 Etapa 1: Comprovativos formais da formação de base e intenção científica no ...	137
3.3.3.2 Etapa 2: Acordo de confidencialidade, pagamento e acesso aos materiais. ....	137
3.3.3.3 Etapa 3: Formação presencial ou à distância (online) e reunião final via Skype ..	137
3.3.3.4 Etapa 4: Cotação de vídeos para obtenção de acordo interobservadores .....	138
3.3.3.5 Etapa 5: Envio de resultados, comentários e obtenção do certificado.....	138

3.3.5 Recolha de dados.....	139
3.3.5.1 Primeira Etapa: A encomenda do correio.....	139
3.3.5.2 Segunda Etapa: A visita domiciliária.....	140
3.3.6 Aspetos e princípios éticos e deontológicos.....	147
4. Estudo 1: Perceções parentais acerca do processo adotivo.....	149
4.1. Introdução.....	150
4.2. Objetivos.....	151
4.3 Método.....	154
4.3.1 Participantes.....	154
4.3.2 Instrumentos.....	154
4.3.3 Procedimento.....	154
4.3.3.1 Procedimento de recolha de dados.....	154
4.4 Resultados.....	155
4.4.1 Motivos e processo de tomada de decisão.....	155
4.4.1.1 A infertilidade na vida dos pais adotivos.....	155
4.4.1.2 As emoções sentidas no âmbito do processo de tratamento(s) de (in)fertilidade na tentativa de ter um filho biológico.....	156
4.4.1.3 A tomada de decisão de adotar uma criança.....	159
4.4.2. Tempo de espera no processo de adoção.....	159
4.4.2.1 Comunicação do casal acerca da adoção no decurso do tempo de espera.....	160
4.4.2.2. Ansiedade e receios do casal, acerca da adoção, durante o tempo de espera.....	160
4.4.3 A chegada da criança.....	165
4.4.3.1 Perceção dos Pais adotivos acerca das informações fornecidas na apresentação da proposta da criança a adotar.....	165
4.4.3.2 Perceção parental da discrepância entre a criança adotada e a criança imaginada ou desejada.....	167
4.4.3.3 Perceção parental acerca da evolução da criança desde a sua chegada.....	168
4.4.3.4 Perceção parental da dificuldade/facilidade do papel de mãe/pai adotiva(o).....	170
4.4.4 Adaptação e Desenvolvimento.....	170
4.4.4.1 Adaptação do filho à família adotiva.....	170
4.4.4.2 Alterações no filho 1 ano após a chegada da criança à família.....	170
4.4.4.3 Qualidade da comunicação conjugal em momentos de problemas com o filho....	171
4.4.4.4 Necessidade de repensar a continuação da relação com a criança em momentos difíceis.....	172
4.4.4.5 Perceção dos pais adotivos acerca do estado atual do(a) filho(a).....	172
4.4.4.6 Satisfação dos pais com as características do filho.....	174

4.4.4.7	Percepção parental das múltiplas fontes de influência para o comportamento do filho	175
4.4.5	A criança adotada na família .....	177
4.4.5.1	Percepção parental da intensidade das mudanças na sua vida após a chegada do filho	177
4.4.5.2	Facilidade/dificuldade e felicidade da vida familiar percebidas pelos pais como consequências da adoção.....	178
4.4.5.3	Percepção parental do nível e tempo de integração do filho na família .....	178
4.4.5.4	Perspetiva parental da sua família quando comparada com as famílias convencionais não adotivas.....	179
4.4.5.5	Interpretação parental “adotiva” dos comportamentos do filho .....	181
4.4.5.6	Percepção social da criança adotada como membro da família .....	181
4.4.5.7	Percepção parental dos elementos importantes na comunicação próxima com o filho	181
4.4.5.8	Percepção parental dos recursos utilizados pelo filho perante problemas.....	182
4.4.5.9	Satisfação parental na comunicação com o filho .....	182
4.4.5.10	Percepção parental do comportamento afetivo do filho com as pessoas significativas	182
4.4.5.11	Surgimento do tema da adoção perante um problema de disciplina ou conflito	184
4.4.5.12	Ameaça de devolução da criança à família ou instituição de origem.....	184
4.4.6	A Revelação: Comunicação Pais-filho acerca da adoção e do passado pré-adotivo da criança	185
4.4.6.1	Iniciado o processo de revelação e intenção de o iniciar.....	185
4.4.6.2	Percepção parental da informação específica a ser partilhada com o filho acerca do seu passado pré-adotivo.....	185
4.4.6.3	Idade de início do processo de revelação .....	187
4.4.6.4	Primeira pessoa a iniciar o processo de revelação e tomada de iniciativa .....	187
4.4.6.5	Preparação prévia para o processo de revelação e sugestões formais .....	187
4.4.6.6	Ambiente e avaliação do processo de revelação .....	187
4.4.6.7	Percepções parentais sobre as atitudes do filho no processo de revelação.....	188
4.4.6.8	Ideias parentais acerca da revelação.....	189
4.4.6.9	Grau de dificuldade parental no processo de revelação .....	190
4.4.6.10	Preferências parentais relativas às ideias dos filhos acerca dos pais biológicos	190
4.4.6.11	Percepção parental acerca do interesse de crianças e jovens adotados em relação à vida prévia à adoção.....	190
4.4.6.12	Percepção parental acerca do impacto social da adoção .....	191
4.4.6.13	Percepção parental acerca da importância da preparação da criança adotado para enfrentar situações sociais.....	191

4.4.7	Futuro e avaliação global do processo de adoção .....	192
4.4.7.1	Preocupação futura com o filho por ser adotado .....	192
4.4.7.2	Satisfação com a vida familiar e impacto da adoção.....	192
4.4.7.3	Intenção de consultar profissional e/ou serviço especializado em adoção .....	193
4.4.8	Relação com os serviços de adoção .....	193
4.5	Discussão.....	194
4.5.1	Motivos e processo de tomada de decisão.....	194
4.5.1.1	A infertilidade na vida dos pais adotivos .....	194
4.5.1.2	As emoções sentidas no âmbito do processo de tratamento(s) de (in)fertilidade na tentativa de ter um filho biológico .....	195
4.5.2	Tempo de espera no processo de adoção.....	196
4.5.2.1	A quantidade do tempo de espera no processo de adoção.....	196
4.5.2.2	Frequência e qualidade da comunicação no casal acerca da adoção .....	197
4.5.2.3	A ansiedade e os receios acerca da adoção experienciados no tempo de espera... 197	
4.5.3	A chegada da criança.....	198
4.5.3.1	Percepção do casal acerca das informações fornecidas na apresentação da proposta da criança a adotar.....	198
4.5.3.2	Percepção parental da discrepância entre a criança adotada e a criança imaginada ou desejada	200
4.5.3.3	Percepção parental acerca da evolução da criança desde a sua chegada.....	200
4.5.3.4	Percepção parental da dificuldade/facilidade do papel de mãe/pai adotiva(o).....	201
4.5.4	Adaptação e desenvolvimento da criança .....	201
4.5.4.1	Percepção parental acerca da adaptação da criança à família adotiva.....	201
4.5.4.2	Percepção parental acerca das alterações no filho 1 ano após a sua chegada à família	202
4.5.4.3	Qualidade da comunicação conjugal em momentos de problemas com o filho....	202
4.5.4.4	Necessidade de repensar a continuação da relação com a criança em momentos difíceis	202
4.5.4.5	Percepção dos pais adotivos acerca do estado atual do filho .....	203
4.5.4.6	Satisfação dos pais com as características do filho .....	203
4.5.4.7	Percepção parental das múltiplas fontes de influência no comportamento do filho	204
4.5.5	A criança/o jovem adotada(o) na família .....	205
4.5.5.1	Percepção parental da intensidade das mudanças na sua vida após a chegada do filho	206
4.5.5.2	Facilidade/dificuldade e felicidade da vida familiar percebidas pelos pais como conseqüências da adoção.....	206
4.5.5.3	Percepção parental do nível e tempo de integração do(a) filho(a) na família .....	207

4.5.5.4	Perspetiva parental da sua família quando comparada com as famílias convencionais não adotivas.....	207
4.5.5.5	Interpretação parental “adotiva” dos comportamentos do filho .....	208
4.5.5.6	Perceção social da criança ou do jovem adotada(o) como membro da família.....	209
4.5.5.7	Perceção parental dos elementos importantes na comunicação próxima com o filho 209	
4.5.5.8	Perceção parental dos recursos utilizados pelo filho perante problemas.....	209
4.5.5.9	Satisfação parental na comunicação com o(a) filho(a).....	210
4.5.5.10.	Perceção parental do comportamento afetivo do(a) filho(a) com as pessoas significativas .....	210
4.5.5.11.	Surgimento do tema da adoção perante um problema de disciplina ou conflito	210
4.5.5.12.	Ameaça de devolução da criança à família ou instituição de origem.....	210
4.5.6	A revelação: comunicação pais-filho acerca da adoção e do passado pré-adotivo da criança	211
4.5.6.1	Estado atual da revelação nas famílias adotivas.....	211
4.5.6.2	Perceção parental da informação específica a ser partilhada com as crianças acerca do seu passado pré-adotivo .....	213
4.5.6.3	Idade de início do processo de revelação .....	213
4.5.6.4	Primeira pessoa a iniciar o processo de revelação e tomada de iniciativa .....	214
4.5.6.5	Preparação prévia para o processo de revelação e sugestões formais .....	214
4.5.6.6	Ambiente e avaliação do processo de revelação .....	215
4.5.6.7	Perceções parentais sobre as atitudes do filho no processo de revelação.....	215
4.5.6.8	Ideias parentais acerca da revelação.....	216
4.5.6.9	Grau de dificuldade parental no processo de revelação .....	217
4.5.6.10.	Preferências parentais relativas às ideias dos filhos acerca dos pais biológicos	217
4.5.6.11.	Perceção parental acerca do interesse de crianças e jovens adotados em relação à vida prévia à adoção.....	218
4.5.6.12.	Perceção parental acerca do impacto social da adoção .....	218
4.5.6.13.	Perceção parental acerca da importância da preparação da criança/jovem adotado para enfrentar situações sociais .....	218
4.5.7	Futuro e avaliação global do processo de adoção .....	219
4.5.7.1	Preocupação futura com o filho por ser adotado .....	219
4.5.7.2	Satisfação com a vida familiar e impacto da adoção.....	219
4.5.7.3	Intenção de consultar profissional e/ou serviço especializado em adoção .....	220
4.5.8	Relação com os serviços de adoção .....	220
5.	Estudo 2: Perceções parentais do processo adotivo e disponibilidade emocional .....	221
5.1.	Introdução .....	222

5.2. Objetivos e hipóteses.....	228
5.3. Método .....	231
5.3.1. Participantes .....	231
5.3.2. Instrumentos .....	232
5.3.2.1. Perceções parentais sobre o processo adotivo .....	232
5.3.2.2. Disponibilidade emocional.....	235
5.3.3. Procedimento.....	235
5.3.3.1. Procedimento de recolha de dados .....	235
5.3.3.1.1. Questionários de opinião parental do processo adotivo .....	235
5.3.3.1.2. Escalas de disponibilidade emocional parental em interação diádica .....	235
5.3.3.2. Procedimento de análise dos dados .....	236
5.4. Resultados .....	236
5.4.1. Análises exploratórias prévias, resultados descritivos e inferenciais .....	236
5.4.2. Resultados descritivos .....	237
5.4.3. Diferenças na disponibilidade emocional em função do género dos pais adotivos.	240
5.4.4. Associações entre as perceções parentais do processo de adoção e a disponibilidade emocional diádica com o filho adotivo .....	243
5.4.4.1. Perceções dos candidatos à adoção acerca da criança a adotar e a disponibilidade emocional diádica.....	243
5.4.4.2. Perceções parentais acerca da adaptação da criança à família adotiva e disponibilidade emocional diádica .....	244
5.4.4.3. Perceções parentais acerca das mudanças implicadas pela adoção na vida familiar e disponibilidade emocional diádica .....	244
5.4.4.4. Satisfação e felicidade parental com a vida familiar e disponibilidade emocional diádica	246
5.4.4.5. Satisfação parental com as características e com a comunicação com o filho adotivo e a disponibilidade emocional diádica.....	247
5.4.4.6. Tempo de espera, idade do início do processo de revelação e disponibilidade emocional diádica.....	248
5.4.5. Resultados Multivariados .....	248
5.4.5.1. Perceções dos candidatos à adoção acerca da criança a adotar e a disponibilidade emocional diádica.....	249
5.4.5.2. Perceções parentais acerca da adaptação da criança à família adotiva e disponibilidade emocional diádica .....	249
5.4.5.3. Perceções parentais acerca das mudanças implicadas pela adoção na vida familiar e disponibilidade emocional diádica .....	250
5.4.5.4. Satisfação e felicidade parental com a vida familiar e disponibilidade emocional diádica	251

5.4.5.5. Tempo de espera, idade do início do processo de revelação e disponibilidade emocional diádica.....	252
5.5. Discussão.....	253
5.5.1. O perfil global de disponibilidade emocional dos pais adotivos.....	253
5.5.2. A disponibilidade emocional em função do género dos pais adotivos.....	256
5.5.3. As perceções parentais acerca do processo adotivo em função do género dos pais adotivos e das crianças adotadas.....	258
5.5.4. A ansiedade e receios parentais acerca da criança a adotar na fase de espera e as dimensões do adulto e da criança da disponibilidade emocional.....	258
5.5.5. As perceções parentais acerca do tempo necessário para a integração da criança na família adotiva e as dimensões da disponibilidade emocional.....	260
5.5.6. As perceções parentais acerca do grau de adaptação da criança à família e as dimensões do adulto e da criança da disponibilidade emocional.....	260
5.5.7. As perceções acerca do grau de facilidade dos papéis parentais na fase pós adoção e as dimensões da disponibilidade emocional.....	261
5.5.8. As perceções parentais acerca do grau de facilidade da vida familiar após a adoção e a disponibilidade emocional.....	262
5.5.9. As perceções parentais acerca do grau de satisfação com a vida familiar atual e a disponibilidade emocional.....	263
5.5.10. As perceções parentais acerca do grau de felicidade com a vida após a adoção e a disponibilidade emocional.....	264
5.5.11. As perceções parentais acerca do impacto da adoção na vida familiar e a disponibilidade emocional.....	265
5.5.12. As perceções parentais acerca do grau de satisfação com as características dos filhos adotivos e a disponibilidade emocional.....	266
5.5.13. As perceções parentais acerca do grau de satisfação com a comunicação com o filho adotivo e a disponibilidade emocional.....	267
5.5.14. O tempo de espera pela criança e a disponibilidade emocional parental.....	268
5.5.15. A idade da criança em que se iniciou o processo de revelação e a disponibilidade emocional.....	269
5.6. Conclusão.....	270
5.6.1. Resultados globais da disponibilidade emocional e as perceções parentais do processo adotivo destacando as diferenças de género.....	270
5.6.2. Resultados da disponibilidade emocional relativos às dimensões do adulto e as perceções parentais do processo adotivo.....	271
5.6.3. Resultados da disponibilidade emocional relativos às dimensões da criança e as perceções parentais do processo adotivo.....	273
6. Estudo 3: Disponibilidade emocional em interações Pais-criança e a segurança das representações de vinculação das crianças em famílias adotivas.....	276
6.1. Introdução.....	277

6.1.1. Disponibilidade Emocional .....	277
6.1.2. Disponibilidade Emocional e Vinculação .....	277
6.1.3. Vinculação na Adoção .....	280
6.1.4. Disponibilidade emocional e vinculação em famílias adotivas.....	285
6.2. Objetivo geral.....	287
6.3. Objetivos específicos.....	288
6.4. Método .....	288
6.4.1. Participantes .....	288
6.4.2. Dados sociodemográficos, idade e tempo de adoção .....	288
6.4.3. Disponibilidade emocional.....	289
6.4.4. Representações simbólicas de vinculação das crianças.....	289
6.5. Procedimento.....	290
6.5.1. Procedimento de recolha de dados .....	290
6.5.1.1. Questionários de opinião parental acerca do processo adotivo .....	290
6.5.1.2. Escalas de disponibilidade emocional .....	290
6.5.1.3. Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação (TCH).....	291
6.6. Resultados .....	291
6.6.1. Análises exploratórias prévias, resultados descritivos e inferenciais .....	292
6.6.2. Diferenças na segurança das representações de vinculação em função do género das crianças adotadas.....	292
6.6.3. Associações entre a segurança das representações de vinculação e a disponibilidade emocional .....	292
6.6.4. Representações simbólicas de vinculação e disponibilidade emocional: grupo dos Pais 293	
6.6.5. Representações simbólicas de vinculação e disponibilidade emocional: grupos das mães adotivas e dos pais adotivos .....	294
6.6.6. Resultados Multivariados .....	295
6.7. Discussão.....	297
6.7.1. A disponibilidade emocional diádica Pais-filhos e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas .....	297
6.7.2. A disponibilidade emocional diádica mães-filhos e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas .....	298
6.7.3. A disponibilidade emocional diádica pais-filhos e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas .....	299
6.7.4. Preditores da segurança das representações da vinculação da criança adotada .....	299
7. Discussão Geral.....	302
Referências Bibliográficas .....	309

Anexo .....	338
Certificado.....	339

## Índice de Tabelas

<i>Tabela 1. Descrição do nível de educação formal e das condições de empregabilidade das mães e dos pais adotivos .....</i>	110
<i>Tabela 2. Descrição dos temas e questões do Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo Versão Biparental Individual - QOPPA-VB .....</i>	115
<i>Tabela 3. Descrição dos temas e questões do Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo Versão Biparental de Casal - QOPPA-VC .....</i>	122
<i>Tabela 4. Descrição das histórias a completar através das narrativas das crianças .....</i>	127
<i>Tabela 5. Descrição dos diferentes momentos interativos diádicos filmados para a cotação com as Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE).....</i>	143
<i>Tabela 6. Resultados descritivos das emoções sentidas pelos pais adotivos face aos tratamentos de (in) fertilidade.....</i>	158
<i>Tabela 7. Emoções sentidas face aos tratamentos de (in) fertilidade em função do género (mãe adotivas e pais adotivos).....</i>	159
<i>Tabela 8. Análise de componentes principais da ansiedade e receios dos pais no tempo de espera com Rotação Varimax .....</i>	163
<i>Tabela 9. Resultados descritivos dos fatores subjacentes à ansiedade e receio dos pais no tempo de espera .....</i>	164
<i>Tabela 10. Perspetiva parental acerca da completude das informações formais fornecidas no momento da proposta da criança a adotar .....</i>	166
<i>Tabela 11. Resultados descritivos da perceção parental acerca da evolução da criança desde a sua chegada à família .....</i>	168
<i>Tabela 12. Correlações Momento Produto de Pearson entre as diferentes dimensões da perceção parental acerca da evolução da criança desde a sua chegada à família.....</i>	169
<i>Tabela 13. Frequência e percentagem das respostas parentais acerca das mudanças na criança um ano após a chegada à família.....</i>	171
<i>Tabela 14. Perceção parental acerca das características atuais do filho .....</i>	172
<i>Tabela 15. Perceção parental acerca da intensidade das mudanças na vida dos Pais após a chegada do filho adotivo .....</i>	177
<i>Tabela 16. Perceção parental da informação específica a ser partilhada com o filho acerca do seu passado pré-adotivo.....</i>	186
<i>Tabela 17. Atitudes parentais acerca das atitudes do filho no processo de revelação.....</i>	188
<i>Tabela 18. Ideias parentais acerca da revelação .....</i>	189
<i>Tabela 19. Percentagens relativas ao impacto social da adoção: ocultação social de temas sobre a adoção e preconceitos sociais percecionados.....</i>	191
<i>Tabela 20. Resultados descritivos das medidas relativas à perceção dos Pais acerca do processo adotivo.....</i>	238
<i>Tabela 21. Resultados descritivos das medidas de disponibilidade emocional .....</i>	239
<i>Tabela 22. Resultados das diferenças na disponibilidade emocional parental em função do género dos Pais adotivos.....</i>	240
<i>Tabela 23. Regressões lineares mistas: Associações entre género dos Pais e as dimensões da disponibilidade emocional .....</i>	242
<i>Tabela 24. Regressões múltiplas para as associações entre a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas e a disponibilidade emocional total, a idade da criança, o tempo de adoção, a idade da criança quando adotada e o género dos Pais. ....</i>	297

## Índice de Figuras

<i>Figura 1. Percepção parental acerca da discrepância entre a criança adotada e a criança que tinham imaginado (N =103).....</i>	<i>167</i>
<i>Figura 2. Representação síntese dos resultados obtidos no presente estudo para as dimensões da escala do adulto da disponibilidade emocional .....</i>	<i>272</i>
<i>Figura 3. Representação síntese dos resultados obtidos no presente estudo para as dimensões da escala da criança da disponibilidade emocional .....</i>	<i>274</i>

# Introdução

A presente tese de dissertação de doutoramento alicerça-se num conjunto de conjecturas relativas à compreensão do desenvolvimento humano procedentes de diferentes modelos de análise teórica dominantes na Psicologia do Desenvolvimento, dos quais se evidenciam o modelo de contextualismo desenvolvimental (Ford & Lerner, 1992), o modelo transacional (Sameroff, 1975; Sameroff & Fiese, 1990, 2000) e a teoria bioecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1993, 2001, 2005; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Destes modelos emergem algumas similaridades relevantes para o presente estudo, que dizem respeito à valorização dos processos contínuos e dinâmicos, de influência recíproca, subjacentes à interação entre o indivíduo em desenvolvimento e as pessoas significativas, bem como os contextos de vida no seu desenvolvimento.

A adoção constitui um processo decisivo, complexo e temporalmente alargado que envolve diretamente uma díade adotiva (i.e., os adotados, e as famílias adotivas) e consiste em proporcionar uma família, cujas características sugerem a capacidade para amar, garantir a saúde e segurança do adotado, bem como a sua educação e o seu potencial desenvolvimental, a uma criança ou jovem que se encontra, por motivos diversificados, destituído de um sistema familiar adequado ao seu bem-estar global e à sua qualidade de vida.

As famílias adotivas e as não adotivas têm diversas semelhanças no que se refere às características intra-individuais de cada um dos seus membros, às características interindividuais ou relacionais e relativamente às tarefas desenvolvimentais normativas subjacentes ao ciclo vital familiar. Contudo, existe um vasto conjunto de especificidades relativas ao processo adotivo (Brodzinsky et al., 1995; Palacios, 1998, 2004) e às vivências, externas e internas destas famílias. Os diversos elementos da família adotiva, em cada etapa do ciclo de vida, têm de enfrentar temáticas ou aspetos específicos relacionados com o processo adotivo que interagem e complexificam a experiência e a resolução das tarefas normativas da vida familiar de todas as famílias (Brodzinsky et al., 1995).

Um dos aspetos centrais na adoção relaciona-se com a vinculação entre os filhos e os pais adotivos. As crianças adotadas revelaram mais vinculação desorganizada comparativamente com os dados normativos (van den Dries, Juffer, van IJzendoorn, Bakermans-Kranenburg, & Alink, 2012).

No âmbito da adoção a análise científica da qualidade da vinculação em crianças adotadas assume uma elevada pertinência porque permite, entre muitos outros aspetos fundamentais, examinar a possibilidade de suprimir padrões vinculativos previamente estabelecidos para formar novos padrões, uma vez que algumas destas crianças podem ter interiorizado modelos de vinculação insegura (Mascarenhas & Alarcão, 2002). A relação entre os modelos internos das mães adotivas e os comportamentos de vinculação segura exibidos pelos filhos adotivos confirmam o fenómeno da transgeracionalidade (não biológica). Salienta-se, desta forma, a necessidade de investigação que examine as relações que se estabelecem entre as representações de vinculação maternas e os comportamentos interativos mãe adotiva-criança que possam esclarecer a transmissão ou a construção de modelos seguros na relação mãe adotiva-criança adotada (Veríssimo & Salvaterra, 2006).

O constructo de disponibilidade emocional, concebido como diádico e relacional (Biringen et al., 2014), e a sua operacionalização através das escalas de disponibilidade emocional, apesar das suas distintas raízes mais longínquas (e.g., Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978; Bowlby, 1969, 1973; Emde, 1980, 1983, 2000; Emde & Easterbrooks, 1985; Guttman, 1991; Mahler, Pine & Bergman, 1975; Sameroff, 2009, 2010; Sorce & Emde, 1981) constituem um produto da viragem do século (ver Biringen, 2008; Biringen, Robinson, & Emde, 1998). É definido como a capacidade do prestador de cuidados para observar, interpretar e responder às pistas emocionais da criança de uma forma que reconheça as necessidades emocionais da criança (Biringen, 2008a).

A disponibilidade emocional tem demonstrado, consistentemente, em diversos resultados de investigação, assumir-se como preditor da vinculação da criança (Biringen, 2000). A investigação tem relatado a relação estreita existente entre a disponibilidade emocional dos pais e prestadores de cuidados profissionais e a vinculação segura da criança (Altenhofen et al., 2013; Easterbrooks & Biringen, 2000).

Adicionalmente resultados de investigação sugerem que a disponibilidade emocional dos pais adotivos poderá ter o potencial de moderar os efeitos advindos da privação institucional (Garvin, Tarullo, Van Ryzin, & Gunnar, 2012). De facto, para que as relações floresçam é necessária a intimidade na interação (Lovas, 2005, p. 349). A qualidade e adequação da disponibilidade emocional, nas relações entre pais e filhos nas famílias adotivas, parece constituir-se de particular importância.

Desta forma, os objetivos que se pretendem atingir neste trabalho são os (1) compreender o processo adotivo, de acordo com a percepção das mães e dos pais adotivos, (2) determinar as associações existentes entre as percepções parentais relativas a diferentes aspetos do processo adotivo e as diferentes dimensões da disponibilidade emocional na interação diádica Pais-criança e, (3) averiguar a relação existente entre a disponibilidade emocional em interações diádicas entre pais adotivos e filhos adotados e a segurança das representações de vinculação das crianças.

A presente investigação é parte integrante do projeto de investigação, “*Ajustamento nas Famílias Adotivas*”, desenvolvido por Ana Susana Almeida, Cristina Nunes, Marina Fuertes, Sandra Mendonça, Jean-Christophe Giger e Lília Silva, cujo objetivo é o de descrever, através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, os aspetos individuais e familiares que melhor contribuem para uma maior disponibilidade emocional parental, uma percepção parental mais positiva acerca da sua experiência e um melhor ajustamento individual e familiar na adoção.

Neste trabalho são explanadas as diferentes etapas subjacentes ao seu processo de realização que são de seguida sucintamente descritas.

O presente capítulo introdutório tem o intuito de clarificar, de forma assumidamente sumária, as bases conceituais, sociais e empíricas do estudo, bem como explicar a sua estrutura, identificando as diferentes etapas subjacentes e os respetivos conteúdos.

Nos capítulos 1 e 2 são apresentados os principais conteúdos considerados como relevantes no decurso do processo de revisão de literatura científica relativa ao processo adotivo e à disponibilidade emocional, no sentido de clarificar as influências conceituais e empíricas nas quais se alicerça a presente investigação e os três estudos contemplados. Mais especificamente, o processo de revisão de literatura explanada no capítulo 1: *A Adoção e o Processo Adotivo* tem como principais objetivos: (1) definir o conceito de adoção; (2) considerar brevemente alguns aspetos históricos da adoção no sentido de contextualizar a nível temporal e social; (3) explicar o percurso histórico da adoção e o enquadramento legal da adoção em Portugal, no sentido de perceber de que forma é encarada atualmente a nível social e legislativo; (4) definir e caracterizar o processo formal da adoção em Portugal, detalhando as diferentes etapas que lhe são subjacentes, desde a candidatura até à integração da criança na família adotiva, (5) explorar o processo psicossocial da adoção, considerando a perspetiva das famílias adotivas no que se refere

às suas vivências em cada uma das principais etapas iniciais do processo adotivo, as suas dificuldades e forças em cada uma das principais etapas iniciais do processo adotivo; (6) examinar os percursores na trajetória de vida das crianças adotadas, considerando a sua história prévia à institucionalização e a institucionalização e os seus possíveis efeitos adversos e (7) descrever as características e funcionamento psicossocial da criança adotada, considerando os aspetos afetivos, comportamentais e desenvolvimentais (i.e., a vinculação; o desenvolvimento emocional; a saúde mental; a autoestima e o autoconceito; temperamento das crianças adotadas; o desenvolvimento social; o comportamento e o nível de atividade; o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento da linguagem; a motivação; a aprendizagem e os resultados académicos; o desenvolvimento físico e a saúde global; a alimentação; o sono e o controlo dos esfíncteres). No que se refere ao capítulo 2: *A Disponibilidade Emocional*, a revisão de literatura efetuada teve como principais objetivos: (1) descrever as raízes terminológicas, teóricas e concetuais da disponibilidade emocional; (2) definir o constructo de disponibilidade emocional e descrever as suas principais características e relevância; (3) explicitar a operacionalização e as medidas de disponibilidade emocional; (4) caracterizar as dimensões ou componentes subjacentes ao constructo e à operacionalização da disponibilidade emocional bem como explicar os diferentes fatores identificados na literatura científica como associados a cada uma das suas componentes, e (5) descrever os principais resultados de investigação sobre a disponibilidade emocional em famílias adotivas.

No capítulo 3 é apresentado o método da presente investigação, contempla as opções metodológicas realizadas no decurso dos estudos empíricos, as informações relevantes relativas aos participantes, instrumentos de recolha de dados e aos procedimentos utilizados no sentido de aceder aos participantes do estudo, para a formação, treino, capacitação e obtenção de certificado para a avaliação da disponibilidade emocional parental, no decurso do treino de acordo interobservadores e, por fim, na recolha de dados. São ainda descritos os aspetos e princípios éticos e deontológicos considerados.

Os 3 capítulos seguintes (i.e., 4, 5, 6) correspondem a três estudos empíricos, cada um deles organizado em conformidade com a seguinte estrutura: introdução, objetivos; método (i.e., participantes, instrumentos e procedimentos), resultados e discussão.

O capítulo 4: *Perspetiva parental do processo adotivo*, contempla o primeiro estudo no qual são exploradas algumas das especificidades do processo psicossocial da adoção,

considerando as suas diversas etapas e a forma como podem ser experienciadas pelas famílias adotivas na perspectiva das próprias famílias adotivas, conhecendo as opiniões diferenciais de cada adotante (i.e., as mães e os pais adotivos). Concretamente, pretende-se caracterizar a perspectiva das mães e dos pais adotivos acerca das diversas etapas do processo de adoção (i.e., motivos e processo de tomada de decisão; o processo formal; o tempo de espera no processo de adoção; a chegada da criança<sup>1</sup>; adaptação e desenvolvimento da criança; a criança adotada na família; a revelação; o futuro e a avaliação global). Pretende-se igualmente examinar as diferenças existentes entre a perspectiva parental das mães e dos pais adotivos (Estudo 1).

O capítulo 5: *Perceções parentais do processo adotivo e disponibilidade emocional* apresenta o estudo cujo principal objetivo é o de examinar as associações existentes entre as perceções parentais relativas a diferentes aspetos do processo adotivo e as diferentes dimensões da disponibilidade emocional parental na interação diádica Pais-criança. Mais especificamente pretende-se caracterizar a disponibilidade emocional parental em interação diádica com os filhos adotivos e averiguar as diferenças de disponibilidade emocional em função do género parental e da criança. No que se refere às relações entre as perceções parentais do processo adotivo e a disponibilidade emocional parental observada, pretende-se averiguar os diferentes aspetos experienciados nas diferentes fases do processo adotivo (e.g., ansiedades e receios parentais no tempo de espera, tempo de espera e tempo de integração da criança na família, adaptação da criança na família, grau de dificuldade dos papéis parentais adotivos, dificuldades, grau de satisfação e de felicidade na vida familiar e em relação às características dos filhos, idade de início do processo de revelação e grau de satisfação com a comunicação com os filhos) e as suas relações com as diferentes componentes ou dimensões da disponibilidade emocional parental (i.e., sensibilidade, estruturação, não-intrusividade, não-hostilidade, responsividade e envolvimento) (Estudo 2).

O capítulo 6: *Disponibilidade emocional em interações Pais-criança e a segurança das representações de vinculação das crianças em famílias adotivas* descreve o estudo cujo principal objetivo é o de investigar a relação existente entre a disponibilidade emocional em interações diádicas entre pais adotivos e filhos adotados e a segurança das representações de vinculação das crianças. Consideram-se igualmente outros aspetos

---

<sup>1</sup> No contexto da adoção, para simplificar a leitura do texto sempre que se escreve crianças refere-se a crianças ou jovens.

influentes no processo representacional vincutivo da criança, a idade em que a criança foi adotada, o tempo em que já está integrada na família adotiva e o impacto do gênero parental na disponibilidade emocional do adulto e da criança, conjuntamente considerados.

Por último, são discutidos de forma conclusiva os principais resultados obtidos na presente investigação (capítulo 7), descritas algumas implicações práticas, avançadas algumas sugestões de estudos futuros e identificadas limitações, bem como algumas das mais-valias da presente investigação.

O capítulo 8 contempla as referências bibliográficas consultadas no âmbito da redação da presente dissertação.

# 1. A Adoção e o Processo Adotivo

## 1.1 Definição de adoção

A adoção é um processo progressivo, que possibilita a um casal ou a uma pessoa conceber um “vínculo de filiação” com uma criança ou jovem (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014, p. 4). Constitui uma resposta social dirigida a crianças desprovidas de cuidados familiares adequados, que tem como principal finalidade “*realizar o superior interesse da criança*” (Decreto-Lei nº 31/2003, p. 5313).

Pode ser perspectivada como um processo de uma díade complementar: as crianças que desejam ser filhos de (bons) pais, e os adultos que desejam vestir o seu papel parental e que para tal precisam de filhos (Ribeiro & Teixeira, 2012).

Podem ser considerados dois tipos distintos de adoção, a plena e a restrita. Na adoção plena, são eliminadas as relações familiares do adotado com a família biológica, perdendo os apelidos de origem, tornando-se filho do(s) adotante(s), integrando a sua família e adquirindo os apelidos da família adotiva. Em situações específicas, o adotante pode solicitar ao tribunal a alteração do nome próprio do adotado (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014). A adoção plena é irrevogável em qualquer circunstância e os direitos sucessórios dos adotados são análogos aos dos descendentes naturais. Na adoção restrita, não existe o mesmo carácter definitivo da adoção plena, sendo preservados os direitos e deveres relativos à família biológica. Por solicitação do adotante, o adotado pode adquirir os apelidos do(s) adotante(s), sendo estes adicionados ao(s) apelido(s) da família biológica. Não existe o direito de herança entre os adotados, os seus descendentes e os parentes do adotante, tal como não se encontram mutuamente obrigados à prestação de alimentos. A adoção restrita por solicitação dos adotantes, e uma vez cumpridos os critérios legalmente estipulados, pode a qualquer momento ser convertida, por decisão judicial, numa adoção plena (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014).

Tendo em consideração os objetivos e as características subjacentes à adoção, atualmente é perspectivada como a decisão formal e jurídica, considerada como sendo a mais benéfica para crianças e jovens privados de um sistema familiar capaz de lhes garantir proteção e estabilidade, integrando-os numa família substituta capaz de assegurar a sua segurança e estabilidade (Epifânio & Farinha, 1987).

A adoção pode ser concebida de diferentes perspetivas, nomeadamente da perspetiva pessoal, da perspetiva social e da perspetiva legal. A perspetiva pessoal envolve a tríade adotiva diretamente implicada na adoção (i.e., os adotados, as suas famílias biológicas e as suas famílias adotivas), e é concebida como uma decisão

definitiva que os acompanha para o resto da vida. A perspetiva social diz respeito às necessidades relativas a esta tríade implicada na adoção (Zamostny, O'Brien, Baden, & Wiley, 2003). Considerando a perspetiva legal, de acordo com o Artigo 1586º do Código Civil Português, consiste no “*vínculo que à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas*” (Decreto-Lei nº 47344, 1966, p. 2022; Oliveira, 2014).

Considerando as diversas ideias explanadas por diferentes autores, no presente estudo, perspetiva-se igualmente a adoção como um processo decisivo, complexo e temporalmente alargado que envolve diretamente uma díade adotiva (i.e., os adotados e os pais adotivos) e que consiste em proporcionar uma família, cujas características sugerem a capacidade para amar, garantir a saúde e segurança do adotado, bem como a sua educação e o seu potencial desenvolvimental, a uma criança ou jovem que se encontra, por motivos diversificados, destituído de um sistema familiar adequado ao seu bem-estar global e à sua qualidade de vida.

## **1.2 Aspetos históricos da adoção**

A adoção integra a longa história da humanidade. Investigações antropológicas evidenciam a transversalidade temporal e a transculturalidade da prática da adoção (Weckler, 1953). De facto, têm sido identificados vestígios da prática da adoção em diferentes povos (e.g., Egípcios, Gregos, Romanos), sugerindo que a adoção faz parte de diferentes sociedades desde épocas longínquas (Mascarenhas & Alarcão, 2002). A literatura, de várias épocas, é profusa em personagens que experienciaram a adoção (e.g., Moisés, profeta Muhammad) (van IJzendoorn & Juffer, 2006).

No decurso da sua longa existência a adoção tem sido pautada por diferentes perspetivas, atitudes e procedimentos concordantes com os cenários históricos, sociais e políticos caracterizadores de cada época e sociedade (Goiri & Latorre, 2010; Mascarenhas & Alarcão, 2002). Nos seus primórdios, os objetivos da adoção eram centrados na perspetiva e nas necessidades dos adultos.

Na atualidade, nas sociedades ocidentais, a natureza subjacente à adoção alterou-se, passando os objetivos da adoção a centrarem-se na perspetiva da criança (Mascarenhas & Alarcão, 2002). Agora é o superior interesse da criança que impera na adoção, que passa a constituir um modo de facultar à criança a oportunidade de crescer

numa família capaz de lhe proporcionar uma prestação de cuidados apropriados, uma vez que tal não foi possível na sua família biológica (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

### **1.3 A adoção em Portugal e enquadramento legal da adoção**

Em Portugal, as raízes da adoção revelam alguma fragilidade, tendo sido concebido e designado inicialmente como “perfilhamento” nas Ordenações Afonsinas (Mascarenhas & Alarcão, 2002), e igualmente regulada nas ordenações Manuelinas, com o objetivo de conceder ao adotado os direitos legais de herdeiro (Rodrigues, 1997; Santos, 2002). Contudo teve uma clara estagnação no século XIX (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

No seu percurso histórico é inclusive tratada com alguma desvalorização na medida em que não é contemplada no primeiro Código Civil Português, aprovado em 1967, também designado Código Seabra, que reuniu e atualizou toda a legislação civil nacional (Rodrigues, 1995). O autor do projeto do Código, o Visconde de Seabra, considerava que a adoção constituía uma tentativa de reprodução dos verdadeiros laços de sangue, colocando-se, na época, em causa a afetividade que os pais adotivos pudessem experienciar em relação aos seus filhos adotivos. Foi, por isso, erradicada do sistema jurídico Português (Rodrigues, 1995).

A adoção apenas surge no Código Civil Português em 1966, aprovado pelo Decreto-Lei nº 47344, de 25 de novembro (Mascarenhas & Alarcão, 2002; Ramião, 2007; Santos, 2002), edificando o início do primeiro percurso do instituto da adoção em termos legislativos, sendo considerado num cenário global de proteção à criança carenciada de um sistema familiar adequado (Ramião, 2007; Santos, 2002). Nesta época a adoção foi assumida como uma relação jurídica familiar, semelhante a outras, como o matrimónio, o parentesco e a afinidade (Ramião, 2007; Santos, 2002). Contudo, até à fase seguinte, as rigorosas condições exigidas aos envolvidos no processo de adoção plena (i.e., restrição a casais casados há mais de uma década, sem filhos legítimos e não separados judicialmente de outras pessoas e bens) levavam a uma maior incidência de casos de adoção restrita (Ramião, 2007). O Código Civil foi revisto em 1977, após a revolução do 25 de abril de 1974 (Mascarenhas & Alarcão, 2002), tendo sido efetuada uma ampla reforma. O Decreto-Lei nº 496/77, de 25 de novembro de 1977, aborda os requisitos gerais para a adoção, assumindo o estabelecimento de um vínculo semelhante ao da

filiação natural entre o adotado e o adotante. De acordo com a nova legislação, pessoas com pelo menos 25 anos e casadas há mais de cinco anos, independentemente da existência de descendentes, podem levar a cabo uma adoção plena. Adicionalmente, a adoção plena passa também a ser permitida a pessoas não casadas, com mais de 35 anos, ou com mais de 25 anos se a pessoa a adotar fosse o filho do seu cônjuge (Decreto-Lei nº 496/77). Este novo Código Civil inicia também a obrigatoriedade da avaliação da situação dos menores a adotar e dos candidatos à adoção, através da apreciação da situação familiar e económica, os motivos subjacentes à vontade de adotar, por parte dos candidatos, e ainda a sua saúde, personalidade e competência para criar o adotado (Santos, 2002).

Esta época marca o início de uma nova etapa na adoção, marcada por alterações paulatinas e sistemáticas na procura incessante de configurações mais adequadas de proteger os interesses das crianças (Mascarenhas & Alarcão, 2002). A adoção começa a assumir um novo estatuto levando a uma mudança de paradigma (Salvaterra, 2007).

Na década de 80, o Decreto-Lei nº 274/80, de 13 de agosto de 1980, defende que o interesse da criança a adotar deverá prevalecer sobre todos os outros. Neste sentido defende que previamente à adoção ser decretada em tribunal, quebrando os laços entre a criança e a sua família biológica e estabelecendo-se definitivamente o vínculo com o(s) adotante(s), devem ser efetuados inquéritos capazes de assegurar a proteção da criança. Salienta a maior relevância do inquérito perante um cenário recente de maior simplificação dos requisitos para a adoção plena. À semelhança do que acontece em diversos países, consagra legalmente a intervenção organizada e sistemática dos centros regionais de Segurança Social no processo de adoção. Esta terá como função colaborar com os tribunais, no sentido de recolher junto dos intervenientes na adoção, informação necessária para a conceção do inquérito que será a base do relatório a elaborar e que deverá acompanhar a solicitação de constituição do vínculo dirigido ao tribunal. O estudo aprofundado e dinâmico da situação da criança a adotar bem como do(s) adotante(s) implica que o adotado esteja ao cuidado do adotante durante um prazo não inferior a 1 ano. Após os técnicos da Segurança Social fornecerem aos juízes a informação necessária, cabe ao tribunal a tomada de decisão relativa à constituição do vínculo adotivo (Decreto-Lei nº 274/80).

Porém, as disposições legais supra explanadas são revogadas pelo Decreto-Lei nº 185/93, de 22 de agosto de 1993, atribuindo aos Serviços de Segurança Social a “competência para decidir a confiança administrativa do menor e a legitimidade para

requerer a sua confiança judicial” (Decreto-Lei nº 185/93, p. 2794) e estipula-se a obrigatoriedade de serem ouvidos antes do tribunal tomar a decisão da adoção. São alterados alguns requisitos relativos à adoção, nomeadamente: (1) no que se refere à adoção conjunta, foi diminuído o limite mínimo do tempo de duração de um casamento para 4 anos, não obstante salientar a importância de avaliar a estabilidade da relação conjugal; (2) relativamente à adoção singular, a idade mínima foi reduzida para os 30 anos, e (3) o limite máximo de idade para adotar são os 50 anos, com algumas exceções. Adicionalmente é estabelecida a proteção do segredo de identidade, que exige a atribuição do secretismo ao processo adotivo e aos procedimentos que lhe são subjacentes e o tribunal, excepcionalmente, poderá modificar o nome próprio do adotado desde que essa medida seja do interesse do menor e vá favorecer a sua integração no ambiente adotivo (Decreto-Lei nº 185/93).

Em 19 de Abril de 1997, é publicado em Diário da República, pelos Ministérios da Justiça e da Solidariedade Social o Despacho-Conjunto que determina o desenvolvimento e execução do programa designado como “Adoção 2000”, em articulação com outros Ministérios e Instituições Particulares de Solidariedade Social (i.e., IPSS) (Despacho-Conjunto de 14-4-1997). Legitimado pelo número elevado de crianças e jovens acolhidas nas estruturas do sistema da Segurança Social (i.e., 13 500) por se encontrarem privadas de meio familiar adequado, o que indica a rutura das respostas existentes e o diminuto recurso à adoção. O programa Adoção 2000 pretende empreender um conjunto de medidas destinadas a uma paulatina alteração da situação existente que é tradutora da persistência de uma ideologia institucionalizadora que não parece ser a solução mais adequada para muitas crianças. Assim, pretende-se dinamizar os recursos à adoção para crianças sem família. O programa alicerça-se em 4 principais eixos interventivos: (1) na “reforma da legislação sobre a adoção”; (2) na “reestruturação dos serviços de adoção da segurança social”; (3) na “articulação dos serviços públicos e privados”, e (4) na “criação do grupo coordenador do programa Adoção 2000” (Despacho-Conjunto de 14-4-1997, p. 4661).

Cerca de 1 ano mais tarde, o Decreto-Lei nº 120/98, de 8 de maio de 1998, atualiza e altera o regime Jurídico da Adoção e atribui às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) uma atuação comparável aos organismos de Segurança Social. Este Decreto-Lei reforça o maior interesse da criança e a responsabilidade social perante as crianças desprovidas de uma família adequada. Introduce diversas alterações que reorganizam o processo de adoção (e.g., “a idade máxima para ser candidato a adotante”;

“a idade para prestar consentimento”; “a defesa do segredo de identidade”; “a inexistência de prejudicialidade dos procedimentos legais visando a averiguação ou a investigação da maternidade ou paternidade do menor face ao processo de adoção” (Decreto-Lei nº 120/98).

As leis dispersas constituintes do regime jurídico relativo à adoção em Portugal foram reformulados no âmbito da Lei 31/2003, de 22 de agosto de 2003 (Oliveira, 2014). Esta lei altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei nº 185/93, de 22 de maio de 1993, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção (Lei nº 31/2003). Mais especificamente no que se refere às alterações do Código Civil, reitera a adoção como um procedimento que “*visa realizar o superior interesse da criança e será decretada quando apresente reais vantagens para o adoptando, se funde em motivos legítimos, não envolva sacrifício injusto para os outros filhos do adoptante e seja razoável supor que entre o adoptante e o adoptando se estabelecerá um vínculo semelhante ao da filiação*” (Artigo 1974º, p. 5313). Os adotantes podem ser casais ou pessoa singular (Artigo 1978º, p. 5313), no caso da adoção plena, não podem ter mais de 60 anos, e a partir dos 50 anos a diferença de idades entre o adotado e o adotante não pode ser superior a 50 anos, a não ser em casos excepcionais devidamente mencionados (e.g., adoção de uma fratria, adoção do filho do cônjuge) (Artigo 1979, p. 5314). Algumas das alterações relativas à Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, são relativas à promulgação de que a aplicação das medidas de promoção dos direitos e de protecção é da competência exclusiva das comissões de protecção e dos tribunais (Artigo 38º, p. 5315) e de que cabe às Comissões de Protecção comunicarem ao Ministério Público as situações que considerem adequado o encaminhamento para a adoção (Artigo 68º, p. 5315). As alterações ao Decreto-Lei nº 185/93, de 22 de Maio, são, entre outras, o poder de decisão, fundamentada e após a avaliação, por parte da Segurança Social para rejeitar a candidatura à adoção de algum casal ou pessoa singular, devendo este ser notificado, com a identificação do prazo e do tribunal a que se deve dirigir, no sentido de solicitar recurso (Lei nº 31/2003). A Segurança Social deve confirmar junto do(s) candidato(s) a adotante(s), no decurso do tempo de espera, em cada intervalo temporal de 18 meses, se mantêm o processo de candidatura (Artigo 6º, p. 5317). Cabe também à Segurança Social, após estabelecida a confiança administrativa e judicial e após a verificação do início do processo de vinculação observada proceder ao acompanhamento da situação do menor durante um período de pré-adoção não superior a 6 meses e à realização posterior de inquérito a entregar no tribunal (Artigo 9º, p. 5317).

É também referido que a Segurança Social, no acompanhamento e apoio dos processos de adoção, deve disponibilizar equipas técnicas pluridisciplinares, que a nível de recursos humanos possua a dimensão e a qualificação adequadas às suas funções, devendo integrar as valências de psicologia, de serviço social, de direito e da educação. É também referido que as equipas interventoras no estudo da situação sociojurídica da criança e do jovem e na concretização do seu projeto de vida, com o objetivo da adoção, devem ser distintas e autónomas relativamente às equipas que intervêm na seleção dos candidatos a adotantes (Artigo 11º.p. 5317). No que se refere Regime Jurídico da Adopção, é ainda salientada a importância da formação de magistrados, estabelecendo que o “*Centro de Estudos Judiciários assegura regularmente a formação adequada aos magistrados colocados nos tribunais com competência em matéria de família e menores*” (Artigo 11º, p. 5319) (Lei nº 31/2003).

Esta lei estabeleceu também a obrigatoriedade da existência de listas nacionais de candidatos para a adoção, bem como de crianças disponíveis para a adoção, reunindo-se um vasto conjunto de medidas promotoras da adoção e uma maior adequação na seleção dos candidatos à adoção (Ramião, 2007). A Lei 31/2003 constitui-se, até a atualidade, como a última reforma alusiva à adoção.

A adoção, parte integrante das medidas de proteção à infância, assume-se atualmente como a melhor opção para as situações de abandono ou recusa da criança por parte dos pais biológicos ou em situação de risco psicossocial grave da família de origem, em que a avaliação formal determina o insucesso de outras medidas de intervenção (Mascarenhas & Alarcão, 2002). Constitui assim, um ato jurídico com a capacidade de dissolver o vínculo legal entre a criança e a sua família biológica e de conceber um novo vínculo legal da criança com a sua família adotiva (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

Devido à importância e irreversibilidade desta situação, desde a década de 80 foi legalmente estabelecido que o sistema da Segurança Social Portuguesa, representante do estado, deverá efetuar uma avaliação cuidadosa dos indivíduos proponentes à adoção no sentido de rastrear potenciais situações de risco para crianças antes de ser integrada numa nova família (Mascarenhas & Alarcão, 2002). Assim, os profissionais da Segurança Social, a trabalhar nas equipas de adoção (i.e., atuais equipas de adoção, acolhimento familiar e apadrinhamento civil, do setor da prevenção do risco, do núcleo da Infância e Juventude do Instituto da Segurança Social), devem levar a cabo uma avaliação psicossocial e identificar os candidatos à adoção que reúnem as características humanas

e materiais adequadas para acolher na sua família a criança a adotar e garantir-lhe um desenvolvimento integral e equilibrado (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

### **1.4 O processo formal da adoção em Portugal: Da candidatura à integração da criança**

Diversas razões sustentam a complexidade e a necessidade de profundas alterações nos serviços de adoção, entre as quais as transformações e as exigências legais relativas à adoção, o conseqüente aumento considerável de crianças adotáveis e do número de candidatos à adoção e, principalmente, a relevância, que tem sido socialmente assumida pelo estado, de avaliar, preparar e acompanhar, de forma continuada, a díade diretamente envolvida na adoção (i.e., criança ou jovem a adotar e os candidatos à adoção) e as diferentes fases do processo adotivo (Ribeiro & Teixeira, 2012).

De facto, para edificar uma nova família, a adotiva, “*fazer seu o filho dos outros*”, o filho de ninguém, não basta ter muito amor para dar, muita boa vontade e o desejo interno e profundo que sempre nos acompanhou (Ribeiro & Teixeira, 2012, p. 21), associado a uns pozinhos mágicos de *perlimpimpim*. Tornar-se família adotiva implica um processo revestido de uma multiplicidade de aspetos com relações intrincadas entre si. Para ser possível a conceção de famílias adequadas e sólidas, torna-se imprescindível a existência de um rigoroso processo de rastreio, avaliação, seleção e acompanhamento destas famílias, por parte de técnicos sérios e sapientes, capazes de co construir projetos de adoção que sejam realistas, e de instigar crescimento nas famílias, de forma a que se caracterizem como detentoras de sensibilidade, conhecimentos e competências capazes de antecipar e resolver as dificuldades que enfrentam, com confiança no seu repertório de estratégias parentais (Ribeiro & Teixeira, 2012).

Desta forma, interessa visitar os “bastidores formais” da adoção e o rigoroso processo levado a cabo por profissionais cujos legisladores incumbiram a enigmática tarefa de “formar” uma família num bom emaranhado de afetos edificados (Pastor, 2012, p. 7).

### ***1.4.1 Etapas preliminares: O processo de candidatura***

#### **1.4.1.1 Contacto inicial dos interessados com as entidades responsáveis pelo processo de candidatura à adoção**

O processo formal da adoção e o percurso como candidato inicia-se com o primeiro contacto do(s) interessado(s) com a entidade de Segurança Social da área de residência, especificamente com a equipa de adoção (Direção Geral da Segurança Social, 2004). De acordo com a área de residência os candidatos podem contactar diferentes entidades (i.e., a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, se residirem no município de Lisboa<sup>2</sup>, o Instituto para o Desenvolvimento Social se residirem nos Açores, o Centro de Segurança Social se residirem na Madeira e o Centro Distrital de Segurança Social, se residirem em qualquer outra zona do país) (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014).

Neste momento, e em contacto com a Equipa de Adoção da Segurança Social os interessados deverão manifestar a sua vontade para adotar uma criança ou um jovem (Direção Geral da Segurança Social, 2004). No caso de não serem reunidos os critérios ou requisitos formais basilares para a apresentação da candidatura não é dado início ao processo adotivo (Direção Geral da Segurança Social, 2004).

#### ***1.4.1.2 A sessão informativa***

Atualmente está planeado, no âmbito dos procedimentos nacionais subjacentes ao processo adotivo, reunir os diferentes interessados numa sessão informativa (Sessão A), do Plano de Formação para a Adoção, para a qual os interessados são convocados caso reúnam as condições formais suficientes para a apresentação da candidatura.

Nesta primeira sessão são partilhadas diferentes informações com os interessados, nomeadamente: (a) o conceito de adoção, os objetivos e modalidades; (b) os requisitos e critérios globais que têm de ser cumpridos para que seja possível adotar (e.g., a idade dos candidatos, duração do casamento ou da união de facto, área de residência) (c) a situação e as necessidades específicas das crianças adotáveis; (d) as diferentes etapas do processo de adoção no que se refere à adoção nacional e internacional, e (e) os documentos necessários a entregar para o processo de candidatura (e.g., formulários, documentos de

---

<sup>2</sup> Se os interessados residirem no Distrito de Lisboa (e.g., Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Loures, Lourinhã, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira) deverão dirigir-se ao Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2014).

identificação individual) (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014). Nesta sessão são ainda esclarecidas as dúvidas apresentadas pelos interessados.

Independentemente da forma como é realizado o primeiro contacto formal, entre a equipa de adoção da Segurança Social e os interessados em adotar, as informações supra explanadas deverão ser disponibilizadas aos potenciais candidatos à adoção (Direção Geral da Segurança Social, 2004).

#### ***1.4.1.3 O preenchimento dos formulários e a preparação dos documentos necessários***

Após o momento de partilha da informação previamente descrita é proporcionado aos candidatos um intervalo temporal para reflexão. Se o desejo de adotar prevalecer, cabe aos interessados preencher os formulários disponibilizados pela equipa de adoção e reunir toda a documentação necessária (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014) (i.e., certidão de nascimento, fotocópia do cartão de cidadão/passaporte válido, certidão de casamento ou o atestado de união de facto redigido pela Junta de Freguesia, registo criminal especificamente para efeitos de adoção, atestado médico comprovativo do estado de saúde, fotocópia do recibo do último vencimento ou declaração da entidade patronal ou ainda fotocópia da última declaração de IRS, número de identificação da Segurança Social e uma fotografia). Se os interessados em adotar já tiverem filhos também deverão ser entregues documentos adicionais (i.e., fotocópia do boletim de nascimento ou do bilhete de identidade/cartão de cidadão) (Direção Geral da Segurança Social, 2004; Instituto de Segurança Social, I.P., 2014, p. 6).

#### ***1.4.1.4. Formalização da candidatura e a receção do certificado de candidatura***

Quando o interessado entregar a sua candidatura nos serviços de adoção da Segurança Social da área de residência, ou equivalente noutras regiões do país, recebe um certificado de candidatura, formalizando a sua candidatura (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014).

## **1.5 O processo de avaliação e seleção**

### ***1.5.1 Avaliação psicossocial do candidato***

A equipa interdisciplinar de adoção, após ter recebido a candidatura, inicia a etapa de estudo e avaliação social e psicológica do candidato que implicará diversos momentos e procedimentos, incluindo entrevistas, uma delas realizada no âmbito de uma visita domiciliária em casa do(s) candidato(s), e a utilização de instrumentos de natureza social e psicológica (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014). Esta etapa não poderá demorar mais de 6 meses (Direção Geral da Segurança Social, 2004).

A avaliação social é efetivada por um profissional com formação específica na área do serviço social. No âmbito da avaliação social, que inclui uma entrevista social e uma entrevista domiciliária, é relevante abordar diferentes aspetos, nomeadamente: (a) as motivações do(s) candidato(s) para a adoção; (b) as características da criança que desejam adotar; (c) a adequação da criança desejada às suas circunstâncias pessoais e individuais e à realidade das crianças adotáveis, e (d) aprofundar temáticas e informações constantes nos formulários preenchidos pelos candidatos, após cuidadosa análise dos mesmos (Direção Geral da Segurança Social, 2004).

A avaliação psicológica é concretizada por um profissional com formação específica em psicologia e deverá contemplar a exploração mais profunda de uma ampla diversidade de aspetos, nomeadamente: (a) as motivações para a adoção e reações do meio circundante (e.g., razões subjacentes, percurso de tomada de decisão, reações e atitudes das pessoas mais significativas na vida do candidato, família e/ou amigos); (b) a composição do sistema familiar alargado, a história da família e a sua dinâmica interna (e.g., genograma, eventos familiares e de vida relevantes; padrões, costumes e estilos educativos); (c) as características da família nuclear e/ou do casal (i.e., história da relação do casal, funcionamento diádico, auto e hétero representações e perceções da vida conjunta, perfil de personalidade de cada um, funcionamento diádico, a comunicação, as características das intra e interrelações, os interesses e a ocupação de tempos livres); (d) a capacidade parental (e.g., experiências educativas, princípios e crenças educativas, capacidade para gerir conflitos ou dificuldades de natureza educativa) e, (e) as expectativas relativas à adoção (e.g., alterações percecionadas como necessárias no funcionamento familiar aquando a integração da criança, o processo de revelação da condição de adotado e da história de vida prévia à adoção, a aceitação das origens e da

história prévia da criança e os receios e ansiedades perante a adoção) (Direção Geral da Segurança Social, 2004).

Para além destes momentos de avaliação pré-estabelecidos uniformemente como obrigatórios pode haver a necessidade de aprofundar ou esclarecer algum aspeto específico que implique mais entrevistas, contactos com profissionais especializados, a medição de alguma característica ou funcionamento específico digno de destaque (Ribeiro & Teixeira, 2012).

### ***1.5.2 Participação na segunda ação do plano de formação para a adoção***

No decurso da etapa de avaliação psicossocial o candidato será incitado a participar numa segunda sessão conjunta subjacente ao Plano de Formação para a Adoção (Sessão B) (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014). A sessão B tem como objetivos: (a) explorar conjuntamente as motivações para a adoção; (b) partilhar os medos e os mitos sobre a adoção; (c) conhecer as histórias de vida das crianças adotáveis e identificar as suas necessidades; (d) refletir acerca do possível impacto que a história prévia de vida da criança pode ter no adulto; (e) identificar as capacidades adequadas dos adultos capazes de melhor responder às necessidades das crianças, e (f) compreender a relevância da partilha e do trabalho em equipa em todo o processo adotivo (Direção Geral da Segurança Social, 2004).

### ***1.5.3 Resultado da avaliação psicossocial da candidatura: seleção ou rejeição***

Após finalizada a etapa de avaliação psicossocial, procede-se à análise do processo, em equipa pluridisciplinar, da qual resulta um parecer fundamentado acerca da aceitação ou rejeição da candidatura (Direção Geral da Segurança Social, 2004). No máximo em 6 meses, o candidato terá acesso à apreciação final da avaliação da equipa, sendo-lhe comunicado se a sua candidatura foi selecionada ou rejeitada (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014).

Se os profissionais da equipa de adoção apreciarem negativamente a candidatura, antes de tomada a decisão final é comunicada ao candidato a intenção de rejeição da sua candidatura, sendo-lhes concedida a oportunidade para consultar o processo, reunir novos documentos e apresentar uma nova proposta, com novos argumentos e/ou documentos (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014). Se os serviços de adoção aceitarem a nova proposta a candidatura deverá seguir os procedimentos normais seguidamente explanados, terão 10 dias para aceitar a proposta. No caso de o candidato não apresentar

uma nova proposta capaz de alterar a intenção de rejeição da candidatura será notificado quanto à decisão por parte dos profissionais e a equipa terá de enviar o processo para tribunal no prazo de 15 dias (Direção Geral da Segurança Social, 2004). Adicionalmente é também informado do prazo e do tribunal a que se deve dirigir para requerer recurso da decisão de não seleção da candidatura (Lei nº 31/2003), tendo a oportunidade para ser ouvido, por audiência oral ou escrita, com as devidas alegações do interessado que deverão constar em ata (Direção Geral da Segurança Social, 2004).

#### ***1.5.4 Colocação na lista nacional de adoção e o tempo de espera***

Quando a candidatura é selecionada pela equipa, esta inscreve o candidato na base de dados da Adoção (i.e., Lista de Candidatos Selecionados para a Adoção Nacional Residentes em Portugal; LKANRP), iniciando-se aqui o tempo de espera para a apresentação da proposta de uma criança a adotar. No decurso desta etapa o candidato poderá ser convocado a participar em algumas sessões de formação cujos objetivos se referem à promoção da qualidade da parentalidade adotiva, instigando o desenvolvimento de conhecimentos e competências úteis para uma melhor integração da criança na família (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014). As sessões fundamentalmente de carácter formativo, constituem a parte C do Plano de Formação para a Adoção e são compostas por 5 sessões facultativas, em que os candidatos são prevenidos quanto à sua relevância, e perspetiva-se que sejam implementadas com uma periodicidade quinzenal (Direção Geral da Segurança Social, 2004). Paralelamente os profissionais da equipa de adoção analisam e pesquisam as correspondências mais adequadas entre as características das crianças a adotar e as características dos candidatos recorrendo às duas listas, a Lista de Crianças e Jovens para a Adoção e a Lista de Candidatos Selecionados para a Adoção Nacional Residentes em Portugal (e.g., necessidades específicas de saúde, desenvolvimento e educação da criança, compatibilidade entre a origem étnica e religiosa da criança com os valores do candidato, aproximação da criança desejada à criança real, compatibilização entre as características psicológicas da criança e as do candidato). Quando existe mais do que uma correspondência adequada entre uma criança a adotar e um candidato ou um casal de candidatos, a equipa opta pelo(s) candidato(s) que integrou(aram) a lista de candidatos primeiro. Quando para uma determinada criança a adotar não se encontra um candidato da lista de candidatos com o perfil mais adequado para as características e necessidades dessa criança, os profissionais analisam a Lista de

Candidatos à Adoção Internacional Residentes no Estrangeiro. No caso de nesta última lista também não ser(em) encontrado(s) candidato(s) com um perfil compatível com o da criança, a criança terá de aguardar que surja um perfil que melhor se adegue (Direção Geral da Segurança Social, 2004).

### ***1.5.5 A proposta da criança a adotar***

Quando os profissionais após a análise encontram uma correspondência entre as características de uma criança a adotar e um candidato ou casal de candidatos, contactam o(s) candidato(s) para que possa(m) dirigir-se à entidade reguladora onde a equipa de adoção partilha com o(s) candidato(s) alguns dados relevantes do processo da criança a adotar. Após a partilha destas informações é dado um breve tempo para reflexão individual/conjugal, para que a resposta relativa ao interesse em adotar a criança, cujas principais características foram partilhadas, possa ser devidamente ponderada. Após a decisão o(s) candidato(s) informa(m) a equipa.

### ***1.5.6 O período de vinculação: Processo de transição***

Esta etapa caracteriza-se pelos primeiros encontros entre a criança a adotar e o(s) candidato(s) selecionado(s), que tem o intuito de que candidato(s) e criança se conheçam e se possam aceitar mutuamente (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014). Estes encontros previamente organizados pelos profissionais geralmente acontecem na instituição de acolhimento temporário em que a criança permanece, onde a criança se encontra rodeada pelo ambiente que já lhe é familiar e com outras crianças e adultos que sejam importantes e familiares para ela. Os primeiros encontros são observados pelos profissionais da equipa de adoção e a equipa da instituição onde a criança se encontra. Nos casos em que termina esta etapa de conhecimento mútuo e não se verifica uma aceitação de cada uma das partes, a criança e o(s) candidato(s) continuam a integrar a Lista de Crianças e Jovens para a Adoção e a Lista de Candidatos Seleccionados para a Adoção, aguardando perfis compatíveis. Nas situações em que o processo de vinculação for concluído com sucesso, a equipa de adoção elabora um parecer fundamentado para ser concedida a confiança administrativa da criança. É emitido um certificado de pré-adoção com a confirmação da data em que a criança foi entregue ao(s) adotante(s). Nesta fase a equipa de adoção informa o(s) adotante(s) que tem/têm um prazo de 30 dias para requerer ao Tribunal de Família e Menores da área de residência a curadoria provisória.

Paralelamente atualiza-se a Lista de Crianças e Jovens para Adoção colocando relativamente à criança em questão a designação “Pré-Adoção” (Direção Geral da Segurança Social, 2004).

## **1.6 A integração da criança na família adotiva**

### ***1.6.1 A pré-adoção***

A criança é confiada ao(s) candidato(s), integra a sua família e fica em situação de pré-adoção por um período no máximo até 6 meses. Cabe à equipa de adoção acompanhar e avaliar, neste espaço temporal (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014), preferencialmente através de observação direta, a integração da criança na família. São considerados alguns indicadores específicos para a avaliação por parte da equipa de profissionais, relativamente às crianças (e.g., surgimento de comportamentos de vinculação; reações de afeto e reveladoras de construção de uma relação de segurança; progressão do desenvolvimento global; adaptação às novas regras e hábitos, apropriação do espaço físico da casa) e relativamente aos pais (e.g., modo como é encarada a adoção; tarefas de rotina familiar para dar resposta às necessidades da criança no domínio da saúde, educação e da socialização; (re)adaptação das rotinas familiares, profissionais, sociais; confronto entre as expectativas prévias e a realidade experienciada; dificuldades e estratégias de resolução; aceitação das características da criança e do seu passado) (Direção Geral da Segurança Social, 2004). Este acompanhamento e avaliação na fase da pré-adoção pode ser gerido diferencialmente por cada equipa de adoção. A Equipa de Adoção do Centro Distrital de Segurança Social de Faro normalmente tende a realizar visitas domiciliárias às famílias adotivas em fase pré-adotiva uma semana depois da criança ir para casa da família e, posteriormente, mensalmente.

Nesta fase, o(s) adotante(s) pode(m) ainda ser convidado(s) a participar em sessões de formação (i.e., Bloco D do Plano de Formação para a Adoção) (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014).

### ***1.6.2 Relatório da pré-adoção, pedido formal da adoção e decisão do Tribunal de Família e Menores***

Se os indicadores observados no decurso desta fase de acompanhamento e avaliação forem atingidos de forma expectável e adequada a equipa de adoção redige um relatório (i.e., o Relatório de Inquérito) que é entregue ao(s) candidato(s), através da cópia integral

em anexo de um ofício, e informa o(s) candidato(s) que deve ser solicitada a adoção. O relatório da equipa deverá constar no pedido de adoção que o(s) candidato(s) dirige(m) ao Tribunal de Família e Menores da sua área de residência. Quando for proferida a sentença, o processo formal de adoção é finalizado (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014).

### **1.7 O Processo psicossocial da adoção: a perspetiva das famílias**

Não obstante todas as semelhanças entre as famílias adotivas e as não adotivas, existe um conjunto diversificado de especificidades relativas ao processo adotivo (Brodzinsky, Lang, & Smith, 1995; Palacios, 1998, 2004), às vivências externas e internas associadas, que, em conjugação, com as características idiossincráticas de cada um dos implicados e com o que caracteriza as inter-relações familiares e as extrafamiliares, transformam as suas vivências em verdadeiramente únicas.

Os diversos elementos da família adotiva, em cada etapa do ciclo de vida, têm de enfrentar temáticas ou aspetos específicos relacionados com o processo adotivo que interagem e complexificam a experienciação e a resolução das tarefas normativas da vida familiar (Brodzinsky et al., 1995).

Entre os diversos aspetos distintivos entre as famílias adotivas e as não adotivas, alguns deles assumem uma especial importância pelas possíveis consequências associadas:

- (1) A infertilidade e todo o processo pessoal, relacional, médico e social subjacente e que faz parte da realidade de uma elevada percentagem de famílias adotivas;
- (2) O processo de tomada de decisão de adoção e as suas implicações internas, relacionais e sociais;
- (3) A avaliação formal da família adotiva, com o intuito de selecionar apenas os que reúnem as condições adequadas para uma boa parentalidade e as implicações pessoais e relacionais do processo formal;
- (4) O tempo de espera pela criança, como uma “gravidez” abstrata, sem tempo previsto, sem tonturas, enjoos, pontapés, ecografias, alterações físicas, emocionais e psicológicas, e sem as amabilidades sociais confirmatórias da sua concretização;

- (5) A transição para a família adotiva (Brodzinsky et al., 1995) ou a reconfiguração repentina da família aquando a chegada da criança e o desenvolvimento do sentimento de pertença (Palácios, 2004);
- (6) A perceção de si próprias como famílias semelhantes e/ou diferentes das famílias não adotivas (Palácios, 2004) e a forma como lidam com essa perceção de semelhança *versus* diferença;
- (7) As crenças e atitudes relativas ao processo de revelação (Brodzinsky et al., 1995; Palácios, 2004) no decurso da vida familiar (Brodzinsky et al., 1995) e as suas implicações pessoais e relacionais.

Interessa-nos aqui explorar algumas das especificidades do processo psicossocial da adoção, nas suas diferentes etapas, e a forma como podem ser experienciadas pelas famílias adotivas.

### ***1.7.1 Motivos e processo de tomada de decisão: O início***

Nas raízes do despoletar da decisão de adotar encontra-se uma etapa de reflexão individual e/ou de casal (Palacios, Sandoval, & Espinosa, 1996). A amplitude temporal deste período reflexão, análise e tomada de decisão pode ser variável em cada situação e pode ser impulsionada por diversos motivos (Palacios et al., 1996). Estes motivos podem ser globalmente agrupados em duas categorias distintas: (a) a *adoção tradicional*, que diz respeito aos casais que têm dificuldade ou não conseguem conceber um filho biológico e (b) a *adoção preferencial*, que diz respeito aos casais em que a adoção é uma opção, que não se relaciona com a sua fertilidade (Anderson, Piantanida, & Andersen, 1993).

Entre os motivos mais frequentes para adotar encontram-se as dificuldades em concretizar a filiação (e.g., infertilidade experienciada entre os casais, pessoas solteiras, divorciadas ou viúvas nas adoções singulares) (Mascarenhas & Alarcão, 2002). O estudo realizado com 106 famílias adotivas residentes no Distrito de Lisboa revelou que a grande maioria de famílias reportava um problema de infertilidade (Salvaterra, 2007). No mesmo sentido, o estudo realizado em Andaluzia, Espanha, realizado com 393 famílias adotivas de 484 crianças apurou que os motivos mais frequentemente referidos pelos pais para adotar uma criança foram, para mais de metade das famílias, os problemas de infertilidade, riscos de saúde para a mãe no decurso de uma gravidez ou riscos genéticos para a criança a nascer (Palacios et al., 1996). Outro dos motivos muito frequentemente

identificado pelas famílias prende-se com o facto de gostarem de criança e/ou desejarem ser mães ou pais (Palacios et al., 1996).

De facto, a maioria dos candidatos à adoção são casais cuja condição biológica inviabiliza a possibilidade de serem pais (Kirk, 1960, 1981; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Palacios et al., 1996).

A infertilidade constitui o resultado de uma falha a nível orgânico por disfunção dos órgãos reprodutores, dos gâmetas ou do conceito que dificulta ou impossibilita a conceção ou a persecução de uma gravidez. É considerado que um casal é infértil quando não consegue atingir a gravidez no prazo de um ano tendo uma vida sexual contínua, com uma frequência de 3 a 5 vezes por semana de relações sexuais, sem métodos contraceptivos e quando a mulher tem menos de 35 anos de idade. Adicionalmente a dificuldade no prosseguimento de uma gravidez, com abortamentos repetitivos (i.e., a partir de 3 consecutivos) é igualmente considerado infertilidade (Associação Portuguesa de Fertilidade, 2015). Considerando a população em idade reprodutiva, estima-se que a infertilidade conjugal se situe entre 15 a 20%, sendo a taxa de infertilidade feminina e masculina equivalente. Entre os casos de infertilidade, em média, cerca de 80% apresenta infertilidade feminina e masculina em simultâneo, em que usualmente um dos parceiros apresenta um problema mais grave do que o outro. A taxa de infertilidade tem vindo a aumentar nos países industrializados por diversas razões, que geralmente coocorrem, entre as quais o aumento da idade de conceção, a existência de vários parceiros sexuais, hábitos alimentares inadequados, como o excessivo consumo de gorduras, químicos constantes nos produtos alimentares e no ambiente, sedentarismo, consumo de substâncias lícitas e/ou ilícitas, como tabaco, drogas e álcool (Associação Portuguesa de Fertilidade, 2015).

A infertilidade, de um ou ambos os elementos do casal, poderá associar-se a diversos problemas, nomeadamente a ansiedade, depressão, uma distorção da imagem corporal, baixa-autoestima, deterioração na comunicação conjugal, decréscimo da atividade sexual e ressentimento relativamente ao seu parceiro (Shapiro, 1988).

Para além da invabilidade ou elevada dificuldade de uma conceção biológica os casais inférteis têm de gerir os efeitos psicológicos que, se não forem adequadamente resolvidos poderão ter um impacto menos positivo no processo adotivo. Kirk (1964, 1981, 1984) na sua teoria do papel social, concebida com base no seu estudo com 2000 pais adotivos, salientou esta tendência de os pais adotivos levarem a sua angústia e dor

da infertilidade para a parentalidade adotiva. Afirmou que quanto mais fragilizado um casal se sinta devido à sua infertilidade mais tendente estará para utilizar como mecanismo de resolução a negação ou a rejeição face à diferença que implica ser uma família não biológica comparativamente às biológicas. Desta forma, parece ser relevante que os pais adotivos consigam resolver o processo de luto e de aceitação face à infertilidade e impossibilidade ou dificuldade na parentalidade biológica, para que consigam investir, de forma adequada, na criança a adotar (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

De acordo com Rosenberg (1992) existem três importantes momentos subjacentes ao processo de decisão que já foram vivenciados por muitos dos candidatos à adoção quando tomam a iniciativa de adotar: (1) Constatar e aceitar a dificuldade ou incapacidade para conceber um filho biológico; (2) Aceitar assumir um papel parental de uma criança com a qual não existe um vínculo biológico, e (3) Definir as principais características da criança que se pretende adotar.

Em relação ao início do processo formal da adoção, os candidatos têm diversas incertezas e fontes de stress. Uma das incertezas relaciona-se com o tempo em que vão ter de esperar (que em Portugal varia de acordo com diversos fatores e é inversamente proporcional à idade da criança indicada como limite máximo desejado pelos candidatos) (Mascarenhas & Alarcão, 2002). Outro fator de stress para os futuros pais adotivos, nesta fase, é a incerteza de conseguirem, ou não, corresponder às exigências formais de seleção para a adoção (Palacios, 1998). Outro dos aspetos é a necessidade de transmitirem a sua decisão à família e meio envolvente, muitas vezes com a devida justificação, que poderá reativar e intensificar as problemáticas internas relativas à infertilidade e os sentimentos de diferença comparativamente às famílias biológicas no seu processo paulatino e óbvio de gravidez (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

### ***1.7.2 Tempo de espera: Gravidez por tempo indeterminado***

Em Portugal, entre a fase formal em que os candidatos são selecionados e da sua colocação na lista nacional de adoção e a proposta da criança a adotar existe um importante hiato temporal comumente designado como o tempo de espera. O tempo do tempo de espera depende de diversos fatores, nomeadamente as características das crianças definidas como desejáveis pelos candidatos; o número de crianças adotáveis com essas características, o número de candidatos em lista de espera para adotar (Instituto de Segurança Social, I.P., 2014) e a correspondência entre as necessidades específicas das crianças a adotar e o perfil dos candidatos. Não obstante esta variação considerável entre os diferentes candidatos, de acordo com o Instituto de Segurança Social, o tempo médio de espera dos candidatos em 2011 foi de 2 anos e meio. Contudo é importante salientar que esta estimativa não tem em consideração as especificidades das crianças a adotar (e.g., a idade no momento da adoção, as condições de saúde, a existência de uma incapacidade, a adoção conjunta de irmãos biológicos), na medida em que existem características que diminuem consideravelmente o tempo de espera. Quando entre as especificidades dos adotantes se encontra a pretensão de adotar um bebé com menos de 3 anos, o tempo de espera é muito superior (Neves & Robalo, 2012). Aliás, nestas circunstâncias específicas, da adoção de crianças com menos de 3 anos de idade, o tempo de espera poderá ser superior a 5 anos (Carvalho, 2011).

O tempo de espera dos candidatos à adoção é vivido como um período de indefinição e imprevisibilidade, uma vez que os futuros pais adotivos conseguem delimitar o seu início, mas não fazem a mínima ideia como delimitar a sua conclusão. Ao contrário do que é experienciado numa gravidez biológica, no decurso desta “gravidez” abstrata, apenas “psicológica”, os futuros pais não têm conhecimento acerca de uma previsão de uma data aproximada para o “nascimento” do seu filho (Brodzinsky, Lang, & Smith, 1995; Salvaterra & Veríssimo, 2008). Desta forma, os futuros pais adotivos tendem a experienciar nesta fase, incertezas, vazios internos, ansiedade, angustia, insegurança, intranquilidade, nervosismo e stress (Berástegui, 2008; Ferreira, Pires, & Salvaterra, 2004; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Salvaterra & Veríssimo, 2008; Sandelowski, Harris, & Holditc-Davis, 2007). Os sentimentos de ansiedade (Brodzinsky et al., 1998; Salvaterra, 2007), desamparo e frequentemente depressão podem mesmo levar os candidatos a questionarem-se acerca do seu direito para serem pais (Brodzinsky et al., 1998) como acontece naturalmente com a grande maioria das pessoas que os

rodeiam. Não obstante as tendências menos positivas, alguns candidatos relatam um relacionamento conjugal intacto e uma comunicação em casal de boa qualidade no decurso do tempo de espera (Salvaterra, 2007).

Perante este panorama global, os candidatos acabam por recorrer a uma diversidade de estratégias para que consigam experienciar esta etapa, caracterizada por algumas dificuldades, de uma forma mais saudável. Alguns dos adotantes optam por ir contactando regularmente com a equipa de adoção, no sentido de se certificarem que não foram esquecidos e na indagação de novidades, outros dedicam-se mais a outras dimensões da vida, como à profissional. Não obstante as especificidades de cada indivíduo, a maioria dos futuros pais adotivos opta por um investimento na sua rede de suporte social informal, procurando o apoio das pessoas mais significativas para si, como dos familiares e amigos, ou mesmo aproximando-se das crianças que integram a sua rede familiar e/ou social (Berástegui, 2008; Ferreira et al., 2004).

Independentemente das características de cada candidato e das estratégias que adotam nesta etapa é relevante que esta fase seja aproveitada para os futuros pais conseguirem internalizar, nas suas estruturas mentais, a parentalidade, ou seja, o seu novo papel de pais (Sandelowski et al., 2007). Provavelmente esta tarefa é mais difícil de ser concretizada comparativamente aos pais biológicos devido a toda a abstração que reveste esta fase, em que não existe qualquer pista confirmatória da sua concretização (e.g., o tempo de espera sem delimitação, ausência de sintomas físicos, ausência de qualquer tipo de interação com o filho a “fazer-se pessoa”, falta de informações concretas de obstetras, ausência de olhares e comentários sociais reforçadores do estado de parentalidade iminente).

Este período, devido à necessidade de “conteúdo” concreto por parte dos candidatos, deve ser aproveitado para ser experienciado como uma “espera ativa”, ou seja com investimento parental em alguns aspetos particulares, nomeadamente no ajustamento de expectativas relativas à criança adotada e às experiências adotivas futuras, na antecipação de tarefas e dificuldades que possam emergir futuramente na integração da criança adotada e, ainda, no desenvolvimento progressivo de um repertório de estratégias adequadas para melhor enfrentar ou resolver estas dificuldades (Angulo & Reguilón, 2001). Neste sentido, a equipa de adoção poderá ter um papel fundamental para informar, apoiar e incentivar o aumento de conhecimentos e de competências no âmbito da parentalidade adotiva.

### **1.7.3 A chegada da criança, a sua adaptação e desenvolvimento na família adotiva: lua-de-mel, apropriação e sentido de pertença**

Em Portugal, a fase da chegada da criança à família ocorre rapidamente. Desde que a família e a criança se conhecem até a criança ir para casa da família adotiva, no caso de existir uma boa qualidade nas interações diádicas observadas entre o(s) adotante(s) e a criança, geralmente decorrem apenas alguns dias.

De acordo com a perceção parental de algumas famílias adotivas, na região de Lisboa, esta primeira fase de transição tende a ser muito repentina, embora tal não seja perspetivado pelos pais adotivos como algo menos positivo, considerando que os procedimentos subjacentes à entrega da criança foram maioritariamente adequados ou muito adequados (Salvaterra, 2007).

Nesta fase de transição para a parentalidade as grandes tarefas desenvolvimentais normativas, ou objetivos que se colocam no ciclo de vida familiar, para as famílias adotivas são semelhantes às colocadas para as famílias não adotivas, incluindo a criação de um modelo de parentalidade (Mascarenhas & Alarcão, 2002) e o estabelecimento do vínculo afetivo pais-criança (Alarcão, 2000). A transição para a parentalidade geralmente envolve alterações consideráveis no sistema familiar, na medida em que o aumento da fadiga parental implica frequentemente transformações específicas em diversas dimensões da vida do casal (Brodzinsky, Lang, & Smith, 1995). Resultados de investigação revelam que se tende a verificar um decréscimo de acontecimentos relacionais positivos e de tempo de lazer focado na relação conjugal (e.g., MacDermid, Huston, & McHale, 1990), de socialização (Simpson, Rholes, Campbell, Tran, & Wilson, 2003), e um aumento considerável de conflito conjugal (Cowan & Cowan, 2000). De facto, a literatura científica tende a concluir que a transição para a parentalidade constitui um período stressante para os novos pais (Cowan & Cowan, 1995), que implica alguma deterioração na relação conjugal (Doss, Rhoades, Stanley, & Markman, 2009). Esta deterioração tende a ser súbita após o nascimento do primeiro filho e a persistir pelo menos nos 4 primeiros anos após o nascimento do filho (Doss et al., 2009).

As famílias adotivas para além das tarefas normativas associadas à transição para a parentalidade, comuns a todas as famílias aquando a chegada de um filho, têm algumas tarefas e circunstâncias que lhes são particulares (Palácios, 2004).

Para além das diferenças relativas às circunstâncias e características que envolvem a chegada da criança, a fase da Pré-adoção é outra das especificidades das famílias adotivas. Na fase da Pré-adoção, cuja duração formal é de 6 meses, a equipa de adoção da Segurança Social (ou organismo equivalente, dependendo da região do país) acompanha a relação pais-filho e a integração da criança na família adotiva, geralmente através de observação direta em visitas domiciliárias à família. No final, e mais uma vez caso exista uma avaliação positiva por parte dos profissionais, será entregue à família adotiva um relatório que esta terá de entregar ao Tribunal de Família, para que conste no processo de solicitação para ser decretada a adoção.

Resultados de investigação revelam que esta é uma etapa experienciada pelos pais como difícil. Num estudo realizado em Portugal, com famílias adotivas de Lisboa, as famílias referem a fase da pré-adoção como uma das vividas com mais dificuldade (Salvaterra, 2007). No mesmo sentido, um estudo realizado no Distrito do Porto, quase metade das famílias adotivas inquiridas refere a vivência difícil nesta etapa (Santos et al., 2000). Em Espanha, num estudo realizado com famílias adotivas provenientes de Andaluzia, as famílias referem que o período de pre-adoção é geralmente vivido com alguma preocupação e insegurança. Metade das famílias Andaluzas inquiridas considerou o processo de pré-adoção como complicado (Palacios, 1998).

Uma outra fase muito específica das famílias adotivas, na transição para a parentalidade, é a fase da decisão judicial, que é outra das relatadas pelas famílias adotivas como sendo das mais difíceis de ser vividas (Salvaterra, 2007). O tempo até ser decretada a adoção formal da criança por via judicial é vivido, por algumas famílias, como um período que teve pouco impacto, embora outras famílias refiram um impacto negativo nas suas vidas, com receios de que o “filho” recém-chegado pudesse ser reclamado pelos pais biológicos (Salvaterra, 2007).

Não obstante estas angústias experienciadas pelos pais adotivos, a propósito das formalidades associadas ao processo adotivo, os primeiros tempos vividos após a chegada da criança, geralmente caracterizam-se como uma lua-de-mel (Brodzinsky et al., 1998; Mascaranhas & Alarcão, 2002; Palacios, 1998). A fase da lua-de-mel faz parte do período inicial da chegada e integração da criança adotiva na família, caracterizada por uma fase de “enamoração” entre pais e filho, em que tudo corre bem (Mascaranhas & Alarcão, 2002; Palacios, 1998). Geralmente esta “doce” e tranquila fase antecede outras de maiores desafios para os pais adotivos (Brodzinsky et al., 1998).

Após esta fase de deslumbramento afetivo inicial, por vezes, começam a surgir alguns problemas, que acontecem principalmente com crianças adotadas com mais idade. Estes problemas tendem a relacionar-se sobretudo com as experiências pré-adotivas das crianças e com o seu medo do abandono que podem levar a que sintam a necessidade de confirmar a incondicionalidade do amor dos pais e a certeza de que não serão novamente abandonadas, provocando e desafiando os pais no sentido de testarem o amor deles (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

Perante estes comportamentos desafiadores os pais adotivos questionam se os comportamentos exibidos são comportamentos inadequados típicos de qualquer criança, devendo ser encarados como tal, ou se serão provocados por todas as experiências passadas adversas que a criança viveu e que, por isso, devem reagir de forma diferente (Archer, 1999).

Estas e outras questões podem traduzir-se em dificuldades educativas exibidas pelos pais adotivos, relacionadas com o uso da autoridade parental por compaixão pelo sofrimento passado da criança ou/e por recearem perder o afeto da criança, levando-os a exibirem um estilo educativo parental permissivo ou ambivalente (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

Adicionalmente aos comportamentos desafiadores, as crianças adotadas podem também manifestar outros comportamentos que tendem a preocupar os pais, como problemas de sono, alimentares ou de controlo dos esfíncteres. Estes comportamentos podem levar os pais a sentirem-se inseguros e a interpretá-los como uma inadaptação à família adotiva ou a problemas genéticos da criança. Não obstante, estes comportamentos frequentemente serem adaptativos, o seu surgimento poderá fazer emergir obstáculos ao processo de filiação e de construção da parentalidade, sustentando a clivagem entre a herança biológica e a influência possível do meio ambiente (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

As crianças adotadas podem trazer consigo uma dura história e uma diversidade de experiências adversas (Rosenthal, 1993). Têm uma maior probabilidade de terem sido fruto de gravidezes com stress e sem acompanhamento médico, de partos e pós-partos associados a complicações diversas (Bohman, 1970; Hoopes, 1982) e de provirem de famílias biológicas com problemas psicológicos (Cadoret, 1990; Loehlin, Willerman & Horn, 1982).

É relevante não descurar o potencial impacto dessas experiências adversas em fases precoces da vida destas crianças no seu comportamento e desenvolvimento emocional (Archer, 1999). A bagagem de experiências menos positivas da criança pode também dificultar as relações entre pais e filho, o funcionamento familiar, e, conseqüentemente o ajustamento da criança na família adotiva (Rosenthal, 1993).

De facto, a integração da criança numa família adotiva não tem o poder de apagar as experiências do passado da criança e as suas estratégias de sobrevivência aprendidas na adversidade (Archer, 1999), não obstante o seu poder para “reescrever” o presente e o seu futuro.

Adicionalmente a estas dificuldades acrescidas nas famílias adotivas são frequentes as interrogações e questões dos pais no que se refere ao problema de infertilidade e à filiação psicológica, bem como a dúvidas relativas ao património hereditário que acompanha a criança e suas potenciais implicações no seu desenvolvimento e no funcionamento familiar (Alarcão, 2000).

Estas questões podem incrementar a discrepância entre a criança imaginária e a criança real cujo impacto nas relações entre pais e filhos pode ser relevante (Isabella & Belsky, 1991).

Desta forma é possível compreender que para além do stress normativo comum a qualquer família na transição para a parentalidade, as famílias adotivas têm fontes de stress adicionais associadas ao processo adotivo (Alarcão, 2000).

Por toda a acumulação de dificuldades possíveis nas experiências familiares adotivas assume-se como de elevada relevância o papel das redes de suporte social formal (i.e., os profissionais e serviços) e de suporte social informal (a família e os amigos), para que estes pais possam exprimir as suas dificuldades e sentimentos a eles associados e, com mais segurança, redefinir os comportamentos mais adequados (Alarcão, 2000). Neste sentido, os pais adotivos do estudo realizado em Andaluzia, Espanha, referem que perante os problemas encontrados utilizam recursos diversificados, nomeadamente apoio conjugal, de amigos e familiares e apoio profissional (Palacios, 1998).

Apesar das fontes de stress adicionais experienciadas na transição para a parentalidade nas famílias adotivas, existem algumas singularidades que se podem assumir como aspetos positivos para a família (Brodzinsky, Lang, & Smith, 1995; Palacios, 1998), podendo constituir-se como importantes facilitadores para superar

dificuldades com mais facilidade comparativamente com os pais não adotivos (Brodzinsky, 1998).

O facto de a idade média da transição para a parentalidade adotiva ser superior à idade dos pais não adotivos, geralmente encontra-se associado a mais anos de relação conjugal, a uma maior estabilidade profissional, maior segurança financeira e a uma maior capacidade para enfrentar as dificuldades subjacentes à parentalidade e à vida familiar globalmente considerada (Brodzinsky et al., 1995; Brodzinsky, 1998).

O facto de as famílias adotivas terem sido formalmente avaliadas e selecionadas, por parte de uma equipa de profissionais qualificados conhecedores das dificuldades subjacentes ao processo adotivo, também poderá funcionar como outro aspeto positivo destas famílias (Palacios, 1998). Para muitas famílias adotivas, também o longo percurso de dificuldades e sofrimento decorrentes da infertilidade poderá (quando os processos de luto e aceitação são adequadamente resolvidos) predispor o casal para um forte desejo e preenchimento aquando a integração da criança, podendo funcionar como efeito protetor das dificuldades possíveis (Brodzinsky et al., 1995). No mesmo sentido, também as expectativas positivas dos pais adotivos em relação ao efeito positivo que ter um filho terá na sua vida pessoal e familiar (Brodzinsky, 1998) podem assumir-se como um importante fator de proteção nestas famílias.

Considerando esta importante fase de integração e adaptação da criança e da família adotiva, é relatada uma perceção de pais adotivos portugueses, residentes na zona de Lisboa, bastante positiva. A maioria dos pais inquiridos refere sentir-se muito satisfeita com as características atuais dos filhos e que a sua vida familiar é mais feliz ou muito mais feliz após a adoção. Consideram ainda que os filhos tendem a progredir de forma bastante positiva a diversos níveis (e.g., saúde, crescimento psicológico e nas relações com a família adotiva), mesmo quando inicialmente apresentavam algumas dificuldades de saúde, desenvolvimento, comportamento, alimentação e/ou sono. Estes pais tendem a considerar que as maiores influências no desenvolvimento dos filhos são as experiências na família adotiva e a desvalorizar as experiências e influências ambientais e genéticas/biológicas da vida passada, pré-adotiva dos seus filhos (Salvaterra, 2007).

De facto, os resultados de investigação e a experiência clínica de diversos profissionais salientam que esta fase da vida familiar adotiva, em geral, tende a ser bastante bem-sucedida (Brodzinsky & Huffman, 1988).

#### ***1.7.4 A revelação: processo de partilha de informação e de sentires acerca das vidas prévias vividas***

A revelação é a designação atribuída, na literatura científica no âmbito da adoção, ao processo de comunicação entre pais adotivos e filhos adotados acerca da sua condição de adotado e da sua história de vida prévia à adoção. Trata-se de um processo que deverá fazer parte dos acontecimentos experienciados em todas as famílias adotivas e que caracteriza outra das suas especificidades comparativamente às famílias não adotivas.

Constitui uma temática de elevado interesse que provoca muitas dúvidas nos pais adotivos (Brodzinsky, Singer, & Braff, 1984).

No decurso da primeira metade do século XX, o processo de adoção era encarado por profissionais e pais como algo que deveria ser experienciado de uma forma discreta e uma vez finalizado o tema deveria ser evitado. Consequentemente a revelação deveria ficar “submersa” para que a família pudesse prosseguir uma “vida normal”. Um conjunto diversificado de práticas profissionais reforçava esta abordagem sigilosa (e.g., empenho na correspondência entre as características físicas, étnicas e religiosas dos pais adotivos e da criança a adotar; alteração do certificado de nascimento da criança, o ato de selar registos para assegurar o anonimato). O intuito destas práticas era o de preservar a família e a criança do estigma do “nascimento fora do casamento” e do “filho ilegítimo”, mantendo a sua imagem como família “intacta”. Estas medidas “vamos fingir” acabavam por ocultar as reais diferenças entre as famílias adotivas e as não adotivas (Anderson, Piantanida, & Anderson, 1993).

As consequências desta mentalidade acerca da importância de as famílias fingirem serem aquilo que não eram foi cientificamente questionada e explorada com a publicação de Kirk, em 1964, sobre a forma das famílias adotivas viverem a sua condição específica (Anderson et al., 1993). Tendo como base a sua investigação, com 2000 pais adotivos dos Estados Unidos da América e do Canadá, Kirk (1964) defende, na sua teoria do papel social, que os indivíduos crescem mergulhados em determinadas expectativas sociais relativas ao ciclo normativo da formação de uma família, que implica o casamento e a gravidez. Quando têm de lidar com a sua situação de infertilidade, o que acontece com a maior parte dos pais adotivos, estes vêm-se perante uma “desvantagem de papel”, com poucos modelos sociais de suporte para lidarem com a sua situação específica. Perante a “desvantagem de papel”, segundo Kirk (1964, 1981, 1984) existem diferentes formas dos pais adotivos experienciarem e aceitarem as atitudes dos outros e de lidarem com as

questões relacionadas com a infertilidade e a adoção, emergindo dois padrões fundamentais de comportamento. O padrão da “rejeição da diferença”, com fortes e complexas motivações e avaliações subjacentes, que implica a negação, a minimização ou a rejeição da ampla magnitude das suas perdas (e.g., da capacidade de conceber, do filho biológico) e das diferenças associadas à adoção que fazem parte da realidade destas famílias (Kirk, 1964, 1981). Este padrão familiar tende a inibir a comunicação aberta entre pais e filhos e a aumentar as interações familiares disfuncionais. Inversamente, o padrão da “aceitação da diferença” caracteriza-se pelo reconhecimento da realidade e da diferença, pela aceitação da sua posição na família e na sociedade e o reconhecimento da sua perda, bem como dos desafios experienciados na vida da família de forma moderada (Kirk, 1964, 1981). Nestas famílias tendem a existir abertura na comunicação, confiança e clareza de expectativas, que têm como impacto uma maior liberdade e oportunidade para o adotado explorar os aspetos relacionados com a adoção, de forma aberta e não defensiva com os pais, e a oportunidade de proporcionar à criança ou ao jovem adotado o sentido de continuidade entre o passado, o presente e o futuro (Brodzinsky, 1987; Brodzinsky, Smith, & Brodzinsky, 1998; Kaye, 1990). O impacto social da investigação de Kirk (1964, 1981, 1984) e de outros estudos que lhe sucederam (e.g., Brodzinsky, 1987; Brodzinsky, Smith, & Brodzinsky, 1998; Kaye, 1990; Nickman, 1985) na comunidade adotiva influenciou os pais adotivos a perspetivarem a revelação como algo potencialmente desagradável, mas supostamente significativo (Anderson et al., 1993).

Atualmente a atitude de esconder da criança a sua condição de adotada tende a estar superada. Frequentemente os pais adotivos reconhecem a relevância do filho conhecer a sua condição e história prévia à integração na família adotiva (Diniz, 2004).

No início desta etapa de mudança de paradigma acerca da aceitação das especificidades das famílias adotivas, a temática de interesse central na revelação seria quando informar a criança ou o jovem acerca da sua condição adotiva e encontrar formas adequadas para que, em diferentes idades, fosse possível explicar com clareza o significado da adoção. Ao longo do tempo, pais e profissionais começaram a compreender que a revelação no âmbito da adoção não é uma conversa importante num momento especialmente diferente, mas um processo contínuo estabelecido, capaz de imprimir a sensação de abertura e conforto na partilha familiar da temática (Anderson et al., 1993).

A literatura científica tem evidenciado, de forma coerente, que as estratégias de comunicação parentais utilizadas com os filhos adotivos acerca da temática da adoção

têm impacto no seu ajustamento (e.g., Brodzinsky, 1982; Brodzinsky, 2006; Brodzinsky, 2011; Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Rueter & Koerner, 2008).

A sociedade em geral acompanhou esta mudança de paradigma relativa à revelação na adoção disponibilizando no mercado postais de “anúncio de nascimento” específicos para a adoção, para os pais distribuírem às pessoas mais significativas nas suas vidas. Têm também sido publicados uma diversidade de livros de ficção e não ficção, dirigidos aos pais adotivos ou às crianças adotadas, com o intuito de ajudar as famílias a explicarem à criança, de forma positiva e adequada, que é adotada e a melhor gerirem os sentimentos que podem surgir a este respeito (Anderson et al., 1993).

No início deste processo, algumas das primeiras questões que se colocam aos pais relativamente ao processo de revelação são, entre outras, quando devem iniciar e em que circunstâncias, de que forma o deverão fazer, com que frequência a informação deve ser partilhada (Palácios, 2004).

A idade da criança é um fator duplamente relevante. Primeiro, a idade com que uma criança é adotada imprime características muito diferentes à sua consciencialização da condição adotiva e da sua história de vida prévia à adoção. Basta imaginar as diferenças possíveis entre uma criança adotada nos seus primeiros meses de vida e uma criança adotada aos 9 anos de idade (Palácios, 2004). Segundo, a diferentes idades correspondem diferentes níveis de maturidade cognitiva e os resultados de investigação têm revelado, o que intuitivamente parece fazer sentido, com diferentes idades as crianças apresentam uma consciencialização do significado e das implicações de ser adotada bastante distintas (e.g., Brodzinsky, Singer, & Braff, 1984; Brodzinsky, Schechter, & Brodzinsky, 1986). Devido à sua maturidade cognitiva, as crianças mais novas têm uma menor capacidade de compreensão do seu estatuto familiar, tendendo a perspetivar a adoção mais positivamente e de forma mais irrealista (Singer, Brodzinsky, & Braff, 1982). À medida que vão crescendo, e progressivamente aumentando a sua maturidade cognitiva, tornam-se paulatinamente mais conscientes de todas as implicações subjacentes à sua condição de adotadas, nomeadamente a perda da sua família biológica, dos seus laços culturais e muitas vezes étnicos, e até de uma parte de si próprios (Brodzinsky, 1987; Brodzinsky, Schechter, & Hening, 1992; Nickman, 1985; Reitz & Watson, 1992; Schechter, & Bertocci, 1990).

No que se refere à idade para iniciar o processo de revelação geralmente as sugestões avançam com um início tão precoce quanto possível. A experiência clínica e

os resultados de investigação sugerem que à medida que os pais adiam o momento de iniciar o processo de revelação aumenta a probabilidade de os filhos poderem ter acesso a alguma informação relativa à adoção (e.g., conversas entre familiares, um comentário que alguém faz, documentos existentes, informação na escola). Esta descoberta “solitária”, e muitas vezes não intencional, sem a iniciativa e o suporte dos pais pode ser mais dolorosa para a criança ou para o jovem adotado, e pode assumir-se como potencialmente perturbador para as relações familiares. Relatos de adultos adotados cujos pais não partilharam com eles a sua condição de adotados e a sua história prévia de vida e que acabaram por descobrir, de outra forma, o “segredo da família” em fases mais tardias (e.g., infância tardia, adolescência ou na adultez) evidenciam fortes sentimentos de traição e raiva em relação aos pais adotivos (Brodzinsky, Lang, & Smith, 1995; Mascarenhas & Alarcão, 2002).

A idade preferencial sugerida é no decurso da etapa pré-escolar, aproximadamente entre os 2 e os 4 anos de idade (Palácios, 2004). Nesta fase, devido ao facto de as crianças terem uma imagem simples acerca do que é uma família e da forma como esta se constitui, as suas reações geralmente caracterizam-se pela tranquilidade e naturalidade, podendo a criança, facilmente, narrar a sua história e contar aos outros que é adotada sem ter uma compreensão profunda e global do significado da informação (Palácios, 2004). Não existindo esta compreensão clara acerca do significado de família (i.e., a família é encarada como um conjunto de pessoas que coabitam) e da distinção entre o nascimento, com a sua base biológica, e a adoção, as crianças tendem a viver esta situação sem questionar muito os pais adotivos. Muitas delas podem até pensar que todas as crianças vivem as mesmas circunstâncias, nascendo numa família e crescendo noutra (Brodzinsky, Schechter, & Brodzinsky, 1986; Alarcão, 2000).

A partir dos 7-8 anos de idade a criança adquire novas capacidades cognitivas, que lhe vão permitir uma maior sofisticação representacional acerca do significado de “ser família”. A partir desse momento existe um aumento progressivo da consciência do que é ser adotado e pertencer a uma família adotiva (Palácios, 2004), na medida em que começa a compreender que uma família se substancia essencialmente nos laços biológicos entre os seus membros e que o vínculo entre ela e a sua família é diferente da maioria (Mascarenhas & Alarcão, 2002). É nesta fase que começa a emergir o sentimento de ganho e perda, ou seja, que se ganhou uma nova família é porque previamente perdeu uma que era a dela anteriormente (Palácios, 2004; Mascarenhas & Alarcão, 2002). O

desejo de saber mais informações acerca da família de origem e as perguntas dirigidas aos pais começam nesta etapa a ser mais frequentes (Palácios, 2004). Devido todo este novo interesse, iniciam-se as perguntas sobre temas mais sensíveis, começando também, nesta fase, a despontar maiores dificuldades sentidas quer pelos filhos, quer pelos pais (Palacios, 1998; Palacios, 2004), que podem sentir-se mais desconfortáveis e com dificuldade em manter a abertura desejada, principalmente quando se abordam temáticas mais delicadas como os traumas passados ou situações de abuso sexual (Anderson, et al., 1993). Nesta fase também podem surgir, principalmente nas situações de adoções de crianças em idades mais tardias, sentimentos de “castigo” ou “falta de valor” por parte das crianças, interpretando a “perda” da família biológica e a adoção como castigo de comportamentos inadequados anteriores à adoção, o que pode despoletar nas crianças dois padrões comportamentais extremos, uma inibição da agressividade normativa e saudável, necessária em termos relacionais por medo da perda ou castigo similar ou o desafio constante dos limites dirigido aos pais adotivos para testarem o seu amor incondicional (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

A partir da adolescência surgem novas aquisições cognitivas e conseqüentemente, paralelamente às tarefas desenvolvimentais normativas da construção do eu e formação da identidade, surgem também novas perspectivas relativas ao “sentir-se adotado” (Palácios, 2004). O processo de construção de identidade no adolescente, cujas tarefas subjacentes incluem a “separação” dos pais e a aquisição progressiva de autonomia (Alarcão, 2000), implica o sentido de continuidade da história pessoal e um revisitar do passado, do presente e perspetivar o futuro. Nos adolescentes adotados esta tarefa de refletirem sobre o passado, referenciar e reconstruírem as suas origens e os seus passados, e de experienciarem o sentido de continuidade não assumem as mesmas características que nos não adotados, tendo ainda como tarefa extra incorporar as suas condições como adotados nas suas identidades globais. Por esta razão, será provável que os adolescentes questionem os pais acerca da sua história de vida prévia à adoção e que possam querer localizar a sua família biológica (Palácios, 2004).

Contudo, importa realçar que as dificuldades específicas experienciadas pelos adolescentes adotados podem ser muito diversificadas (Mascarenhas & Alarcão, 2002; Palácios, 2004), tal como a forma de reagir a essas dificuldades. A forma mais adaptativa seria o adolescente conseguir comunicar e partilhar acerca dos seus pensamentos e sentimentos, o que nem sempre é conseguido. Frequentemente poderá desafiar instigando

ou projetando a sua agressividade, cuja intensidade e capacidade para ser superada poderá variar em função da capacidade do próprio adolescente para suplantar os seus receios e da forma como as pessoas significativas na vida do adolescente interpretam e reagem perante esta agressividade. Outra reação possível é a passividade perante estas vivências internas, deprimindo. Este comportamento é digno de atenção e cuidado especial uma vez que a ausência de expressão de sentimentos não corresponde a uma ausência de dificuldades ou a uma serenidade autêntica, mas sim a uma atitude de negação perante os problemas internos experienciados (Alarcão, 2000; Mascarenhas & Alarcão, 2002). Estas diferenças entre os adolescentes podem-se verificar em função de uma vasta diversidade de constelação de fatores (e.g., experiências no início de vida, relação estabelecida entre o adotado e os pais adotivos, forma como os pais lidam com a revelação, atitudes das pessoas significativas na vida do adolescente perante os problemas que surgem, entre outros) (Palácios, 2004).

Esta fase pode também não ser fácil para os pais adotivos, na medida em que as características desta etapa desenvolvimental dos seus filhos, com a procura da separação-individuação e a autonomia, poderá incrementar a sua insegurança e reativar os medos dos pais. Os medos relacionados com a concretização de reencontros sucessivos dos seus filhos com os pais ou a família biológica e o conseqüente abandono dos pais adotivos para se juntarem à família biológica, ou de que o filho se revolte por ter sido afastado da sua família de origem, podem ser experienciados pelos pais com uma elevada angústia (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

É importante que os pais compreendam o novo interesse dos filhos pelas suas origens e que o encarem como uma importante tarefa desenvolvimental de reconstrução da sua história e de atribuição de um significado que integre a sua identidade (Brodzinsky, Lang, & Smith, 1995), evitando atitudes defensivas e/ou ofendidas e magoadas pelo “injusto valor” atribuído pelos filhos a si próprios como os pais presentes e investidos. Nesta etapa, é essencial que os pais marquem a sua presença (com a necessária autonomia progressivamente concedida), com afeto, flexibilidade e confiança apoiando os filhos (Mascarenhas & Alarcão, 2002). Contudo, a decisão dos pais de apoiarem os seus filhos numa procura ativa da sua família biológica, quer a nível de informação adicional, quer de localização geográfica, deverá ser previamente profundamente ponderada, considerando diferentes aspetos, nomeadamente a maturidade emocional dos filhos, a intensidade das suas motivações e as expectativas por

eles tecidas no que se refere aos resultados desse investimento (Brodzinsky et al., 1995). Aliás estas expectativas dos adotados relativamente à família biológica é fortemente alicerçada nas ideias que os pais adotivos transmitem acerca da família biológica dos filhos no decurso do processo de revelação.

É essencial que os pais sejam honestos com os filhos e lhes forneçam informações exatas acerca da família biológica, sem adoçar a realidade, tornando os seus elementos em muito “bons” ou denegrindo a família de origem, transformando os seus elementos em “maus” (Anderson et al., 1993). Muitas famílias adotivas que, afirmando o seu amor pelos filhos adotivos, optavam por tentar transmitir uma ideia muito positiva acerca da família biológica para que as crianças não sofressem (e.g., *Eles, não ficaram contigo porque te amavam tanto que quiseram que tivesses uma boa casa*), acabavam por instigar nos filhos o medo de serem novamente abandonados por estes pais que também os amam muito e poderiam eventualmente, alguma vez achar, da mesma forma, que a criança poderia ficar muito melhor noutras circunstâncias. A mensagem mais adequada a transmitir é a de que a adoção pode resolver muitos problemas dos adultos, por exemplo de mães e pais que não estão preparados para serem pais (os biológicos) e o de pessoas que querem muito ser pais e estão preparados (os pais adotivos) (Anderson et al., 1993).

As redes de suporte social informal (i.e., família alargada e amigos) e formal (i.e., os profissionais) podem funcionar como importantíssimos recursos para as famílias adotivas nesta fase. A comunicação e partilha de sentimentos acerca desta temática com outras pessoas que não a família nuclear são fundamentais, também para os pais, por exemplo, para melhor enfrentarem os sentimentos despoletados pela crescente curiosidade dos adolescentes relativamente ao seu passado pré-adotivo (Alarcão, 2000). Não obstante a forte relevância que o grupo de pares assume na etapa da adolescência este poderá não conseguir constituir-se como uma importante fonte de suporte no que se refere às questões específicas da adoção devido ao facto desta temática ser alheia à realidade experienciada por outros adolescentes não adotados. O que poderá levar o adolescente adotado a sentir-se diferente dos outros e a ser mais difícil para si partilhar com eles as suas experiências e sentimentos (Mascarenhas & Alarcão, 2002). Por esta razão, Mascarenhas e Alarcão (2002) apresentam como sugestão uma alternativa interessante e útil que consiste em constituir grupos de adolescentes adotados para funcionarem como importante rede de suporte nesta etapa de vida.

Desta forma, é importante que os pais (e os profissionais, considerando as situações das crianças que se encontram em instituições de acolhimento temporário) tenham conhecimento de que a forma como as crianças/jovens compreendem, interpretam, “sentem” e questionam a informação acerca do processo de revelação é diferente em cada idade e de acordo com a idade em que foram adotadas, de forma a ajustarem as suas atitudes face à revelação. É de facto, fundamental que a informação disponibilizada às crianças/jovens se adapte sistematicamente aos seus níveis de desenvolvimento (Brodzinsky, Lang, & Smith, 1995).

Existem alguns aspetos importantes para os pais adotivos decidirem antes de iniciarem o processo de revelação, nomeadamente qual será a atitude e a estratégia que vão utilizar, quais os conteúdos que pretendem abordar e de que forma pensam responder às eventuais questões colocadas pela criança (Palácios, 2004).

Quando pensamos na adoção internacional ou/e na adoção de crianças de outras culturas e/ou etnias a revelação inclui um outro ingrediente que deve ser contemplado, e que alarga as tarefas a desempenhar por parte dos pais adotivos. Essas tarefas prendem-se com a relevância de disponibilizar diferentes oportunidades para os filhos manterem o contacto com a sua herança cultural e étnica (e.g., mostrarem fotografias e contarem histórias acerca da sua cultura de origem) (Anderson et al., 1993), que podem constituir-se como importantes auxiliares na construção das suas autoestimas e na construção de identidade no decurso do desenvolvimento.

Outra das importantes tarefas, incluídas entre as diversas integrantes do processo de revelação, que ainda se tornam mais relevantes nas adoções cujas discrepâncias nas características físicas entre pais e filhos são mais evidentes, relacionam-se com algo a que o autor Donley (1978) designou como a “história encoberta”. A “história encoberta” diz respeito ao reportório de respostas socialmente aceitáveis a serem fornecidas aos outros perante questões intrusivas relativas à temática adotiva, que devem ser desenvolvidas nos pais adotivos e transmitidas aos filhos adotados. É importante que toda a família adotiva saiba lidar com os comportamentos, questões e/ou comentários intrusivos e desadequados dos outros, por vezes pessoas que não conhecem (e.g., Não conseguiram ter filhos vossos? O que fizeram os verdadeiros pais desta criança? De onde ele vem? Porque quiseram criar os filhos dos outros?). As estratégias de “história encoberta”, que incluem o saber responder adequadamente sem impulsionar sentimentos de vergonha e/ou secretismo ajudam as crianças e os jovens adotados a desenvolverem o sentido de privacidade e a

capacidade para a tomada de decisão sábia acerca de saberem selecionar as pessoas com quem é seguro partilharem e de qual o conteúdo usado para o fazerem (Anderson et al., 1993).

## **1.8 Precusores na trajetória de vida das crianças adotadas**

### ***1.8.1 História prévia das crianças adotadas (pré-institucionalização)***

Para se ter uma visão global e profunda da criança adotada é necessário conhecer todas as suas características e vivências, no sentido de se identificarem os fatores de proteção e de risco presentes no decurso do seu desenvolvimento, desde o nascimento. Contudo, é amplamente relatada a dispersão, ausência, séria escassez de informação, ou secretismo de alguns profissionais no que se refere à informação relativa às experiências pré-institucionalização destas crianças, à sua herança genética, aos riscos pré-natais, às características e situações associadas aos pais biológicos, à história e dinâmica familiar (Greene, Kelly, Nixon, Kelly, Borska, Murphy, & Daly, 2008). No âmbito da prática de investigação, a recolha desta informação torna-se complexa uma vez que implica reunir dados dispersos constantes nos relatórios médicos e de outros profissionais, escritos em diferentes formatos e com temáticas extremamente diversificadas (Greene et al., 2008).

Apesar da diversidade de razões específicas justificativas para a retirada das crianças da sua família biológica, existe uma tendência generalizada para que estas crianças sejam oriundas de famílias cronicamente disfuncionais e multiproblemáticas, sendo expostas, direta e/ou indiretamente, a experiências precoces adversas, tais como abusos físicos, sexuais, mentais e/ou emocionais (Duehn, 1990; Mahoney, 1990).

As características da família biológica e as experiências iniciais destas crianças poderão ter um impacto significativo no seu desenvolvimento, e nem sempre é possível considerá-las devido ao hiato existente entre as diversas circunstâncias de vida das crianças e a descontinuidade dos elementos pertencentes às suas redes de suporte social formal e informal.

### ***1.8.2 Institucionalização das crianças e os seus efeitos***

Para além dos possíveis efeitos adversos associados à família biológica da criança adotada, outros devem ser considerados. Diversos estudos prévios têm demonstrado os efeitos nocivos advindos da institucionalização da criança após a retirada da sua família de origem (e.g., Vorria, Rutter, Pickles, Wolkind, & Hobsbaum, 1998a, 1998b; Vorria et al., 2003). São relatados efeitos adversos, de longa duração, em aspetos relevantes do desenvolvimento sócio emocional e cognitivo de crianças de quatro anos de idade precocemente institucionalizadas (Vorria et al., 2006). Quando comparados bebés institucionalizados a bebés a viver com as suas famílias, observa-se uma tendência para que os institucionalizados tenham um peso e altura inferiores (Vorria et al., 2003), maior hipersensibilidade ao som e hiperatividade, falta de contacto ocular e amizades indiscriminadas, características geralmente associadas a efeitos de institucionalização (Greene et al., 2007). Em crianças que permanecem institucionalizadas ao longo do tempo é relatado um declínio considerável no seu Quociente de Inteligência (Skeels, 1966), contrariamente às crianças que são adotadas, cujo QI aumenta drasticamente, desde níveis considerados de “*atraso considerável*” até níveis normativos (Dennis, 1973; Skeels, 1966).

O tempo de institucionalização parece ser relevante na medida em que mais de 6 meses em cuidados institucionais parecem representar um elevado risco de resultados desenvolvimentais negativos, na medida em que, após os quais, apenas uma minoria de crianças adotadas consegue recuperar, embora algumas delas cheguem mesmo a revelar resultados de QI superiores à norma (Greene et al., 2008). São relatados mais problemas do foro emocional (e.g., ansiedade e temores) nestas crianças (Palácios, 2004). A dificuldade em estabelecer relações seguras e a demonstração indiscriminada de amizade são igualmente dificuldades identificadas, independentemente da qualidade da prestação de cuidados que lhes é fornecida nas instituições onde estão acolhidas (Hodges & Tizard, 1989a, 1989b; Tizard & Hodges, 1978; Tizard & Rees, 1974, 1975; Zeanah, Smyke, Koga, Carlson, & The Bucharest Early Intervention Project Core Group, 2005).

As dificuldades supra explanadas podem, eventualmente, ser explicadas, pelo menos parcialmente, pela separação e perda, muitas vezes abrupta, da sua figura de vinculação primária e pela ausência, mais ou menos temporária, de uma figura de vinculação alternativa. Rutter (1972) enfatiza a existência de múltiplas privações para além da ausência materna nas crianças institucionalizadas. De facto, as conclusões de alguns

estudos nesta área alicerçam-se na convicção de que as instituições de acolhimento e os cuidados nelas prestados às crianças não constituem um contexto adequado para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional na infância, implicando efeitos negativos nas crianças que aí permanecem (Greene et al., 2008). Contudo, é importante salientar que, não obstante esta convicção ser baseada numa vasta evidência empírica acerca dos efeitos desfavoráveis da situação de institucionalização (entre os quais encontram-se os estudos de elevada relevância cujos participantes eram crianças de orfanatos Romenos, que há quase vinte anos atrás se caracterizavam pela sua privação extrema) nem todas as crianças institucionalizadas são expostas a condições inadequadas, podendo existir disparidades consideráveis na qualidade destas instituições (Greene et al., 2008). Por isso, é importante considerar as condições específicas de cada Instituição em particular (Greene et al., 2008), o que nem sempre se revela tarefa fácil devido ao facto destas instituições serem muito fechadas ao exterior, dificultando a entrada de elementos não integrantes do seu quadro profissional, sob a justificação da integridade e segurança das crianças.

### **1.9 Características e funcionamento psicossocial da criança adotada: aspetos afetivos, comportamentais e desenvolvimentais**

A adoção constitui uma alteração profunda na vida das crianças institucionalizadas, sendo relatados efeitos comportamentais e desenvolvimentais notáveis (Chisholm, 1998; Marcovitch et al., 1997, citados por Vorria et al., 2006), nomeadamente ao nível do desenvolvimento cognitivo (Dennis, 1973), físico (i.e., peso e altura) e do temperamento (i.e., tornam-se menos tímidas) (Vorria et al., 2006).

Entre as razões subjacentes a estes ganhos estão o facto de os pais adotivos serem psicologicamente saudáveis e desejarem muito estas crianças (Vorria et al., 2006).

Contudo, apesar dos ganhos substanciais identificados na literatura, algumas dificuldades continuam a ser observadas nestas crianças após a adoção e, em algumas crianças são mesmo diagnosticadas desordens desenvolvimentais severas (Greene et al., 2007).

### ***1.9.1 A vinculação em crianças adotadas***

O estudo da qualidade da vinculação em crianças adotadas assume-se de elevada pertinência por diversas razões, entre as quais porque permite: (a) verificar a qualidade da vinculação que é estabelecida sem o envolvimento da díade (i.e., mãe adotiva-criança adotada) desde a concepção da criança, ou seja, permite aferir a existência de um período crítico para a construção da relação de vinculação; (b) averiguar se a partilha genética e da história familiar são fatores relevantes e diferenciais para a qualidade e estabilidade da vinculação (Veríssimo & Salvaterra, 2006); e (c) examinar a possibilidade de suprimir padrões vinculativos previamente estabelecidos para formar novos padrões, uma vez que algumas destas crianças podem ter interiorizado modelos de vinculação insegura (Mascarenhas & Alarcão, 2002). Quanto à possibilidade de alterar modelos de vinculação previamente internalizados, alguns dados de investigação indicam que a história cumulativa de dinâmicas interpessoais emocionalmente significativas, que está na génese de novas vinculações estabelecidas, poderá possibilitar um processo de revisão, mudança, dissolução, atualização e (re)construção dos modelos representacionais internos (ou modelos internos dinâmicos) da relação do indivíduo consigo próprio e com os outros, reconceptualizando-se, desta forma, aspetos relacionais comportamentais, cognitivos e afetivos (Matos & Costa, 2006).

O primeiro processo a concretizar na adoção é a vinculação da criança à nova família, é a construção da parentalidade e da filiação psicológica (Veríssimo & Salvaterra, 2006). Não obstante alguns autores opinarem que as experiências prévias da criança adotada com a família biológica podem debilitar a sua capacidade para a vinculação e a intimidade (Anderson et al., 1993), outros referem que a realidade reflete o fácil estabelecimento da relação entre as crianças e os pais adotivos, pelo facto da sua elevada expectativa e motivação para terem um filho os tornarem altamente responsivos aos comportamentos vinculativos da criança (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

Um dos principais objetivos do estudo português realizado por Veríssimo e Salvaterra (2006) com crianças adotadas, que viviam com os seus pais adotivos há alguns meses (i.e., entre os 6 e os 69 meses;  $M = 29.06$ ), era o de avaliar se a idade da criança quando adotada influenciava a qualidade da vinculação estabelecida com a mãe adotiva. Os resultados revelam não só que a qualidade da vinculação mãe adotiva-criança adotada é semelhante à observada em mães biológicas noutros estudos (e.g., Veríssimo et al, 2005; Posada et al., 1995), como também a ausência de associação entre a idade da adoção e a

qualidade da vinculação, o que, de acordo com as autoras, sugere a capacidade da criança para estabelecer a vinculação no decurso dos primeiros anos de vida, contestando a noção determinista de *período crítico* para a vinculação, e salientando a capacidade de uma figura estável e sensível promover uma relação afetiva diádica de qualidade. Não foram igualmente encontradas diferenças significativas na qualidade da vinculação em função da etnia da criança. Contudo, foi possível apurar diferenças de género, apresentando as raparigas vinculações mais seguras do que os rapazes. Adicionalmente, constatou-se que a relação das crianças com as mães adotivas tendia a caracterizar-se por uma maior dependência quanto menor fosse a idade da criança e quanto mais elevadas fossem as habilitações literárias dos pais (Veríssimo & Salvaterra, 2006). Corroborando alguns destes resultados, investigações levadas a cabo no Canadá e em Inglaterra relatam que, a longo prazo, não se verificam diferenças significativas entre as crianças adotadas e as que vivem com as suas famílias biológicas na qualidade da vinculação, mesmo quando as crianças adotadas tenham experienciado privação no seu passado (Chisholm, 1998; Chisholm, Cárter, Ames, & Morison, 1995; O'Connor, Bredenkamp, & Rutter, 1999). A literatura empírica tem demonstrado que durante a infância as crianças conseguem desenvolver relações de vinculação com os pais adotivos (Juffer, Bakermans-Kranenburg, & van Ijzendoorn, 2005), contudo poderá ser necessário um período mais extenso para que essa vinculação ocorra (Vorria et. al., 2006).

O estudo levado a cabo por Vorria et al. (2006) demonstra as dificuldades que podem surgir na formação da vinculação entre as crianças adotadas e as mães adotivas. Os resultados revelaram níveis mais reduzidos de vinculação segura em crianças adotadas de quatro anos de idade do que os seus pares que nasceram e cresceram com ambos os progenitores. Curiosamente, os resultados de vinculação segura eram significativamente mais reduzidos em crianças adotadas cuja avaliação prévia, em situação de institucionalização, tinha revelado a existência de uma vinculação segura com um prestador de cuidados, comparativamente com aquelas previamente avaliadas com vinculação desorganizada. No que diz respeito às representações subjacentes às narrativas de vinculação manifestadas pelas crianças adotadas, foi possível constatar que estas revelam uma pontuação mais reduzida: (a) na resolução da história (i.e., menor tendência a resolver adequadamente o conflito central de cada história), (b) na coerência narrativa (i.e., maior incoerência nos relatos das histórias) e (c) nos temas pró-sociais (i.e., menos interações pró-sociais entre as personagens), e por outro lado, uma pontuação mais

elevada no evitamento, o que, de acordo com os autores, parece sugerir uma maior internalização de modelos de vinculação insegura (Vorria et al., 2006). Outras investigações no âmbito das representações das narrativas de vinculação evidenciaram que a ausência de atenção ou negação do conflito central da história, a incapacidade para a resolver adequadamente ou a exibição de desorganização ou incoerência perante informação com elevada carga emocional podem constituir indícios indiretos de vinculação insegura (Bretherton et al., 1990; Main, Kaplan, & Cassidy, 1985; Oppenheim, 1997; Oppenheim & Waters, 1995).

Um aspeto basilar e atualmente investigado no âmbito da vinculação é o fenómeno da transgeracionalidade, ou seja, o facto do modelo interno da relação de vinculação parental se assumir como mediador das interações que exibem com os seus filhos e conseqüentemente da qualidade de vinculação que com eles estabelecem (e.g., Bretherton, 1985; Main, Kaplan & Cassidy, 1985; Posada, Waters, Crowell, Lay, 1995; Grossmann et al., 2002; Tini, Corcoran, Rodrigues-Doolabh, & Waters, 2003). Os modelos internos dinâmicos, representacionais de vinculações, passadas e presentes, contêm informações relevantes relativas a comportamentos, afetos e expectativas relacionais (Bowlby, 1973) que podem ser consultadas quando são construídas novas relações (Zimmerman, 2004). De acordo com diversos autores (e.g., Dozier, Chase-stovall, Albus, & Bates, 2001; Stams, Juffer, & Van Ijzendoorn, 2002), os mecanismos subjacentes à transmissão parental das bases para a construção do modelo relacional interno do filho são melhor compreendidos ao investigar a relação existente entre os modelos representacionais maternos e a qualidade da vinculação com filhos com os quais não existe partilha de informação genética (Veríssimo & Salvaterra, 2006). Neste sentido, o estudo nacional de Veríssimo e Salvaterra (2006), ao verificar a relação entre o modelo interno da mãe adotiva e o comportamento de base segura da criança adotada constatou que os filhos de mães com *scripts* de base segura de qualidade tendiam a exibir valores critério de segurança mais elevados, confirmando o fenómeno da transgeracionalidade. No entanto, as autoras enfatizam que a especificidade de comportamentos interativos maternos subjacentes à transmissão de qualidade da vinculação ou à construção de uma vinculação segura com os filhos (com posterior elaboração de *script* seguro), ainda não foi esclarecida, sendo por isso relevante levar a cabo investigação que utilize simultaneamente medidas de representação e de observação da interação mãe-criança.

### ***1.9.2 O desenvolvimento emocional das crianças adotadas***

As histórias familiares precoces e a situação de institucionalização poderão ter um impacto nocivo no desenvolvimento emocional das crianças adotadas. Estas experiências prévias poderão enfraquecer a capacidade da criança adotada para se envolver em relações de intimidade com os outros, permanecendo com sentimentos de raiva e desconfiança e exibindo uma reduzida compreensão das relações de causa e efeito (Anderson et al., 1993). Uma menor capacidade de compreensão das emoções é relatada aos 4 anos de idade em crianças adotadas quando comparadas com crianças não adotadas (Vorria et al., 2006).

### ***1.9.3 A saúde mental das crianças adotadas***

De acordo com Palácios (2004) existe uma ampla diversidade de literatura, no âmbito da adoção, que revela a sobre representação de indivíduos adotados na população atendida em serviços de saúde mental. Esta tendência parece não corroborar outros resultados que permitem perspetivar as crianças adotadas como “*fundamentalmente comparáveis*” aos seus pares não adotados (Palácios, 2004, p. 366). Na tentativa de integrar estes resultados aparentemente contraditórios, o autor avança como hipóteses explicativas o facto de os pais adotivos serem mais sensíveis às necessidades dos seus filhos adotados e/ou o facto de terem receio que estes possam desenvolver problemas sérios. Confirmando as justificações supra descritas, os resultados do estudo levado a cabo por Warren (1992) salientam que os pais adotivos tendem a recorrer a consultas por problemas menos graves do que os pais não adotivos.

### ***1.9.4 A autoestima e o autoconceito das crianças adotadas***

No que se refere à autoestima um estudo espanhol, realizado na Andaluzia, revelou resultados diferenciais de acordo com a faixa etária considerada. Assim, as crianças adotadas com menos de seis anos de idade, quando comparadas com os seus pares da mesma idade não adotados, revelavam melhores resultados ao nível da autoestima. Estes resultados tendiam a diminuir gradualmente até aos 8 anos, idade a partir da qual desapareciam, deixando de existir diferenças significativas entre os grupos (Palácios, 1996, 2004).

Esta tendência, para a ausência de diferenças significativas entre crianças adotadas e não adotadas em idade escolar, foi igualmente observada ao nível do autoconceito (Greene et al., 2007).

### ***1.9.5 O temperamento das crianças adotadas***

No que se refere ao temperamento, mais especificamente ao nível da timidez, os resultados do estudo comparativo realizado por Vorria et al. (2006) salientaram diferenças significativas entre crianças institucionalizadas e crianças que viviam com os seus pais biológicos, sendo as crianças institucionalizadas mais tímidas. Contudo, num segundo momento de avaliação, após as crianças institucionalizadas terem sido adotadas, essas diferenças desapareceram. Os autores avançam como hipótese explicativa para esta alteração nos resultados o facto das crianças adotadas terem, com as famílias adotivas, experiências mais ricas do que na situação de institucionalização.

### ***1.9.6 O desenvolvimento social das crianças adotadas***

A sociabilidade é uma área desenvolvimental que poderá encontrar-se comprometida nas crianças adotadas. Entre a combinação de atrasos desenvolvimentais tipicamente identificados nas crianças institucionalizadas, que se podem ainda observar nas crianças adotadas, encontram-se a falta de contacto ocular, as “*amizades indiscriminadas*” (Greene et al., 2007) e o atraso do desenvolvimento social ou, mais especificamente, dificuldades na relação com pares (Anderson et al., 1993). Estudos comparativos revelam que as crianças adotadas tendem a exibir resultados menos satisfatórios nas competências sociais do que os seus pares não adotados (Tsitsikas, Coulacoglou, Mitsotakis, & Driva, 1988).

### ***1.9.7 O comportamento e o nível de atividade das crianças adotadas***

Os problemas de comportamento e o elevado nível de atividade são outras das dificuldades encontradas em crianças adotadas, embora, os resultados de investigação sejam contraditórios uma vez que não se verificam em relação a todos os participantes considerados em diferentes estudos.

São diversas as investigações que referem que as crianças adotadas exibem com maior frequência problemas de comportamento do que os seus pares não adotados que vivem com as suas famílias biológicas (e.g., Brodzisky, 1984, 1987; Tsitsikas, Coulacoglou, Mitsotakis, & Driva, 1988). No mesmo sentido são igualmente referidas a hiperatividade e a distração (Greene et al., 2007; Palácios, 2004), embora os resultados a este nível sejam heterogêneos dentro do grupo de crianças adotadas, existindo um subgrupo de crianças cujos resultados não apresentam diferenças significativas quando comparados com os dos seus pares não adotados, e um outro subgrupo de crianças, que estiveram expostas a experiências mais adversas antes da adoção, que exibem resultados bastante elevados a nível da hiperatividade/distração, provocando, desta forma, uma subida substancial na média do grupo de crianças adotadas (Palácios, 2004).

Apesar das razões subjacentes a estes comportamentos inadequados não terem sido integralmente identificadas têm-se avançado algumas hipóteses explicativas, nomeadamente: (a) os graves problemas psiquiátricos e sociais que as famílias biológicas destas crianças enfrentaram; (b) a influência de experiências precoces adversas nas instituições; (c) as dificuldades das crianças para lidarem com o processo de adoção e as suas implicações (Brodzisky, 1984, 1987) e, (d) as crianças adotadas terem aprendido a recear os adultos, desconfiando deles (Palácios, 2004), considerando que podem novamente ser abandonados, tentam por isso assegurar que podem investir na relação sem que tal aconteça novamente (Mascarenhas & Alarcão, 2002), experimentando os limites do permitido (Palácios, 2004) e provocando comportamentalmente como forma de testar o amor, destes novos adultos na sua vida, por si (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

Outros estudos revelam uma perspetiva mais otimista do comportamento das crianças adotadas, revelando que, em idade pré-escolar, não exibem problemas de comportamento em geral (Palácios, 2004; Vorria et al., 2006) nem especificamente com os seus professores, não existindo diferenças entre estas e os seus pares não adotados a este nível (Vorria et al., 2006).

De acordo com Brodzinsky, Schechter, Braff e Singer (1984) as crianças adotadas não revelam patologias relevantes, mas apenas comportamentos mais extremos do que as outras crianças.

### **1.9.8 O desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento da linguagem das crianças adotadas**

No que se refere ao desenvolvimento cognitivo, os resultados de investigação prévia são igualmente contraditórios.

Por um lado, indicam que as crianças adotadas apresentam atrasos ao nível do desenvolvimento cognitivo, entre a combinação de atrasos observados (Anderson et al., 1993), sendo mais lentas no raciocínio prático e manifestando resultados mais reduzidos a nível cognitivo, aos quatro anos de idade, do que os seus pares não adotados (Vorria et al., 2006). Contudo, a existência de associações significativas entre os resultados do desenvolvimento mental das crianças adotadas quando ainda se encontravam institucionalizadas e o seu desenvolvimento cognitivo numa fase posterior, após a adoção (Vorria et al., 2006), parecem indicar que as razões explicativas para as diferenças em relação aos seus pares não adotados não residem no processo de adoção, mas sim, nas circunstâncias adversas a que eventualmente estiveram expostas na fase pré-adoção.

Por outro lado, outras investigações efetuadas referem a ausência de diferenças significativas entre as crianças adotadas e as não adotadas a nível do raciocínio verbal em idade pré-escolar (Greene et al, 2007), apresentando, as crianças adotadas aos 4 anos de idade, resultados cognitivos dentro da norma, não obstante terem experienciado circunstâncias de privação durante os primeiros 24 meses de vida (Rutter & the English and Romanian Adoptees Study Team, 1998).

Resultados de investigação prévia têm relatado algumas dificuldades ao nível da linguagem por parte de crianças adotadas. Um estudo comparativo realizado na Grécia (Tsitsikas, Coulacoglou, Mitsotakis & Driva, 1988), com crianças adotadas entre os cinco anos e meio e os seis anos e meio de idade, revelou que estas crianças tendiam a ser mais lentas nas suas competências verbais do que os seus pares não adotados que eram colegas da mesma sala de aula. No mesmo sentido, Greene et al. (2007) referem resultados inferiores das crianças adotadas num teste de linguagem quando comparadas com os seus pares não adotados.

### ***1.9.9 A motivação, a aprendizagem e os resultados académicos das crianças adotadas***

As famílias, em geral, revelam expectativas elevadas no que diz respeito ao desempenho académico dos seus filhos. Contudo, nas famílias adotivas, o desconhecimento de muitas informações relativas ao passado pré-institucionalização das crianças adotadas, bem como o conhecimento ténue de alguns antecedentes de risco (e.g., experiências traumáticas, saúde, debilidade intelectual e problemas psiquiátricos dos progenitores) podem levar a que os pais receiem que os seus filhos adotivos tenham dificuldades de aprendizagem (Mascarenhas & Alarcão, 2002). De facto, resultados de investigação têm evidenciado a tendência para que as crianças adotadas tenham comportamentos problemáticos em diferentes contextos, entre eles a escola (e.g., Anderson et al., 1993), exibindo uma maior lentidão nas habilidades verbais, no raciocínio prático e no desenho, entre outras dificuldades, do que os seus pares não adotados (Tsitsikas, Coulacoglou, Mitsotakis, & Driva, 1988). Todavia, estes dados não se devem generalizar, na medida em que outros estudos revelam que as crianças adotadas têm relações positivas com os seus professores (Vorria et al., 2006), e que não apresentam diferenças no seu rendimento académico, motivação pela aprendizagem e trabalho escolar quando comparadas com os seus pares não adotados (Palácios, 2004). Porém, quando comparadas com os seus pares, que após algum tempo de permanência numa instituição de acolhimento voltaram para as suas famílias de origem, ou que permaneceram institucionalizadas, os seus resultados a este nível são bastante mais elevados (Palácios, 2004).

### ***1.9.10 O desenvolvimento físico e a saúde global das crianças adotadas***

Tal como já foi referido anteriormente, os bebés institucionalizados tendem a ter peso e altura mais reduzidos comparativamente aos bebés que se encontram a viver com as suas famílias, apesar da boa qualidade da nutrição na instituição de acolhimento (Vorria et al., 2003). Contudo, são relatadas mudanças drásticas ao nível do desenvolvimento físico após a adoção (Rutter & the English and Romanian Adoptees Study Team, 1998). De facto, após a adoção, as crianças tendem a recuperar de forma substancial, não se evidenciando diferenças no peso e na altura destas crianças quando comparadas com os seus pares não adotados a viver com as suas famílias (O'Connor et

al., 2000; Rutter & the ERA Study Team, 1998; Tsitsikas, Coulacoglou, Mitsotakis, & Driva 1988).

***1.9.11 A alimentação, o sono e o controlo dos esfíncteres das crianças adotadas***

Dificuldades ao nível da alimentação, sono e do controlo dos esfíncteres são relatados nas crianças adotadas, principalmente na fase da transição da instituição, onde estavam acolhidas, para a casa da família adotiva, ou seja, no período imediatamente após a adoção (Greene et al., 2007; Mascarenhas & Alarcão, 2002). Estes problemas são resolvidos na maioria dos casos, embora se tornem persistentes para uma minoria de crianças adotadas (Greene et al., 2007). O surgimento destas reações das crianças podem desencadear insegurança no casal adotivo, justificando-as como inadaptação à família ou problemas genéticos (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

## 2. A Disponibilidade Emocional

Durante os primeiros anos de vida a maioria das atividades mais relevantes do ser humano ocorre no âmbito das relações diádicas com os prestadores de cuidados primários que podem assumir-se como poderosas fontes de potencial influência no comportamento ou desenvolvimento do indivíduo (Bandura, 1989, Bronfenbrenner, 1979; Vygotsky, 1978). De facto, o desenvolvimento humano é coconstruído através da interação (Vasconcelos, 2005). Os processos psicológicos superiores são ativamente construídos pela criança através das interações com os outros significativos (Berk & Winsler, 1995; Valsiner, 1987). É através das experiências precoces das crianças com os adultos significativos que se organizam modelos ou padrões internos que constituem uma base fundamental para para que as crianças interpretem e atribuam significado às experiências e à realidade que as rodeia (NICHD, 2006). As características dos ambientes próximos ou imediatos das crianças, como a família e as interações (principalmente as regulares e que ocorrem durante longos períodos) que acontecem nesses contextos (i.e., as componentes de processo) têm a capacidade de influenciar os resultados desenvolvimentais das crianças (Bronfenbrenner, 2001; Bronfenbrenner & Morris, 1998). As interações saudáveis, entre os pais e os filhos são consideradas como cerne fundamental para o desenvolvimento da criança. O comportamento dos pais tem o potencial de transmitir à criança os fatores de proteção e os de risco para o seu desenvolvimento físico e psicológico (Scheeringa & Zeanah 2001; Zeanah, Boris, & Larrieu, 1997).

No presente capítulo são explorados o construto de disponibilidade emocional e a sua operacionalização através das escalas de disponibilidade emocional, nas suas diferentes versões, de acordo com a perspetiva de Biringen (Biringen et al., 1998; Biringen, 2008b, 2008c).

## 2.1 As raízes terminológicas, teóricas e conceptuais da disponibilidade emocional

O construto atual de disponibilidade emocional integra a teoria de vinculação (Bowlby, 1969, 1980) e as perspectivas emocionais (ver Emde, 1980 e Mahler, Pine, & Bergman, 1975) (Altenhofen et al., 2013; Biringen, 2008a).

O termo disponibilidade emocional (i.e., “*emotional availability*”) surgiu pela primeira vez com os autores Mahler, Pine e Bergman (1975) e seguidamente foi descrito por Emde (1980) (Biringen, 2008a).

Mahler, Pine e Bergman (1975), salientam a relevância da disponibilidade emocional da mãe para o desenvolvimento das crianças nos primeiros meses de vida. Designam de disponibilidade emocional a sincronia emocional entre a mãe e a criança, o apoio disponibilizado pelas mães aos seus bebês e crianças pequenas na sua exploração inicial e independente (Mahler et al., 1975). De acordo com os autores, a disponibilidade emocional das mães nas interações com os seus filhos pequenos constitui um agente organizador da experiência afetiva destes, através do qual poderão concluir implicitamente se a mãe satisfaz, ou, não, as suas necessidades (Mahler et al., 1975). A disponibilidade emocional das mães em fases precoces do desenvolvimento (e.g., o seu amor e a aceitação da ambivalência da criança nesta fase precoce dos primeiros anos de vida) poderá permitir à criança (re)organizar e internalizar a representação do eu, do outro e do eu na relação com o outro e uma alteração desenvolvimental, partindo de formas precoces de representação sensoriomotora para representações de ordem superior (Mahler et al., 1975). No mesmo contexto, Mahler et al. (1975) também se referem ao conceito de “reabastecimento emocional” (i.e., “*emotional refueling*”) para se referirem aos saudáveis retornos periódicos que as crianças fazem de proximidade às suas mães ou figuras de referência quando estão a explorar o ambiente (Mahler et al., 1975).

Emde (1980, p. 80) definiu a disponibilidade emocional como a responsividade emocional e a sintonização de cada indivíduo em relação aos objetivos, sinais e às necessidades dos outros. A disponibilidade emocional foi ainda definida pelo mesmo autor como um conceito relacional, enfatizando a sua natureza interativa bilateral, de expressão de emoções e de responsividade em relação às emoções dos outros, considerando cada elemento da díade relacional (Emde & Easterbrooks, 1985, p. 80).

Parte-se do princípio de que subjacente à disponibilidade emocional adequada, numa relação de prestação de cuidados, a intimidade, o envolvimento continuado e a mudança desenvolvimental se associam a uma determinada variação de emoções organizadas (Emde & Easterbrooks, 1985, p. 80). Desta forma, quando uma relação é saudável, ou funciona de forma adequada, evidencia-se, no adulto, na criança e na interação estabelecida entre ambos, uma extensão de expressões emocionais (positivas e negativas), bem como sinais indicativos de interesse mútuo e de prazer continuado (Emde & Easterbrooks, 1985). Inversamente, quando o sistema não funciona da melhor forma é possível observar outros aspetos como uma maior restrição da amplitude da expressão emocional, menos interesse mútuo, menor prazer conjunto, apatia ou “desligamento” (Emde & Easterbrooks, 1985). Em padrões desadaptativos de situações mais extremas poderão ser observadas manifestações de medo, hipervigilância, raiva contida e hostilidade, tristeza e/ou depressão (Emde & Easterbrooks, 1985).

### ***2.1.1 Jonh Bowlby, a teoria da vinculação e os modelos internos dinâmicos***

A teoria da vinculação, assumida como o produto de um trabalho conjugado de Bowlby e Ainsworth, consiste numa abordagem etológica ao desenvolvimento da personalidade, centrada nas relações interpessoais de intimidade (Ainsworth & Bowlby, 1991). Os autores consideram-na eclética desde a sua origem, baseando-se numa diversidade de áreas disciplinares científicas (e.g., teoria de sistemas, desenvolvimento cognitivo e social, psicologia da personalidade, biologia e diversos dos seus ramos, como a genética) (Ainsworth & Bowlby, 1991).

A teoria da vinculação de Bowlby (1969) postula que existe uma conexão emocional subjacente à relação ou ligação que se estabelece entre o principal prestador de cuidados (geralmente a mãe) e o seu bebé. De acordo com Bowlby as especificidades inerentes à vinculação à figura primária imprimem-lhe um carácter qualitativamente diferente de qualquer outra, sendo única, a mais importante e robusta (Bowlby, 1988; McLeod, 2007). Esta premissa também implica que uma falha na vinculação primária, por exemplo por falta de continuidade num período crítico (i.e., até aos 2 anos de idade, embora o risco persistisse até aos 5 anos) poderia levar a consequências muito graves devido à privação (e.g., problemas ao nível da inteligência, agressividade, depressão) (Bowlby, 1951).

O autor defende que desde que nascem as crianças estão biologicamente munidas de um impulso de procura de proteção, estabelecido através de comportamentos específicos, e inicialmente independentes, de procura de proximidade (e.g., agarrar, sorrir, chorar) com o prestador de cuidados mais significativo (i.e., figura de vinculação) (Bowlby, 1969, 1984). Estes comportamentos instintivos são ativados em circunstâncias de insegurança, medo e separação e vão-se organizando ao longo do desenvolvimento e rapidamente se convertem num sistema comportamental de vinculação (Bowlby, 1969, 1984). Desta forma, a criança utiliza a sua figura de vinculação primária como a sua base segura nos momentos em que explora e aprende acerca do ambiente, fazendo uma verificação em intervalos temporais regulares através de aproximações e afastamentos (Biringen, 2008a; Saunders et al., 2015). Aliás, ambos os parceiros interativos da relação de vinculação (e.g., mãe e bebé) revelam a necessidade biológica de proximidade e contacto um com o outro (Bowlby, 1969, 1988). A prestação de cuidados e a responsividade parecem assumir-se como os comportamentos interativos decisivos para a vinculação (Bowlby, 1969, 1988). Quando a criança procura contacto e proximidade com o prestador de cuidados primário, este tende a responder aos seus comportamentos, criando-se assim um padrão de interação recíproco (Bowlby, 1988).

De acordo com os princípios basilares supra explanados, Bowlby introduz um novo conceito bastante relevante na teoria da vinculação, o de modelo interno dinâmico (i.e., “*internal working model*”) que é estabelecido através da relação de vinculação estabelecida entre a criança e o prestador de cuidados primário (Bowlby, 1969). Este modelo consiste na dimensão emocional e cognitiva da base segura. Mais especificamente, os modelos internos dinâmicos constituem as representações mentais, afetivas e cognitivas, individuais e internamente organizadas, acerca das relações construídas tendo como base as suas experiências interativas precoces, ou seja, os padrões de interação precoces das crianças com o(s) adulto(s) significativo(s), as ideias sobre si próprio e sobre as figuras de vinculação (Bowlby, 1969, 1984; Bowlby, 1979, 2005; Pietromonaco et al., 2000). No cerne do modelo interno dinâmico consta a relação de vinculação primária como o protótipo das relações futuras (Bowlby, 1969). Na sua teoria, Bowlby enfatiza os modelos internos dinâmicos como representações mentais das relações interpessoais (Bowlby 1969, 1984).

A construção e a organização destes modelos internos são de complexidade crescente acompanhando o desenvolvimento das competências emocionais, cognitivas e

comportamentais das crianças (Bowlby, 1973, 1984; Bretherton et al., 2008). Estas representações tornam-se progressivamente mais sólidas ao longo do desenvolvimento, deixando de constituir um esquema de acontecimentos específicos da relação da criança com a sua figura de vinculação para se edificar como representações paulatinamente mais abstratas acerca do mundo social (Shaver, Collins, & Clark, 1996).

A sua relevância prende-se igualmente com a possibilidade de simulação interna da realidade possível do mundo social e dos potenciais comportamentos a selecionar (Bowlby, 1969, 1984). Os modelos internos dinâmicos na infância acerca de pessoas significativas (e.g., mãe ou pai) podem consistir em representações mais ou menos seguras tendendo a fornecer diretrizes internas de orientações das relações, influenciando também a forma como se sente e se pensa as relações (Biringen, 2008a). De facto, diferentes experiências interativas podem conduzir a diferentes resultados. Experiências precoces caracterizadas pela acessibilidade, responsividade e sensibilidade das figuras de vinculação tendem a incrementar na criança o sentido de segurança e uma imagem de si própria como merecedora de cuidados e de afeto (Bowlby, 1973, 1984; Frey, Cushin, Freundlich, & Brenner, 2008; Kobak et al., 2008). Estas crianças tendem a construir representações seguras e a sentir uma maior satisfação nas relações, com expectativas favoráveis acerca da disponibilidade dos outros e exibindo a capacidade de solicitar apoio positiva e abertamente (Bretherton, 2005; Thompson, 1999). Inversamente experiências interativas precoces caracterizadas por insensibilidade por parte dos prestadores de cuidados tendem a contribuir para edificar modelos negativos acerca de si próprios, das figuras de vinculação e da relação estabelecida entre ambos (Bowlby, 1973, 1984; Frey, et al., 2008; Kobak et al., 2008). Modelos internos dinâmicos inseguros contribuem para interpretações menos positivas do mundo social, perspetivando-o como pouco confiável e imprevisível, tendendo a conceber exigências irrealistas nas relações interpessoais e a antecipar falta de responsividade dos outros em relação às suas necessidades ou a rejeitar o suporte fornecido pelos outros (Bretherton, 2005; Thompson, 1999). Os modelos internos dinâmicos que se desenvolvem e complexificam ao longo do desenvolvimento orientam a forma como cada pessoa se relaciona com os outros, como se dirige ao ambiente e como experiênciá tarefas específicas no decurso da sua vida (Bowlby, 1973, 1985; Silva et al., 2008). Não obstante as transições no percurso de vida dos indivíduos, Bowlby (1969, 1984) sugere estabilidade e continuidade dos modelos internos dinâmicos, ou seja, as representações de vinculação, desenvolvidas na infância, tendem a permanecer ao longo da vida. Contudo, o termo “*dinâmicos*” associado a estas

representações internas na sua teoria da vinculação sugere a permeabilidade das representações a revisões e/ou alterações nesses modelos advindos de circunstâncias interativas experienciadas significativas e/ou desconfirmatórias promotoras de uma reorganização, afetiva, cognitiva e emocional.

Bowlby (1973, 1984) defende que em situações, atípicas, a separação prolongada da criança da figura de vinculação primária pode provocar sentimentos de rejeição e de abandono, que podem levar ao surgimento de perturbações ao nível da vinculação. Uma vez que a relação de vinculação se assume como um protótipo das relações sociais ao longo da vida, existindo disrupções a este nível podem comportar consequências severas na vida do indivíduo (Bowlby, 1969, 1984).

## **2.2 Definição atual da disponibilidade emocional, principais características e sua relevância**

Atualmente, a disponibilidade emocional (EA; Biringen et al., 1998; Biringen, 2008) constitui um constructo e uma medida, identificada como uma expansão da concetualização inicial das relações de vinculação mãe-filho (Saunders et al., 2015). Considera a presença emocional e a saúde subjacentes à vinculação segura (EA; Biringen, 2008a; Biringen, Robinson, & Emde, 1998).

As diversas dimensões que constituem a disponibilidade emocional podem assumir-se como importantes formas para capturar importantes aspetos complementares das relações entre pais e filhos às consideradas na investigação no âmbito da vinculação (Saunders et al., 2015).

É definida como um indicador de qualidade da relação pais-filhos ou adulto-criança (Saunders et al., 2015). Perspetivada como a capacidade do prestador de cuidados para observar, interpretar e responder às pistas emocionais da criança de uma forma que reconheça as necessidades emocionais que esta revela na interação (Biringen, 2008a). Embora se refira a um dos elementos da díade interativa, a disponibilidade emocional contempla os aspetos emocionais e os diádicos das relações entre os adultos significativos e as crianças (Saunders et al., 2015). São contemplados (e avaliados) os comportamentos interativos de ambos os parceiros interativos uma vez que é assumido o princípio de que apenas a integração dos comportamentos observados no adulto em relação à criança e da

criança em relação ao adulto pode melhor espelhar a realidade da interação uma vez que nem sempre parecem ser concordantes (Saunders et al., 2015).

Não obstante a maior parte da teorização, investigação e prática tendo como base o presente constructo se tenha vindo a centrar, nas últimas duas décadas, em interações entre os principais prestadores de cuidados e as crianças e jovens, sobretudo mãe-criança, a disponibilidade emocional pode ser aplicada a outras interações diádicas familiares (e.g., mãe-filho mais velho, mãe-filha mais nova, pai-filho mais velho, pai-filho mais novo) (Biringen, 2008b; Saunders et al., 2015) e não familiares significativas. Atualmente está a ser alargado para abranger interações entre adultos, com diferentes tipos de relações desde as pessoais (e.g., casais) às profissionais (e.g., psicoterapeuta-cliente) (Biringen, 2008a). Um grupo de investigadores suecos têm estudado a disponibilidade emocional na interação diádica entre o terapeuta e o cliente (ver Söderberg et al., 2013) (Saunders et al., 2015). Derr-Moore (2015) explorou a disponibilidade emocional em interações diádicas entre os membros de casais com uma relação amorosa.

Um dos pressupostos da disponibilidade emocional é a de que nas relações significativas consideradas saudáveis existe um equilíbrio entre a procura de proximidade (da pessoa significativa) e o desejo de autonomia, na exploração do ambiente (Biringen, 2008a). A disponibilidade emocional, através da responsividade emocional que a caracteriza, tem sido relatada, tendo como base resultados de diversas investigações, como um importante preditor de resultados diversificados. Entre os resultados desenvolvimentais positivos encontram-se a autocompreensão dos estados emocionais em crianças pequenas e a exibição de competências de autorregulação em momentos de stress (Pillai Riddell & Chambers, 2007; Pillai Riddell & Racine, 2009), as relações positivas com pares e com professores (Biringen, 2000; Biringen et al., 2005), a capacidade de autorregulação das emoções nas crianças e a segurança na vinculação (Saunders et al., 2015). De facto, tem sido demonstrado, consistentemente, que a disponibilidade emocional se assume como preditor da vinculação das crianças ou associado à vinculação (Biringen, 2000; Biringen, Derscheid, Vliegen, Closson, & Easterbrooks, 2014). Considerando aspetos de natureza mais cognitiva, a disponibilidade emocional também parece associa-se à prontidão académica (Saunders et al., 2015) e ao desempenho académico (Biringen, 2000; Biringen et al., 2005).

Devido ao impacto cientificamente relatado da disponibilidade emocional, este constructo/esta medida deverá ser contemplado(a) numa bateria de avaliações, tendo a vantagem de contemplar um importante duplo objetivo relacional, medir a qualidade da relação pais-filhos, bem como a vinculação, sob uma nova perspetiva (Saunders et al., 2015). Os inúmeros resultados evidenciados no âmbito da disponibilidade emocional têm impulsionado, nos últimos anos, a divulgação de programas de intervenção desenvolvidos para incrementar a disponibilidade emocional adulto-criança e o bem-estar de ambas as partes (Saunders et al., 2015).

### **2.3 Operacionalização e medidas de disponibilidade emocional**

A disponibilidade emocional tem sido avaliada através das *Emotional Availability Scales*<sup>3</sup> (EA; Biringen et al., 1998; Biringen, 2008b, 2008c, 4ª edição). Existe um vasto e diversificado conjunto de investigação empírica que tem utilizado as escalas de disponibilidade emocional nas suas diversas versões (Biringen et al., 2014).

O construto e a operacionalização da disponibilidade emocional contemplam as 6 dimensões ou componentes supra descritas que se assumem como as escalas do instrumento de medida. Não obstante avaliarem a disponibilidade emocional do adulto, consideram a reciprocidade ou bidirecionalidade interativa, através da avaliação do contributo interativo de cada uma das partes da díade interativa prestador de cuidados-criança/jovem (Biringen, 2008b, 2008c). Desta forma, quatro dimensões ou componentes avaliam os comportamentos interativos (i.e., comportamentos e emoções) dos adultos e as restantes duas dimensões centram-se na reação de criança ao adulto com quem está a interagir (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015), sendo assumido que esta revela informação importante acerca da disponibilidade emocional do adulto com a criança com quem interage (Saunders et al., 2015).

Atualmente existem duas versões para situações interativas que contemplam os prestadores de cuidados e as crianças ou jovens. Uma versão para as interações com crianças entre os 0 e os 5 anos (Biringen, 2008b) e uma outra versão para interações com crianças ou jovens entre os 6 e os 14 anos (Biringen, 2008c), que pode ser, na opinião da autora, utilizada com crianças mais velhas. Os prestadores de cuidados podem ser os pais

---

<sup>3</sup> Ver descrição detalhada das *Emotional Availability Scales* no capítulo do Método.

ou outras figuras não parentais. Os estudos de Zimmerman e McDonald (1995) e de Altenhofen et al. (2013) revelaram a adequação de utilização das Escalas de Disponibilidade Emocional em interações diádicas entre as crianças e outros prestadores de cuidados que não os pais biológicos (e.g., outros familiares, famílias de acolhimento, pais adotivos). Outras duas versões das Escalas de Disponibilidade Emocional estão a ser atualmente desenvolvidas para avaliar a disponibilidade emocional em díades de adultos (e.g., casais e psicoterapeuta-cliente) (Biringen, 2008a).

Existem duas formas possíveis de obter um resultado final em todas as dimensões consideradas: (1) a *Cotação Direta*, escala contínua de tipo *Likert*, com pontuações de 1 a 7, em que os valores mais reduzidos são indicativos de uma menor qualidade e os mais elevados indicam uma maior qualidade de cada domínio, e (2) a *Cotação da Soma das Subescalas*, que diz respeito à soma dos resultados obtidos em 7 subescalas específicas de cada uma das dimensões, duas das primeiras cotadas de 1 a 7 e as restantes de 1 a 3, numa escala de Tipo *Likert*, com descritores em alguns pontos de ancoragem, sendo o valor máximo possível 29 pontos (Biringen, 2008a).

O *EA Clinical Screener* (EA2-CS) consiste numa medida adicional de vinculação, utilizada conjuntamente com as dimensões previamente descritas. É cotada numa escala de 100 pontos, dividida em 4 zonas categoriais: (1) a *Emocionalmente Disponível*; (2) a *Complicada*; (3) a *Desconectada* e a (4) *Problemática/Perturbada*, que corresponde às 4 categorias clássicas de vinculação (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015). Esta medida é utilizada duplamente uma vez que o adulto e a criança serão cotados separadamente. A associação entre as categorias clássicas de vinculação (avaliadas através do *Attachment Q-Sort* - Baker & Biringen, 2012, e do DC 0-3 PIRGAS - Espinet et al., 2013) e este instrumento adicional de medida tem sido relatada na literatura científica (ver Barone, et al., 2015).

Para aceder e utilizar estas escalas é necessária uma rigorosa formação através de um curso, com componente teórica e prática, ministrado pela autora das escalas (i.e., Zeynep Biringen) e um procedimento de avaliação para acreditação, com cotação de vídeos com interações diádicas, fornecidos pela autora e a sua equipa de investigação, cuja avaliação positiva (i.e., obtenção de um adequado acordo interobservadores) permitirá o certificado necessário.

O procedimento de aplicação das *Emotional Availability Scales* implica a observação direta ou em diferido (i.e., filmagem) de situações de interação diádica adulto-criança e a cotação das mesmas através das escalas.

Devido às suas semelhanças conceituais, as diferenças entre as *Emotional Availability Scales*<sup>4</sup> e as escalas de sensibilidade materna de Ainsworth têm sido sintetizadas. Comparativamente às escalas de sensibilidade materna de Ainsworth, as escalas EA: (1) centram-se mais explicitamente na emoção, enfatizando a disponibilidade emocional e o afeto sintonizado entre os elementos da díade; (2) consideram ambos os parceiros interativos e os seus comportamentos para com o outro elemento da díade em interação, avaliando ambas as contribuições e reajustamentos, e (3) permitem uma avaliação da qualidade da interação díadica em faixas etárias mais alargadas (Bretherton, 2000; Emde, 2000).

São diversas as vantagens associadas a estas escalas<sup>5</sup>:

- (1) **Valorização da globalidade da amplitude dos aspetos interativos relacionais** – pretendem refletir a disponibilidade emocional do adulto significativo num *continuum* de situações interativas, desde as prazerosas e divertidas até às de angústia e stress (Biringen, 2008a).
- (2) **Intemporalidade do constructo e do procedimento** – assumem-se como adequadas para serem utilizadas ao longo do tempo, em diferentes idades e com procedimento muito semelhante (e.g., optando-se por seguir um protocolo, é apenas necessária a adaptação das tarefas propostas para adequação desenvolvimental, se não basta observar as interações que naturalmente acontecem) (Biringen, 2008a).
- (3) **Estabilidade temporal dos resultados obtidos** – a investigação tem salientado a constância da disponibilidade emocional nas mesmas díades, não sendo necessário utilizar diversas situações de interação nem um intervalo temporal específico entre avaliações (Biringen, 2008a).
- (4) **Medida contínua** – ter escalas de 7 e de 29 pontos permite uma ampla variação descritiva, assumindo-se como mais sensível às mudanças ao longo do tempo, útil quer para a investigação quer para a intervenção (Biringen, 2008a).
- (5) **Diversidade de contextos de aplicação** – estas escalas podem ser utilizadas numa ampla diversidade de contextos (e.g., consultório, hospitais, gabinete, sala

---

<sup>4</sup> Ver descrição detalhada das *Emotional Availability Scales* no capítulo do Método.

<sup>5</sup> Ver descrição mais pormenorizada no capítulo do Método.

de espera, em casa das famílias...) (Biringen, 2008a). Todos os contextos de interação se assumem como cenários de aplicação do procedimento.

- (6) **Multiplicidade e diversidade de parceiros interativos** – as escalas podem ser utilizadas com uma ampla diversidade de parceiros interativos (e.g., crianças com incapacidades, crianças adotadas, situações de múltiplos prestadores de cuidados e múltiplas crianças, em cenários de educação formal). Atualmente está a ser desenvolvida para serem utilizadas com díades de adultos (e.g., casais e, em situações de consulta psicológica, psicoterapeuta-paciente) (Biringen, 2008a).
- (7) **Multidimensionalidade conceitual e estrutural** – as escalas integram diversas dimensões ou componentes, e cada uma delas é constituída por diferentes aspetos, com equivalência de valor, complexidade e valor preditivo entre elas. Todas as componentes e aspetos específicos considerados são avaliados de forma independente permitindo obter perfis de disponibilidade emocional extremamente diversificados. Esta vantagem pode assumir-se de elevada relevância para a investigação e para a intervenção pela capacidade de fornecer informações detalhadas e minuciosas relativas aos aspetos positivos e menos positivos da disponibilidade emocional de cada indivíduo (Biringen, 2008a).
- (8) **Qualidades dinâmicas e sistêmicas** – as escalas são uma medida de relação, que contempla a sua bidirecionalidade, reciprocidade e especificidade. Um mesmo indivíduo poderá exibir um perfil de disponibilidade emocional diferente em função dos diferentes parceiros interativos com quem interage. Esta variação de resultados para os mesmos indivíduos com diferentes parceiros interativos tem sido relatada na literatura científica que utilizou as escalas (Biringen, 2008a).
- (9) **Menor intrusividade e menor instigação de angústia e stress adicional nas famílias adotivas** - uma vez que o procedimento subjacente à utilização das escalas não implica observações em situações de separação dos pais (potenciais geradoras de stress adicional em crianças adotadas pelo seu impacto) (Biringen, 2008a).

Tal como supra descrito, o constructo da disponibilidade emocional integra diferentes aspetos das relações entre o prestador de cuidados e a criança contemplando, desta forma, diferentes dimensões ou componentes (Brigen et al., 2000) seguidamente explanadas.

## **2.4 Dimensões ou componentes subjacentes ao constructo e à operacionalização da disponibilidade emocional e resultados de investigação**

A disponibilidade emocional congrega seis dimensões ou componentes, quatro delas dizem respeito a atributos do prestador de cuidados e as restantes duas a atributos da criança quando em interação diádica com o adulto, revelando a forma como a criança contribui e reage na interação (Biringen, 2008b, 2008c; Biringen et al., 1998). Entre as dimensões que dizem respeito aos atributos do adulto consideram-se a sensibilidade, a estruturação, a não intrusividade e a não hostilidade. As duas dimensões que contemplam as qualidades interativas da criança incluem a responsividade da criança em relação ao prestador de cuidados e o envolvimento, que consiste na procura ativa da criança ou do jovem para envolver o prestador de cuidados nas interações (Biringen, 2008b, 2008c). Não obstante os conceitos mencionados já terem sido explorados em investigação ao longo das últimas décadas, por diversos autores, as informações seguidamente explanadas serão exclusivamente alusivas às componentes consideradas no âmbito do constructo da disponibilidade emocional e como resultado da utilização das *Emotional Availability Scales* (EA; Brigen et al., 1998; Biringen, 2008b, 2008c).

### ***2.4.1 A Sensibilidade no âmbito da disponibilidade emocional***

Entre as dimensões dos adultos no âmbito da disponibilidade emocional, a *Sensibilidade*, abrange um conjunto de emoções e comportamentos interativos do adulto que são utilizados para criar e manter uma conexão emocional positiva, calorosa e saudável com a criança (Saunders et al., 2015). A sensibilidade do adulto é também manifestada através da responsividade à criança, ou seja, à interpretação adequada e cuidadosa das iniciativas, comunicações e necessidades da criança, e à habilidade para resolver conflitos de forma suave e fluida (Biringen, 2008b, 2008c). Os adultos sensíveis exprimem predominantemente afeto positivo (facial e vocal), de forma espontânea e

autêntica, revelando coerência entre a comunicação verbal e não-verbal, revelam gentileza com o seu parceiro interativo, revelam-se emocionalmente equilibrados, moderados, relaxados, e conectados com a criança de uma forma saudável (Biringen, 2008b, 2008c).

De acordo com alguns dos resultados de literatura empírica que utilizaram o constructo de disponibilidade emocional são seguidamente apresentadas algumas características que se associam à sensibilidade.

#### ***2.4.1.1 O género parental***

No que se refere ao género dos pais em interação diádica com os seus filhos, o estudo português de Martins, Soares, Martins, e Osório (2015), que contou com 100 díades pais-criança oriundas de 50 famílias recrutadas de uma creche no Norte do país, com crianças de 10 meses de idade relatou que, não obstante algumas diferenças encontradas na disponibilidade emocional entre as mães e os pais de cada família, a sensibilidade foi uma das dimensões da disponibilidade emocional em que se evidenciam as semelhanças. Desta forma, os resultados da sensibilidade relativa à disponibilidade emocional da mãe na interação diádica com o filho encontraram-se associados aos resultados da sensibilidade exibida pelo pai da mesma família na interação diádica com o filho (Martins et al., 2015).

#### ***2.4.1.2 A idade materna***

Resultados de investigação revelam que a idade materna tende a associar-se à sensibilidade materna em relação ao filho. Desta forma, quanto mais velha é a mãe maior é a sensibilidade exibida em interação diádica com o filho (Bornstein, Hahn, Suwalsky, & Haynes, 2011; Bornstein, Putnick, Suwalsky, & Gini, 2006).

#### ***2.4.1.3 O nível educativo materno ou a inteligência materna***

O nível de educação formal e a inteligência materna associam-se à sensibilidade materna, tendendo a que quanto maior a educação formal e melhores os resultados ao nível da inteligência materna maior a sensibilidade exibida em interação com os filhos (Bornstein, Hahn, Suwalsky, et al., 2011; Bornstein, Hendricks, Haynes, & Painter, 2007).

#### ***2.4.1.4 O estado civil parental***

Resultados de investigação, realizada com 44 díades interativas mães-criança também revelam que o estado civil parental se associa à sensibilidade do adulto, sendo observada uma maior sensibilidade em interações diádicas mãe-criança em famílias cujas mães são casadas comparativamente à exibida pelas mães divorciadas (Sutherland, Altenhofen, & Biringen, 2012).

#### ***2.4.1.5 Os sintomas depressivos maternos***

Está cientificamente estabelecido que o bem-estar psicológico materno (e.g., stress, depressão) poderá influenciar a sensibilidade materna (Kang, 2011). Os efeitos de sintomas depressivos maternos associam-se à sensibilidade materna, uma vez que as mães com elevados sintomas depressivos tendem a exibir uma menor sensibilidade nas interações diádicas mãe-criança (Easterbrooks, Biesecker, & Lyons-Ruth, 2000; Kang, 2011), provavelmente devido à diminuição da sua capacidade para conseguir compreender, interpretar e responder adequadamente às pistas das crianças (Easterbrooks et al., 2000). O período considerado crítico no que se refere ao efeito nefasto da depressão materna na sua sensibilidade em interação diádica com os filhos parece ser temporalmente mais amplo do que se poderia pensar. No seu estudo comparativo com 188 díades mãe-criança (entre os 5 e os 12 anos de idade) Kluczniok et al. (2015) revelaram que as mães em fase remissiva de uma depressão revelavam uma menor sensibilidade em interação diádica com os seus filhos comparativamente com as mães consideradas saudáveis. Adicionalmente, as mães que apresentavam um historial de abuso físico ou sexual severo na infância revelam não só uma menor sensibilidade em interações diádicas com os filhos do que as mães consideradas saudáveis, como ainda menor do que as mães em fase remissiva de uma depressão e sem um historial de abuso físico ou sexual severo na infância ou com um historial de abuso moderado na infância (Kluczniok et al., 2015). Estes resultados remetem para a relevância da intervenção de profissionais com mães deprimidas e em fase de remissão de uma depressão no sentido de não só tratar a depressão como também de promover a sensibilidade materna (Kluczniok et al., 2015). No mesmo sentido, a intervenção dirigida a mães com um historial de abuso físico ou sexual severo na infância assume-se como de primordial e crucial importância.

#### **2.4.1.6 O stress materno percebido**

Um maior stress materno percebido é associado a resultados inferiores ao nível da sensibilidade materna na interação diádica com os filhos com idades inferiores a 6 anos de idade (Kang, 2011).

#### **2.4.1.7 O efeito stressor do estatuto de imigrante**

No estudo Holandês realizado com mães refugiadas e que requeriam asilo, uma das dimensões da disponibilidade materna com resultado mais reduzido foi a sensibilidade materna. Os resultados também evidenciaram que as mães que apresentavam mais sintomas de stress pós-traumático tendiam a revelar uma menor sensibilidade (ver van Ee, Kleber, & Mooren). O estudo Alemão que avaliou a disponibilidade emocional de 33 díades mãe-criança (mães imigrantes, de baixo estatuto socioeconómico, e que não dominavam adequadamente a língua Alemã e filhos com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos de idade) revelou resultados muito semelhantes ao nível da sensibilidade materna comparativamente ao estudo de van Ee et al. (2012) (ver Lebiger-Vogel, Rickmeyer, Busse, Fritzemeyer, Ruger, & Leuzinger-Bohleber, 2015; Rickmeyer, Lebiger-Vogel, Busse, Fritzemeyer, Burkhardt-Mubm, & Leuzinger-Bohleber, 2015).

#### **2.4.1.8 O “*insightfulness*” materno**

A capacidade das mães para usarem “*insightfulness*” acerca dos estados internos da criança e dos seus motivos, compreendendo os comportamentos e sentimentos dos seus filhos em diferentes momentos (conceito explorado por Oppenheim & Koren-Karie, 2002, 2013) revela ser outras das características associadas à sensibilidade materna (Ziv, Kaplan & Venza, 2016). Entre todas as dimensões da disponibilidade emocional a sensibilidade materna é a dimensão que se revela mais fortemente associada a esta capacidade reflexiva materna (Ziv et al., 2016). Desta forma, mães que revelam uma maior sensibilidade materna na interação com o seu filho também tendem a manifestar uma descrição mais complexa da criança (i.e., multidimensional, compreensiva e credível), descrevem a criança de forma mais completa e mais vivida, revelam mais coerência no pensamento, desenvolvendo as ideias de forma mais consistente, interrelacionada e relaxada, perspetivam mais a criança como uma pessoa separada delas próprias, com necessidades e desejos que são diferentes ou mesmo contraditórios com os seus, fazem um maior esforço na tentativa de compreender os pensamentos e os

sentimentos que podem estar subjacentes aos comportamentos dos filhos, tendem a aceitar e a tolerar mais a variedade de comportamentos da criança e revelam maior abertura e flexibilidade do pensamento relativamente às observações que fazem das suas próprias interações com os seus filhos (Ziv et al., 2016). No estudo de Ziv et al (2016) foi também possível observar que o aumento da sensibilidade se encontra subjacente ao perfil interativo das mães que alteraram o seu comportamento, sendo consideradas “*non-insightfulness*” numa fase pré-intervenção para “*insightfulness*” na pós-intervenção, o que não aconteceu nas mães que permaneceram “*non-insightfulness*” em ambas as fases.

#### ***2.4.1.9 A vinculação da criança***

Mães com elevada sensibilidade têm uma maior probabilidade de terem crianças com um estilo de vinculação seguro (Aviezer, Sagi-Schwartz, & Koren-Karie, 2003; Biringen, 2000; Biringen et al., 2000). Resultados de uma investigação realizada com crianças pequenas e as suas mães revelaram que as mães que apresentavam uma maior sensibilidade na interação com os seus filhos tendiam a ter filhos com uma vinculação segura (Ziv, Aviezer, Gini, Sagi, & Koren-Karie, 2000). O estudo realizado com crianças até os 3 anos de idade retiradas das suas famílias biológicas e colocadas em cuidados substitutos revela, que a sensibilidade do adulto (i.e.,  $M = 21.77$ ,  $DP = 4.27$ ), a par da responsividade e do envolvimento da criança (bem como do género da criança ser feminino), são dimensões da disponibilidade emocional preditoras da vinculação segura das crianças (Altenhofen et al., 2013).

#### ***2.4.1.10 Os resultados sociais e cognitivos da criança***

Tem sido igualmente demonstrado que a sensibilidade materna na infância tem efeitos a longo prazo nos resultados sociais e cognitivos das crianças (Fewell & Gross, 2006; Rhule, McMahon, Spieker, & Munson, 2006). A sensibilidade materna observada em interação mãe-criança, com crianças aos 3 anos de idade, revela-se preditora do jogo simbólico e da competência social em idade pré-escolar (Howes & Hong, 2008).

#### **2.4.1.11 A autoregulação do stress na criança**

O estudo de Kerts e colaboradores revelou que mães com uma sensibilidade mais elevada tinham crianças que, mesmo com tendência para serem inibidas, revelavam respostas mais adequadas de regulação do stress (Kertes et al., 2009).

#### **2.4.1.12 A autorregulação da emoção na criança**

No estudo Português de Martins et al. (2015) foi possível constatar associações dignas de destaque entre todas as dimensões da disponibilidade emocional, nomeadamente a sensibilidade paterna, em interação diádica pai-bebé, e a autorregulação da emoção dos seus bebés de 36 meses (utilizando *The Shape Sorter Task*; Martins et al., 2012). Desta forma, quanto mais sensível o pai é com o seu filho mais este tende a revelar uma maior autorregulação da emoção, quer quando em interação com ele, quer quando em interação com a mãe, na ausência do pai (Martins et al., 2015).

Uma maior sensibilidade parental, no âmbito da disponibilidade emocional, em interação diádica, com os filhos entre os 18 e os 36 meses de idade (adotados e não adotados), associa-se a uma maior compreensão das emoções por parte destas crianças (Garvin et al., 2012).

#### **2.4.1.13 A amizade indiscriminada da criança**

Os resultados do estudo longitudinal de Garvin et al. (2012), com díades adotivas, também revelam que quando os pais exibem, ao nível da disponibilidade emocional, uma maior sensibilidade, os filhos (adotados e não adotados entre os 18 e 36 meses) tendem a manifestar menos comportamentos de amizade indiscriminada.

Os resultados do estudo longitudinal Holandês de Van Den Dries et al. (2012), também com díades adotivas (i.e., crianças adotadas e previamente institucionalizadas ou previamente em famílias de acolhimento na China e respetivas mães adotivas) revelam a mesma tendência do estudo supra descrito. As crianças, entre os 15 e 19 meses de idade, com pais adotivos que exibem uma maior sensibilidade na interação diádica com eles tendem a revelar menos comportamentos de amizade indiscriminada. De acordo com os autores uma sensibilidade parental de qualidade parece constituir-se promotora de comportamentos de vinculação seletiva nos seus filhos nos primeiros 6 meses pós adoção (Van Den Dries et al., 2012).

#### ***2.4.1.14 O impacto da intervenção na sensibilidade***

Resultados de investigação recente revelam que a intervenção também pode ter efeitos positivos ao nível da sensibilidade materna. O estudo realizado por Ziv et al. (2016) salienta as diferenças ao nível da sensibilidade materna na fase pré e pós intervenção baseada na vinculação com mães consideradas em risco psicossocial e os seus respetivos filhos entre os 3 e os 6 anos de idade.

O impacto da intervenção baseada no constructo e na operacionalização da disponibilidade emocional na sensibilidade parental é evidenciado no estudo de Baker, Biringen, Meyer-Parsons, e Schneider (2015), que revelou resultados dignos de destaque no que se refere à Sensibilidade dos pais em relação às crianças.

#### ***2.4.2 A Estruturação no âmbito da disponibilidade emocional***

A *Estruturação* refere-se à capacidade do adulto para fornecer estrutura e suporte para o jogo e para a aprendizagem da criança, guiando-a em direção a níveis de compreensão superiores (Saunders et al., 2015). Uma estruturação ótima implica que o adulto para além de apoiar, ajudar e ensinar a criança, tenha o cuidado de seguir as suas incitativas, deixando-a liderar e cedendo-lhe o espaço suficiente para ser autónoma e poder aprender de forma independente (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015). Para que seja bem-sucedido, o adulto deve saber qual o nível atual de compreensão da criança para que possa usar estratégias, verbais e não-verbais, para orientar a criança de forma adequada (Saunders et al., 2015). É ainda importante que saiba estabelecer regras e limites para o comportamento adequado da criança, tendo uma atitude proativa na gestão dos comportamentos inadequados e dos conflitos (Biringen, 2008b, 2008c).

##### ***2.4.2.1 A idade materna***

A idade materna constitui um fator de influência na estruturação. Assim, quanto maior tende a ser a idade materna maior a quantidade e melhor a qualidade da estruturação fornecida na interação diádica (Bornstein et al., 2011; Bornstein et al., 2006).

#### ***2.4.2.2 A depressão materna***

A depressão materna parece interferir igualmente com a capacidade para estruturar. Mães com sintomas depressivos mais elevados tendem a exibir uma menor capacidade para estruturar na interação diádica mãe-criança (Easterbrooks et al., 2000).

No mesmo sentido, as mães de crianças entre os 5 e os 12 anos de idade, em fase de remissão de uma depressão também tendem a revelar uma menor capacidade de estruturação em interação diádica com os filhos (Kluczniok et al., 2015).

#### ***2.4.2.3 O stress materno percebido***

O stress materno, percebido pelas mães, também se associa a resultados inferiores ao nível da exibição de quantidade e qualidade de estrutura materna na atividade interativa diádica com os filhos com idades inferiores a 6 anos de idade (Kang, 2011).

#### ***2.4.2.4 O efeito stressor do estatuto de imigrante***

Os resultados do estudo realizado na Holanda com díades mãe-criança (mães refugiadas a requerer asilo) apuraram um resultado médio moderado ao nível da dimensão estruturação (ver van Ee, Kleber, & Mooren, 2012), muito próximo do valor 4 considerado como delimitador superior de interações consideradas por Biringen (Biringen, 2000) como problemáticas. Também foi possível constatar que as mães refugiadas que exibiam mais sintomas de stress pós-traumático tendiam a revelar uma menor estruturação na interação diádica com os seus filhos (ver van Ee, Kleber, & Mooren, 2012). Resultados similarmente moderados ao nível da estruturação (i.e., muito próximos do valor 4) foram encontrados no estudo realizado na Alemanha com uma amostra com algumas características semelhantes ao estudo anterior (i.e., 33 díades mãe-criança com mães imigrantes, de baixo estatuto socioeconómico, e que não dominavam adequadamente a língua Alemã e filhos com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos de idade) (Lebiger-Vogel et al., 2015; Rickmeyer et al., 2015).

#### **2.4.2.5 O “*insightfulness*” materno**

Centrado nos constructos de disponibilidade emocional e de “*maternal insightfulness*”, ou seja, nas representações reflexivas maternas, os resultados do estudo realizado por Ziv et al. (2016) salientam que as mães que melhor estruturavam o jogo para os seus filhos, entre os 3 e os 6 anos de idade, eram mães que tendiam a manifestar uma descrição mais complexa da criança (i.e., credível, compreensiva e multidimensional). Tendem igualmente a descrever a criança de forma mais completa e mais vivida, refletem mais acerca dos motivos, fazendo um maior esforço na tentativa de compreender os pensamentos e os sentimentos que podem estar subjacentes aos comportamentos dos filhos e tendem a manifestar menos raiva ou irritabilidade em relação à criança. Adicionalmente, foi possível constatar que as mães consideradas na fase pré-intervenção como “*non-insightfulness*” e que se tornam “*insightfulness*” após a intervenção revelaram um perfil com resultados mais elevados de diversas dimensões da disponibilidade emocional, entre as quais a estruturação no jogo em interações diádicas com os seus filhos (Ziv et al., 2016).

#### **2.4.2.6 O género da criança**

Num estudo com crianças com idades compreendidas entre o ano e meio e os cinco anos e meio de idade os resultados salientam diferenças em função do género. As mães de rapazes tendem a exibir melhores resultados na estruturação do que as mães das raparigas (Kang, 2011).

#### **2.4.2.7 A vinculação da criança**

No que se refere à relação da disponibilidade emocional e a vinculação, uma maior estruturação materna, em interação com o filho, associa-se a uma vinculação segura nas crianças (Howes, Guerra, & Zucker, 2007; Ziv, et al., 2000).

#### **2.4.2.8 A autorregulação emocional da criança**

Uma maior estruturação do pai em interação diádica com o seu filho (numa amostra portuguesa) parece associar-se a uma maior capacidade da criança no que diz respeito à sua autorregulação emocional, quer quando em interação diádica com o próprio pai, quer quando em interação diádica com a mãe, na ausência do pai (Martins et al., 2015).

#### **2.4.2.9 A compreensão das emoções**

Uma maior estruturação parental em interação diádica com os filhos, entre os 18 e os 36 meses de idade (adotados e não adotados), associa-se a uma maior compreensão das emoções por parte destas crianças (Garvin et al., 2012).

#### **2.4.2.10 A amizade indiscriminada da criança**

A uma maior e mais adequada estruturação parental também se associam a uma menor exibição de comportamentos de amizade indiscriminada nos filhos (adotados e não adotados entre os 18 e 36 meses) (Garvin et al., 2012).

#### **2.4.2.11 A competência social e jogo simbólico**

A estruturação materna observada em interação mãe-criança, com crianças aos 3 anos de idade, é preditora da competência social e do jogo simbólico em idade pré-escolar (Howes & Hong, 2008).

#### **2.4.2.12 O impacto da intervenção na estruturação**

Resultados de investigação recente revelam que a intervenção também pode ter efeitos positivos ao nível da estruturação materna. O estudo realizado por Ziv et al. (2016) salienta as diferenças ao nível da estruturação materna na fase pré e pós intervenção baseada na vinculação com mães consideradas em risco psicossocial e os seus respetivos filhos entre os três e os seis anos de idade.

A intervenção alicerçada na disponibilidade emocional também parece assumir-se como eficaz no incremento da qualidade e quantidade da estruturação dos pais em relação aos filhos (Baker et al., 2015).

### **2.4.3 A Não-Intrusividade no âmbito da disponibilidade emocional**

A *Não-Intrusividade* refere-se à habilidade do adulto para estar disponível para a criança, seguindo a sua liderança durante o jogo, sem ser intrusivo com ela, evitando interferir (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015). Um adulto não intrusivo caracteriza-se pela ausência de comportamentos de interrupção, verbal e/ou física, da atividade da criança, pela sua capacidade de restringir as diretrizes fornecidas, permitindo

à criança ter o espaço relacional suficiente para exibir níveis de independência próprios da sua idade. Neste sentido, sabe “retirar-se” nos momentos em que a criança procura essa independência (Saunders et al., 2015).

#### ***2.4.3.1 O género parental***

O estudo Português de Martins et al. (2015) que considerou os diferentes resultados da disponibilidade emocional em díades mãe-bebé e pai-bebé da mesma família, com crianças de 10 meses de idade, revelou que apesar de se terem salientado algumas diferenças de disponibilidade emocional intrafamiliares em função do género, os resultados dos pais (i.e., da mãe-filho e pai-filho) ao nível da não-intrusividade encontram-se associados.

#### ***2.4.3.2 A idade materna***

Resultados mais reduzidos de Não-Intrusividade (i.e., maior intrusividade) são associados à idade materna, uma vez que mães adolescentes tendem a exibir mais comportamentos intrusivos, quando comparadas com mães adultas (Bornstein et al., 2006).

#### ***2.4.3.3 O stress e a depressão materna***

O stress e a depressão, auto relatadas pelas mães, também se associam positivamente à intrusividade, ou seja, quanto mais stress percecionado maior a intrusividade exibida pelas mães na interação com os seus filhos pequenos (i.e., com menos de 6 anos de idade) (Kang, 2011). De facto, os sintomas depressivos e o stress materno, conjuntamente considerados, parecem contribuir para 30% da variância na não-intrusividade materna, avaliada com as *Emotional Availability Scales* na interação diádica com os seus filhos com menos de 6 anos de idade (Kang, 2011).

#### ***2.4.3.4 O efeito stressor do estatuto de imigrante***

No âmbito da disponibilidade emocional diádica dos estudos realizados nos últimos anos com amostras de famílias recém-imigradas em países europeus com filhos pequenos, foi possível constatar a similitude na exibição comportamentos de não-intrusividade

diádica, cujos resultados embora moderados (i.e., entre os 4 e os 5 valores) constituem uma das dimensões com os melhores resultados da disponibilidade emocional (Lebiger-Vogel et al., 2015; Rickmeyer et al., 2015; van Ee et al., 2012). Foi também possível constatar que as mães refugiadas, a requerer asilo na Holanda, que exibiam mais sintomas de stress pós-traumático tendem a revelar uma maior intrusividade na interação diádica com os seus filhos (ver van Ee et al., 2012).

#### **2.4.3.5 O “*insightfulness*” materno**

As representações reflexivas maternas ou “*maternal insightfulness*”, também se associam à não intrusividade da disponibilidade emocional materna. Ziv et al. (2016) salientam que as mães que relevam mais comportamentos de não intrusividade tendem a descrever a criança de forma mais completa e mais vivida e a exibir mais esforços na compreensão dos pensamentos e dos sentimentos que podem legitimar os comportamentos dos seus filhos (entre os 3 e os 6 anos de idade). Considerando os diferentes perfis identificados nas fases pré e pós intervenção baseada na vinculação, foi também possível constatar que as mães inicialmente consideradas “*non-insightfulness*”, e que na fase pós intervenção passaram a ser consideradas “*insightfulness*” exibiam um perfil de disponibilidade emocional com resultados mais elevados, para além de outros, na dimensão da não intrusividade (Ziv et al., 2016).

#### **2.4.3.6 Os problemas de comunicação da criança**

A existência, ou não, de problemas de comunicação das crianças parece associar-se à não-intrusividade materna em interações diádicas com os seus filhos entre o 1 e meio e os 5 anos e meio de idade. Desta forma, mães que têm crianças com alguma dificuldade ao nível da comunicação tendem a ser mais intrusivas na interação com os seus filhos (Kang, 2011).

#### **2.4.3.7 A autorregulação emocional nas crianças**

No que se refere à autorregulação emocional das crianças, no estudo português de Martins et al. (2015) foi possível constatar que quanto maior a não intrusividade do pai em interação diádica pai-bebé maior a autorregulação da emoção dos seus bebés de 36

meses, quer quando em interação com os pais, quer quando em interação diádica com as mães, na ausência dos pais (Martins et al., 2015).

#### **2.4.3.8 A compreensão das emoções e a amizade indiscriminada**

O estudo longitudinal de Garvin et al. (2012) salientou que as crianças cujos pais revelam uma maior qualidade ao nível da não intrusividade (i.e., são menos intrusivos) os filhos (adotados e não adotados entre os 18 e 36 meses) tendem a manifestar uma maior compreensão das emoções e menos comportamentos de amizade indiscriminada (Garvin et al., 2012).

#### **2.4.3.9 O impacto da intervenção na não-intrusividade**

A intervenção baseada no próprio constructo e operacionalização da disponibilidade emocional (i.e., “*Emotional Attachment and Emotional Availability EA2 Intervention*”) nas suas diferentes versões (Baker et al., 2015; Biringen, 2008b; Biringen et al., 2010), e implementado em 15 famílias adotivas, na sua versão *online*, parece revelar-se eficaz na promoção da não intrusividade parental na sua relação com os filhos adotivos (Baker et al., 2015).

#### **2.4.4 A Não-Hostilidade no âmbito da disponibilidade emocional**

A *Não-Hostilidade* avalia a capacidade do adulto para regular, de forma eficaz, as suas próprias emoções negativas, evitando expressá-las à frente da criança, quer seja dirigida a ela ou a outros. Quando o adulto não é bem-sucedido na contenção e/ou regulação da expressão de emoções negativas expressa hostilidade encoberta e/ou aberta. A hostilidade encoberta é uma expressão menos evidente de emoções negativas, tais como aborrecimento, frustração e impaciência. Comportamentos como o silêncio utilizado de forma punitiva, revelar impaciência, dirigir olhares “frios” à criança, bocejar, voz ligeiramente mais alta do que lhe é normal, expressões faciais de descontentamento, revirar os olhos, também são considerados nesta dimensão da disponibilidade emocional. A hostilidade aberta inclui diversos comportamentos nomeadamente, a alusão a temas de separação, críticas, troça ou ironia em relação à criança, gritar com a criança ou qualquer tipo de agressão física (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015).

#### ***2.4.4.1 A depressão materna em fase remissiva***

O estudo realizado na Alemanha por Kluczniok et al. (2015) revelou que mães, de crianças entre os 5 e os 12 anos, com uma depressão em fase remissiva apresentavam comportamentos de maior hostilidade em interação diádica com os seus filhos comparativamente a mães consideradas saudáveis.

#### ***2.4.4.2 O stress parental percecionado***

O stress parental percecionado assume-se como um aspeto associado à exibição de uma maior hostilidade das mães em momentos de interação diádica com os seus filhos pequenos (i.e., com menos de 6 anos de idade) (Kang, 2011).

#### ***2.4.4.3 O efeito stressor do estatuto de imigrante***

As investigações realizadas na Europa nos últimos anos cujos participantes constituem famílias recém-imigradas com filhos pequenos e que avaliam a disponibilidade diádica mãe-criança revelam semelhantemente que a dimensão não-hostilidade foi a que obteve a melhor classificação comparativamente com as restantes dimensões (i.e., com valores de 5 e de 5.56, respetivamente) (Lebiger-Vogel et al., 2015; Rickmeyer et al., 2015; van Ee et al., 2012). Contudo, foi possível constatar, no estudo realizado na Holanda, que as mães que exibiam mais sintomas de stress pós-traumático tendiam a ser mais hostis com os seus filhos (ver van Ee, Kleber, & Mooren, 2012).

#### ***2.4.4.4 O “insightfulness” materno***

O “*maternal insightfulness*”, ou seja, a capacidade das mães para exibirem representações reflexivas acerca dos estados internos da criança e dos seus motivos no sentido de melhor compreenderem a diversidade dos comportamentos e sentimentos dos seus filhos associa-se a diversas dimensões da disponibilidade emocional materna, nomeadamente à não hostilidade (Ziv et al., 2016). Assim, mães que revelam uma maior não-hostilidade (i.e., maior ausência de comportamentos de hostilidade aberta ou encoberta) tendem a fazer um maior esforço na tentativa de compreender os pensamentos e os sentimentos que podem estar subjacentes aos comportamentos dos filhos, a relevar menos comportamentos de raiva ou de hostilidade em relação à criança e a ter resultados mais reduzidos ao nível da perspetiva de separação em relação à criança, ou seja, a exibir uma tendência para considerar a criança como uma pessoa separada, com

necessidades e desejos que são diferentes ou mesmo contraditórios em relação às mães (Ziv et al., 2016). Os comportamentos de não hostilidade materna foi uma das dimensões da disponibilidade emocional materna que aumentaram na fase pós intervenção (baseada na vinculação) em mães inicialmente consideradas “*non-insightfulness*” e que passaram a ser consideradas “*insightfulness*” (Ziv et al., 2016).

#### ***2.4.4.5 A autorregulação emocional nas crianças***

Uma maior não hostilidade dos pais (i.e., progenitores masculinos) em interações diádicas com os filhos associa-se a uma maior capacidade de autorregulação da emoção dos seus filhos aos 36 meses de idade (numa amostra portuguesa), exibida quando em interação com os pais e também em interação individual e diádica com a mãe na ausência do pai (Martins et al., 2015).

#### ***2.4.4.6 Os problemas de comportamento externalizados das crianças***

As mães que revelam mais hostilidade na interação diádica com os seus filhos com menos de 6 anos de idade tendem a ter filhos que revelam mais problemas externalizados de comportamento (Kang, 2011). O autor avança como hipótese justificativa para este resultado os princípios basilares da teoria da aprendizagem social de Bandura (1989), uma vez que a exposição frequente a modelos significativos que apresentam estratégias hostis na resolução de conflitos poderá levar a exibição de comportamentos agressivos na criança (Kang, 2011). Considerando a bidirecionalidade de influência o autor também considera a tendência para que os problemas de comportamento externalizado exibidos pelos filhos possam tender a aumentar a intensidade e/ou a frequência dos comportamentos interativos hostis por parte das mães (Kang, 2011).

#### ***2.4.4.7 Os efeitos da administração de oxitocina***

O estudo realizado com pais (i.e., 18 homens) com os seus filhos pequenos com autismo salientou os efeitos positivos da oxitocina uma vez que os resultados indicam que após a administração nasal de oxitocina os pais revelavam menos hostilidade em interação diádica com os seus filhos (Naber, Poslawsky, van IJzendoorn, van Engeland, & Bakermans-Kranenburg, 2013; Naber, van IJzendoorn, Deschamps, van Engeland, Bakermans-Kranenburg, 2010).

#### **2.4.4.8 O impacto da intervenção na não hostilidade**

A “*Emotional Attachment and Emotional Availability EA2 Intervention*”, versão *online*, que se alicerça no constructo e na operacionalização da disponibilidade emocional (ver Biringen, 2008b; Biringen et al., 2010), implementado em famílias adotivas, na sua versão *online*, revelou incrementos dignos de destaque ao nível da não-hostilidade parental em relação aos seus filhos adotivos na fase pós-intervenção (Baker et al., 2015).

#### **2.4.5 A Responsividade da criança no âmbito da disponibilidade emocional**

A *Responsividade da Criança*, em relação ao adulto, avalia a capacidade da criança para regular as suas emoções de forma adequada, responder às ações do adulto, de forma disponível, afetiva e prazerosa. A criança que é responsiva em relação ao adulto revela avidez em responder ao adulto e uma conexão emocional com ele no decurso na interação. Uma criança que revela uma menor responsividade em interação diádica poderá apresentar desorganização e/ou uma menor regulação emocional em situações que possam ser mais desafiadoras, ou seja, problemas de afeto que se podem manifestar através da exibição de comportamentos de irritabilidade, tristeza e pode parecer ameaçadora, parece não confiar no adulto (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015).

##### **2.4.5.1 O stress parental**

Resultados de investigação do estudo de Kang (2011), realizado em Seul, Coreia do Sul, com mães e respetivos filhos em interações diádicas, revelam que quanto maior é o stress parental percebido pelas mães menor tende a ser a responsividade que os filhos exibem em relação a elas (Kang, 2011).

##### **2.4.5.2 O efeito stressor do estatuto de imigrante**

O possível efeito stressor do estatuto de imigrante tem sido explorado a par da disponibilidade emocional parental em estudos relativamente recentes realizados na Europa. Semelhantemente a dimensão da responsividade da criança em relação às mães obteve resultados moderados nos diversos estudos (Lebiger-Vogel et al., 2015; Rickmeyer et al., 2015; van Ee et al., 2012), considerados algo problemáticos (Biringen, 2000). Os resultados do estudo realizado na Holanda revelaram ainda que quando as mães refugiadas (que requeriam asilo) exibem mais sintomas de stress pós-traumático os seus

filhos crianças tendem a apresentar uma menor responsividade em relação às suas mães (ver van Ee et al., 2012).

#### **2.4.5.3 O “*insightfulness*” materno**

O “*maternal insightfulness*” encontra-se associado à responsividade da criança em relação à mãe em interação diádica (Ziv et al., 2016). Assim, mães cujos filhos exibem uma maior responsividade em relação a elas em interação diádica tendem a revelar uma maior complexidade na descrição da criança (i.e., credível, compreensiva e multidimensional) e parecem empreender um maior esforço na tentativa de compreender os pensamentos e os sentimentos que podem estar subjacentes aos comportamentos dos filhos (Ziv et al., 2016). No mesmo estudo foi possível constatar que as crianças filhas de mães cujas classificações pré-intervenção foram consideradas “*non-insightfulness*” e que se tornaram “*insightfulness*” após a intervenção relevaram mais responsividade em relação às suas mães comparativamente com as crianças filhas de mães que não alteraram as suas classificações nas fases pré e pós intervenção baseada na vinculação (Ziv et al., 2016).

#### **2.4.5.4 A vinculação segura da criança**

Resultados superiores ao nível da responsividade emocional da criança, em interação com a mãe, foram associados à vinculação segura na criança (Ziv et al., 2000). Resultados superiores de responsividade da criança (com 3 anos de idade) em interação diádica com os seus prestadores de cuidados substitutos (e.g., famílias de acolhimento, famílias adotivas e outros familiares que não os pais biológicos) também se associaram à vinculação segura (Altenhofen et al., 2013).

#### **2.4.5.5 O autorreconhecimento da criança**

Resultados de investigação revelam que uma maior responsividade emocional da criança (aos 12 meses de idade) em relação à mãe, em situação interativa, se associa a melhores resultados desenvolvimentais da criança (aos 20 meses de idade) numa tarefa de autorreconhecimento no espelho (Harel et al., 2002).

#### **2.4.5.6 A autorregulação emocional da criança**

No estudo português de Martins et al. (2015) verificou-se que quanto mais a criança exibiu uma boa responsividade em relação ao pai, em interação diádica com ele, maior era sua capacidade de autorregulação da emoção aos 36 meses de idade. Esta associação entre a responsividade da criança ao pai e a autorregulação da emoção das crianças são observadas através da avaliação da autorregulação da emoção da criança em tarefas com o pai e também com a mãe na ausência do pai (Martins et al., 2015).

#### **2.4.5.7 O impacto da intervenção na responsividade da criança**

A intervenção baseada no constructo (e na operacionalização) da disponibilidade emocional, dirigida a pais (i.e., “*Emotional Attachment and Emotional Availability EA2 Intervention*”, versão *online*) revelou ter tido um impacto positivo na promoção da responsividade das crianças adotadas (Baker et al., 2015).

#### **2.4.6 O Envolvimento no âmbito da disponibilidade emocional**

O Envolvimento da criança consiste na atenção que a criança presta ao adulto, nas situações em que toma iniciativa na interação, quando comunica com ele e o envolve no jogo (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015). A criança pode tentar fazer do adulto audiência para as suas atividades (e.g., descrevendo o que está a fazer), colocar-lhe questões, mostrar ou partilhar objetos, olhar para ele. O comportamento de envolvimento poderá consistir numa troca, verbal ou não verbal, breve (Biringen, 2008b, 2008c).

##### **2.4.6.1 O stress materno percebido**

Um maior stress parental percebido por mães coreanas tende a associar-se a uma menor quantidade e qualidade no envolvimento dos seus filhos com menos de 6 anos na interação diádica com as suas mães (Kang, 2011).

##### **2.4.6.2 O efeito stressor do estatuto de emigrante**

No estudo Holandês foi possível apurar que quanto mais as mães refugiadas (requerentes de asilo) exibem sintomas de stress pós-traumático menos os seus filhos tendem a envolvê-las na interação (ver van Ee, Kleber, & Mooren, 2012).

#### **2.4.6.3 O “*insightfulness*” materno**

A capacidade das mães para evidenciar representações reflexivas acerca dos estados internos dos seus filhos e nas suas motivações para uma melhor compreensão da diversidade dos comportamentos e sentimentos dos seus filhos (i.e., “*maternal insightfulness*”) associa-se ao envolvimento da criança com a mãe em situações diádicas (Ziv et al., 2016). Assim, as mães cujos filhos revelam, ao nível da disponibilidade emocional, um maior envolvimento com elas em interação diádica tendem a descrever os seus filhos com um grau mais elevado de complexidade (i.e., compreensiva, credível e multidimensional), revelam uma maior coerência no pensamento, desenvolvendo as ideias de forma mais interrelacionada, consistente e relaxada, tendem a empreender um maior esforço na tentativa de compreender os pensamentos e os sentimentos que podem estar subjacentes aos comportamentos dos filhos, a tolerar e a aceitar mais a multiplicidade de comportamentos da criança e a revelar uma maior abertura e flexibilidade do pensamento quando fazem observações acerca das suas próprias interações com os seus filhos (Ziv et al., 2016). As mães que no decurso do estudo alteram de uma classificação de “*non-insightfulness*”, na fase pré-intervenção, para a classificação de “*insightfulness*” na fase pós-intervenção, tinham filhos que exibiam mais envolvimento na interação com elas comparativamente com as crianças cujas mães se mantiveram na mesma classificação em ambas as fases (i.e., pré e pós intervenção baseada na vinculação).

#### **2.4.6.4 O impacto da intervenção na responsividade da criança**

A intervenção *Emotional Attachment and Emotional Availability EA2 Intervention*”, versão *online*, alicerçada na disponibilidade emocional, também parece ser eficaz no aumento do envolvimento de crianças adotadas com os seus pais adotivos (Baker et al., 2015).

## **2.5 Disponibilidade emocional parental em famílias adotivas**

A adoção implica uma constelação de características que lhe são muito particulares, entre as quais a perda (e.g., na história prévia das crianças adotadas e em muitos dos pais adotivos devido a um processo de infertilidade), o stress (e.g., pelos momentos ansiogénicos subjacentes ao processo adotivo experienciado pelas crianças neste percurso e pelos candidatos à adoção/pais adotivos) e a possibilidade de construir novas relações emocionais significativas entre os diferentes elementos do novo núcleo familiar (Brodzinsky, 1990, 2006; Juffer, 2006). Alguns estudos têm revelado que a responsividade emocional parental relativamente aos comportamentos emocionais dos seus filhos adotivos é fundamental para a otimização funcional das famílias adotivas (Grotevant, McRoy, & Jenkins, 1988), e que, inversamente, a ambivalência parental na interação com os filhos e uma menor sensibilidade parental às necessidades emocionais da criança adotada afetam negativamente a relação entre os pais adotivos e os respetivos filhos e o desenvolvimento da criança adotada (Brinich, 1995).

Desta forma, considerar a disponibilidade emocional no âmbito da construção afetiva progressiva de famílias por adoção reveste-se de particular relevância.

Nas últimas décadas, que seja do nosso conhecimento, foram publicados 4 estudos acerca da temática da disponibilidade emocional em famílias adotivas, recorrendo ao construto e à operacionalização supra explanada da disponibilidade emocional parental.

Seguidamente são sintetizados as principais características e resultados mais relevantes desses estudos focando-se apenas nos conteúdos que dizem respeito à disponibilidade emocional interativa diádica entre os pais e as crianças nas famílias adotivas.

### ***2.5.1 Estudo de Garvin, Tarullo, Van Ryzin, e Gunnar (2012)***

O estudo longitudinal de Garvin et al. (2012), realizado nos Estados Unidos da América, teve como principal objetivo examinar a possibilidade de a parentalidade adotiva moderar o impacto da adversidade advinda da institucionalização precoce. Mais especificamente, os objetivos basilares relativos à disponibilidade emocional eram: (1) analisar a disponibilidade emocional na parentalidade adotiva aquando a chegada da criança à família adotiva (e após a permanência da criança à guarda do estado, em instituições de acolhimento temporário) e, (2) determinar se a disponibilidade emocional

parental se constitui como preditor (único ou em interação com outras características da criança) do funcionamento sócioemocional da criança, um ou mais anos após a chegada da criança à família adotiva.

Participaram no estudo 119 crianças, com as respectivas mães ou pais, subdivididos em 3 grupos distintos: (1) crianças adotadas e que previamente estiveram em instituições de acolhimento temporário (e.g., hospital, instituições de emergência infantil ou centros de acolhimento temporário), (2) crianças adotadas e que previamente estiveram em casa de famílias de acolhimento temporário, e (3) crianças não adotadas a viver com as suas famílias de origem (i.e., grupo de controlo). Existiram três momentos de recolha de dados. As crianças no primeiro momento de recolha de dados tinham 18 meses ( $M = 18.9$ ,  $DP = .56$ ), no segundo momento 30 meses ( $M = 31.4$ ,  $DP = .66$ ) e tinham 36 meses ( $M = 36.6$ ,  $DP = .70$ ) no terceiro momento da recolha. O género das crianças era maioritariamente feminino (i.e., 84 do sexo feminino e 35 do sexo masculino) (Garvin et al., 2012). A disponibilidade emocional parental foi avaliada no primeiro momento de recolha de dados quando as crianças tinham cerca de 18 meses de idade. Os pais (i.e., a mãe ou o pai) e as crianças compareceram num laboratório, onde foram filmados cerca de 10 minutos em jogo livre em interação diádica. Posteriormente a filmagem foi cotada com recurso às Escalas de Disponibilidade Emocional por diferentes codificadores (i.e., EAS; Emotional Availability Scales, *3th Edition*; Biringen et al., 1998).

Os resultados descritivos relativos à disponibilidade emocional parental revelam algumas diferenças entre os três diferentes grupos de participantes e um efeito do género, em que a disponibilidade emocional é superior no grupo de pais em interação diádica com as filhas (i.e., de sexo feminino) comparativamente à disponibilidade emocional de pais em interação diádica com os filhos (i.e., de sexo masculino) (Garvin et al., 2012). Os três grupos de participantes revelam um padrão de resultados de disponibilidade emocional parental semelhante ao nível das dimensões específicas, ou seja, os resultados ao nível da sensibilidade parental são os mais elevados e os resultados relativos à não intrusividade são os mais reduzidos. No que se refere às diferenças da disponibilidade emocional parental nos diferentes grupos de crianças participantes, os resultados dos pais das crianças adotadas com passado de institucionalização são inferiores ao dos pais de crianças não adotadas (Garvin et al., 2012). Globalmente, a disponibilidade emocional é maior em pais de crianças não adotadas, seguidamente em pais adotivos cujos filhos adotivos estiveram previamente com famílias de acolhimento e, por fim, os pais adotivos

de crianças adotadas e previamente institucionalizadas foram os que revelaram resultados inferiores ao nível da disponibilidade emocional (Garvin et al., 2012). No que se refere às dimensões específicas da disponibilidade emocional parental, não foram encontradas diferenças ao nível da sensibilidade ou da hostilidade (muito raramente observada) entre os pais de crianças adotadas e previamente institucionalizadas e as crianças não adotadas. Por outro lado, foram encontradas diferenças para as dimensões da estruturação e da não intrusividade, em que os pais de crianças adotadas e previamente institucionalizadas revelam menos estruturação e menos não intrusividade (são mais intrusivos) comparativamente aos pais não adotivos (Garvin et al., 2012). De acordo com os autores, uma hipótese explicativa para a aparente dificuldade dos pais adotivos na estruturação adequada do jogo dos seus filhos adotivos (Garvin et al., 2012) pode estar nas céleres alterações destas crianças ao nível de competências e do comportamento nos primeiros meses após a adoção (Gunnar, 2001).

Adicionalmente, a disponibilidade emocional parental em interações diádicas com a criança (aos 18 meses) assume-se como preditora de características do funcionamento social da criança identificadas em investigação prévia como problemáticas em crianças com um passado de institucionalização (Garvin et al., 2012). A disponibilidade emocional dos pais (pertencentes aos 3 grupos de participantes) em interação diádica com os seus filhos aos 18 meses de idade é preditora da compreensão emocional das crianças (avaliada através de tarefas de compreensão emocional de Denham, 1986) aos 30 e 36 meses de idade (Garvin et al., 2012). Uma maior disponibilidade emocional parental associa-se a uma maior compreensão das emoções por parte das crianças (i.e., capacidade para adequadamente identificar e compreender as emoções em si próprio e nos outros). Considerando as dimensões da disponibilidade emocional parental, a sensibilidade, a estruturação e a não intrusividade dos pais em interação diádica com os filhos associam-se à compreensão das emoções por parte destas crianças. Os autores avançam como hipótese explicativa para esta tendência o facto de os pais que têm uma maior disponibilidade emocional com os seus filhos potencialmente exibirem mais conteúdos relativos às emoções na comunicação com os filhos (Garvin et al., 2012).

A amizade indiscriminada foi avaliada quando as crianças participantes tinham cerca de 30 meses de idade através de uma subescala subjacente à entrevista semiestruturada efetuada aos pais das crianças (ver O'Connor, Bredenkamp, Rutter, & The ERA Study Team, 1999; O'Connor et al., 2003). Os resultados revelam que quando

os pais exibem, ao nível da disponibilidade emocional, uma maior sensibilidade, maior e melhor estruturação e uma maior não intrusividade (individualmente considerados), os filhos tendem a manifestar menos comportamentos de amizade indiscriminada (Garvin et al., 2012). Adicionalmente, no grupo de crianças adotadas que tinham sido previamente institucionalizadas, a amizade indiscriminada aos 30 meses de idade da criança é predita negativamente pela iniciação da atenção conjunta aos 18 meses da criança quando a disponibilidade emocional dos pais é reduzida. Contudo, quando a disponibilidade emocional parental é maior não é encontrada nenhuma associação entre a atenção conjunta e a amizade indiscriminada (Garvin et al., 2012).

Na medida em que a aquisição da atenção conjunta é considerada como uma das mais relevantes tarefas desenvolvimentais da infância no âmbito sócioemocional, os autores utilizaram a “iniciação da atenção conjunta” (i.e., “*initiation of joint attention*” - IJA; Mundy, Delgado, Hogan, & Doehring, 2003) como indicador do funcionamento sócioemocional das crianças aos 18 meses de idade (Garvin et al., 2012; Mundy, et al., 2003). Para avaliar este conceito utilizaram uma das subescalas do procedimento lúdico filmado que consiste numa tarefa semiestruturada, de cerca de 20 minutos, em que o examinador apresenta diversos objetos lúdicos à criança, que está sentada ao colo da mãe/do pai, e que não irá conseguir explorar autonomamente. O procedimento é filmado posteriormente observam-se e cotam-se as reações da criança (ver o ESCS; Mundy et al., 2003). Os resultados relacionados com a “iniciação da atenção conjunta” revelam que, no grupo de crianças adotadas que foram previamente institucionalizadas (e apenas neste grupo de participantes), quando os pais adotivos revelam uma menor disponibilidade emocional, a iniciação da atenção conjunta das crianças aos 18 meses de idade assume-se como um preditor negativo da amizade indiscriminada aos 30 meses da criança. Inversamente, uma maior disponibilidade emocional parental pode moderar os efeitos da privação institucional precoce, reduzindo as associações existentes entre os resultados inferiores de iniciação da atenção conjunta aos 18 meses da criança e um mais elevado comportamento de amizade indiscriminada ou desinibida quando a criança tem 30 meses de idade (Garvin et al., 2012). Estes resultados refletem alguns dos possíveis desafios da parentalidade em crianças adotadas, e principalmente em pós institucionalizadas, no processo de recuperação dos possíveis efeitos adversos da institucionalização e salientam o potencial poder moderador da disponibilidade emocional dos pais adotivos neste processo (Garvin et al., 2012).

### 2.5.2 Estudo de Van Den Dries, Juffer, Ijzendoorn, Bakermans-Kranenburg, e Alink (2012)

O estudo longitudinal Holandês de Van Den Dries et al. (2012) teve como principais objetivos determinar o desenvolvimento sócio-emocional de crianças adotadas internacionalmente (i.e., na China), com uma história prévia de permanência em instituições *versus* em famílias de acolhimento, a sua adaptação progressiva na família adotiva (i.e., 2 e 6 meses após a chegada à família adotiva) e o impacto da sensibilidade materna neste processo. Mais especificamente, no que se refere à disponibilidade emocional parental, investigaram as dimensões da sensibilidade dos pais adotivos e da responsividade da criança em interações diádicas pais e filhos em dois momentos diferentes (i.e., 2 e 6 meses após a adoção): (a) comparando os dois grupos de crianças ao nível da sensibilidade materna e da responsividade da criança; (b) comparando os dois grupos de crianças e considerando a sua vinculação com os pais adotivos (através do procedimento da situação estranha - SSP; Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978); e, (c) comparando os dois grupos de crianças e contemplando a manifestação de comportamentos de amizade indiscriminada (através da resposta parental a cinco questões de escolha múltipla; Chisholm et al., 1995) (Van Den Dries et al., 2012). Participaram no estudo 92 famílias, 50 crianças previamente institucionalizadas e 42 meninas previamente em famílias de acolhimento temporário. As crianças no início do estudo tinham cerca de 15 meses ( $M = 15.24$ ,  $DP=1.35$ ) e no fim do estudo cerca de 19 meses (i.e.,  $M = 19.85$ ,  $DP = 1.48$ ). As crianças participantes tinham cerca de 13 meses quando adotadas (i.e.,  $M = 13.03$  meses,  $DP = 1.35$ ) tendo sido adotadas maioritariamente por famílias biparentais (i.e., 90 famílias biparentais, 2 famílias monoparentais – mães solteiras). Os resultados relativos à disponibilidade emocional parental revelam que as mães adotivas de ambos os grupos de crianças (i.e., previamente institucionalizadas e previamente em famílias de acolhimento) exibem pontuações médias moderadas na dimensão da sensibilidade (i.e., 5.64 – 5.89), consideradas na categoria da ausência de risco (i.e., 5.5-6.5; ver Vliegen et al., 2009), semelhantes entre si e sem alterações relevantes a nível temporal (i.e., 2 e 6 meses após a adoção), sugerindo a estabilidade desta característica (Van Den Dries et al., 2012). No que se refere à responsividade dos filhos adotivos em relação às mães/pais adotivos os resultados médios são moderados (variando de 4.67 a 5.32) em ambos os momentos de observação, sendo considerados dentro da categoria dos resultados ausentes de risco para o desenvolvimento (i.e., 1 a 3; ver Vliegen et al., 2009). Foram observadas alterações temporais positivas ao nível da responsividade das crianças uma vez que

aumenta do primeiro para o segundo momento de observação considerando os 4 meses de intervalo entre eles. Este incremento na responsividade da criança em relação à mãe/ao pai adotivo é maior no grupo de crianças adotadas que estiveram previamente em famílias de acolhimento temporário comparativamente às crianças adotadas e previamente institucionalizadas. Não se destacou nenhuma relação entre a vinculação das crianças adotadas e a sensibilidade da mãe/pai adotivo (Van Den Dries et al., 2012). No que se refere aos comportamentos de amizade indiscriminada, as crianças adotadas com mães adotivas/pais adotivos mais sensíveis revelaram menos amizade indiscriminada em ambos os momentos considerados (Van Den Dries et al., 2012). Os autores concluem que os pais adotivos com uma maior sensibilidade parecem ter mais sucesso na promoção de comportamentos de vinculação seletiva nos seus filhos comparativamente com os pais adotivos que revelam uma menor sensibilidade (Van Den Dries et al., 2012). Os resultados refletem a capacidade para as crianças adotadas e com um passado de privação recuperarem num ambiente familiar emocionalmente sensível.

### **2.5.3 Estudo de Althenhofen, Clyman, Little, Baker e Biringen (2013)**

O estudo realizado por Althenhofen et al. (2013), nos Estados Unidos da América, foi realizado tendo como base os dados relativos ao último momento de recolha de dados (i.e., ponto temporal 5) do estudo longitudinal “*Infants in Foster Care*” (IFC), cujo principal objetivo era o de examinar os preditores de sintomas emocionais e de comportamentos problemático em crianças retiradas das suas famílias biológicas e colocadas com prestadores de cuidados substitutos. Especificamente, o estudo de Althenhofen et al. (2013) teve como objetivo determinar as relações e a contribuição de diferentes aspetos (i.e., disponibilidade emocional do prestador de cuidados, número de mudanças de colocação da criança em cuidados substitutos e respetivo tempo de permanência, tipo de cuidadores e género da criança) para a vinculação segura de crianças com 3 anos de idade com os seus prestadores de cuidados, maioritariamente substitutos da família biológica.

Participaram no estudo, 104 prestadores de cuidados, de diferentes tipos (i.e., 14% eram pais biológicos, 23% eram outros familiares biológicos, 49% eram pais adotivos e 14% eram famílias de acolhimento temporário) e crianças (Althenhofen et al., 2013). A grande maioria dos prestadores de cuidados eram mulheres (i.e., 99%) (Althenhofen et al.,

2013). As crianças eram maioritariamente rapazes (i.e., 55%), com idades compreendidas entre os 36 e os 47 meses de idade, e que nesta fase já tinham passado, em média, 30 meses com os atuais prestadores de cuidados (Altenhofen et al., 2013). No que se refere às crianças que se encontravam com os seus pais adotivos, estas já estavam na sua nova família há cerca de 32 meses (i.e.,  $M = 32.39$ ,  $DP = 6.49$ ) (Altenhofen et al., 2013).

A média dos resultados da disponibilidade emocional foram elevados (cotados numa escala de 29 pontos), para todas as dimensões consideradas, sendo as mais elevadas a Não hostilidade ( $M = 27.32$ ,  $DP = 1.64$ ), seguida pela Não intrusividade ( $M = 25$ ,  $DP = 3.88$ ) do adulto, tendo as restantes dimensões resultados muito semelhantes (i.e., *Sensibilidade*,  $M = 21.77$ ,  $DP = 4.27$ ; Responsividade da criança,  $M = 21.68$ ,  $DP = 4.13$ , *Estruturação*,  $M = 21.31$ ,  $DP = 4.23$ ). A dimensão com o resultado mais reduzido foi o do Envolvimento da criança com o adulto ( $M = 20.52$ ,  $DP = 4.16$ ) (Altenhofen et al., 2013). No que se refere à relação entre a disponibilidade emocional e a vinculação segura, a Sensibilidade do prestador de cuidados, a Responsividade da criança e o Envolvimento da criança assumem-se como as dimensões significativamente relacionadas com a vinculação segura das crianças aos 3 anos de idade (Altenhofen et al., 2013). As dimensões da disponibilidade emocional supra identificadas em conjunto com o género das crianças participantes constituem o modelo de combinação linear que prediz significativamente e explica 16% da variância relativa à vinculação segura (Altenhofen et al., 2013). Os autores referem ainda que alguns problemas de multicolinearidade entre as dimensões da disponibilidade emocional poderão limitar o tamanho do efeito apurado (Altenhofen et al., 2013). Não foram encontradas relações dignas de destaque entre a disponibilidade emocional e o número de colocações das crianças em cuidados substitutos após o afastamento legal da sua família biológica (Altenhofen et al., 2013). Estes resultados sugerem que, não obstante o afastamento das crianças das suas famílias biológicas e a colocação com prestadores de cuidados substitutos, é possível uma reconstrução de comportamentos de vinculação segura associados à sensibilidade dos prestadores de cuidados, exibindo a criança, nestes casos, uma maior responsividade e um maior envolvimento em relação às suas novas figuras de vinculação (Altenhofen et al., 2013). A relação evidenciada entre a disponibilidade emocional com prestadores de cuidados substitutos e a vinculação segura das crianças salienta a importância que a qualidade da disponibilidade emocional das novas figuras “parentais” pode ter na probabilidade de construção de uma vinculação segura relativamente à nova relação que

é estabelecida (Altenhofen et al., 2013). Desta forma, é possível identificar alvos de intervenção específicos promotores da segurança da vinculação em crianças previamente retiradas das suas famílias biológicas de origem (Altenhofen et al., 2013).

#### **2.5.4 Estudo de Baker, Biringen, Meyer-Parsons, e Schneider (2015)**

A utilização de serviços pós adotivos foi identificada como um importante preditor de resultados positivos em famílias adotivas (Barth & Miller, 2000). Desta forma, o estudo mais recente no âmbito da disponibilidade emocional em famílias adotivas, realizado nos EUA, tinha como principal objetivo avaliar a eficácia do novo programa de intervenção “*Emotional Attachment and Emotional Availability (EA2) Intervention*”, na sua versão de tele-intervenção (Biringen, 2008b), na sua inovadora versão *online*, para apoiar as famílias adotivas, na fase pós adotiva ou da integração da criança adotada (Baker et al., 2015).

Mais especificamente pretendia determinar se este programa de intervenção de promoção da disponibilidade emocional parental incrementava os resultados:

(a) da disponibilidade emocional parental em interação diádica pai/mãe-criança (observação das filmagens através das Emotional Availability Scales, *4th Edition*; Biringen, 2008a);

(b) das perceções parentais acerca da disponibilidade parental (relato parental através do Emotional Availability-Self-Report; EA-SR; Biringen, Vliegen, Bijttebier, & Cluckers, 2002);

(c) dos comportamentos de vinculação da criança (relato parental através do Attachment Q-sort, versão 3.0; AQS; Waters, 1995);

(d) da vinculação emocional pais-criança (observação das filmagens através do Emotional Attachment & Emotional Availability Clinical Screener (EA2-CS; Biringen, 2008a);

Pretendia igualmente determinar se diminuían os resultados relativos:

(e) aos problemas de comportamento da criança (relato parental através do Child Behavior Checklist-Parent Report para as idades 1.5 a 5 anos; CBCL; Achenbach & Rescorla, 2000) e,

(f) ao stress parental (relato parental através do Parenting Stress Index; PSI; Abidin, 1995) (Baker et al., 2015).

Participaram no estudo 15 díades adotivas (i.e., pais adotivos e os seus filhos adotivos), com crianças com idades compreendidas entre os 23 e os 62 meses de idade ( $M = 42$  meses), sendo maioritariamente rapazes (i.e., 9 rapazes e 6 raparigas). Estas crianças foram adotadas maioritariamente entre os 0 e os 3 meses de idade (e.g., 47% foram adotadas à nascença), e um terço das crianças foram adotadas entre os 4 e os 52 meses de idade (Baker et al., 2015). De acordo com os relatos dos pais, a quase totalidade das crianças experienciaram algum mau trato na sua história com os pais biológicos (e.g., maus tratos físicos, abuso de substâncias no útero), e todas experienciaram dificuldades a nível desenvolvimental, intelectual, emocional, da vinculação e/ou comportamental (Baker et al., 2015). Relativamente aos pais adotivos, participaram 12 mães e 3 pais e tinham um elevado nível educativo (i.e., 4 anos- 53%, ou mais anos - 33%, de frequência de ensino universitário) (Baker et al., 2015). As 15 díades foram aleatoriamente divididas em 2 subgrupos, o grupo de intervenção imediata (GI;  $N = 8$ ) e o grupo de intervenção posterior (GP;  $N = 7$ ) que receberia a EA2 Tele-intervenção 6 semanas depois do GI (Baker et al., 2015).

O principal objetivo da “*EA Tele-Intervention*”, destinada às famílias adotivas como serviço pós-adotivo, é o de incrementar a disponibilidade emocional e a vinculação emocional dos pais nas suas interações e na relação com os seus filhos (Baker et al., 2015). O processo subjacente a este programa (ver Biringen, 2008b) é gradual e paulatino, proporcionando o envolvimento parental (Baker et al., 2015). A intervenção foi implementada através de um sistema de vídeo-conferência interativo (i.e., Skype group Conferencing), bem como um *website* interativo semelhante à Dropbox (ver HIPAA, 1996), e inclui materiais disponibilizados via net e a visualização e discussão de vídeos interativos (dos próprios e de outras famílias) (Baker et al., 2015).

Entre o grupo de investigadores, o autor Baker, após o treino no sistema da Disponibilidade Emocional, assumiu o papel de facilitador das sessões de intervenção com as famílias, devido ao seu vasto conhecimento da prática e da investigação no âmbito da adoção e da sua ampla experiência no trabalho com famílias adotivas. A autora Biringen assumiu o papel de supervisora das sessões devido a ser licenciada em psicologia clínica e desenvolvimental (Baker et al., 2015) e ao seu profundo conhecimento no âmbito do construto da disponibilidade emocional. Uma vez que o programa se caracteriza pela sua interatividade e flexibilidade, no decurso dos “tempos de discussão” foram exploradas

questões relacionadas com a adoção (Baker et al., 2015). A implementação desta intervenção durou cerca de 6 semanas e contemplou 5 sessões. Numa primeira etapa os participantes receberam via *mail* os materiais necessários para a intervenção (Baker et al., 2015). Para que fosse possível compreenderem o conceito de disponibilidade emocional parental, entre as sessões de intervenção, os pais tinham de ler capítulos de dois livros (i.e., Biringen, 2004, 2009) e de fazerem os exercícios do *Parent Workbook*, respondendo às questões e realizando algumas atividades (ver Biringen, 2008b) (Baker et al., 2015). No que se refere à estrutura das 5 sessões de intervenção, em cada sessão do programa de intervenção os pais começavam por ver um vídeo instrutivo (de cerca de 45 minutos) com informações relevantes sobre a disponibilidade emocional parental e sobre a vinculação (Baker et al., 2015). Seguidamente as sessões incluíam atividades individuais, reflexivas e discussões, entre os diferentes elementos das diversas famílias adotivas participantes, relativas aos conteúdos dos vídeos e das leituras sugeridas aos pais bem como dos exercícios do *Parent Workbook* (Baker et al., 2015). Na terceira fase, os pais visualizavam e discutiam vídeos com interações diádicas pais-filhos filmados em projetos anteriores, e realizavam, tal como nas sessões anteriores, atividades individuais, reflexivas e discussões em grupo (Baker et al., 2015). No decurso das duas últimas sessões as famílias adotivas visualizavam e discutiam em grupo as suas próprias filmagens em interação diádica com os seus filhos antes do início das sessões de intervenção, ou seja, na fase prévia à implementação da intervenção (Baker et al., 2015). Os vídeos também foram colocados num *site* seguro com momentos previamente selecionados que salientavam os aspetos mais positivos da disponibilidade emocional diádica daqueles pais com os seus filhos (Baker et al., 2015). No final da teleintervenção, cada família participante (individualmente ou em casal) tinham uma sessão individualizada via *Skype*, de cerca de 1 hora, com o facilitador Baker para implementação da abordagem de sistemas familiares (Cox & Paley, 1997) e para que fosse possível responder a alguma dúvida, ou preocupação individual que a família pudesse ter experienciado (Baker et al., 2015). Nesta última sessão individual, tendencialmente as famílias optaram por explicar ou discutir estratégias parentais baseadas nos princípios da disponibilidade emocional parental com o parceiro e/ou colocar algumas questões ou preocupações relacionadas com a adoção (Baker et al., 2015).

No que se refere aos resultados apurados foi possível constatar os principais efeitos da teleintervenção parental:

**(a) Disponibilidade emocional parental em interação diádica pai/mãe-criança (Emotional Availability Scales):**

No âmbito da disponibilidade emocional observada em interação diádica mãe/pai adotivo-filho adotivo todas as dimensões dos adultos aumentaram, sendo evidenciados efeitos de elevada magnitude entre a fase pré e pós “*EA2 Tele-Intervention*” (Baker et al., 2015). Os resultados médios das dimensões Sensibilidade, Estruturação e Não intrusividade dos pais adotivos, em relação aos filhos adotivos, aumentou significativa e substancialmente da fase pré intervenção para a fase pós “*EA2 Tele-Intervention*” (Baker et al., 2015).

No que diz respeito às dimensões da criança relativas à disponibilidade emocional, os resultados médios das dimensões *Responsividade* e *Envolvimento* do filho adotivo, em relação à mãe ou ao pai adotivo, aumentou significativa e substancialmente da fase pré intervenção para a fase pós “*EA2 Tele-Intervention*”, embora os seus efeitos tenham sido superiores no GP (Baker et al., 2015).

**(b) Perceções parentais acerca da disponibilidade parental (Emotional Availability-Self-Report; EA-SR):**

Em ambos os grupos considerados no estudo (i.e., Grupo Imediato – GI e Grupo Posterior – GP) foram encontradas diferenças significativas entre a percepção parental relativamente à sua disponibilidade emocional, em relação aos filhos, antes e após a “*EA2 Tele-Intervention*” (Baker et al., 2015). Considerando as diferentes dimensões específicas do EA-SR em ambos os grupos (i.e., GI e GP), foi possível constatar um aumento significativo dos resultados médios relativos à *sintonia mútua* e à *capacidade da criança para envolver a mãe ou o pai* adotivo após a “*EA2 Tele-Intervention*” (Baker et al., 2015). Os resultados no GI ainda evidenciaram um aumento, não significativo, mas com efeitos de grande magnitude, em relação à *qualidade do afeto* e uma diminuição, não significativa, mas com efeitos de grande magnitude para a *hostilidade parental* e de pequena magnitude para a *intrusividade parental* (Baker et al., 2015). Relativamente ao GP, a *hostilidade parental* diminuiu de forma significativa e substancial após a “*EA2 Tele-Intervention*” (Baker et al., 2015). O efeito da intervenção foi maior no GP em relação a todas as dimensões consideradas (Baker et al., 2015).

**(c) Comportamentos de vinculação da criança (Attachment Q-sort, versão 3.0; AQS):**

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os resultados de segurança no AQS entre a fase pré e a fase pós “*EA2 Tele-Intervention*” (Baker et al., 2015). Contudo foi possível constatar um aumento progressivo dos resultados médios de segurança da criança adotada, percecionada pelos pais adotivos, desde a pré até à fase pós “*EA2 Tele-Intervention*”, com efeitos de média magnitude (Baker et al., 2015).

**(d) Vinculação emocional pais-criança (Emotional Attachment & Emotional Availability Clinical Screener, EA2-CS):**

Foi possível verificar um aumento estatisticamente significativo na vinculação emocional observada, uma vez que o resultado médio é superior na fase pós “*EA2 Tele-Intervention*” comparativamente com a fase pré intervenção em ambos os grupos (i.e., GI e GP), embora os efeitos da intervenção no GP tenham sido maiores (Baker et al., 2015). Foi também possível verificar diferenças significativas entre o GI e o grupo de controlo (i.e., GP numa fase intermédia) (Baker et al., 2015).

**(e) Problemas de comportamento da criança (Child Behavior Checklist-Parent, 1.5-5 anos; CBCL):**

Os resultados indicam que o efeito da “*EA2 Tele-Intervention*” no GI foi superior ao do grupo de controlo (i.e., GP na fase inicial), tendo-se observado uma diminuição dos problemas de comportamento das crianças adotadas de acordo com a perspetiva parental (Baker et al., 2015). No que se refere ao GP, os resultados revelam uma diminuição significativa substancial (com efeitos de grande magnitude) dos problemas de comportamento das crianças adotadas na perspetiva dos pais adotivos após a “*EA2 Tele-Intervention*” (Baker et al., 2015).

**(f) Stress parental (Parenting Stress Index; PSI):**

Por último, no que se refere à autoperceção dos pais adotivos, relativamente ao stress parental, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas relativamente aos resultados entre a fase pré e a fase pós “*EA2 Tele-Intervention*” (Baker et al., 2015). Contudo foi possível constatar uma diminuição do stress parental, com efeitos de grande magnitude (Baker et al., 2015).

De facto, tal como é possível constatar, os efeitos da intervenção no âmbito da disponibilidade emocional, no apoio às famílias adotivas, na fase pós-adoção, são benéficos e diversificados, considerando as diversas áreas e dimensões de impacto na vida

familiar (e.g., disponibilidade emocional parental, vinculação emocional, qualidade emocional da relação pais-criança e percepção parental dos problemas de comportamento da criança adotada). Contudo, e contrariamente ao expectável, os resultados relativos à percepção parental acerca dos comportamentos de vinculação segura da criança adotada e relativamente ao stress parental não aumentaram de forma significativa pós “*EA2 Tele-Intervention*”, não obstante se tenha verificado um incremento dos resultados na direção previamente hipotetizada (Baker et al., 2015).

Concluindo, a adaptação do *Emotional Attachment and Emotional Availability (EA2) Intervention “in vivo”* (Biringen et al., 2010), para uma aplicação *online*, pode constituir um avanço fundamental do século XXI no âmbito do apoio formal na fase pós adoção (Baker et al., 2015). O facto de as sessões serem conduzidas à noite, alicerçando-se na disponibilidade de cada grupo de pais, aumentou a acessibilidade, disponibilidade e a praticabilidade das famílias adotivas ao apoio pós-adotivo (Baker et al., 2015), ultrapassando algumas das dificuldades mais comuns das famílias para a utilização do apoio pós-adoção (Barth & Miller, 2000). A acessibilidade segura, flexível e individualizada constitui outra das vantagens desta versão do *Emotional Attachment and Emotional Availability (EA2) Intervention*, uma vez que todos os materiais de vídeo utilizados nas sessões, incluindo os vídeos instrutivos, eram colocados num *website* seguro a que os pais adotivos poderiam aceder quando desejassem, de acordo com as suas necessidades específicas, o seu ritmo e as suas disponibilidades individuais (Baker et al., 2015). De facto, a maior vantagem do “*EA2 Tele-Intervention*” é o “*onde*” e o “*quando*”, ou seja, a capacidade para dar resposta às famílias de acordo com a sua disponibilidade geográfica e temporal individualizada (Baker et al., 2015). Por último destaca-se como vantagem, uma novidade no âmbito da programação psicoeducacional, o formato interativo e grupal do “*EA2 Tele-Intervention*”, uma vez que os participantes poderiam, em tempo real, interagir com os outros pais adotivos e o facilitador da intervenção (Baker et al., 2015).

### ***2.5.5 Outro estudo sobre a disponibilidade emocional em famílias adotivas***

Para além dos estudos supra descritos existe ainda um estudo iniciado e atualmente em desenvolvimento que utiliza o constructo e a operacionalização da Disponibilidade Emocional com famílias adotivas.

O estudo longitudinal desenvolvido pela equipa de investigação, no âmbito da adoção, da Universidade de Pavia, Itália, com famílias de Milão (Lombardia) e Roma (Lazio), as duas cidades italianas com o maior número de crianças adotadas (Barone, Lionetti, Alagna, Dellagiulia, & Rigobello, 2015; Lionetti, Alagna, Dellagiulia, Rigobello, & Barone, 2015), é centrado na intervenção pós adotiva com base na disponibilidade emocional (Barone et al., 2015).

Este estudo está atualmente a decorrer e tem como principais objetivos: (1) determinar o impacto do *VIPP-SD/Adoption intervention* na promoção da disponibilidade emocional (utilizando a *Emotional Availability Scale, 4th Ed.*) em díades adotivas e na diminuição de problemas de comportamento e sócio-emocionais nas crianças adotadas, e (2) analisar uma diversidade de variáveis moderadoras para os resultados apurados no primeiro ano após a adoção (Barone et al., 2015; Lionetti et al., 2015). A *VIPP-SD/Adoption version* consiste numa intervenção realizada na fase pós adotiva, implementada através de visitas domiciliárias às famílias, explorando a vinculação, a importância da partilha de emoções e as estratégias disciplinares, com particular incidência no reforço positivo e na empatia. A versão para as famílias adotivas valoriza essencialmente o contacto físico, a procura de ajuda, a partilha de afeto, os pequenos sinais e considera a amizade indiscriminada (Barone et al., 2015; Lionetti et al., 2015).

Participaram no estudo, até à data das comunicações, 22 famílias do grupo de intervenção *VIPP-SD/Adoption version* e 42 famílias pertencentes ao grupo de controlo. A idade das crianças varia entre os 20 e os 75 meses ( $M = 46.58$ ,  $DP = 15.19$ ), são crianças adotadas nacional ou internacionalmente e são maioritariamente do sexo masculino (i.e., 63.2%) (Lionetti et al., 2015).

Os resultados preliminares deste estudo revelam que esta intervenção de vídeo-*feedback*: (a) pode constituir um importante procedimento de intervenção para fornecer apoio aos pais adotivos e às crianças adotadas no sentido de promover uma relação entre eles segura e emocionalmente disponível (Barone et al., 2015; Lionetti et al., 2015), uma vez que se observa um aumento da sensibilidade parental no grupo de intervenção (Lionetti et al., 2015) e que 1 ano após a adoção parece existir uma comunicação

emocional semelhante entre os pais e as crianças; (b) parece ser mais favorável às mães adotivas do que às crianças (Barone et al., 2015), e que (c) pode reverter o processo decrescente de resultados positivos apurados na ausência desta intervenção relacionada com a tarefa parental desafiadora de prestação de cuidados nestas circunstâncias específicas (Barone et al., 2015).

Os autores estão ainda interessados em: (a) aumentar o número de participantes no estudo (Barone et al., 2015; Lionetti et al., 2015), até mais de 120 famílias, recolhendo dados ao longo de 3 anos consecutivos (Lionetti et al., 2015), (b) determinar se algumas características individuais, das mães e/ou das crianças, contribuem para um decréscimo de resultados positivos em algumas díades ao longo do tempo (Barone et al., 2015), e (c) explorar a estabilidade e mudança dos resultados a nível temporal (Barone et al., 2015; Lionetti et al., 2015).

Considerando a investigação realizada e cientificamente divulgada, nos últimos anos e até à atualidade, utilizando o construto e a operacionalização da disponibilidade emocional parental diádica em famílias adotivas, destacam-se algumas principais características comuns:

- (a) São estudos realizados maioritariamente nos Estados Unidos da América (i.e., Althenhofen, et al., 2013, Baker et al., 2015 e Garvin et al., 2012), excluindo o estudo realizado na Europa, Holanda e já publicado (i.e., van Den Dries et al., 2012). Por fim, sabemos que está atualmente a decorrer um estudo em Itália;
- (b) As díades participantes são sobretudo mães adotivas (na maioria dos estudos com uma minoria extremamente reduzida e quase inexistente de pais adotivos que participam; e.g., Althenhofen, et al., 2013; Baker et al., 2015; van Den Dries et al., 2012) e crianças adotadas e que têm poucos meses e/ou anos de vida (i.e., entre o 1º ano e os 5 anos de vida);
- (c) Na sua totalidade são estudos que integram diferentes grupos de participantes, a maior parte deles com alguns dos objetivos comparativos entre diferentes grupos de participantes (e.g., grupo pré e pós intervenção, ver Baker et al., 2015; comparando três grupos de crianças, umas adotadas e outras não adotadas e respetivos pais, ver Garvin et al., 2012; dois grupos de crianças adotadas, com diferentes características e respetivos pais, ver van Den Dreis et al., 2012).

Os **objetivos** dos diferentes estudos prendem-se com a exploração da relação entre a disponibilidade emocional parental e o tipo de experiência de acolhimento temporário experienciadas pelas crianças antes da adoção (i.e., institucionalização ou colocação em famílias de acolhimento temporário) (ver, Garvin et al., 2012 e van Den Dreis et al., 2012) e o funcionamento socioemocional das crianças após a adoção (ver Althenhofen et al., 2013). Nos últimos 2 anos os estudos no âmbito da disponibilidade emocional em famílias adotivas têm-se centrado na implementação e avaliação do impacto de intervenções pós-adotivas na promoção da disponibilidade emocional parental, da perceção parental sobre os filhos e no funcionamento sócioemocional das crianças adotadas (ver Baker et al., 2015, Barone et al., 2015 e Lionetti et al., 2015).

No que se refere aos resultados dos estudos publicados estes salientam diferentes aspetos, nomeadamente que as díades não adotivas (i.e., pais e filhos biológicos) revelam resultados globais de disponibilidade emocional parental superiores (comparativamente a díades adotivas) e que nas famílias adotivas a disponibilidade emocional parental é superior quando a criança adotada é do sexo feminino (Garvin et al., 2012). Inversamente os resultados mais reduzidos de disponibilidade emocional parental são observados em crianças adotadas e previamente institucionalizadas (comparativamente às crianças adotadas e previamente em famílias de acolhimento ou não adotadas e com os seus pais biológicos) (Garvin et al., 2012). Adicionalmente uma menor disponibilidade emocional parental (18 meses da criança), especificamente em díades com crianças adotadas e previamente institucionalizadas, tem um efeito moderador entre a iniciação da atenção conjunta da criança (18 meses) e a amizade indiscriminada, aos 30 meses, que tende a aumentar (Garvin et al., 2012).

Considerando as diferentes dimensões da disponibilidade emocional parental a **sensibilidade** assume características de estabilidade temporal (no decurso de 4 meses) (ver van Den Dries et al., 2012). Uma maior sensibilidade parental parece associar-se a uma maior compreensão das emoções por parte das crianças aos 30 e aos 36 meses das crianças (adotadas e não adotadas) (ver Garvin et al., 2012) e a uma menor exibição de comportamentos de amizade indiscriminada das crianças aos 30 meses (adotadas e não adotadas) (ver Garvin et al., 2012) e entre os 15 e os 19 meses, ao longo do tempo (i.e., 2 e 6 meses após a adoção) (ver van Den Dries et al., 2012). No que se refere à relação entre a sensibilidade parental e a vinculação das crianças, os resultados são contraditórios, uma vez que alguns estudos salientam a sua associação com a vinculação segura (em crianças

adotadas e não adotadas) aos 3 anos de idade (ver Altenhofen et al., 2013) e outros a ausência desta relação inicialmente expectável (apenas em díades adotivas) (ver van Den Dries et al., 2012). A tele-intervenção, *online*, na fase pós adotiva, baseada na disponibilidade emocional parental e na vinculação emocional revela um impacto positivo na promoção da sensibilidade parental em famílias adotivas (Baker et al., 2015).

No que se refere à dimensão da **estruturação** parental, uma maior e melhor estruturação associa-se a uma maior compreensão das emoções por parte das crianças aos 30 e aos 36 meses das crianças (adotadas e não adotadas) (ver Garvin et al., 2012) e a uma menor exibição de comportamentos de amizade indiscriminada das crianças aos 30 meses (adotadas e não adotadas) (ver Garvin et al., 2012). Os resultados mais elevados de estruturação são observados em díades não adotivas (i.e., interações entre crianças e pais biológicos), sendo os resultados mais reduzidos os observados em díades de pais adotivos e crianças adotadas e previamente institucionalizadas (em comparação com crianças não adotadas com os pais biológicos) (ver Garvin et al., 2012). Tal como para a dimensão da sensibilidade, a intervenção pós adotiva *online*, alicerçada nos construtos da disponibilidade emocional parental e da vinculação emocional, associa-se a um incremento digno de destaque da quantidade e qualidade da estruturação parental em famílias adotivas (Baker et al., 2015).

Os resultados mais elevados da dimensão da **não intrusividade** são observados em díades não adotivas (i.e., pais biológicos e respetivos filhos), sendo os resultados mais reduzidos os observados em díades de pais adotivos e crianças adotadas e previamente institucionalizadas (comparativamente com pais biológicos e respetivos filhos) (ver Garvin et al., 2012). Esta destacou-se como a dimensão com resultados médios mais reduzidos em díades adotivas e biológicas (ver Garvin et al., 2012). Uma maior não intrusividade dos pais aos 18 meses da criança encontrava-se associada à exibição de menos comportamentos de amizade indiscriminada aos 30 meses (ver Garvin et al., 2012). A intervenção pós adotiva *online* centrada na disponibilidade emocional parental e na vinculação emocional, revela-se eficaz no aumento da qualidade da não intrusividade parental em famílias adotivas (ver Baker et al., 2015).

A dimensão da **não hostilidade** já se destacou como a dimensão da disponibilidade emocional com resultados mais elevados numa amostra com díades biológicas (pais e filhos) adotivas e de famílias de acolhimento (ver Altenhofen et al., 2013), e com resultados caracterizados pela sua reduzida variabilidade (ver Garvin et al., 2012).

No que se refere às dimensões da criança, a **responsividade da criança** em díades entre pais adotivos e crianças adotadas revelou resultados médios moderados quer no grupo de crianças adotadas e previamente institucionalizadas e respetivos pais adotivos quer no grupo de crianças previamente em famílias de acolhimento e respetivos pais. Contudo o aumento progressivo da responsividade da criança após a adoção em relação aos pais adotivos, embora claramente evidenciado em ambos os grupos, é superior no grupo de crianças previamente em famílias de acolhimento temporário (ver van Den Dries et al., 2012). O **envolvimento da criança** com os pais adotivos está relacionado com a vinculação segura das crianças (3 anos de idade em crianças com características diversificadas, e.g., adotadas, a viver em famílias de acolhimento e com os seus pais biológicos e outros familiares), assumindo-se como preditor da vinculação segura da criança (ver Altenhofen et al., 2013). O novo programa interventivo “*Emotional Attachment and Emotional Availability (EA2) Intervention*”, implementado na sua versão de tele-intervenção (Biringen, 2008b) e *online* em famílias adotivas após a adoção também se revelou eficaz na promoção das dimensões da criança relativas à disponibilidade emocional parental (ver Baker et al., 2015).

Concluindo, globalmente considerados, os estudos prévios salientam a relevância de estudar e intervir no âmbito da disponibilidade emocional parental (e dimensões subjacentes) em famílias adotivas, uma vez que parecem ter à partida resultados inicialmente mais reduzidos do que as famílias biológicas (ver Garvin et al., 2012). Adicionalmente identificam características das crianças adotadas que podem associar-se a uma menor disponibilidade emocional parental (e.g., a criança ser do sexo masculino e ter vivido previamente em instituições de acolhimento temporário).

Interessa dar continuidade à investigação no âmbito da disponibilidade emocional em famílias adotivas, identificando, de forma sistemática, a constelação de aspetos associados à disponibilidade emocional nas famílias adotivas (e.g., no âmbito do complexo e exigente processo adotivo) e o impacto que a disponibilidade emocional pode ter no desenvolvimento emocional da criança adotada. Esta informação poderá assumir uma importância fundamental na forma de compreender, interagir, atuar, legislar e intervir (fases pré e pós adotiva), naquilo que diz, mais direta ou indiretamente, respeito às famílias adotivas.

## 3. Método

No presente capítulo são explanados os aspetos metodológicos adotados no âmbito da prossecução desta investigação. São descritas as informações relevantes relativas aos participantes, instrumentos de recolha de dados e aos procedimentos utilizados no sentido de aceder aos participantes do estudo, para a formação, treino, capacitação e obtenção de certificado para a avaliação da disponibilidade emocional parental, no decurso do treino de acordo interobservadores e, por fim, na recolha de dados. São ainda descritos os aspetos e princípios éticos e deontológicos considerados.

### **3.1 Participantes**

Participaram na presente investigação 164 sujeitos, provenientes de 59 famílias adotivas residentes na região do Algarve, constituídas por, pelo menos, um pai adotivo (i.e., mãe adotiva ou pai adotivo), e uma criança ou jovem adotada/o.

Foi utilizado o método de amostragem por conveniência determinada, num primeiro momento, pela disponibilização de contactos das famílias adotivas residentes no Algarve, por parte da equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil, do Sector da Prevenção do Risco, Núcleo de Infância e Juventude, da Unidade de Desenvolvimento Social e Programas do Instituto da Segurança Social de Faro, e num segundo momento pela anuência manifestada por cada família em participar na investigação.

#### ***3.1.1 Seleção dos participantes e caracterização das famílias adotivas***

No sentido de aceder às famílias que adotaram, uma ou mais crianças, na região do Algarve foram efetuados contactos com o Núcleo de Infância e Juventude do Centro Distrital de Segurança Social de Faro para solicitar a colaboração e a cedência dos contactos destas famílias. As principais características e objetivos do estudo foram formalmente explicitados e a resposta do Núcleo de Infância e Juventude foi positiva.

Posteriormente, foram realizadas duas reuniões com a equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil da Segurança Social de Faro no sentido de apresentar o estudo, questionar acerca de possíveis questões do processo adotivo que pudessem ser úteis para a equipa a incluir no estudo, e organizar aspetos subjacentes à colaboração. Devido à confidencialidade das informações relativas às famílias adotivas, ficou combinado com a equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento

Civil que esta realizaria o primeiro contacto com as famílias adotivas. Este contacto, telefónico ou pessoalmente (i.e., às famílias que se reunissem com a equipa por qualquer outro motivo), tinha como intuito averiguar o interesse e disponibilidade para participarem na presente investigação e solicitar a sua anuência para a cedência dos contactos e de alguns dados caracterizadores da família (i.e., nome do pai e da mãe, contactos de telefone, morada, idade da criança e tempo de adoção). Este contacto contemplava a primeira apresentação do estudo às famílias, tendo como base um documento caracterizador cedido à equipa para o efeito.

A equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil da Segurança Social de Faro, entre os anos de 2012 e 2014, contactou e cedeu os contactos relativos a 76 famílias adotivas residentes na região do Algarve envolvidas na adoção de crianças das 256 adoções decretadas no serviço de Adoção de Faro entre os anos de 2001 e de 2014. Desta forma, no âmbito da presente investigação foram recolhidos dados relativos a 67 crianças (i.e., 26%) das crianças adotadas nos últimos 13 anos na região do Algarve através da equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil de Faro. Contudo, nas famílias que adotaram mais do que uma criança (i.e., 8 famílias) apenas foram considerados os dados relativos à primeira criança adotada. Assim, os dados das crianças de todas as famílias adotivas participantes referem-se ao primeiro filho adotado, imprimindo assim um aspeto comum a todas as famílias.

De acordo com as informações cedidas pela equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil do Instituto da Segurança Social de Faro todas as famílias contactadas concordaram em participar no estudo, embora não tivesse sido possível contactar inúmeras famílias devido a diferentes motivos, nomeadamente por não se encontrarem contactáveis, por alterações de contactos ou devido a mudança de residência deixando de estar acessíveis.

Numa segunda fase, a investigadora contactou telefonicamente 75 famílias adotivas sendo apresentado minuciosamente o estudo, os seus principais objetivos, os investigadores envolvidos, implicações práticas esperadas, os diversos procedimentos necessários para a recolha de dados, o retorno que lhes seria dado (i.e., divulgação de todas as informações decorrentes do estudo, três livros sobre temáticas relacionadas com a adoção e um relatório de investigação relativo ao desenvolvimento da criança) e esclarecidas todas as dúvidas. A confidencialidade e anonimato relativos à identificação

das famílias e da informação fornecida foi garantida, bem como esclarecida a relação estabelecida com a equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil. No final do telefonema a família era questionada acerca do seu interesse e disponibilidade para participar e caso a resposta fosse afirmativa era-lhes solicitada uma data da sua conveniência para a realização de uma visita domiciliária para a recolha de dados em casa das famílias, sendo previamente informadas que a visita demoraria uma manhã ou uma tarde inteira (i.e., cerca de 5 horas). Foram realizados centenas de contactos telefónicos, uma vez que foi necessário contactar diversas vezes algumas famílias por diversos motivos (e.g., algumas famílias biparentais solicitaram para que o estudo fosse igualmente explicado ao cônjuge, noutras, após a confirmação do interesse em participar foram necessários diversos contactos até ser possível marcar a data definitiva da visita domiciliária para a recolha de dados).

Uma das famílias identificadas pela equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil da Segurança Social de Faro não foi contactada devido ao facto de se tratar de uma família cujo filho, com mais de 20 anos, já ter constituído família e não se encontrar a viver com a mãe adotiva, características que não se adequavam aos critérios de base definidos para os participantes no estudo (i.e., famílias com crianças e jovens com menos de 18 anos e cuja a adoção tivesse ocorrido há pelo menos 6 meses).

Das 75 famílias contactadas, 60 concordaram em participar, sendo a taxa de participação de 80%. Uma das famílias foi excluída devido ao facto de os pais não serem portugueses e não dominarem bem a língua portuguesa, nem falada nem escrita, e por isso terem dificuldade na entrevista e no preenchimento dos questionários. Os dados de uma outra família adotiva foram excluídos pela sua incompletude, uma vez que foi realizada a visita domiciliária com a respetiva recolha de todos os dados de observação direta, mas a família após diversos contactos não devolveu os questionários. Das famílias contactadas 14 recusaram-se a participar na investigação, uma das famílias justificou devido à situação de saúde de um dos pais adotivos, outras duas devido ao culminar do processo de divórcio dos pais adotivos e as restantes referiram não querer sujeitar a criança à situação de recolha de dados. Algumas destas famílias comentaram telefonicamente que os filhos não sabiam que eram adotados.

Importa realçar que o procedimento de amostragem poderá ter determinado, em parte, um possível efeito de autosseleção relacionado com a participação das famílias

adotivas com uma perspetiva mais aberta em relação à comunicação relativa à adoção, uma vez que 11 das 14 famílias que optaram por não participar no estudo referiram que não falavam com a criança sobre a adoção ou que não queriam expor a criança ao estudo que faria referência à adoção, mesmo após ter sido explicitado que a temática da adoção seria mencionada apenas com os pais na ausência da criança e nunca com ela ou na presença dela por parte da equipa de investigação. Excetuando a informação relativa ao nome dos pais adotivos, morada, contactos telefónicos, idade da criança e tempo de adoção, não foram recolhidos quaisquer outros dados acerca das famílias excluídas ou que recusaram participar.

Das 59 famílias que aceitaram participar e integram a presente investigação, 51 (86.4%) aceitaram participar integralmente no estudo (i.e., preencherem os questionários enviados por correio e participarem na recolha de dados implicada na visita domiciliária) e 8 (14.6%) famílias aceitaram participar apenas de forma parcial (i.e., preencherem apenas os questionários enviados pelo correio sem a presença dos investigadores no domicílio, e sem o contacto com a criança/jovem, para a recolha de dados).

A amostra final é constituída por 59 famílias que representam um total de 164 participantes (i.e., 59 mães, 54 pais e 51<sup>6</sup> crianças).

Importa salientar que nas famílias, com mais do que um filho adotivo, foram recolhidos dados acerca de ambos os filhos. Contudo, na presente investigação, foram apenas utilizados os dados dos filhos adotivos primários para que a condição em todas as famílias (i.e., com um ou mais filhos adotivos) fosse semelhante.

No que se refere à tipologia destas famílias 40 (67.8%) são famílias biparentais com apenas um filho adotivo, 6 (10.2%) são famílias biparentais com, pelo menos, um filho biológico, para além do filho adotado, 6 (10.2%) são famílias biparentais com mais de um filho adotado, uma família (1.7%) é uma família biparental com filhos biológicos e mais de um filho adotado, 5 famílias (8.5%) são famílias monoparentais, e uma família (1.7%) é uma família monoparental com mais de um filho adotado.

---

<sup>6</sup> Importa referir que para algumas análises são consideradas 51 crianças adotadas, na medida em que foram as crianças junto das quais recolhemos dados no âmbito das visitas domiciliárias, e noutras análises são consideradas 59 crianças, na medida em que se refere às 51 crianças referidas previamente mais 8 crianças das famílias que participaram parcialmente no estudo e preencheram questionários sobre as características dos seus filhos.

### 3.1.1.1 Caracterização dos pais adotivos

Considerando as principais características das mães e dos pais adotivos, participaram no estudo 59 mães e 54 pais. No que se refere à idade, os participantes apresentavam uma idade média de 42.97 anos ( $DP = 5.59$ ; min. = 32; max. = 58), as mães uma média de idades de 42.59 anos ( $DP = 5.80$ ; min. = 32; max. = 56) e os pais uma idade média de 43.39 anos ( $DP = 5.35$ ; min. = 33; max. = 58).

Em relação ao estado civil, dos 111 pais que responderam, 92 (82.9%) são casados, 12 (10.8%) vivem em união de facto, 5 (4.5%) são solteiros e 2 (1.8%) estão separados. Os relacionamentos entre os pais adotivos (independentemente da tipologia) tinham uma duração média de 15.25 anos ( $DP = 6.10$ ; min. = 2; max. = 37).

No que concerne aos anos de educação formal, os pais apresentavam um tempo médio de 14 anos de estudos ( $DP = 4.03$ ). A média de educação formal das mães adotivas era de 14.9 anos ( $DP = 3.86$ ; min. = 4; max. = 22) e a média dos pais era de 13.02 anos ( $DP = 4.04$ ; min. = 4; max. = 22).

Relativamente ao nível de educação formal concluído dos pais adotivos, tal como é possível verificar na Tabela 1, a maior percentagem de mães adotivas tem a licenciatura concluída. No que se refere aos pais adotivos, a maior percentagem de pais tem o ensino secundário concluído (ver Tabela 1).

No que diz respeito às condições de empregabilidade, tal como é possível verificar na Tabela 1, existe alguma variabilidade de condições, embora se saliente que mais de metade das mães adotivas e dos pais adotivos participantes no estudo têm um emprego efetivo.

Os pais adotivos participantes no estudo, conjuntamente considerados, tem um rendimento médio mensal de 1194.71 Euros ( $DP = 632.73$ ; min. = 0; max. = 4000;  $N = 85$ ). As mães adotivas ( $N = 46$ ) apresentam um rendimento mensal médio de 1121.74 Euros ( $DP = 680.33$ ; min. = 0; max. = 4000) e os pais adotivos ( $N = 39$ ), um rendimento mensal médio de 1280.77 Euros ( $DP = 568.19$ ; min. = 0; max. = 2500).

*Tabela 1. Descrição do nível de educação formal e das condições de empregabilidade das mães e dos pais adotivos*

Características sociodemográficas	Mães Adotivas (N= 59)	Pais Adotivos (N= 54)	
<i>Nível de Educação Formal</i>	1º Ciclo do Ensino Básico concluído	1 (1.7%)	1 (1.9%)
	2º Ciclo do Ensino Básico concluído	2 (3.4%)	2 (3.7%)
	3º Ciclo do Ensino Básico concluído	6 (10.2%)	8 (14.9%)
	Ensino Secundário concluído	16 (27.1%)	24 (44.4%)
	Bacharelato concluído	2 (3.4%)	2 (3.8%)
	Licenciatura concluída	20 (33.9%)	12 (22%)
	Licenciatura e pós-graduação concluídas	2 (3.4%)	—
	Mestrado concluído	8 (13.5%)	2 (3.7%)
	Doutoramento concluído	2 (3.4%)	3 (5.6%)
	<i>Condições de Empregabilidade</i>	Emprego efetivo	40 (67.8%)
Contrato a termo		3 (5.1%)	5 (9.3%)
Recibos verdes		5 (8.5%)	—
Trabalho por conta própria		6 (10.2%)	3 (5.6%)
Doméstico(a)		1 (1.7%)	—
Pré-reforma		—	1 (1.8%)
Reforma por invalidez		—	2 (3.7%)
Desemprego		3 (5.1%)	2 (3.7%)
Sem condição de empregabilidade especificada	1 (1.7%)	4 (7.4%)	

Considerando o motivo subjacente à decisão de adotar, dos 90 participantes que reponderam a esta questão, 22 (24.4%) decidiram adotar por “infertilidade do casal”, 20 (22.2%) por “infertilidade masculina”, 16 (17.8%) por “infertilidade feminina”, 16 (17.8%), por “causa desconhecida”, 12 (13.3%) por “desejo de adotar” e 4 (4.5%) devido a “menopausa precoce”.

### *3.1.1.2 Caracterização das crianças adotadas*

Participaram no estudo 59 crianças que apresentavam uma média de 95.51 meses de idade ( $DP = 49.96$ ; i.e., 7.9 anos em média,  $DP = 4.16$  em anos; min. = 20 meses; max. = 228 meses), sendo 21 crianças do sexo feminino ( $M_{idade} = 101.05$  meses,  $DP_{idade} = 65.71$ ; i.e., 8.42 anos em média,  $DP = 5.47$  anos) e 38 do sexo masculino ( $M_{idade} = 92.45$  meses,  $DP_{idade} = 39.39$ ; i.e., 7.70 anos em média,  $DP = 3.28$ ). Não se verificaram

diferenças significativas de idade entre as crianças do sexo feminino e as do sexo masculino,  $t(28.13) = .54$ ;  $p = .58$ .

Considerando a posição da criança participante na fratria, 44 (75%) são os primeiros; 7 (12%) são os segundos e 2 (3%) são os terceiros. Existem ainda 6 valores omissos (i.e., 10%).

No que se refere à idade com que estas crianças foram afastadas das suas famílias biológicas, verificou-se uma média de 12.35 meses ( $DP = 23.31$ ; min. = 0; max. = 96), sendo 13.95 meses ( $DP = 22.55$ ) para as crianças do sexo feminino e 11.49 meses ( $DP = 23.96$ ) no que se refere às crianças do sexo masculino. Não foram observadas diferenças significativas em função do género das crianças,  $t(52) = .36$ ,  $p = .71$

Relativamente às razões do encaminhamento para a adoção (i.e., a situação jurídica que despoletou o encaminhamento para a adoção), 11 crianças (18.6%) foram encaminhadas à nascença, através de consentimento informado, 12 crianças (20.3%) foram abandonadas, 6 (10.2%) foram encaminhadas devido à falta de condições económicas e emocionais/afetivas das famílias biológicas, 4 crianças (6.8%) foram negligenciadas e 15 (25.42%) foram encaminhadas devido a problemáticas diversas da família biológica (e.g., alcoolismo, toxicod dependência, prostituição, maus tratos, incapacidade parental, rejeição) e 11 crianças (18.6%) os pais não responderam a esta questão.

As crianças participantes estiveram numa situação de acolhimento temporário (i.e., institucionalizadas) em média durante 19.32 meses ( $DP = 14.28$ ; min. = 1; max. = 62), sendo 17.76 ( $DP = 14.04$ ) para as crianças do sexo feminino ( $n = 17$ ) e 20.07 ( $DP = 14.54$ ) do sexo masculino ( $n = 35$ ). Esta informação não foi respondida pelos pais relativamente a 7 crianças. Não se verificam diferenças significativas entre as crianças do sexo feminino e do sexo masculino,  $t(50) = -.54$ ,  $p = .59$ .

Considerando a transição destas crianças para as suas famílias adotivas, a idade média com que estas crianças foram adotadas é de 35.98 meses ( $DP = 35.61$ ; min. = 10 max. = 142), sendo 29.48 ( $DP = 30.19$ ) para as crianças do sexo feminino e 39.58 ( $DP = 38.19$ ) do sexo masculino. Não são observadas diferenças significativas em função do género das crianças,  $t(57) = -1.04$ ,  $p = .30$ .

Estas crianças encontram-se a viver com os seus pais adotivos (nos casos das famílias monoparentais com a sua mãe adotiva ou o seu pai adotivo) em média há 57.37 meses ( $DP = 35.25$ ; min. = 10; max. = 160;  $N = 59$ ), sendo 51.9 meses ( $DP = 39.18$ ;  $N = 21$ ) para as crianças do sexo feminino e 60.39 meses ( $DP = 33.05$ ;  $N = 38$ ) do sexo masculino. Não são observadas diferenças significativas em função do género das crianças,  $t(57) = -.88$ ,  $p = .38$ .

## 3.2 Instrumentos

Os instrumentos utilizados na recolha de dados para a presente investigação são seguidamente explanados.

### 3.2.1 Características das famílias adotivas e a perspetiva parental do processo adotivo

#### 3.2.1.1 Questionários de Opinião Parental do Processo Adotivo (QOPPA)

Os Questionários de Opinião Parental do Processo Adotivo (QOPPA) foram concebidos tendo como base a tradução e adaptação da *Entrevista sobre el Proceso de Adopción* (EPA) (Palacios, Sánchez-Espinosa, & Sánchez-Sandoval, 1995) que pretende aceder à perceção parental da experiência do processo de adoção, considerando os aspetos específicos das suas diferentes etapas. As fases do processo e os temas específicos contemplados na entrevista são sintetizadas na Tabela 2 e na Tabela 3.

A EPA original (Palacios et al., 1995) é uma entrevista semiestruturada longa, com 212 perguntas, porque pretende abarcar os principais aspetos identificados na literatura científica como essenciais para compreender a complexidade e a diversidade do processo adotivo (Palacios, Sanchez-Sandoval, & Sánchez-Espinosa, 1996). Inclui diversos blocos temáticos que reúnem questões que contemplam temas específicos semelhantes ou relativos a uma mesma fase do processo. Os blocos temáticos contemplados são: (1) *Motivos e processo de tomada de decisão* - explora algumas questões acerca dos motivos subjacentes à decisão da adoção, como foi realizada, quais foram as reações das pessoas mais significativas do meio envolvente bem como as preferências da família acerca da criança a adotar; (2) *Relação com os serviços de adoção* - coloca questões relacionadas com a forma como decorreu o processo formal da adoção, com o nível de satisfação dos

pais acerca deste processo e com o trabalho efetuado pela equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil; (3) *Tempo de espera* - reúne questões acerca das experiências dos pais durante o tempo de espera, as suas preocupações e as características da comunicação em casal nesta fase; (4) *A chegada da criança* - explora aspetos relacionados com a informação fornecida aos pais no momento da apresentação da proposta da criança aos pais, o contexto em que os primeiros contactos entre a criança e os pais aconteceram, atitudes de familiares e conhecidos à entrada da criança na família e a perceção parental das diversas características da criança no momento da chegada à sua família; (5) *Adaptação e desenvolvimento* - recolhe-se informação acerca das alterações verificadas na criança e na família após um curto espaço temporal pós-adoptivo, os problemas que foram surgindo e os recursos disponíveis para os resolverem; (6) *A criança na família* - engloba questões relativas às mudanças na família desde a chegada da criança à família, à construção da sua identidade como família adotiva e às suas crenças associadas a este processo quando comparadas com as famílias não adotivas; (7) *A revelação* - diz respeito ao conjunto de questões que pretende clarificar se os pais já iniciaram, ou não, a partilha de informação e a comunicação sobre a história de vida prévia e a situação de adoção com os seus filhos e as suas ideias e acontecimentos sobre este tema; (8) *Futuro e avaliação global* - pretende conhecer os desejos dos pais em relação ao futuro dos filhos e da família (Palacios et al., 1996).

A EPA inclui diferentes tipos de perguntas, com diferentes opções de resposta, nomeadamente, a maioria das questões são, de resposta aberta para que os pais possam expressar-se livremente no sentido de ser possível captar as particularidades de cada vivência individual. Também existem questões com duas opções de resposta (i.e., “Sim” e “Não”), que em alguns casos é seguida de uma opção complementar mais descritiva. Por último, noutras questões os entrevistados devem responder numa escala de Tipo *Likert* de 1 a 5, ou de 1 a 3 (Palacios et al., 1996).

É importante salientar que existe uma versão portuguesa da EPA (i.e., Entrevista sobre o Processo de Adoção, EPA), adaptação efetuada por Barbosa-Ducharne, Moreira, Silva, Monteiro e Soares, amplamente utilizada, nos últimos anos, em investigação no âmbito da adoção (e.g., Barbosa-Ducharne, Barroso, Monteiro, & Soares, 2011; Barbosa-Ducharne, & colaboradores IPA, 2011; Barbosa-Ducharne, Ferreira, Barbosa & Soares, 2011; Barbosa-Ducharne, Ferreira, & Soares, 2012; Barbosa-Ducharne, Monteiro, & Soares, 2010; Barbosa-Ducharne, Soares, & Ferreira, 2011; Barbosa-Ducharne, Soares, & Monteiro, 2010).

A decisão para a escolha desta entrevista prendeu-se com o facto de conseguir captar, com profundidade e detalhe, a percepção parental da complexidade do processo adotivo em todas as suas etapas iniciais.

À entrevista original (i.e., EPA) foram acrescentadas algumas questões (e.g., sobre o processo prévio à adoção em situações de infertilidade) e excluídas outras (e.g., essencialmente relativas a informações prévias à tomada de decisão acerca da adoção, e ao processo jurídico da adoção) de forma a ser possível obter uma visão abrangente e detalhada acerca de aspetos relevantes e excluir outros de menor interesse para a presente investigação.

Considerando o diagrama de instrumentos e procedimentos subjacentes à presente investigação optou-se por transformar a entrevista EPA em três questionários distintos. Uma versão dirigida a famílias biparentais, o QOPPA-VB individual, para ser preenchido por cada um dos pais adotivos em separado (i.e., mães e pais adotivos individualmente), porque interessava saber as percepções distintas de cada membro do casal e o QOPPA-VC de casal, para ser preenchido em casal obtendo a percepção conjunta das questões. Por último, uma outra versão consiste no QOPPA-VM, que é a conjunção das questões divididas nos dois questionários anteriores e que é dirigido às famílias adotivas monoparentais.

A estrutura que os compõe é muito semelhante englobando alguns dos mesmos blocos temáticos (ver Tabela 2 e Tabela 3). As tabelas que se seguem para além de identificarem todos os blocos temáticos e subtemas explorados nos questionários, fornece igualmente alguns exemplos de questões contempladas para cada um dos blocos temáticos e, na quarta coluna (i.e., “Origem das Questões”) explana-se para cada uma das questões exemplificadas se: (1) é uma questão da escala original, apenas traduzida para português; (2) se é adaptada da original, com algumas alterações na formulação ou nas opções de resposta, ou, (3) se se trata de uma nova questão, formulada a partir da literatura científica acerca da temática, que foi acrescentada à tradução e adaptação da EPA para esta versão de questionários.

O Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo Versão Biparental Individual - QOPPA-VB (ver Tabela 2) tem 17 páginas, contempla nove blocos temáticos, 49 subtemas e diversas questões com diferentes tipos de respostas solicitadas (e.g., espaços de preenchimento; descrições de situações específicas; quadros com

diversas opções de resposta; resposta dicotômica Sim e Não; opções de resposta de tipo *Likert*).

Tabela 2. Descrição dos temas e questões do Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo Versão Biparental Individual - QOPPA-VB

Bloco Temático	Subtemas	Exemplos de Questões e Opções de Resposta	Origem das Questões
<b>I. Dados Socio demográficos/ de Identificação</b>	Identificação dos Pais Adotivos (o respondente)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Idade; Estado Civil; Tempo de casamento/união de facto; Número de anos de estudos completos; Profissão...</i></li> </ul>	Acrescentada
<b>II. Motivos e Processo de Tomada de Decisão</b>	Sentimentos face à Infertilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Caso tenha realizado tratamento(s) de infertilidade, indique a forma como o(s) mesmo(s) o(a) têm feito sentir ou o(a) fizeram sentir, considerando os aspetos que seguidamente se apresentam (faça um círculo ou uma cruz por cima do número a que corresponde). Fornecida uma escala de Tipo Likert de 1 “Nunca” a 5 “Sempre, como opções de resposta para diversos sentimentos (e.g., Raiva; Ansiedade; Desespero; Inferioridade; Esperança; Cansaço).</i></li> </ul>	Acrescentada
<b>III. Tempo de Espera no processo de Adoção</b>	Sentimentos e Pensamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Como descreveria a forma como viveu o tempo de espera? Descreva-o, por favor, indicando tudo o que sentiu e pensou (ex.: desejo de voltar atrás e desistir do processo de adoção, preocupações, receios, medos...).</i></li> </ul>	Traduzida da EPA
	Qualidade e frequência da comunicação entre o casal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Durante o tempo de espera a comunicação entre si e o(a) seu/sua companheiro(a), relativamente à adoção, à/ao criança/jovem que teriam, como se sentiam, foi:</i> (fornecida a escala de Tipo Likert, de 1 “Muito rara” a 5 “Muito frequente”).</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Ansiedade e receios específicos experienciados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Indique a ansiedade/receio que sentiu relativamente aos aspetos que seguidamente se indicam (faça um círculo ou uma cruz por cima do número a que corresponde). Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “Não existir empatia/afinidade/química no primeiro encontro com a criança a adotar”; “Contar à criança que é adotada”; “Influências genéticas desconhecidas no comportamento da criança”) e uma escala de Tipo Likert de 1 “Nenhum” a 5 “Muito”, como opções de resposta.</i></li> </ul>	Acrescentada
<b>IV. A Adoção – A chegada da criança</b>	Qualificação das informações fornecidas na apresentação da proposta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Como qualificaria as informações que lhe forneceram quando foi apresentada a proposta da(o) criança/jovem a adotar, sobre os seguintes aspetos? (faça um círculo ou uma cruz por cima do número a</i></li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA

		<i>que corresponde</i> ). Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “Saúde e crescimento; Adaptação escolar e rendimento acadêmico”; Razões da retirada da família biológica”) e uma escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “Muito incompletas” a 5 “Muito completas”, como opções de resposta.	
	Diferenças/Semelhanças entre a criança imaginada e a criança adotada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Entre a(o) criança/jovem que tinha imaginado ou sonhado e a(o) criança/jovem que adotou considera que existiam...</i> (Diferentes opções de respostas fornecidas, numa escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “Grandes Diferenças, muito mais difícil ou muito mais fácil” a 5 “Era precisamente o que desejava ou sonhava”, como opções de resposta).</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Evolução da criança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Se comparar o(a) seu/sua filho(a) como chegou à sua família, a sua evolução e como é atualmente, diga, por favor, se as coisas foram melhorando ou piorando.</i> Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “Saúde em geral”; “resultados escolares”; “Capacidade de relacionamento com os outros”; “Forma de demonstrar afeto”) e uma escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “Muito Pior” a 5 “Muito Melhor”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Avaliação da Dificuldade/Facilidade do papel parental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em geral, o papel de pai/mãe adotivo(a) foi mais fácil ou mais difícil do que o esperado? Resposta em escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “Muito mais Difícil” a 5 “Muito mais Fácil”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida da EPA
<b>V. Adaptação e Desenvolvimento</b>	Adaptação à Família	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Em geral como se adaptou a(o) criança/jovem à nova situação e à vossa família?</i> Resposta em escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “Muito Mal” a 5 “Muito Bem”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Mudanças na criança após 1 ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Após cerca de 1 ano da chegada do(a) vosso(a) filho(a) foram acontecendo algumas mudanças nele em... (Indique se as mudanças foram para melhor, para pior ou se não se verificaram mudanças).</i> Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “Saúde e crescimento”; Adaptação escolar e rendimento acadêmico/profissional) e uma escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “Mudança para Pior” a 3 “Mudança para Melhor”.</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Qualidade comunicação do casal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Nos momentos em que houve problemas com o(a) seu/sua filho(a), a qualidade da comunicação entre si e o(a) seu/sua companheiro(a) a propósito desses problemas, poderia qualificar-se de:</i> (escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “Muito Má” a “5 “Muito Boa”.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Necessidade de repensar a continuidade da relação com a criança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Em algum momento pensou que as coisas não estavam a correr bem e que seria necessário repensar a continuação da relação com a(o) criança/jovem?</i> Sim / Não</li> </ul>	Traduzida da EPA

	Características atuais da criança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Indique, por favor, como acha que o seu/sua filho(a) está atualmente no que diz respeito às seguintes características:</i> Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “Desenvolvimento Psicológico”; “relação com a Mãe”; “Relações com outras crianças”) e uma escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “<i>Muito Mal</i>” a 5 “<i>Muito bem</i>”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Grau de satisfação com as características da criança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Atualmente, quão satisfeito(a) se sente com as características do seu filho(a) adotivo(a)?</i> Escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “<i>Muito Pouco</i>” a 5 “<i>Muito</i>”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Fatores influentes no comportamento da criança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Até que ponto pensa que as seguintes questões estão a influenciar o comportamento do(a) seu/sua filho(a)?</i> Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “Os antecedentes genéticos”; “Os exemplos que observou na família biológica”; “As suas experiências na nossa família”) e uma escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “<i>Nada</i>” a 5 “<i>Muito</i>”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
<b>VI. A criança adotada na Família</b>	Mudanças Familiares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Indique, por favor, em que medida a chegada do(a) seu/sua filho(a) adotivo(a) à sua família significou mudanças, especificando o tipo e a intensidade das mudanças que ocorreram:</i> Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “Mudanças no trabalho”; “Mudanças pessoais no(a) seu/sua companheiro(a)”) e uma escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “<i>Nenhumas</i>” a 5 “<i>Muitas</i>”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Integração da Criança na família	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Em que medida sente que o seu filho adotivo está integrado na sua família?</i> Resposta em escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “<i>Não Integrado</i>” a 3 “<i>plenamente Integrado</i>”.</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Tempo de Integração da criança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Olhando para trás, quanto tempo lhe parece que foi necessário para essa integração? (responda em meses e/ou anos. Por favor não se esqueça de indicar se se está a referir a <u>meses</u> ou a <u>anos</u>)</i>_____</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Crenças relativas às famílias adotivas em comparação com as famílias convencionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Pelo facto de ter um(a) filho(a) adotado(a), diria que a sua família é.....</i> Resposta em escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “<i>Muito diferente das famílias convencionais</i>” a 3 “<i>Totalmente semelhante às famílias convencionais</i>”.</li> </ul>	Traduzida da EPA

	Crenças relativas aos filhos adotivos comparativamente aos filhos biológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Acha que os filhos adotivos têm preocupações que os filhos biológicos não têm?</i> Sim Não <i>Se respondeu afirmativamente, que tipo de preocupações?</i> _____</li> <li>• <i>Quando o seu/sua filho(a) adotivo(a) faz algo que não gosta ou não compreende, pensa que o seu comportamento se deve ao facto de ser adotado(a)?</i> Sim / Não <i>Se respondeu afirmativamente, Porquê?</i> _____</li> </ul>	Traduzida da EPA  Traduzida da EPA
	Perspetivas sociais sobre a criança adotada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Em geral, as pessoas do seu ambiente (e.g., familiares, amigos e vizinhos) consideram a criança adotada como mais um membro da sua família?</i> Sim / Não</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Comunicação na Família	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Atualmente, o(a) seu/sua filho(a) mantém uma comunicação mais estreita com:</i> Fornecidas várias opções de resposta (e.g., “Mãe”; “Pai”; “Indistinta entre ambos”).</li> <li>• <i>Qual o grau de satisfação que sente na comunicação com o seu filho?</i> Resposta em escala de Tipo Likert de 1 “Muito insatisfeito” a 3 “Muito satisfeito”.</li> </ul>	Traduzida da EPA  Traduzida da EPA
	Comportamento sócio afetivo da criança adotada com os outros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Normalmente, o seu filho comporta-se de uma forma:</i> Fornecidas várias opções de resposta (e.g., “Com a Mãe”; “Com o Pai”; “Com os colegas ou amigos”). Resposta em escala de Tipo Likert de 1 “Muito fria” a 5 “Muito afetuosa”.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Tema da adoção nos conflitos familiares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Quando ocorre algum problema de disciplina ou conflito costuma surgir o tema da adoção?</i> Sim / Não</li> </ul>	Traduzida da EPA
<b>VII. A Revelação</b>	Início da revelação sobre a adoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Já falou alguma vez com o(a) seu/sua filho(a) acerca da sua situação de adotado(a)?</i> Sim / Não</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Razões para não revelação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Quais foram as principais razões que o/a levaram a não ter falado com o(a) seu/sua filho(a) acerca da sua situação de adoção?</i></li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Idade do início da revelação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Que idade tinha o(a) seu/sua filho(a) quando falou com ele(a) pela primeira vez acerca da sua condição de adotado(a)?</i> _____ (Anos) _____ (Meses)</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Tomada de iniciativa e primeira vez do início da revelação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Quem falou pela primeira vez com o(a) seu/sua filho(a) acerca da adoção?</i> São sugeridas várias opções de resposta (e.g., Mãe; Pai; Ambos, Mãe e Pai). <i>De quem foi a iniciativa de falar pela primeira vez de adoção?</i> _____</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Descrição do início da revelação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Descreva como correu (ex.: o que foi dito e como foi dito; o que sentiram antes, durante e após a conversa; qual a reação da(o) criança/jovem) a primeira vez que a situação de adoção do(a) seu/sua filho(a) foi abordada com ele(a)?</i> _____</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA

<b>VII. A Revelação</b>	Preparação para a revelação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Antes de abordar este assunto com o(a) seu/sua filho(a) preparou-se de alguma forma?</i> Sim / Não</li> <li>• <i>Se sim, como se preparou?</i> São fornecidas diversas opções de resposta (e.g., “Conversa entre o casal/família”; “leitura de livros”; “Consulta de profissional(ais)”.</li> </ul>	Acrescentada
	Avaliação da revelação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Se tivesse de avaliar como decorreu a revelação acerca da adoção com o(a) seu/sua filho(a), consideraria que foi:</i> Opções de resposta em Escala de Tipo <i>Likert</i>, de 1 “Muito Insatisfatória” a 5 “Muito Satisfatória”.</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Atitude criança face à revelação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>De que modo as afirmações que se seguem refletem a atitude do seu filho face à sua situação de adotado?</i> Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “Rejeita abertamente falar sobre o tema”; “O tema parece interessá-lo, mas nunca o aborda espontaneamente” “Fala com muita naturalidade acerca da adoção”) e uma escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “Discordo totalmente” a 5 “Concordo totalmente”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Sugestões da Equipa de Adoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Recebeu algum conselho acerca da revelação por parte da equipa de adoção?</i> Sim / Não <i>Se sim, descreva o que lhe foi transmitido pela equipa de adoção:</i> _____</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Informações para cada idade específica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Relativamente às informações que se seguem registre o que acha que as(os) crianças/jovens adotadas(os) devem ter acesso e em que idade.</i> Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “É adotado(a)”; “A sua mãe biológica renunciou-o(a)” “Toda a sua história antes da adoção”) e uma escala Dicotómica, “Devem saber?”, “Em que idade?” _____</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Crenças parentais acerca do processo de revelação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Indique o seu grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações que se seguem:</i> Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “Se a adoção for explicada de forma adequada, uma vez será suficiente”; “Se ele(a) não toca no assunto nós também não o devemos fazer”) e uma escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “Discordo totalmente” a 5 “Concordo completamente”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Dificuldade na comunicação acerca da revelação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Indique o grau de dificuldade que sente ao falar com o(a) seu/sua filho(a) acerca das origens dele(a):</i> Resposta em escala de Tipo <i>Likert</i> de 1 “Muito Difícil” a 5 “Muito fácil”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA

<b>VII. A Revelação</b>	Preferências parentais relativas às ideias dos filhos acerca dos pais biológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Em relação aos pais biológicos prefere que o(a) seu/sua filho(a) tenha uma ideia:</i> Resposta em escala de Tipo Likert de 1 “Muito Negativa” a 5 “Muito positiva”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Crenças parentais acerca do grau de interesse do filho sobre a sua história passada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Em geral, que grau de interesse acha que as crianças e jovens adotados têm pela sua vida anterior à adoção?</i> Resposta em escala de Tipo Likert de 1 “Muito desinteresse” a 5 “Muito interesse”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Atitudes sociais discriminatórias face à condição de adotado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Indique o seu grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações que se seguem:</i> Fornecido um quadro com diversos exemplos (e.g., “Sinto que as pessoas acham o(a) meu/minha filho(a) diferente por ser adotado”) e uma escala de Tipo Likert de 1 “Discordo totalmente” a 5 “Concordo completamente”, como opções de resposta.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Preparação da criança para enfrentar atitudes sociais discriminatórias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Acha que é importante preparar as crianças para enfrentar essas atitudes?</i> Sim / Não <i>Se sim, como é que o fez ou acha que poderá ser feito?</i> _____</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Abertura social da condição de adotado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Considerando a(o) criança/jovem, a família e todas as pessoas importantes para a(o) criança/jovem e/ou família, indique: (a) As pessoas que <u>sabem</u> que a criança/o jovem é adotada(o) e (b) As pessoas que <u>não sabem</u> que a criança/o jovem é adotada(o)</i></li> </ul>	Acrescentada
<b>VIII. Futuro e Avaliação Global</b>	Preocupações futuras com filho pela sua condição de adotado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Quando pensa no futuro da sua família há algo que o(a) preocupe em relação ao/à seu/sua filho(a) adotivo(a) pelo facto de ser adotado(a)?</i> Sim / Não Se sim, descreva o quê.</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Interesse atual em consultar profissionais ou serviços especializados em adoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Neste momento, gostaria de poder consultar algum profissional ou serviço especializado em adoção?</i> Sim / Não</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Grau de satisfação com a vida familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>No momento atual, qual o seu grau de satisfação com a sua vida familiar?</i> Resposta em escala de Tipo Likert de 1 “Muito insatisfatória” a 5 “Muito satisfatória”.</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Impacto da adoção na vida familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Na sua opinião, o impacto da adoção na sua vida familiar foi:</i> Resposta em escala de Tipo Likert de 1 “Muito Negativa” a 5 “Muito positiva”.</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Primeiro desejo parental para o futuro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Relativamente à adoção e à forma de encarar o futuro, se pudesse pedir um desejo, qual pediria em primeiro lugar?</i></li> </ul>	Traduzida da EPA

<b>IX. Relação com os Serviços de Adoção</b>	Grau de Satisfação com Equipa de Adoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Indique o seu grau de satisfação relativamente à equipa de adoção: Resposta em escala de Tipo Likert de 1 “Muito insatisfatório” a 5 “Muito satisfatório”.</i></li> </ul>	Traduzida da EPA
	Continuidade/ descontinuidade da relação com a Equipa de Adoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Após a concretização do processo de adoção, qual a relação que prefere ter com a equipa de adoção: (a) Ter a possibilidade de recorrer, a qualquer momento, à equipa para resolver problemas, esclarecer dúvidas, etc. ou (b) Não voltar a ter contacto com a equipa de adoção. Justifique a sua resposta: _____</i></li> </ul>	Traduzida da EPA
	Avaliação qualitativa dos aspetos mais positivos e a melhorar por parte da equipa de adoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Descreva o que considerou terem sido os aspetos mais positivos no trabalho desenvolvido pela equipa de adoção _____</i></li> <li>• <i>Descreva o que acha que a equipa poderia melhorar, fornecendo sugestões: _____</i></li> </ul>	Acrescentada  Acrescentada

*Notas.* **Traduzida da EPA** = questão da escala original EPA traduzida para português; **Traduzida e Adaptada da EPA** = questão da escala original EPA traduzida para português e adaptada da original, com alterações e/ou acrescentos na formulação e/ou nas opções de resposta; **Acrescentada** = Nova questão, não incluída na EPA.

O Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo Versão Biparental de Casal - QOPPA-VC (ver Tabela 3) tem 9 páginas, contempla sete blocos temáticos, 20 subtemas e, tal como no questionário anterior, possui diversas questões com diferentes tipos de respostas solicitadas (e.g., espaços de preenchimento; descrições de situações específicas; quadros com diversas opções de resposta; resposta dicotómica Sim Não; opções de resposta de tipo *Likert*).

Tabela 3. Descrição dos temas e questões do Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo Versão Biparental de Casal - QOPPA-VC

Bloco Temático	Subtemas	Exemplos de Questões e Opções de Resposta	Origem Questões
<b>I. Dados Socio demográficos</b>	Identificação do filho Adotado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Filho(a) Adotado(a): Data de Nascimento; Sexo; Raça/Etnia</i></li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Dados relativos à retirada da Família Biológica e Institucionalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Com que idade foi a criança/jovem retirada(o) da sua família biológica?</i></li> <li>• <i>Durante quantos anos esteve a(o) criança/jovem institucionalizada(o)?</i></li> </ul>	Acrescentada
	Identificação filho Biológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Filho(a) Biológico(a): Data de Nascimento; Sexo; Raça/Etnia</i></li> </ul>	Acrescentada
	Situação financeira da família	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Qual o contributo de cada um destes elementos para o rendimento familiar? (Marido; Mulher; Filhos; Pais/Sogros; Apoio Social; Outros)</i></li> </ul>	Acrescentada
	Dados dos elementos do agregado Familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Grau de parentesco/relação, Data de nascimento; Habilitações literárias; Profissão/ocupação.</i></li> </ul>	Acrescentada
<b>II. Motivos e Processo de Tomada de Decisão</b>	Motivo(s) para a Adoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Motivo(s) para a adoção:</i> _____</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Historial de Infertilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Atualmente está a realizar algum tratamento?</i> Sim Não</li> <li>• <i>No futuro, está a pensar realizar algum tratamento?</i> Sim Não</li> </ul>	Acrescentada Acrescentada
	Iniciativa de Adotar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Quem tomou a iniciativa relativamente à possibilidade de adotar?</i></li> </ul>	Traduzida da EPA
<b>III. Tempo de Espera no Processo de Adoção</b>	Tempo de espera	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Quanto tempo decorreu desde que foi selecionado enquanto candidato à adoção até a(o) criança/jovem ir para a vossa casa?</i></li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
<b>IV. A Adoção – A Chegada da Criança</b>	Informações disponibilizadas na apresentação da proposta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Quando vos foi apresentada a proposta da criança a adotar, escreva as informações acerca dela em relação a diferentes assuntos. Quadro a preencher com diversos aspetos a considerar (e.g., características da criança: informação médica; interesses, preferências e gostos da criança; características da família biológica; quanto tempo esteve com a família biológica, descreva concretamente com quem; estadia da criança em instituições: número de instituições; tempo de estadia em cada instituição).</i></li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Perfil da criança na chegada a nível de saúde e outras dificuldades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Indique se quando a criança chegou à vossa casa apresentava algum problema de saúde ou dificuldade (escala de Tipo Likert, de 1 “Ligeiro” a 3 “Severo”).</i></li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA

<b>V. Adaptação e Desenvolvimento</b>	Adaptação inicial da criança: relação com os outros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na sua perspetiva, se acha que a criança sentiu alguma(s) dificuldade(s) de adaptação inicial, descreva-a(s) no quadro que se segue (quadro para a descrição das dificuldades sentidas em 3 aspetos: na relação com o pai e/ou a mãe adotivo(a); nas relações dentro da família, irmãos, avós, tios; nas relações com amigos e /ou vizinhos).</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Apoio na resolução de problemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com que tipo de apoio contaram para os resolver? (pode escolher mais do que uma resposta). Quadro com 5 respostas disponibilizadas (e.g., Apoio mútuo, em casal; Equipa de Adoção; Nenhum Apoio).</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
	Adaptação após um ano: problemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passado o primeiro ano na vossa família o seu filho apresentou algum problema especial? Sim Não.</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Apoio na resolução de problemas de adaptação após um ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Com que tipo de ajuda contaram para resolver esse(s) problema(s)?</i> (Quadro com 6 opções de resposta; e.g., Apoio mútuo, em casal; Familiares, amigos; Equipa de Adoção; Nenhum Apoio).</li> </ul>	Traduzida da EPA
	Consulta de Serviços especializados devido à criança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Desde que a(o) criança/jovem está na sua família, teve necessidade de consultar, por razões relacionadas com a criança/jovem...</i> (Coloque uma cruz nas opções que melhor refletem os serviços a que recorreram e a frequência com que o fizeram (e.g., Serviços Médicos; Serviços Psicológicos; Serviços Educativos/Professores; Outros Serviços, Apoios ou Terapêuticas) com opções de resposta em Escala de Tipo Likert, de 1 “Quase nunca” a 3 “Muito frequentemente”).</li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA
<b>VI. A Criança Adotada na Família</b>	Rejeição da Criança na Família Adotiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Há alguém na sua família que rejeite considerar a(o) criança/jovem como mais um membro da família?</i> Sim Não <i>Qual o parentesco com a(o) criança/jovem?</i> Não</li> <li>• <i>A(o) criança/jovem percebe essa rejeição?</i> Sim Não. <i>Se Sim, como reage à rejeição?</i></li> </ul>	Traduzida e Adaptada da EPA Traduzida e Adaptada da EPA
<b>VII. A Revelação</b>	Motivos subjacentes à Adoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Conhece os motivos que levaram o(a) seu/sua filho(a) a estar disponível para a adoção?</i> Sim Não</li> <li>• <i>O seu filho conhece esses motivos?</i></li> </ul>	Traduzida da EPA Traduzida da EPA
	Transparência na revelação dos motivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Pensa vir a contar ao/à seu/sua filho(a) todas as razões que levaram a que ele(a) pudesse ser adotado?</i> Sim Não</li> </ul>	Acrescentada
	Relevância de falar acerca do passado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Se o(a) seu/sua filho(a) foi adotado(a) com uma idade em que já tem conhecimento pleno da sua situação de adoção, considera que é necessário falar sobre o seu passado?</i> Resposta de Tipo Likert, de 1 “Totalmente desnecessário” a 5 “Totalmente Necessário”.</li> </ul>	Traduzida da EPA

**Nota.** Traduzida da EPA = questão da escala original EPA traduzida para português; Traduzida e Adaptada da EPA = questão da escala original EPA traduzida para português e adaptada da original, com alterações e/ou acrescentos na formulação e/ou nas opções de resposta; Acrescentada = Nova questão, não incluída na EPA.

### ***3.2.2 Desenvolvimento sócio afetivo das crianças adotadas***

#### ***3.2.2.1 Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação (TCH)***

Para avaliar as representações simbólicas de vinculação das crianças foi utilizada a Tarefa de Completamento de Histórias (TCH), ou seja a versão portuguesa de Maia, Veríssimo, Ferreira, Silva e Fernandes (2009) do *Attachment Story Completion Task* (ASCT) de Bretherton e Ridgeway (1990).

A TCH consiste numa metodologia semi-projetiva de completamento de 6 histórias (i.e., uma história de treino e 5 histórias alvo) que são iniciadas pelo(a) entrevistador(a) e que a criança deve continuar e terminar, utilizando uma família de bonecos maleáveis (i.e., mãe, pai, 2 crianças do mesmo sexo com diferentes idades e uma vizinha) e outros materiais (i.e., cadeiras, mesa, conjunto de copos e pratos, um bolo de aniversário, duas camas individuais e uma de casal, cobertores e almofadas, plástico ou tecido verde para simbolizar a relva do jardim, uma estrutura cinzenta que simbolize a rocha, um carro) (Bretherton, Ridgeway, & Cassidy, 1990).

Cada história apresenta um problema central que é suscetível de ativar representações associadas à vinculação uma vez que se pretende que as histórias constituam reencenações das interações quotidianas entre pais e filhos.

Tendo como base as narrativas das crianças, a TCH permite inferir a qualidade dos modelos internos dinâmicos de vinculação emergentes na relação com as suas figuras de vinculação (Bretherton et al., 1990). Cada uma das narrativas relativas a cada história será avaliada pela qualidade da resolução, pela coerência e pelo nível de segurança.

Esta tarefa é destinada às crianças entre os 3 anos e os 6 anos e pode ser aplicável até aos 9 anos com ligeiras adaptações (ver Granot & Mayseless, 2001). O tempo médio de aplicação das histórias é de cerca de 20 a 30 minutos.

No que concerne à sua aplicação, num primeiro momento, o entrevistador, numa situação de face a face com a criança, apresenta a família de bonecos à criança (i.e., pai, mãe, filho, “protagonista” e respetiva/o irmã/ão e a vizinha). Em relação aos irmãos deverão ser ambos do mesmo género da criança entrevistada e a criança protagonista, se tiver na realidade irmãos, deverá ter a mesma posição na fratria. Se não tiver irmãos deverá ser a mais velha dos irmãos da dramatização (Bretherton et al., 1990).

Solicita-se à criança que forneça um nome a cada um dos filhos, bem como à vizinha. Caso a criança hesite a escolher o nome para a criança protagonista o entrevistador poderá apoiá-la fornecendo hipóteses, desde que não nomeie o nome da

criança entrevistada. Nesta fase o entrevistador fornece instruções gerais à criança (i.e., “*Vamos fazer umas histórias com a nossa família. Eu começo a contar e depois tu continuas, está bem?*”) (Bretherton et al., 1990, p. 3).

Num segundo momento, o entrevistador incita o envolvimento da criança na tarefa solicitando-lhe, no início de cada história, que o ajude a dispor o cenário (e.g., pôr os pratos e copos na mesa, a fazer as camas e a agrupar toda a família em fila num dos lados do cenário) e apresenta à criança o início da história (ver descrição das histórias na Tabela 4) e pede-lhe para, livremente, dar continuidade à história (i.e., “*Conta-me e mostra-me o que acontece agora*”) (Bretherton et al., 1990, p. 4).

Cada uma das histórias que compõem a tarefa recria um cenário do quotidiano familiar e evoca uma problemática distinta relevante no contexto das experiências de vinculação pais-filhos e, portanto, tem como objetivo desencadear respostas congruentes com questões particulares da vinculação.

O manual elaborado por Maia et al. (2009) contém informações relevantes acerca do material necessário, das instruções relativas ao processo de administração e dos parâmetros de cotação de cada história.

No que se refere ao processo de codificação das narrativas, tem como base o visionamento das filmagens das histórias das crianças e o manual para consulta dos três parâmetros específicos de cotação para a análise: a *resolução da história* (i.e., a qualidade da resolução, em que “1” refere-se a uma “resolução mínima”, “2” a uma “resolução completa”, “3” equivale a uma “história sem resolução” e, por fim, “4” é atribuído a uma “resolução com reviravolta”), a *coerência da história* (cotado de “1” “extremamente incoerente” a “8” “Muito coerente”) e a *segurança total* (cotado de “1” “Desorganizado” a “8” “Muito Seguro”) e dos critérios complementares (Bretherton et al., 1990; Maia, 2011).

O sistema de cotação traduzido e adaptado por Maia, Ferreira e Veríssimo (2008) baseia-se na análise dos parâmetros de segurança das narrativas produzidas pelas crianças. A segurança é cotada considerando a complexidade da resolução fornecida para o problema central da história e a coerência da narrativa da criança, numa escala de tipo *Likert* de oito pontos, em que 1 se refere a narrativas desorganizadas e 8 a narrativas muito seguras. As narrativas são consideradas desorganizadas (i.e., cotadas no extremo inferior da escala, ou menor que 3) quando a criança relata, no sentido de terminar a história, uma resposta desadequada, incoerente, que não permite a resolução do problema, e/ou um cenário catastrófico, ou com acontecimentos violentos ou bizarros. Inversamente, as

narrativas são consideradas seguras (i.e., cotadas no extremo superior da escala, por exemplo maior que 5) quando a criança relata uma solução adequada, fácil e coerente, construtiva e imaginativa para resolver o problema, quando a resolução mostra uma compreensão relacional e emocional da situação, e inclui um retomar da interação familiar à normalidade e à harmonia. As narrativas intermédias, entre a desorganização e a segurança, recebem valores médios. Estas narrativas, embora possam incluir conflitos e alguns elementos de incoerência, simultaneamente aspetos positivos e negativos, desvios ou contradições moderadas, apresentam-se como relativamente coerentes e fornecem uma resolução mínima. Em geral, estas narrativas costumam ser muito mais curtas do que as narrativas seguras. A segurança total das representações da criança é calculada tendo como base a média das cotações obtidas em cada história (Maia et al., 2009).

No que se refere à *representação parental da criança*, um dos critérios complementares, é cotada de 1 a 5, em que 1 é uma representação “Positiva”, 2 refere-se a uma representação “Negativa”, 3 “Neutra”, “4” “Mista” e 5 “Ausência de representação parental”. As narrativas positivas apresentam as figuras parentais como protetoras, instrutoras, afetuosas e disponíveis. Inversamente, as narrativas negativas descrevem os pais como rejeitantes, agressivos e utilizando práticas educativas rígidas. As narrativas mistas apresentam as figuras parentais com aspetos simultaneamente positivos (e.g., responsivos, acessíveis) e negativos (e.g., vulneráveis, incompetentes, violentos) (Maia et al., 2009).

A opção pela utilização da THC no presente estudo prende-se com uma diversidade de aspetos, nomeadamente porque é uma das metodologias narrativas mais utilizadas durante o período pré-escolar e durante a transição para a escolaridade (Maia & Veríssimo, 2012). Adicionalmente, apresenta uma boa concordância com outras medidas da primeira infância que medem a segurança do comportamento de vinculação da criança à mãe (e.g., Bretherton, Ridgeway, & Cassidy, 1990; Gloger-Tippelt, Gomille, Koenig, & Vetter, 2002; Silva, Fernandes, Veríssimo, Shin, Vaughn, & Bost, 2008; Wong et al., 2011). Também os resultados obtidos se encontram associados à qualidade dos comportamentos maternos dirigidos à criança (e.g., Laible, Carlo, Torquati, & Ontai, 2004), com a sintomatologia depressiva nas mães (Trapolini et al., 2007) e com o funcionamento socio emocional dos sujeitos (e.g., Page & Bretherton, 2001).

Tabela 4. Descrição das histórias a completar através das narrativas das crianças

Designação da História	Descrição	Problemática Central e objetivo
1. <i>História do bolo de aniversário</i>	O cenário consiste na festa de aniversário da criança/filho que é o “protagonista principal”. Esta é a primeira história e é administrada no início do procedimento.	Trata-se de uma história neutra, de “aquecimento”, utilizada para assegurar que a criança compreende o que tem de fazer, se familiarize com o procedimento e o entrevistador e fique à vontade para manipular os bonecos. Esta história não é cotada.
2. <i>História do sumo entornado</i>	Nesta história, a família de bonecos está sentada à mesa a almoçar e o filho “protagonista” estica o braço para tentar alcançar o copo de sumo acabando, impensadamente, por o deitar ao chão.	A problemática central nesta história é a reação da figura de vinculação em situação de autoridade em resposta a um contratempo accidental da criança.
3. <i>História do joelho magoado</i>	Nesta história, a família está a passear num parque onde está uma rocha alta. O filho(a) protagonista sobe sozinho à rocha e cai, ferindo-se no joelho.	A problemática central nesta história é a resposta parental à dor e aos choros da criança magoada em termos de vinculação e proteção. Tem como intuito identificar a existência, ou a ausência, de comportamentos protetores por parte da figura de vinculação.
4. <i>História do monstro no quarto</i>	Nesta história, os pais e o filho protagonista estão na sala-de-estar. Os pais desejam uma boa-noite ao filho protagonista que se dirige sozinho para o seu quarto. Quando o protagonista está perto da cama, a luz apaga-se subitamente e ouve-se um ruído estranho e forte, então o entrevistador diz à criança que está um monstro no quarto.	A problemática central nesta história é a resposta parental ao medo da criança. O medo é utilizado como meio para desencadear os comportamentos de vinculação e proteção.
5. <i>História da Partida</i>	Nesta história, os pais declaram aos filhos que terão de sair em viagem, mas que a vizinha (i.e., personagem introduzida apenas nas duas últimas histórias) tomará conta deles até ao dia seguinte quando voltam.	A problemática central desta história é a forma como a criança reage face à partida dos pais em termos de ansiedade de separação e capacidade de <i>coping</i> na presença de um cuidador substituto.
6. <i>História do Reencontro</i>	Esta história consiste na continuação da história da partida. O entrevistador diz que já passou um dia desde a partida dos pais, a personagem “vizinha” comunica aos 2 irmãos que os pais estão a regressar da sua viagem.	A problemática central desta história é a tonalidade afetiva associada ao regresso dos pais e tem como objetivo determinar o tipo de comportamento de reunião que a criança privilegia

(Adaptado de Maia, 2011)

Na presente investigação, a segurança revela um bom nível de consistência interna, tendo-se verificado um alfa de Cronbach de .87. Contudo, a representação parental da criança apresenta uma fraca consistência interna (alfa de Cronbach = .49). Uma análise mais minuciosa revelou que se a História da Partida for retirada, o alfa de Cronbach aumenta até  $\alpha = .60$ . Optou-se por não utilizar a representação parental da criança nas análises posteriores uma vez que a escala apresentava uma fraca consistência interna.

### **3.2.3 Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE)**

Para avaliar a qualidade global da disponibilidade emocional das interações diádicas mãe-filha(o) e pai-filha(o) nas famílias adotivas do presente estudo foram utilizadas as Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE), das originais *Emotional Availability Scales (EA)*, concebida por Biringen, Robinson e Emde (1998) e Biringen (2008b, 2008c, 4ª edição). As EDE consistem em seis escalas ou dimensões que medem a disponibilidade emocional interativa diádica entre um adulto e uma criança, contemplando também o contributo da criança para a disponibilidade emocional interativa (Biringen, 2008b, 2008c). Existem duas versões, a versão que contempla a interação diádica entre o adulto e uma criança entre os 0 e os 5 anos de idade (Biringen, 2008b) e a versão que considera a interação diádica entre o adulto e uma criança ou um jovem entre os 6 e os 14 anos de idade (Biringen, 2008c). As escalas em termos de conteúdos são muito semelhantes. A utilização das escalas para interações diádicas com jovens com mais de 14 anos foi questionada à autora que referiu que embora não houvesse dados com jovens com idades superiores, as escalas da versão para crianças mais velhas poderiam adaptar-se a estas situações, desde que os procedimentos de recolha de dados (i.e., as tarefas disponibilizadas para contextualizar as interações) fosse ajustado a cada idade.

Em todas as versões, quatro das escalas ou dimensões avaliam as emoções e os comportamentos do adulto na interação diádica com a criança e as restantes duas escalas avaliam a reação da criança em relação àquele adulto em particular em situação de interação diádica (Biringen, 2008b, 2008c, Saunders, Kraus, Barone, & Biringen, 2015). Parte-se do pressuposto de que a criança pode ter diferentes comportamentos na sua interação diádica com diferentes pessoas, com diferentes características interativas. A avaliação de ambas as perspetivas (i.e., adulto e criança) salienta a bidirecionalidade das

interações, podendo ainda capturar algumas discrepâncias importantes a considerar nos contributos interativos de cada uma das partes (Saunders et al., 2015).

As dimensões do adulto são a *Sensibilidade*, a *Estruturação*, a *Não-Intrusividade* e a *Não-Hostilidade*. As dimensões da criança são a *Responsividade da Criança* e o *Envolvimento da Criança*.

Para todas as dimensões existem duas formas possíveis de obter um resultado final: (1) a *Cotação Direta*, em que se utiliza uma escala contínua de tipo *Likert*, com pontuações de 1 a 7, em que os valores mais baixos refletem sempre uma menor qualidade e os mais altos a maior qualidade de cada domínio, e (2) a *Cotação da Soma das Subescalas*, em que se utiliza a soma dos resultados obtidos em 7 subescalas específicas de cada uma das dimensões, duas das primeiras cotadas de 1 a 7 e as restantes de 1 a 3, numa escala de Tipo *Likert*, com descritores em alguns pontos de ancoragem e em que o valor máximo possível é de 29 pontos (Biringen, 2008a).

Entre as dimensões dos adultos, a *Sensibilidade*, abrange um conjunto de emoções e comportamentos interativos do adulto que são utilizados para criar e manter uma conexão emocional positiva, calorosa e saudável com a criança (Saunders et al., 2015). A sensibilidade do adulto é também manifestada através da responsividade à criança, ou seja, à interpretação adequada e cuidadosa das iniciativas, comunicações e necessidades da criança, e à habilidade para resolver conflitos de forma suave e fluida (Biringen, 2008b, 2008c). Na cotação direta, numa escala de Tipo *Likert* de 7 pontos, o 1 corresponde a um adulto altamente insensível, e 7 a um adulto altamente sensível. Mais especificamente, uma cotação de (1) reflete um adulto que revela uma insensibilidade extrema às comunicações da criança e pouco conhecimento de técnicas de “cuidar das crianças”. Uma cotação típica de (4) revela um adulto que exhibe alguns sinais de sensibilidade (e.g., afirmações positivas, sorrisos, e interesse pela criança e pela sua atividade) mas simultaneamente alguns problemas nestas áreas (e.g., afirmações positivas ditas num tom ligeiramente entediado, sorriso que não parece ser autêntico e genuíno, um interesse que é ocasional ou simulado). Uma cotação de (7) indica que o adulto é altamente sensível, ou seja, muito atento à criança, bastante responsivo com resposta muito adequada.

A *Estruturação* refere-se à capacidade do adulto para fornecer estrutura e suporte para o jogo e para a aprendizagem da criança, guiando-a em direção a níveis de compreensão superiores (Saunders et al., 2015). Uma estruturação ótima implica que o adulto para além de apoiar, ajudar e ensinar a criança, tenha o cuidado de seguir as suas

incitativas, deixando-a liderar e cedendo-lhe o espaço suficiente para ser autônoma e poder aprender de forma independente (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015). Para que seja bem-sucedido, o adulto deve saber qual o nível atual de compreensão da criança para que possa usar estratégias, verbais e não-verbais, para orientar a criança de forma adequada (Saunders et al., 2015). É ainda importante que saiba estabelecer regras e limites para o comportamento adequado da criança, tendo uma atitude proativa na gestão dos comportamentos inadequados e dos conflitos (Biringen, 2008b, 2008c). Assim, na cotação direta, o (1) corresponderia a uma estruturação não ideal, indicativa de que o adulto monitoriza muito pouco e está desligado em termos de fornecer orientação proativa (e.g., a imposição de limites e comunicação verbal e não-verbal são mínimas ou não existente; jogo paralelo). Uma cotação de (4) indica uma estruturação inconsistente (i.e., a imposição de limites ou disciplina que parece ser sobretudo reativa em vez de proativa e preventiva). Uma cotação de (7), seria indicativa de uma estruturação ótima (e.g., utilização de orientações e sugestões preventivas e proativas adequadas) (Biringen, 2008b, 2008c).

A *Não-Intrusividade* refere-se à habilidade do adulto de estar disponível para a criança, seguindo a sua liderança durante o jogo, sem ser intrusivo com ela, evitando interferir (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015). Um adulto não intrusivo caracteriza-se pela ausência de comportamentos de interrupção, verbal e/ou física, da atividade da criança, pela capacidade de restringir as diretrizes fornecidas, permitindo à criança ter o espaço relacional suficiente para exibir níveis de independência próprios da sua idade. Neste sentido, sabe retirar-se nos momentos em que a criança procura essa independência (Saunders et al., 2015). Na pontuação direta, uma cotação de (1) indica intrusividade, sobrediretividade, sobreestimulação, interferência ou sobreproteção por parte do adulto, limitando a autonomia da criança. Uma cotação de (4) revela uma intrusividade “benigna”, por exemplo, o adulto deixa a criança geralmente liderar no jogo mas muda os temas frequentemente em vez de elaborar os interesses da criança e deixar a criança explorar e descobrir. Uma cotação de (7) refere-se a um adulto não intrusivo mas emocionalmente presente e disponível, capaz de reunir as características supra explanadas (Biringen, 2008b, 2008c).

A *Não-Hostilidade* avalia a capacidade do adulto para regular, de forma eficaz, as suas próprias emoções negativas, evitando expressá-las à frente da criança, quer seja dirigida a ela ou a outros. Quando o adulto não é bem-sucedido na contenção e/ou

regulação da expressão de emoções negativas expressa hostilidade encoberta e/ou aberta. A hostilidade encoberta é uma expressão menos evidente de emoções negativas, tais como aborrecimento, frustração e impaciência. A hostilidade aberta inclui diversos comportamentos nomeadamente, a alusão a temas de separação, críticas, troça ou ironia em relação à criança, gritar com a criança ou qualquer tipo de agressão física (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015). No que se refere à cotação direta, uma cotação de (1) refere-se a um adulto altamente hostil, ou seja, que é abertamente, facialmente e vocalmente hostil em relação à criança. A natureza da interação é ameaçadora e/ou assustadora. Uma cotação de (4) indica a presença de alguns sinais subtis de hostilidade (e.g., facilmente irritável, impaciência, atitude de longo sofrimento, raiva ligeira) que são observados em grande quantidade. Uma cotação de (7) revela total ausência de negatividade na face ou na voz (e.g., nenhuma utilização de palavras ou frases negativas, tom de voz positivo, boa regulação emocional por parte do adulto) (Biringen, 2008b, 2008c).

Após estas 4 dimensões que dizem respeito a aspetos observados no adulto em interação diádica com a criança, as duas dimensões seguidamente explanadas referem-se a aspetos observados na criança em interação com o adulto significativo.

*A Responsividade da Criança*, em relação ao adulto, avalia a capacidade da criança para regular as suas emoções de forma adequada, responder às ações do adulto, de forma disponível, afetiva e prazerosa. No que se refere à cotação direta, uma cotação de (1) indica que a criança apresenta problemas de afeto, desregulamento emocional, e/ou desorganização (e.g., a criança é triste, irritável, deprimida, ameaçadora, torna-se desregulada e desorganizada facilmente em situações desafiadoras, não confia nos adultos). Uma cotação de (4) refere-se a uma criança que está conectada com o adulto, cujo afeto é geralmente positivo, mas que pode haver em simultâneo uma qualidade de inadequação (e.g., sobreconectada ou dependente). Uma cotação de (7) designa uma responsividade ao adulto ótima (e.g., a criança tem uma boa capacidade de regulação das suas emoções, usa-se a si própria e/ou ao adulto para regular as emoções no decurso de momentos desafiadores e o comportamento e o afeto permanecem organizados e repletos de recursos) (Biringen, 2008b, 2008c).

*O Envolvimento da Criança* mede o grau em que a criança presta atenção ao adulto, toma iniciativa na interação, comunica com ele e envolve-o no jogo (Biringen, 2008b,

2008c; Saunders et al., 2015). Na cotação direta a cotação de (1) indica que a criança não envolve o adulto. Uma cotação de (4) que indica que a criança envolve algumas vezes o adulto, mas, por vezes, o envolvimento está associado a comportamentos negativos (e.g., choramingar, protestar, exigir, desafiar) ou a manifestações de ansiedade. Uma cotação de (7) sugere que a criança que está evolvida de forma ótima com o adulto, que faz do adulto uma audiência para o seu jogo e/ou envolve o adulto como ator ou pessoa de apoio na atividade (Biringen, 2008b, 2008c).

Para além da informação obtida com base nos resultados das seis dimensões de disponibilidade emocional, este sistema também sumariza estas seis qualidades da relação entre o adulto significativo e a criança e faculta uma medida adicional de vinculação, através do *EA Clinical Screener* (EA2-CS). O EA2-CS é cotada numa escala de 100 pontos, dividida em 4 zonas categoriais: (1) a *Emocionalmente Disponível*; (2) a *Complicada*; (3) a *Desconectada* e a (4) *Problemática/Perturbada*, que corresponde às 4 categorias de vinculação (Biringen, 2008b, 2008c; Saunders et al., 2015). Diversos estudos já relataram esta associação entre o EA2-CS e as categorias clássicas de vinculação (e.g., *Attachment Q-Sort* - Baker & Biringen, 2012; DC 0-3 PIRGAS - Espinet et al., 2013). A sua relevância na avaliação da parentalidade positiva em famílias adotivas também já foi evidenciada na literatura científica (ver Barone, Lionetti, Dellagiolia, Alagno, & Rigobello, 2015).

Estas escalas devem ser utilizadas através da observação e cotação de filmagens de interações diádicas entre um adulto significativo e uma criança.

Para ser possível aceder e administrar este instrumento é necessário o envolvimento e participação num rigoroso processo de formação, aprendizagem e apropriação, quer do racional teórico subjacente ao constructo da disponibilidade emocional, quer da compreensão, apropriação, treino e aplicação das escalas. Desta forma, é necessário o contacto próximo com a autora da escala e a frequência no curso administrado pela mesma, que inclui a parte teórica, e a parte prática com visualização, treino, cotação e discussão de situações interativas diádicas. No final é necessário um procedimento de avaliação para acreditação, com cotação de 7 vídeos com interações diádicas fornecidos pela autora da escala, em que é necessário atingir o acordo interobservadores para se obter o certificado (Ver Anexo I). Para a utilização das escalas da disponibilidade emocional é ainda necessário a existência de dois observadores formados e acreditados pela Zeynep Biringen, autora da escala para que seja possível a cotação de dois observadores independentes e respetivo acordo interobservadores.

A seleção das EDE para avaliar a disponibilidade emocional nas interações diádicas mãe-criança e pai-criança na presente investigação, deveu-se à complexidade e riqueza identificada nestas escalas, bem como no constructo que lhe está subjacente, que se refletem no vasto conjunto de vantagens seguidamente descritas.

As EDE valorizam a globalidade da variação dos aspetos interativos na relação, ou seja, todo o *continuum*, podendo ser utilizado em situações de stress e angústia, mas também capta a disponibilidade emocional do adulto significativo em situação não stressante, incluindo no decurso de interações prazerosas e divertidas. Superando, desta forma, as limitações que podem ser apontadas a alguns procedimentos de avaliação da vinculação (e.g., procedimento da situação estranha). Interessa conhecer mais do que a relação numa situação de separação e reunião, mas as suas características nos momentos de jogo conjunto, em situações prazerosas. Estas pessoas em interação conseguem passar um bom tempo juntos? (Biringen, 2008a).

Trata-se de um constructo “intemporal” (i.e., “*timeless*”), ou seja, pode ser observado em diferentes idades ao longo do tempo, sem a necessidade de, tal como noutros procedimentos ou instrumentos, existir restrições específicas em termos de idade (e.g., que devem ser utilizados exclusiva ou preferencialmente em crianças entre os 6-18 meses). As EDE consistem num procedimento que é equivalente numa vasta gama de idades, sem a necessidade de, para diferentes idades, ser necessário utilizar diferentes instrumentos e/ou procedimentos (Biringen, 2008a).

A estabilidade temporal da medida em termos de resultados é outra das vantagens. Não é necessário utilizar muitas avaliações das mesmas díades uma vez que a investigação revela a sua estabilidade temporal. Adicionalmente, não existe nenhuma indicação de restrição de um intervalo temporal específico entre avaliações. Se tal fizer sentido para a investigação podem ser efetuadas avaliações na mesma díade todos os dias (Biringen, 2008a).

É uma medida contínua. Em alguns procedimentos e/ou instrumentos que avaliam a vinculação existem resultados categoriais (e.g., vinculação segura, vinculação insegura-ambivalente...) e as evidências empíricas revelam que implica mais esforços a mudança de categoria. As EDE como medida contínua (i.e., escalas de 7 pontos e escalas de 29 pontos) permite a descrição de uma ampla variação que, quer para a investigação quer

para a intervenção, tem a vantagem de ser mais sensível às mudanças ao longo do tempo, mesmo que pequenas (Biringen, 2008a).

A diversidade de contextos em que se pode utilizar as EDE é outra das vantagens. Pode ser utilizado em qualquer contexto (e.g., consultório, hospitais, gabinete, sala de espera, em casa das famílias...). Mais de vinte anos de investigação com as EDE revelam que a disponibilidade emocional com recurso às EDE pode ser avaliada independentemente do contexto. A exigência é a necessidade de uma gravação em vídeo de uma interação diádica (Biringen, 2008a).

A diversidade de parceiros interativos é mais uma das suas mais-valias. Os manuais das EDE fornecem informações específicas relativas à multiplicidade de parceiros interativos possíveis (e.g., crianças com incapacidades, crianças adotadas, situações de múltiplos prestadores de cuidados e múltiplas crianças, como acontece em situação de creche ou jardim-de-infância). As EDE também estão a ser desenvolvidas no sentido de serem utilizadas com díades de adultos (e.g., casais) e em díades interativas em situações profissionais específicas (e.g., psicoterapeuta-paciente em situação de consulta psicológica) (Biringen, 2008a).

A multidimensionalidade das EDE é outro fator relevante a considerar. O facto das EDE se constituírem por diversas escalas ou dimensões avaliadas de forma independente permite obter perfis de disponibilidade emocional amplamente diversificados, uma vez que uma pessoa em interação com outra pode ser muito boa numa ou mais dimensões, e aspetos específicos em cada dimensão, e não noutros. O que permite igualmente fornecer pistas para investigação e intervenção detalhadas e minuciosas, capazes de, não só, salientar os aspetos menos positivos, mas, também, de valorizar as forças de cada interação. Esta multidimensionalidade, em termos conceptuais e estruturais é reforçada, pelo facto de todas as dimensões serem equivalentes em termos de valor, complexidade e valor preditivo (Biringen, 2008a).

As qualidades dinâmicas e sistémicas das EDE são muito relevantes para fazerem dela uma excelente opção. De facto, cada uma das dimensões consideradas nas EDE são dinâmicas e sistémicas e não uma qualidade individual. As EDE são uma medida de relação. Não se trata de uma pessoa que esta a ser avaliada na sua disponibilidade emocional, mas uma relação, na medida em que cada uma das pessoas em interação pode ter resultados muito diferentes na interação com qualquer outro parceiro interativo. Aliás,

esta variação de resultados para os mesmos indivíduos com diferentes parceiros interativos já está evidenciada na literatura científica que utilizou as EDE (Biringen, 2008a).

Por último, e considerado a temática da presente investigação e a especificidade das características dos participantes, outra das vantagens prende-se com o impacto da utilização das EDE em famílias adotivas. A autora identifica a situação de adoção como uma das situações em que o procedimento subjacente à utilização das EDE ser menos intrusivo e gerador de angústia e stress, uma vez que não necessita de se basear em observações de situações de separação dos pais, que em crianças adotadas pode ter um impacto muito maior do que em crianças não adotadas (Biringen, 2008a).

Importa ainda referir que as EDE foram já utilizadas em Portugal, numa investigação no âmbito de uma tese de dissertação de Doutoramento, com 46 díades de mães com bebés de 10 meses de idade (ver Martins, 2007).

Considerando os resultados obtidos na presente investigação, no que se refere à sua consistência interna, para as quatro dimensões do adulto, obteve-se um alfa de Cronbach de .84 para a *Sensibilidade*, de .85 para a *Estruturação*, de .78 para a *Não-Instrusividade* e de .57 para a *Não-Hostilidade*. Em relação às dimensões da criança, apurou-se um alfa de Cronbach de .76 para a *Responsividade da Criança* e de .72 para o *Envolvimento da Criança*. Os valores relativos às mães adotivas foram de .84 para a *Sensibilidade*, de .81 para a *Estruturação*, de .77 para a *Não-Instrusividade* de .63 para a *Não-Hostilidade*, de .70 para a *Responsividade da Criança* e de .72 para o *Envolvimento da Criança*. Os valores relativos aos pais adotivos foram de .82 para a *Sensibilidade*, de .87 para a *Estruturação*, de .78 para a *Não-Instrusividade* de .52 para a *Não-Hostilidade*, de .80 para a *Responsividade da Criança* e de .69 para o *Envolvimento da Criança*.

### 3.3 Procedimento

#### 3.3.1 Treino na utilização de escalas e acordo interobservadores

Com o intuito de tentar imprimir um maior rigor e seriedade científica aos dados recolhidos através de instrumentos mais complexos, que exigem um maior contributo por parte dos investigadores, procedeu-se a um processo de treino e acordo na utilização de algumas escalas. Pretendia-se conhecer os instrumentos em profundidade, recorrendo-se a uma multiplicidade de estratégias, nomeadamente ao treino e discussão de definições de conceitos/constructos e de critérios específicos de codificação. Este procedimento prévio à recolha de dados, e respetivos resultados, são explanados seguidamente.

#### 3.3.2 Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação (TCH)´

O treino para estudo, apropriação e aplicação da TCH decorreu entre os meses de setembro e outubro de 2014. Neste processo de treino na utilização do instrumento, os dois observadores envolvidos, com licenciatura e mestrado em psicologia recorreram ao manual em português do instrumento (Maia et al., 2009) e a 3 gravações da aplicação de Tarefas de Completamento de Histórias de Vinculação a 3 crianças, não adotivas, não pertencentes à amostra do presente estudo.

Foram apurados os resultados relativos ao acordo interobservadores, identificados os pontos fortes, as fragilidades e afinados os critérios de análise e cotação. O objetivo pretendido era o de obter um acordo interobservadores médio, com diferenças de um valor, de pelo menos 80% em cada item da TCH (Almeida & Freire, 2000; Hill & Hill, 2002).

#### 3.3.3 Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE)

Para o acesso e a utilização das Escalas de Disponibilidade Emocional é necessário frequentar uma formação (i.e., EA® *Distance Training and Certification*) de natureza teórico-prática conduzida pela autora da escala, Zeynep Biringen, e obter um certificado, após a avaliação e após terem sido cumpridos os critérios estabelecidos para o acordo interobservadores com a equipa da Biringen.

Serão seguidamente descritas as diversas etapas deste processo.

### 3.3.3.1 Etapa 1: Comprovativos formais da formação de base e intenção científica no *uso das escalas.*

Uma vez que a formação e as escalas são apenas disponíveis para profissionais é necessário reunir um conjunto de documentos formais (e.g., certificados de licenciatura, mestrado, uma carta da pessoa hierarquicamente superior na instituição laboral atual a descrever a situação laboral atual, uma declaração que descreve o objetivo para o uso das escalas) que comprovem a seriedade da formação, da condição profissional e da intenção no uso das escalas. Após apreciação positiva é possível passar para a segunda etapa.

### 3.3.3.2 Etapa 2: *Acordo de confidencialidade, pagamento e acesso aos materiais.*

Após ser enviado, assinado e devolvido um acordo de confidencialidade acerca dos materiais divulgados é efetuado o pagamento do curso e a equipa do EDE envia todos os materiais necessários para iniciar a formação (e.g., o(s) manual(is) das EDE; livro sobre a concetualização da Disponibilidade Emocional; artigos; documento descritivo dos diversos passos da formação). É sugerido o estudo e apropriação dos conteúdos dos materiais enviados antes de iniciar a formação.

### 3.3.3.3 Etapa 3: *Formação presencial ou à distância (online) e reunião final via Skype*

A formação completa acerca das EDE implica 3 a 4 dias de formação presencial, mais uma hora de consulta no *Skype* e adicionalmente entre 7 a 10 horas de avaliação através e de cotações de interações diádicas adulto-criança.

A formação à distância (i.e., *online*), que foi a modalidade possível para a autora do presente trabalho e uma das investigadoras que colaborou na recolha de dados, incluía 37 vídeos de formação com o total de 14h32mn. Mais especificamente 1h17mn de vídeo era com a autora da escala a apresentar as origens do constructo da Disponibilidade Emocional e as suas bases teóricas e 1h45mn com vídeos em que a autora apresentava detalhadamente as diversas dimensões das EDE e o seu sistema de cotação. A avaliação da disponibilidade com base nas EDE foi exaustivamente treinada através da observação e cotação de 11 situações de interações diádicas entre diversas díades mãe-filho(a) e pai-filho(a), num total de 3h55mn de filme gravado. A discussão detalhada de cada uma das cotações com base nas EDE, para cada estudo de caso, foi efetuada em 6h13mn de filme

com a autora. No final, realizou-se com a autora das EDE (i.e., Zeynep Biringen) uma sessão via *Skype* em que foram esclarecidas as dúvidas, discutida a apreciação global das EDE por parte dos investigadores, como os investigadores se sentiam ao utilizar as EDE na cotação da Disponibilidade Emocional em interações diádicas, as suas forças e fragilidades. A autora fez algumas perguntas acerca das EDE e da sua utilização.

#### ***3.3.3.4 Etapa 4: Cotação de vídeos para obtenção de acordo interobservadores***

Após a sessão via *Skype* com a autora das EDE, foi fornecido o acesso a mais 7 filmes com interações diádicas entre mães/pais-filhos(as), num total de 3h01 horas de gravação, e dois documentos para registo e justificação qualitativa da cotação da Disponibilidade Emocional através das EDE para cada dimensão e para cada estudo de caso.

#### ***3.3.3.5 Etapa 5: Envio de resultados, comentários e obtenção do certificado***

Após finalização, o processo de cotação, registo e justificação das pontuações atribuídas aos 7 vídeos de interações diádicas, os documentos são enviados para a autora. Se a apreciação da autora for positiva é entregue o certificado que permite a utilização das EDE durante 24 meses (Ver Anexo I).

O treino para estudo, apropriação e aplicação das EDE decorreu entre os meses de janeiro e julho de 2015. Neste processo de treino na utilização do instrumento, os dois observadores envolvidos, com licenciatura e mestrado em psicologia, e um deles com experiência prévia na utilização de escalas de comportamentos interativos diádicos adultos significativos-crianças (i.e., a autora do trabalho), recorreram às escalas, aos manuais, livro e artigos fornecidos pela autora (e.g., Biringen, 2008a, 2008b). Na fase de treino do instrumento, no decurso da formação e na fase de cotação para obtenção de acordo interobservadores com a equipa das EDE, os dois investigadores envolvidos fizeram sistematicamente cotação independente e análise e discussão minuciosa de critérios. Foram efetuados os cálculos de acordo interobservadores no sentido de identificar pontos fortes e fragilidades e afinar critérios. O objetivo a atingir consistia na obtenção de um acordo interobservadores médio, com diferenças de um valor, de pelo menos 80% em cada item das EDE (Almeida & Freire, 2000; Hill & Hill, 2002).

### **3.3.5 Recolha de dados**

No âmbito da presente investigação a recolha de dados foi realizada em duas principais etapas com as famílias adotivas participantes. Após o contacto telefónico e a confirmação da intenção de participação na investigação por parte de 60 famílias, das 75 contactadas telefonicamente iniciou-se a recolha de dados junto das famílias.

#### **3.3.5.1 Primeira Etapa: A encomenda do correio**

Tal como previamente explicitado detalhadamente no telefonema à família, todas as famílias participantes receberam pelo correio uma encomenda com diversos documentos. Os documentos constantes encontravam-se organizados da seguinte forma, primeiro uma carta de apresentação da investigação, com toda a informação já relatada telefonicamente às famílias, a identificação de todos os elementos da equipa de investigação<sup>7</sup> e os contactos de dois dos investigadores, um documento explicativo de como preencher os questionários, uma carta de consentimento informado, com a explicitação detalhada de procedimentos e princípios relativos ao anonimato e confidencialidade dos dados e um documento explicativo de como preencher os questionários, duas pastas, uma amarela, com uma etiqueta escrita com a palavra “Mãe”, destinada à mãe adotiva e uma pasta azul destinada ao pai adotivo, com uma etiqueta onde se encontrava escrito “Pai”, no caso das famílias biparentais. Em cada uma destas pastas encontrava-se o conjunto de questionários de autopreenchimento para serem respondidos individualmente por cada participante. No final da encomenda encontrava-se o único questionário a ser preenchido pelo casal (i.e., o QOPPA-VC). Nas famílias monoparentais todos os documentos estavam organizados da mesma forma, a única diferença era que apenas constava uma das pastas.

---

<sup>7</sup> A presente investigação contou com a colaboração de uma equipa constituída pela autora da investigação, a orientadora e a coorientadora do trabalho e duas licenciadas em Psicologia da Educação e mestradas, que realizavam as suas teses de mestrado utilizando uma parte dos participantes e dos dados recolhidos, que participaram na recolha de dados com a autora.

Os questionários que constavam em cada uma das pastas, e já descritos previamente, eram:

- 1) **Questionário de Opinião Parental do Processo Adotivo – Versão Biparental (QOPPA-VB)** (EPA; Palacios et al., 1995);
- 2) **Questionário de opinião parental do processo adotivo de casal (QOPPA-VC)** (ver anexos) (EPA; Palacios et al., 1995) (único para preenchimento conjunto, em casal). No caso das famílias monoparentais a mãe/o pai preenchiam apenas o questionário QOPPA-VM, que é uma conjunção do QOPPA-VB e do QOPPA-VC;

Cada família adotiva preenchia os questionários entre o telefonema da autora do trabalho e a visita domiciliária, momento em que entregavam os questionários preenchidos e o consentimento informado.

No caso das participações parciais na encomenda seguia também um envelope já preenchido com os selos do correio para que uma vez preenchidos pudessem devolver os questionários via correio sem qualquer encargo para a família. No que se refere às participações parciais, a recolha de dados ficava assim finalizada.

### ***3.3.5.2 Segunda Etapa: A visita domiciliária***

A segunda etapa consistia numa visita domiciliária a casa das famílias participantes por parte de duas investigadoras, ou três quando se tratava de famílias com mais do que um filho adotado. Para uma melhor gestão do tempo, uma das investigadoras recolhia dados com os pais e a outra com a criança (sempre na presença dos pais, caso os pais o desejassem).

O início de cada visita iniciava-se com a apresentação e uma repetição acerca dos procedimentos de recolha de dados no tempo da visita e os pais eram questionados acerca de eventuais dúvidas que persistissem. Seguidamente era solicitado aos pais que assinassem o consentimento informado, em que declaravam conhecer e concordar com os objetivos e procedimentos da investigação. O questionamento acerca das dúvidas e o assinar do consentimento informado era já filmado uma vez que fazia parte do início do procedimento das interações diádicas Mãe-criança/jovem, Pai-criança/jovem como será explicitado seguidamente com maior detalhe. Após as sessões interativas serem filmadas, separadamente para as díades mãe-filho(a) e pai-filho(a), um dos investigadores iria

efetuar uma entrevista gravada com um dos pais, individual e separadamente (acerca da auto reflexibilidade parental<sup>8</sup>), enquanto que o outro iria filmar a sessão do *Completamento de Histórias de Vinculação* com a criança na presença de um dos pais, caso quisessem.

Em média, a recolha de dados na visita domiciliária em cada família teve a duração entre 5 e 8 horas o que fez um total de aproximadamente 348 horas de recolha de dados.

Importa ainda realçar algumas informações específicas acerca da recolha de dados com cada um dos instrumentos no âmbito da visita domiciliária:

a) *Disponibilidade Emocional em díade interativa - Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE).*

No que se refere à recolha de dados com as Escalas de Disponibilidade Emocional, seguiu-se a metodologia recomendada pela autora, Zeynep Biringen, que colaborou nos preparativos de recolha de dados com a autora do presente trabalho.

As filmagens com cada um dos pais em interação diádica com o(a) seu/sua filho(a) eram de cerca de 50-60 minutos, com algumas variações de acordo com as idades das crianças participantes no estudo. A sugestão da autora é que o momento de interação diádica deveria ter no mínimo entre 15 e 20 minutos.

Era solicitado aos pais para escolherem um local da casa onde normalmente interagiam mais (e.g., no tapete no chão, na mesa da sala, no sofá) e colocava-se a câmara com um tripé de frente para a díade. É de salientar a relevância de que quer a cara, quer o corpo de cada parceiro interativo estivesse visível, no mesmo momento, para que o filme conseguisse captar o fluxo das interações, a variabilidade da disponibilidade emocional e a subtiliza a comunicação afetiva verbal e não-verbal (e.g., gesto, numa expressão facial, o olhar, o movimento de mãos ou pernas). Após assegurados estes aspetos os investigadores afastavam-se para deixar a díade sozinha, enquanto usavam um cronómetro para registar os tempos de cada momento interativo.

Antes de iniciadas as filmagens, eram fornecidas as instruções "*Vou lhe pedir para interagir com o(a) seu/sua filho(a) como normalmente faz*". Dizer "interagir" em vez de

---

<sup>8</sup> A auto reflexibilidade parental foi efetuada com a entrevista semiestruturada baseada na *Parental Self-Reflectiveness Scale*, de Newberger (1977, 1980) e Newberger e Cook, (1983). Os resultados desta entrevista não são explorados no presente trabalho.

“brincar” amplia o que o adulto pode desejar fazer e abre igualmente a possibilidade de o adulto preferir não fazer nada com a criança. O objetivo é o de chegar mais próximo possível da vida real destas famílias. Por isso, o ideal é que se consiga ter acesso aos contextos naturais. Apresentam-se seguidamente, na Tabela 5, os diversos momentos da interação diádica.

Esta sequência de tarefas foi a mesma para todas as famílias para que o contexto de interação fosse uma constante para todas as famílias participantes. As únicas variações introduzidas prendiam-se com o tempo em cada etapa de interação e observação, que era maior ou menor de acordo com a idade de cada criança e com os materiais utilizados que também eram adaptados a cada fase do desenvolvimento da criança.

As transições entre os diferentes momentos são efetuadas pelo investigador, que se encontrando fora do “cenário” interativo diádico interrompe para mudar os materiais a utilizar em cada atividade. Nestes momentos de transição a câmara de vídeo era mantida a gravar constituindo-se também momentos de interação para serem cotados com as Escalas de Disponibilidade Emocional.

No âmbito da presente investigação, devido ao facto de as crianças serem adotadas, com uma maior probabilidade de apresentarem dificuldade em lidar com a separação dos pais, tal como sugerido pela autora da escala, a separação e a reunião eram aproveitados nos momentos em que aconteciam naturalmente nas horas da visita domiciliária (e.g., quando um dos pais ia à cozinha preparar a refeição, uma ida à casa de banho, atender um telefonema).

No total da recolha de dados reuniu-se 4800 minutos (i.e., 80 horas) de filme com interações diádicas entre mães-filhos adotivos e pais-filhos adotivos. Note-se que foram recolhidas 4950 minutos (i.e., 82 horas e 50 mn) de gravação de interações diádicas, contudo devido a uma avaria da câmara que não foi imediatamente identificada foram danificadas 3 sessões de interações completas que não foi possível substituir por uma questão de respeito para com a disponibilidade das famílias.

Tabela 5. Descrição dos diferentes momentos interativos diádicos filmados para a cotação com as Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE)

<b>Designação do momento interativo e respetivo tempo</b>	<b>Descrição dos momentos interativos diádicos</b>	<b>Exemplos de materiais disponibilizados</b>
<p><b>Disponibilidade de Física Limitada</b></p> <p>(3-5mn)</p>	<p>Momento em que o investigador reitera, com algum detalhe, os procedimentos da recolha de dados no decurso da visita domiciliária e questiona a mãe/o pai acerca de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos adicionais. Solicita para que seja assinado o consentimento informado.</p> <p>Neste momento é importante observar a capacidade do adulto para flexibilizar e implementar a atenção à criança gerindo as exigências simultâneas, ou seja, a sua disponibilidade emocional em relação à criança num contexto de restrição de disponibilidade física. Esta informação é muito útil para diversas dimensões (e.g., sensibilidade; envolvimento da criança...) e devido ao facto de comportamentos típicos da criança poderem ser despoletados (e.g., a criança exhibe comportamentos de envolvimento negativos?).</p>	<p>Documento explicativo dos objetivos da investigação, a explicitação detalhada dos procedimentos de recolha de dados e o consentimento informado.</p>
<p><b>Jogo ou Atividade Semi-Estruturada</b></p> <p>(5-10mn)</p>	<p>Momento em que são disponibilizados materiais com um determinado objetivo e que exigem, pelo menos alguma, orientação por parte do adulto no decurso da atividade.</p> <p>Nesta etapa podem ser despoletados diversos aspetos importantes a observar. Por exemplo, a quantidade e qualidade de orientação que o adulto fornece, existe equilíbrio entre a orientação fornecida por parte do adulto à criança e o fornecimento de espaço de exploração e autonomização da criança? O adulto é intrusivo? A criança revela dependência, autonomia ou um equilíbrio entre o envolvimento conjunto e a exploração autónoma? Existe diversidade variação, criatividade, divertimento ou aborrecimento, repetição e monotonia?</p>	<p>Jogos de encaixe ou Puzzles (adaptados à idade da criança).</p>
<p><b>Jogo ou atividade livre</b></p> <p>(5-15mn)</p>	<p>Momento em que são proporcionadas condições para que a criança se sinta motivada e ávida de explorar os materiais e construir jogo simbólico. São disponibilizados brinquedos apropriados à idade, excitantes, convidativos, capazes de despertar a fantasia e vontade de criar uma história, de despoletar prazer e diversão.</p> <p>Nesta etapa podem ser despoletados momentos de afeto genuíno e autêntico, e uma ampla diversidade de emoções positivas, relevantes na avaliação da sensibilidade do adulto. Também será possível observar a capacidade de resposta da criança ao adulto (e.g., o afeto da criança), bem como o envolvimento da criança com o adulto (e.g., a criança faz perguntas, convida o adulto para o seu mundo? Cria uma linha de história que partilha com o adulto?).</p>	<p>Brinquedos muito diversificados, vários pequenos bonecos com roupas para vestir e despir (e.g., príncipes e princesas) e diversos animais.</p>

<p><b><i>Limpeza</i></b> (5mn)</p>	<p>Momento em que o investigador interfere, fornecendo lenços de limpeza à mãe/ao pai e solicita para que os brinquedos sejam limpos e arrumados. Este é um momento que é previamente explicado aos pais que pretende provocar alguma surpresa, dúvida e frustração à criança para se observar como reage.</p> <p>Neste momento é importante observar de que forma o adulto pede à criança que siga as instruções solicitadas pelo investigador, mesmo que lhe possa até parecer “bizarro” ou “descabido” e aborrecido após o momento agradável. Também se observa a forma como a criança responde e acede aos pedidos da mãe/do pai, colaborando ativamente na limpeza e arrumação dos materiais.</p> <p>Este momento poderá despoletar diversos comportamentos interativos úteis para a cotação de diversas dimensões (e.g., estrutura, não-intrusividade, não-hostilidade, responsividade da criança).</p>	<p>Uma caixa de lenços húmidos para limpeza.</p>
<p><b><i>Frustração/Desafio</i></b> (6mn)</p>	<p>Momento de exploração de uma tarefa frustrante para a criança na medida em que a sua resolução é acima da sua capacidade atual, não a conseguindo resolver sozinha.</p> <p>Esta etapa é capaz de despoletar não só a frustração da criança, mas também comportamentos de intrusividade e hostilidade do adulto para lidar com a frustração da criança. A criação de um contexto de frustração poderá despoletar aspetos mais problemáticos como a dificuldade em gerir as emoções negativas (e.g., mostrar impaciência, revirar os olhos, suspirar, exhibir algum gesto mais brusco, elevar o tom de voz...).</p> <p>Como reage a criança? Colabora com o adulto? Tenta lidar de forma positiva com a frustração? A criança envolve o adulto de forma positiva na tarefa para obter ajuda ou começa a usar formas negativas para chamar a sua atenção, para obter ajuda ou para exprimir a sua frustração?</p>	<p>Quebra-cabeças (acima da capacidade atual da criança, mas apropriado a uma idade superior não muito afastada da capacidade da criança).</p>
<p><b><i>Contexto/Situação de Separação</i></b> (6 mn – muito variável em função da idade)</p>	<p>Momento em que naturalmente se separa a criança dos pais durante um curto espaço de tempo. O tempo da separação vai depender da idade da criança. Para um bebé, a separação deve ser muito breve (3 min, no máximo se a criança estiver de bom humor, se não estiver de bom humor interromper passados cerca de 20-30 segundos).</p> <p>Esta etapa é capaz de revelar a forma como a criança se autorregula na ausência dos adultos significativos. Este momento foi utilizado naturalmente, quando os pais se ausentavam de perto da criança sem ser solicitado.</p>	<p>Sem qualquer tipo de materiais necessários para além da câmara de filmar.</p>
<p><b><i>Contexto/Situação de Reunião/Reencontro</i></b> (3-5 mn)</p>	<p>Reencontro entre pais e o filho após o momento em que naturalmente se separa a criança dos pais durante um curto espaço de tempo.</p> <p>Esta situação irá fornecer informações adicionais sobre a não-hostilidade do adulto, especialmente se a separação foi mais longa. Três a cinco minutos permite que seja possível observar como se caracteriza o seu reencontro e como é feita a regulação do stress sentido durante a separação.</p>	<p>Não é necessário qualquer tipo de material para além da câmara de filmar.</p>

*b) Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação (TCH)*

No que concerne à recolha de dados relativa à tarefa de Complemento de Histórias de Vinculação, esta era realizada logo após os momentos de interação diádica mãe-filho(a) e pai-filho(a). A investigadora responsável por ficar com a criança mostrava-lhe uma mala que dizia ter brinquedos muito “giros” que só poderiam abrir “daqui a pouco”. Era perguntado à criança qual era o sítio onde ela preferia brincar com a investigadora. Geralmente as crianças escolhiam os seus quartos e iniciavam estes momentos a mostrar os seus brinquedos favoritos. Seguidamente, continuava-se a incrementar o suspense relacionado com “quais os brinquedos dentro da mala?”, colocando os materiais no chão, montando a câmara de vídeo e explicando à criança a situação de filmagem. Começava-se então por apresentar a família de bonecos à criança (i.e., pai, mãe, filho, “protagonista” e respetiva/o irmã/ão e a vizinha), solicitando-se-lhe para dar o nome a cada um dos bonecos criança, tal como à vizinha. Era pedida a ajuda da criança para montar o cenário de cada história e fornecia-se seguidamente as instruções gerais à criança (i.e., “*Vamos fazer umas histórias com a nossa família. Eu começo a contar e depois tu continuas, está bem?*”), incentivando-se a continuar a história de acordo com manual do instrumento (Bretherton et al., 1990).

É importante salientar que nas famílias adotivas participantes que tinham mais do que um filho adotivo, este procedimento era feito individualmente com cada criança, havendo duas investigadoras que o faziam, uma ficando com uma criança e a outra investigadora com a outra criança paralelamente, em diferentes divisões da casa.

No final da recolha de dados foram entregues aos pais três livros informativos acerca de temáticas relacionadas com o processo adotivo identificadas na literatura científica como sendo de elevada importância para os pais na fase pós adotiva. O livro “*Laços afetivos: a vinculação*” descreve, de forma clara e simples, o que são relações de vinculação, porque são importantes no desenvolvimento e como se constroem, também as principais “inquietações” das crianças, como se expressam, e de que forma os pais adotivos podem incrementar estratégias para a construção de laços afetivos e para uma “entrega” por parte da criança à sua família adotiva. O livro “*Comunicar na família adotiva: a revelação*” pretende sensibilizar os pais para a importância de comunicarem acerca da adoção e esclarecer que em diferentes faixas etárias existem diferentes necessidades comunicacionais acerca da adoção por parte da criança, sendo por isso, a revelação um processo gradual e continuado no tempo, parte integrante das diversas

etapas do ciclo de vida da família adotiva. São aqui descritos alguns princípios, estratégias e modelos de diálogo de partilha de informação dolorosa (e.g., aspetos específicos da história passada da criança) e algumas respostas para questões colocadas pelas crianças em diferentes fases do seu desenvolvimento. Por último, o livro “*Comportamentos das crianças adotadas: práticas educativas*” descreve as razões pelas quais as crianças adotadas apresentam comportamentos específicos na fase pós adoção e em contexto familiar adotivo. Estes livros foram realizados por Mendonça (2012), no âmbito do seu estágio curricular na equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil, do Centro Distrital de Segurança Social de Faro, com a orientação da autora do presente trabalho, e foram gentilmente cedidos pela autora para serem oferecidos às famílias adotivas participantes na presente investigação.

Nesta fase, foram devolvidos às investigadoras os questionários devidamente preenchidos. Não obstante o tempo passado em casa das famílias, os pais receberam a equipa com disponibilidade, agrado e simpatia, partilhando abertamente as suas experiências relativas ao processo adotivo. A reação das crianças foi sempre muito positiva, mesmo aquelas que inicialmente se mostravam algo “desconfiadas” com a presença de estranhos. No final da visita a grande maioria das crianças participantes pediam ao(s) investigador(es), principalmente ao que tinha estado na recolha de dados com a criança, para dormir na casa dele ou para ir lá num outro dia brincar. O que realça a tónica lúdica e prazerosa que se tentou imprimir na interação com as crianças.

Salienta-se que a opção de se recolher um conjunto extenso de dados junto das famílias se deveu ao facto de se pretender aprofundar diversas questões relativamente ao processo adotivo e esta ser uma população dificilmente acessível, o que dificultaria também o acesso em diferentes momentos no tempo. A exaustividade dos dados a recolher foi algo partilhado com a família desde o primeiro contacto, no telefonema que a autora do trabalho efetuou com cada família. Algumas famílias optaram por não responder a todos os questionários.

### ***3.3.6 Aspetos e princípios éticos e deontológicos***

No que diz respeito aos aspetos e princípios éticos e deontológicos importa realçar que nos diversos momentos da conceção da presente investigação foram considerados os princípios constantes no Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses (i.e., Regulamento n.º 258/2011).

Na conceção do desenho de investigação inicial foi considerada a avaliação dos potenciais riscos para os participantes (i.e., ao nível da saúde, bem-estar, valores ou dignidade), tentando eliminá-los (ver Regulamento n.º 258/2011, p. 17935, princípio 7.2).

Seguidamente foi contactada a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) no sentido de ser solicitada autorização para a recolha de dados.

Foi duplamente respeitado o princípio da participação voluntária, na medida em que as famílias adotivas foram questionadas duas vezes, em diferentes momentos, acerca da sua vontade em participar na presente investigação (ver Regulamento n.º 258/2011, p. 17935, princípio 7.3). Tal como previamente descrito, as famílias adotivas da região do Algarve foram contactadas uma primeira vez pela equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil da Segurança Social de Faro e questionadas acerca da sua vontade em participar no estudo. Apenas os dados e contactos das famílias que concordaram em participar na investigação foram partilhados com a autora do presente trabalho. Estas famílias foram contactadas e questionadas uma segunda vez acerca da vontade para colaborarem na presente investigação. Algumas das famílias que concordaram em participar nestes dois momentos desistiram da sua participação em momentos posteriores.

A participação das famílias adotivas que representam a amostra da presente investigação constituiu uma participação informada (ver Regulamento n.º 258/2011, p. 17935, princípio 7.4) na medida em que foram disponibilizadas diversas informações acerca da investigação (i.e., objetivo geral, objetivos específicos, instrumentos e procedimentos de recolha de dados) em quatro momentos diferentes: (1) no primeiro contacto por parte da equipa da Segurança Social de Faro; (2) no contacto telefónico da autora do trabalho a cada família; (3) na carta que seguia com os documentos enviados pelo correio a cada família participante, e (4) na visita domiciliária. Adicionalmente foram fornecidos contactos de dois elementos da equipa que se disponibilizaram a fornecer qualquer esclarecimento adicional em qualquer momento da investigação.

O princípio do anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos foi respeitado (ver Regulamento nº 258/2011, p. 17936, princípio 7.6), tendo sido uma questão abertamente discutida com a equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil da Segurança Social, que em todos os momentos do processo foi um exemplo de ética a este respeito. Esta responsabilidade foi igualmente transmitida e incentivada (ver Regulamento nº 258/2011, p. 17936, princípio 7.14), junto dos investigadores que colaboraram com a autora deste trabalho na recolha de dados da presente investigação que cumpriram com seriedade, responsabilidade e rigor todas as regras estabelecidas a este respeito.

Adicionalmente, salienta-se que se cumpriu igualmente o princípio do esclarecimento pós-investigação, (ver Regulamento nº 258/2011, p. 17936, princípio 7.8), uma vez que os participantes foram questionados por escrito acerca da vontade em receber todas as informações relativas à divulgação científica dos resultados da presente investigação, tendo-lhes sido solicitado o endereço (e.g., de email) no caso de manifestado o interesse. Trabalhos científicos já defendidos publicamente e apresentados em encontros internacionais de divulgação científica foram já partilhados com as famílias participantes na presente investigação.

## 4. Estudo 1: Percepções parentais acerca do processo adotivo

### 4.1. Introdução

As famílias adotivas e as não adotivas têm diversas semelhanças no que diz respeito às características intra-individuais de cada um dos seus membros, às características interindividuais ou relacionais e relativamente às tarefas desenvolvimentais normativas subjacentes ao ciclo vital familiar. Contudo, existe um vasto conjunto de especificidades relativas ao processo adotivo (Brodzinsky et al., Palacios, 1998, 2004) e às vivências, externas e internas, das famílias adotivas (ver Capítulo I, Adoção e processo adotivo).

Entre os diversos aspetos específicos das famílias adotivas alguns assumem uma especial relevância pelo seu potencial impacto na família, sendo eles:

- (1) A infertilidade e todo o processo pessoal, relacional, médico e social subjacente e que faz parte da realidade de uma elevada percentagem de famílias adotivas;
- (2) O processo de tomada de decisão de adoção e as suas implicações internas, relacionais e sociais;
- (3) A avaliação formal da família adotiva, com o intuito de selecionar apenas os candidatos que reúnem as condições adequadas para uma boa parentalidade e as implicações pessoais e relacionais do processo formal;
- (4) O tempo de espera pela criança, como uma “gravidez” abstrata sem tempo previsto e sem tonturas, enjoos, pontapés, ecografias, alterações físicas, emocionais e psicológicas, e sem as amabilidades sociais confirmatórias da sua concretização;
- (5) A transição para a família adotiva (Brodzinsky et al., 1995) ou a reconfiguração repentina da família aquando a chegada da criança e o desenvolvimento do sentimento de pertença (Palacios, 2004);
- (6) A percepção de si próprias como famílias semelhantes e/ou diferentes das famílias não adotivas (Palacios, 2004) e a forma como lidam com essa percepção de semelhança *versus* diferença;
- (7) As crenças e atitudes relativas ao processo de revelação (Brodzinsky et al., 1995; Palacios, 2004) no decurso da vida familiar (Brodzinsky et al., 1995) e as suas implicações pessoais e relacionais.

Os diversos elementos da família adotiva, em cada etapa do ciclo de vida, têm de enfrentar temáticas ou aspetos específicos relacionados com o processo adotivo que

interagem e complexificam a experiencição e a resolução das tarefas normativas da vida familiar de todas as famílias (Brodzinsky et al., 1995).

Desta forma, parece assumir-se como de elevado interesse explorar algumas das especificidades do processo psicossocial da adoção, nas suas diferentes etapas, e a forma como podem ser experienciadas pelas famílias adotivas na perspetiva das próprias famílias adotivas, conhecendo as opiniões diferenciais de cada adotante, as mães e os pais adotivos.

## 4.2. Objetivos

No presente estudo pretende-se caracterizar a perspetiva das mães e dos pais adotivos acerca das diversas etapas do processo de adoção (i.e., motivos e processo de tomada de decisão; o processo formal; o tempo de espera no processo de adoção; a chegada da criança<sup>9</sup>; adaptação e desenvolvimento da criança; a criança adotada na família; a revelação; o futuro e a avaliação global). Pretende-se igualmente examinar as diferenças existentes entre a perspetiva parental das mães e dos pais adotivos.

Mais especificamente, o primeiro objetivo específico da presente investigação consiste em examinar os **motivos e o processo de tomada de decisão de adotar** por parte dos adultos que adotaram na região do Algarve. Entre os motivos subjacentes à decisão de adotar, devido à elevada incidência de situações de infertilidade entre os candidatos à adoção ou pais adotivos relatados em estudos prévios (e.g., Palacios et al., 1996), optou-se por caracterizar a situação de infertilidade e por determinar os tratamentos para tentar engravidar que as famílias adotivas tinham realizado, estavam atualmente a realizar e pensavam realizar no futuro. Adicionalmente, também se pretende conhecer as emoções experienciadas pelos pais adotivos durante os tratamentos que efetuaram na tentativa de engravidar. Por fim, pretende-se examinar quem tomou a iniciativa de adotar.

O segundo objetivo específico da presente investigação consiste em averiguar como foi experienciado o **tempo de espera**, quanto foi o tempo de espera pela criança a adotar, algumas das experiências dos pais adotivos no decurso desta etapa, nomeadamente a

---

<sup>9</sup> No contexto da adoção, para simplificar a leitura do texto sempre que se escreve crianças refere-se a crianças ou jovens.

frequência e qualidade da comunicação entre o casal acerca da adoção e os aspetos subjacentes à ansiedade e receios sentidos pelos candidatos.

O terceiro objetivo específico da presente investigação compreende examinar como decorreu a fase da “**chegada da criança**” à vida dos pais adotivos, ou seja, o encontro entre pais e filhos. Neste sentido, pretende-se caracterizar a percepção parental acerca: (1) das informações fornecidas na apresentação da proposta da criança a adotar; (2) da discrepância entre a criança adotada e a criança imaginada ou desejada; (3) da evolução da criança desde a sua chegada e das características da criança no momento da chegada à família, e (4) da dificuldade/facilidade do papel de mãe/pai adotiva(o).

O quarto objetivo específico da presente investigação consiste em averiguar as percepções parentais acerca da forma decorreu a **adaptação e o desenvolvimento da criança/família**. Mais especificamente, pretende-se determinar a percepção parental acerca: (1) da adaptação da criança à família adotiva; (2) das alterações verificadas na criança e na família num curto espaço de tempo pós-adoção; (3) da qualidade da comunicação conjugal perante os problemas com o filho; (4) da necessidade de repensar a continuidade da relação com a criança nos momentos mais difíceis; (5) do estado atual do filho; (6) da sua satisfação com as características do filho, e ainda (7) das múltiplas fontes de influência no comportamento do filho.

O quinto objetivo específico do presente estudo reside em examinar as percepções parentais acerca das **mudanças na família desde a chegada da criança** e acerca da **forma como a família tem construído a sua identidade como família adotiva**, comparativamente às famílias não adotivas. Mais especificamente, pretende-se analisar a percepção parental acerca: (1) da intensidade das mudanças na vida após a chegada do filho; (2) da facilidade/dificuldade e felicidade da vida familiar como consequências da adoção; (3) do nível e tempo de integração do filho na família; (4) das especificidades da sua família quando comparada com as famílias convencionais não adotivas; (5) da interpretação parental “adotiva” dos comportamentos do filho; (6) da criança adotada ser considerada pelas pessoas do meio envolvente (i.e., familiares, amigos e vizinhos) como membro da família; (7) dos elementos importantes na comunicação próxima com o filho; (8) dos recursos utilizados pelo filho perante os problemas; (9) da satisfação parental na comunicação com o filho; (10) do comportamento afetivo do filho com as pessoas significativas; (11) do surgimento do tema da adoção perante um problema de disciplina

ou conflito, e, por fim, (12) das ameaças de devolução da criança à família ou instituição de origem.

O sexto objetivo específico do presente estudo pretende analisar a **revelação**, ou seja, **processo de partilha de informação e de comunicação entre os pais adotivos e os filhos sobre a sua condição de adotados e a sua história prévia à adoção**. Mais especificamente pretende-se investigar: (1) o estado atual da revelação nas famílias adotivas; (2) as percepções parentais da informação específica a ser partilhada com o filho acerca do seu passado pré-adotivo; (3) quem foi a primeira pessoa a iniciar o processo de revelação e como foi a tomada de iniciativa; (4) a idade de início do processo de revelação; (5) se existiu uma preparação prévia para o processo de revelação e quais foram as sugestões formais fornecidas; (6) as percepções parentais acerca do ambiente e as suas avaliações do processo de revelação; (7) as percepções parentais sobre as atitudes do filho no processo de revelação; (8) as ideias parentais acerca da revelação; (9) o grau de dificuldade parental no processo de revelação; (10) as preferências parentais relativas às ideias dos filhos acerca dos pais biológicos; (11) as percepções parentais acerca do interesse de crianças e jovens adotados em relação à vida prévia à adoção; (12) as percepções parentais acerca do impacto social da adoção, e, por fim, (13) as percepções parentais acerca da importância da preparação da criança adotada para enfrentar situações sociais.

O sétimo objetivo específico do presente estudo pretende analisar a forma como os pais adotivos **avaliam o impacto da adoção na vida familiar e perspetivam o seu futuro familiar** no que se refere ao processo de adoção. Especificamente, pretende-se analisar a: (1) preocupação futura dos pais em relação ao filho pelo facto de ser adotado; (2) satisfação com a vida familiar e o impacto da adoção, e (3) intenção de consultarem um profissional e/ou serviço especializado em adoção.

## 4.3 Método

### 4.3.1 Participantes

A amostra de conveniência é constituída por 113 Pais<sup>10</sup> (i.e., mães e pais;  $M_{idade} = 42.97$  anos,  $DP = 5.59$ ) sendo 59 mães ( $M_{idade} = 42.59$  anos,  $DP = 5.83$ ; min = 32; max = 56) e 54 pais ( $M_{idade} = 43.39$  anos,  $DP = 5.35$ ; min = 33; max = 58) (ver Parte II - Método, para uma descrição completa da amostra).

### 4.3.2 Instrumentos

As mães e os pais adotivos responderam aos *Questionários de Opinião Parental do Processo Adotivo* (QOPPA). Foram utilizados 3 questionários, dois deles para serem respondidos pelos Pais em famílias biparentais (i.e., a versão individual – QOPPA-VB e a versão de casal – QOPPA-VC) e outro foi utilizado em famílias monoparentais (i.e., QOPPA-VM). Os três questionários foram concebidos tendo como base a tradução e adaptação da *Entrevista sobre el Proceso de Adopción* (EPA) (Palacios, Sánchez-Espinosa, & Sánchez-Sandoval, 1995), que pretende aceder à percepção parental da experiência do processo de adoção, considerando os aspetos específicos das suas diferentes etapas (ver descrição completa dos instrumentos na Parte II - Método).

### 4.3.3 Procedimento

#### 4.3.3.1 Procedimento de recolha de dados

Após o contacto telefónico e a confirmação da intenção de participação na investigação por parte das famílias, receberam pelo correio uma encomenda com diversos documentos. Os documentos constantes encontravam-se organizados da seguinte forma, primeiro uma carta de apresentação da investigação, com toda a informação já relatada telefonicamente às famílias, a identificação de todos os elementos da equipa de investigação<sup>11</sup> e os contactos de dois dos investigadores, um documento explicativo de

---

<sup>10</sup> No presente estudo, “Pais” refere-se à mãe e ao pai adotivos, conjuntamente considerados, e “pai” para designar o pai adotivo (i.e., o homem).

<sup>11</sup> A presente investigação contou com a colaboração de uma equipa constituída pela autora da investigação, a orientadora e a coorientadora do trabalho e duas licenciadas em Psicologia da Educação e mestradas, que realizavam as suas teses de mestrado utilizando uma parte dos dados recolhidos, que participaram na recolha de dados com a autora.

como preencher os questionários, uma carta de consentimento informado, com a explicação detalhada de procedimentos e princípios relativos ao anonimato e confidencialidade dos dados e duas pastas, uma amarela, com uma etiqueta escrita com a palavra “Mãe”, destinada à mãe adotiva e uma pasta azul destinada ao pai adotivo, com uma etiqueta onde se encontrava escrito “Pai”, no caso das famílias biparentais. Em cada uma destas pastas encontrava-se um conjunto de questionários de autopreenchimento para serem respondidos individualmente por cada participante. No caso das participações parciais, na encomenda, seguia também um envelope já preenchido com os selos do correio para que uma vez preenchidos os pais pudessem devolver os questionários via correio sem qualquer encargo para a família. Nas famílias que participaram integralmente no estudo, os questionários eram devolvidos no decurso da visita domiciliária efetuada para recolha de dados relativos a outros instrumentos e procedimentos.

## **4.4 Resultados**

A apresentação dos resultados segue a sequência das questões contempladas no QOPPA-VB. O número total de participantes (i.e., N) e o número de participantes por condição considerada (i.e., n) podem variar de questão para questão uma vez que alguns participantes optaram por não responder a todas as questões. Optou-se por não substituir os valores omissos no sentido de respeitar, tanto quanto possível, as características particulares desta amostra.

### ***4.4.1 Motivos e processo de tomada de decisão***

#### ***4.4.1.1 A infertilidade na vida dos pais adotivos***

Tal como já foi referido no capítulo do Método, do presente trabalho, a infertilidade como motivo subjacente à decisão de adotar foi referida por 66.1% dos Pais adotivos. Mais especificamente, dos 59 casais/113 participantes que reponderam a esta questão, 11 (18.6%) decidiu adotar por “infertilidade do casal”, 10 (16.9%) por “infertilidade masculina”, 8 (13.6%) por “infertilidade feminina”, 8 (13.6%), por “causa desconhecida”, 7 (11.9%) por “desejo de adotar”, 2 (3.4%) devido a “menopausa precoce” e 13 (22%) casais não reportaram problemas de infertilidade.

Considerando o *Tempo diagnostico infertilidade*, a infertilidade foi diagnosticada em média há 16.77 meses ( $DP = 31.50$  meses; min = 0; max = 180). Contudo é de salientar a ampla variabilidade de tempo entre os diferentes casais.

No que se refere ao *Tratamento*, 24 casais (i.e., 40.7%) já realizaram algum tratamento para o problema de infertilidade, 15 (i.e., 25.4%) referem não ter realizado e 20 (33.9%) casais não responderam. Quanto ao *número de tratamentos* realizados, os casais que responderam ( $n = 22$ ) indicaram 3.64 tratamentos em média ( $DP = 3.5$ ; min = 0; max = 14). Considerando os *Tipos de tratamentos*, dos 21 casais que responderam, 10 (47.6%) fizeram mais de um tipo de tratamentos (e.g., medicamentos, fertilização, IUI), 8 (38.1%) fertilização *in vitro* e 3 (14.3%) medicamentos. Salientando-se que uma grande percentagem dos casais se sujeitou a mais do que um tratamento de fertilidade na tentativa de engravidar.

Quando questionados acerca do tempo em que tentaram engravidar antes de procurar apoio médico os casais ( $n = 36$ ) responderam em média durante 27.83 meses ( $DP = 29.02$ ; min = 0; max = 120), portanto mais do que 2 anos.

Considerando o momento presente e o futuro, quando questionados se atualmente estavam a realizar algum tratamento para tentar engravidar os casais ( $N = 42$ ) responderam na totalidade (100%) que não e 40 (95.2%) respondem que não pensam realizar no futuro algum tratamento contra 2 (4.8%) que pensam que sim.

Quando questionados acerca da tentativa para engravidar após iniciado o processo adotivo, entre os casais que reponderam ( $N = 48$ ), a maioria (i.e., 28 casais, ou seja, 58.2%) referiu que não, 17 (35.4%) que continuaram, mas que não conseguiram, e 3 (6.3%) que continuaram e que conseguiram.

#### ***4.4.1.2 As emoções sentidas no âmbito do processo de tratamento(s) de (in)fertilidade na tentativa de ter um filho biológico***

Os resultados descritivos (i.e., medidas de tendência central, de dispersão e de distribuição de cada item) relativos às características das emoções sentidas pelos Pais adotivos (i.e., mães e pais) no processo de tratamento(s) de (in)fertilidade (ver Tabela 6) permitem constatar que as emoções mais frequentemente sentidas pelos Pais são a *Esperança* e a *Ansiedade*, seguidas pela *Tristeza* e o *Cansaço*, também indicadas, em

média, como sentidas entre o “Às vezes” e o “Muitas Vezes”. As emoções menos sentidas são a Raiva e a Inferioridade.

Os valores médios apresentados variam bastante entre diferentes emoções o que revela que existe um conjunto de emoções que parece refletir as reações que os Pais adotivos reconhecem como as experienciadas face aos tratamentos de infertilidade, e um outro conjunto de emoções infrequentemente sentido.

Os resultados médios obtidos (ver Tabela 6) foram examinados utilizando um teste *t* de uma amostra (i.e., *one single t-test*) em relação ao ponto médio da escala de resposta de Tipo Likert (i.e., 2.5). O teste foi complementado por um procedimento *bootstrap*, uma vez que este método permite atribuir medidas de precisão (e.g., estimação do viés, intervalos de confiança) às estimativas de parâmetros estatísticos permitindo, desta forma, um melhor diagnóstico dos resultados. Tal como é possível verificar na Tabela 6 para todas as emoções, as médias obtidas são significativamente diferentes do ponto médio da escala (i.e., 2.5). A pontuação média dos participantes é significativamente superior a 2.5, numa escala de 1 a 5, para as emoções *Frustração* ( $M = 2.98$ ), *Ansiedade* ( $M = 3.58$ ), *Angústia* ( $M = 2.87$ ), *Tristeza* ( $M = 3.31$ ), *Cansaço* ( $M = 3.25$ ) e *Esperança* ( $M = 3.83$ ). Inversamente, a pontuação média dos pais adotivos é inferior a 2.5, numa escala de 1 a 5, para as emoções de *Raiva* ( $M = 1.73$ ), de *Desespero* ( $M = 2.13$ ), de *Inferioridade* ( $M = 1.98$ ) e de *Revolta* ( $M = 2.21$ ).

O desvio-padrão em alguns itens sendo superiores à unidade revela alguma dispersão de opiniões parentais quanto às emoções sentidas.

No que se refere aos resultados dos coeficientes de assimetria e de curtose para a grande maioria das emoções permanecem no limiar inferior à unidade, que permite considerar a distribuição como próxima da normal, de acordo com critérios considerados mais conservadores (Almeida & Freire, 2008; Marôco, 2011). Contudo diversos autores recomendam como indicador limite, para ser considerado desvio sério à normalidade, uma amplitude bem maior, como Curran, West e Finch (1996), que defendem os valores superiores a 2 para a assimetria e a 7 para a curtose, ou como Kline (2011), com resultados superiores a 3 para a assimetria e a 10 para a curtose. De acordo com estes critérios, é possível afirmar que os resultados apurados parecem traduzir apenas desvios ténues ou negligenciáveis em relação à distribuição normal considerada ideal.

Importa ainda realçar que estas questões apenas foram respondidas pelos participantes que passaram por um processo de infertilidade e de tratamentos, na tentativa de engravidar, antes e/ou durante e/ou após a adoção.

Tabela 6. Resultados descritivos das emoções sentidas pelos pais adotivos face aos tratamentos de (in) fertilidade

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>A</i>	<i>C</i>	Viés	BCa 95% de Intervalo de Confiança		
						Erro Padrão	Inferior	Superior
Raiva	1.73***	.91	1.12	.40	.002	.123	-.981	-.538
Frustração	2.98**	1.11	-.40	-.68	-.007	.153	.212	.750
Ansiedade	3.58***	.99	-.59	.15	.000	.135	.808	1.327
Angústia	2.87**	1.13	-.03	-.77	.005	.154	.069	.654
Desespero	2.13*	1.08	.55	-.97	.003	.152	-.639	-.077
Inferioridade	1.98**	1.12	.67	-1.06	-.006	.160	-.788	-.250
Esperança	3.83***	.85	-.54	.90	.002	.121	1.115	1.538
Revolta	2.21*	1.03	.71	-.15	-.003	.145	-.558	-.019
Tristeza	3.31***	.94	-.37	.13	.000	.129	.538	1.038
Cansaço	3.25***	.94	-.82	.07	-.002	.131	.500	.981

Notas. *M* = Média, *DP* = Desvio-padrão; *A* = Assimetria; *C* = Curtose.

*N* = 52. As médias são significativamente diferentes do ponto médio da escala (i.e., 2.5) a \*  $p < .05$ , \*\*  $p < .01$ , \*\*\*  $p < .001$ . Os resultados da autoinicialização são baseados em 1000 amostras *bootstrap*. BCa = corrigido e acelerado por viés; Os BCa 95% de Intervalo de Confiança que não contem o valor “0” indicam que a média é diferente do ponto médio a 95%. Quando menor o valor do viés, maior a tendência para os valores estimados se encontrarem dentro dos valores reais.

Considerando as dez emoções sentidas pelos pais adotivos pretende-se aferir se existem diferenças estatisticamente significativas, com significado prático, entre os resultados médios apurados em função do seu género (i.e., mães e pais). Foi utilizado o teste *t* e utilizado o procedimento *bootstrap* como complemento da análise (ver Tabela 7).

Tal como é possível verificar na Tabela 7, os resultados obtidos através do teste *t* de diferenças de médias indicam a existência de diferenças estatisticamente significativas em relação à *Ansiedade* e ao *Cansaço*, indicando que as mães adotivas sentem, em média, mais frequentemente estas emoções quando comparadas com os pais adotivos.

*Tabela 7. Emoções sentidas face aos tratamentos de (in) fertilidade em função do género (mãe adotivas e pais adotivos)*

	Mãe Adotiva					Pai Adotivo				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>A</i>	<i>C</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>A</i>	<i>C</i>
Raiva	1.74	0.93	31	1.09	0.32	1.64	.86	25	1.23	0.86
Frustração	3.17	1.11	30	-.51	-0.50	2.77	1.03	26	-0.44	-0.83
Ansiedade	3.94 <sup>a</sup>	0.77	31	-.35	-0.06	3.08 <sup>a</sup>	1.01	26	-0.41	-0.34
Angústia	3.03	1.08	31	.10	-0.49	2.63	1.13	24	-0.14	-1.36
Desespero	2.23	1.11	31	.28	-1.30	1.92	1.01	24	0.98	0.05
Inferioridade	2.10	1.19	31	.43	-1.46	1.76	1.01	25	1.05	-0.11
Esperança	3.74	0.85	31	-.82	2.17	3.88	0.85	24	-.21	-0.61
Revolta	2.39	1.11	31	.53	-0.50	1.96	0.88	25	0.85	0.43
Tristeza	3.52	0.81	31	-.85	2.01	3.04	0.99	24	0.19	-0.14
Cansaço	3.65 <sup>b</sup>	0.66	31	-.94	0.88	2.92 <sup>b</sup>	1.11	25	-0.22	-0.83

*Notas.* *M* = Média, *DP* = Desvio-padrão; *A* = Assimetria; *C* = Curtose. As médias entre as mães e os pais estão significativamente diferentes a  $p = .002$  para <sup>a</sup>, e a  $p < .001$  para <sup>b</sup>

#### **4.4.1.3 A tomada de decisão de adotar uma criança**

Quanto à tomada de decisão de adotar salienta-se que das 52 famílias, que responderam a esta questão, 26 (50%) indicam que foram ambos, em conjunto, que tomaram a iniciativa quanto à possibilidade de adotar, 22 (42.3%) referem que foi a mulher, 3 (5.8%) que foi o marido e 1 (1.9%) que foram os Pais e os irmãos.

#### **4.4.2. Tempo de espera no processo de adoção**

Seguidamente explanam-se os resultados obtidos para as respostas dos participantes às questões acerca das experiências dos Pais adotivos no decurso do tempo de espera pela criança a adotar, acerca das suas preocupações e das características da comunicação entre o casal.

O tempo de espera desde o início do processo de adoção foi, em média, de 27.58 meses ( $DP = 15.84$ ; min = 2; max = 60;  $N = 54$  famílias), ou seja, uma média superior a 2 anos, com o máximo de 5 anos de tempo de espera.

#### **4.4.2.1 Comunicação do casal acerca da adoção no decurso do tempo de espera**

No que se refere à *frequência da comunicação no casal acerca da adoção*, os Pais (i.e., mães e pais adotivos) reportam uma apreciação moderada superior da frequência de comunicação (numa escala de 1 a 5) entre eles ( $M = 3.72$ ,  $DP = .71$ ), significativamente superior ao ponto médio da escala (i.e., 2.5),  $t(102) = 17.51$ ,  $p < .001$ . Os resultados obtidos através do teste  $t$  permitiram apurar que as diferenças obtidas entre a percepções das mães adotivas ( $M = 3.72$ ,  $DP = .71$ ;  $n = 54$ ) e a dos pais adotivos ( $M = 3.71$ ,  $DP = .70$ ;  $n = 49$ ) no que se refere à frequência da comunicação entre o casal, não foram estatisticamente significativas,  $t(101) = .057$ ,  $p = .95$ .

A apreciação dos pais quanto à *qualidade da comunicação conjugal* durante o tempo de espera foi moderada/elevada, numa escala de 1 a 5 ( $M = 4.06$ ,  $DP = .81$ ), significativamente superior ao ponto médio da escala (i.e., 2.5),  $t(103) = 19.60$   $p < .001$ . As diferenças entre as percepções das mães adotivas ( $M = 3.72$ ,  $DP = .71$ ;  $n = 54$ ) e as dos pais adotivos ( $M = 3.71$ ,  $DP = .70$ ;  $n = 49$ ), quanto à qualidade da comunicação conjugal não são estatisticamente significativas  $t(101) = .057$ ,  $p = .95$ .

#### **4.4.2.2. Ansiedade e receios do casal, acerca da adoção, durante o tempo de espera**

Os resultados relativos à *ansiedade e receio que os Pais sentiram durante o tempo de espera relativamente a diferentes aspetos do processo adotivo* foram explorados através de uma análise fatorial exploratória (AFE) que foi utilizada para determinar a organização dos 17 itens que medem a ansiedade/receio. Foram extraídos cinco fatores com valores próprios iniciais (*Eigenvalues*) superiores a 1. A análise desta solução com 5 fatores revelou-se não viável por duas principais razões: (1) a elevada heterogeneidade de conteúdo intrafatores, e (2) os resultados inferiores ao recomendável no que se refere ao Coeficiente *alfa de Cronbach* para diversos fatores, revelando uma reduzida consistência interna.

A análise do *screeplot* indicou uma solução potencial de 3 fatores. Desta forma, foi realizada uma análise de componentes principais (ACP) com 3 fatores. A adequação da análise de componentes principais à matriz da *ansiedade e receio sentidos pelos Pais no tempo de espera* foi assegurada pelo nível de significância do teste de esfericidade de

Bartlett ( $X^2(136) = 707.05, p < .001$ ) e pelos indicadores de Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem ( $KMO = .75$ ), permitindo a prossecução da análise fatorial.

A solução de três fatores explica 53.14% da variância explicada. Contudo, os itens 1 e 4 tinham “pesos” (i.e., *loadings*) em dois fatores, sendo, conseqüentemente, retirados da solução (ver Field, 2009). Foi novamente realizada uma análise em componentes principais (ACP) com 3 fatores com 15 itens. Os indicadores dos testes de Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem ( $KMO = .72$ ) e de esfericidade de Bartlett ( $\chi^2(105) = 622.79, p < .001$ ) indicaram que os dados eram adequados para a ACP. A solução explica 55.78% da variância explicada (ver Tabela 8). O fator 1 representa 20.80% da variância explicada e agrupa os itens que se relacionam com as características, os comportamentos, as dificuldades e/ou problemas da criança adotada, considerando também as suas influências genéticas, as possíveis dificuldades de adaptação à família adotiva e ainda o receio de que os pais biológicos procurem e/ou tentem recuperar a criança e foi designado: “*Características da criança adotada, vínculo biológico e adaptação*”. O fator 2 representa 20.73% da variância explicada e agrupa os itens associados com a aceitação social, as reações e aceitação dos outros e dos próprios pais à adoção e à criança adotada, e foi designado: “*Impacto Social da adoção e aceitação da criança*”. O fator 3 representa 14.24% da variância explicada e agrupa os itens que se referem à comunicação com a criança adotada acerca da sua história de vida e a tentativa por parte desta de procurar a família biológica e foi designado: “*Revelação e restabelecimento de vínculos biológicos*”.

No que se refere à opção da análise efetuada, o tamanho adequado da amostra para fazer uma análise fatorial permanece em debate na comunidade científica (ver Costello & Osborne, 2005). Diversas regras têm sido propostas neste sentido, nomeadamente (a) o número absoluto de participantes; (b) o rácio participante-variáveis em estudo, ou (c) a importância das comunalidades (i.e., *communalities*) e dos fatores *loadings* na solução, entre outros (ver Costello & Osborne, 2005; Field, 2009; Hogarty, Hines, Kromrey, Ferron, & Mumford, 2005). Desta forma, a validade de uma solução já não é considerada simplesmente em função do tamanho da amostra, mas na ponderação de um conjunto de critérios que permite avaliar a força dos dados (Costello & Osborne, 2005). A solução composta pelos três fatores (i.e., Fator 1. “*Características da criança adotada, vínculo biológico e adaptação*”, Fator 2. “*Impacto Social da adoção e aceitação da criança*” e Fator 3. *Revelação e restabelecimento de vínculos biológicos*) pode ser perspectivada

como adequada uma vez que: (1) respeita a norma de 100 participantes como número mínimo (Gorsuch, 1983; Kline, 1979), (2) respeita o critério do rácio de 10 participantes por variável (Nunnally, 1978); (3) respeita a regra da significância (i.e., ter 51 participantes a mais do que o número de variáveis em análise (Lawley & Maxwell, 1971); (4) cada fator tem pelo menos três itens com um fator *loading* superior a .60; (5) existem 33.33% das comunalidades que se encontram entre .50 e .60 e 33.33% entre .61 e .80; (6) nenhum item tem um “*crossloading*” superior a .32 (Tabachnick & Fidell, 2001) e, por fim, (6) o teste KMO apresenta resultados superiores a .60 (Field, 2009).

Uma vez que os *alfas de Cronbach* obtidos foram superiores ao recomendado (ver Tabela 8), foram analisadas as medidas de tendência central, de dispersão e de distribuição de cada fator com o intuito de se levar a cabo uma análise descritiva dos fatores subjacentes à *ansiedade e receio dos Pais no tempo de espera* (Tabela 9). Foram igualmente analisados os coeficientes de correlação entre os diferentes fatores cujos resultados revelam correlações moderadas e estatisticamente significativas ( $.21 < r < .41$ ) indicando simultaneamente a coerência interna da escala e a medição de diferentes conceitos em cada fator considerado.

Os resultados de assimetria e curtose são na sua grande maioria inferiores à unidade, sendo considerada, desta forma, como uma distribuição próxima do normal, de acordo com os critérios mais conservadores (Almeida & Freire, 2008; Marôco, 2011). Não obstante os valores de assimetria e de curtose relativos ao Fator 2 serem superiores à unidade, cumprem os critérios de Curran et al. (1996)<sup>12</sup> e de Kline (2011)<sup>13</sup>. Desta forma, é possível afirmar que existem apenas desvios ténues ou negligenciáveis em relação à distribuição normal considerada ideal.

Considerando a média de cada um dos fatores é possível constatar que os 3 fatores apresentam resultados reduzidos (i.e., valores médios próximos de 1 e de 2 numa escala de 1 a 5; ver Tabela 9). Estes resultados parecem revelar que os pais adotivos percecionam ter sentido “Nenhuns” ou “Quase nenhuns” ansiedade e receios relativamente aos aspetos mencionados. Contudo, entre os 3 fatores considerados, os pais parecem revelar maiores receios (i.e., entre “Quase nenhuns” e “*Alguns*”) quanto às características, os comportamentos, as dificuldades e/ou problemas da criança adotada, as suas influências genéticas, as possíveis dificuldades de adaptação à família adotiva e ainda o receio de que

---

<sup>12</sup> Curran et al. (1996) recomendam valores superiores a 2 para a assimetria e a 7 para a curtose.

<sup>13</sup> Kline (2011) recomenda valores superiores a 3 para a assimetria e a 10 para a curtose.

os pais biológicos procurem e/ou tentem recuperar a criança. Os aspetos relacionados com o *Impacto Social da adoção e aceitação da criança*, ou sejam a aceitação social, as reações e aceitação dos outros e dos próprios pais à adoção e à criança adotada são os que parecem não fazer parte do reportório de *ansiedade e receios* dos pais adotivos no tempo de espera.

Tabela 8. Análise de componentes principais da *ansiedade e receios* dos pais no tempo de espera com Rotação Varimax

	Componentes		
	F1 Características Criança	F2 Impacto Social Adoção	F3 Revelação
Como será a criança?	.584		
Não existir empatia/afinidade/química no primeiro encontro com a criança a adotar.	.628		
Após a adoção a criança manifestar alguma doença ou problema.	.692		
Existir alguma tentativa da família biológica para encontrar a criança.	.665		
Contar à criança que é adotada.			.683
Algum dia a criança/jovem querer conhecer a família biológica.			.797
Perguntas da(o) criança/jovem acerca da família biológica.			.911
Impacto social no momento da adoção (perguntas/comentários de vizinhos e conhecidos).		.840	
Impacto social no momento da adoção (perguntas/comentários de familiares e amigos).		.901	
Aceitação da família em relação à criança (ex., pais, avós, irmãos, tios, primos...).		.796	
Dificuldade de adaptação da criança à família adotiva e às rotinas familiares.	.657		
Demora na adoção legal e que possa dar tempo à família biológica para reaparecer e querer reivindicar a criança.	.484		
Influências genéticas desconhecidas no comportamento da criança.	.733		
Preconceito dos outros em relação à criança adotada.		.697	
Pensamento frequente de que o(a) filho(a) seria muito diferente se fosse biológico e não adotado		.438	
% de variância explicada	20.80	20.73	14.24
Alfa de Cronbach	.78	.81	.76

Notas. F1 = *Características da criança adotada, vínculo biológico e adaptação*; F2 = *Impacto Social da adoção e aceitação da criança*; F3 = *Revelação e restabelecimento de vínculos biológicos*. Método de Extração: Análise em Componente Principal (ACP); Método de Rotação: *Varimax* com Normalização de Kaiser. Os *Factors loading* inferiores a .40 foram não são apresentados. *N* = 101.

Tabela 9. Resultados descritivos dos fatores subjacentes à ansiedade e receio dos pais no tempo de espera

	Fator 1 Características da criança	Fator 2 Impacto Social da Adoção	Fator 3 Revelação
Fator 1 - Características da criança	-	.413**	.314**
Fator 2 - Impacto Social da Adoção		-	.212*
Fator 3 - Revelação			-
<i>M</i>	2.41	1.50**	2.08**
<i>DP</i>	.67	.59	.75
<i>Assimetria</i>	-.14	1.36	.46
<i>Curtose</i>	-.75	1.45	.19

Notas. F1 = Características da criança adotada, vínculo biológico e adaptação; F2 = Impacto Social da adoção e aceitação da criança; F3 = Revelação e restabelecimento de vínculos biológicos.  $N = 107$ ; as correlações são significativas a \*  $p < .05$ ; \*\*  $p < .001$ ; as médias são significativamente diferentes do ponto médio da escala (i.e., 2.5) a \*  $p < .05$ ; \*\*  $p < .001$ .

Mais especificamente, no que concerne ao Fator 1 – *Características da criança adotada, vínculo biológico e adaptação*, a média não é significativamente diferente da pontuação média da escala (i.e., 2.5). Considerando a perspectiva particular das mães adotivas e dos pais adotivos foram realizado o teste  $t$  de diferenças de médias. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre a *ansiedade e receio* das mães adotivas no decurso do tempo de espera ( $M = 2.49$ ,  $DP = .70$ ;  $n = 57$ ) e a *ansiedade e receio* dos pais adotivos ( $M = 2.32$ ,  $DP = .62$ ;  $n = 50$ ) no tempo de espera,  $t(105) = 1.35$ ,  $p = .18$ .

Considerando o Fator 2 – *Impacto social da adoção e aceitação da criança*, os pais reportaram uma pontuação média ( $M = 1.50$ ) significativamente mais baixa do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5). Quanto às diferenças entre mães ( $M = 1.54$ ,  $DP = .61$ ;  $n = 57$ ) e pais adotivos ( $M = 1.46$ ,  $DP = .58$ ;  $n = 50$ ), não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre este conjunto de aspetos na *ansiedade/receio* no tempo de espera  $t(105) = .69$ ,  $p = .49$ .

No que se refere ao Fator 3 – *Revelação e restabelecimento de vínculos biológicos*, que diz respeito à comunicação com a criança adotada acerca da sua história de vida e à tentativa, por parte desta, de procurar a família biológica, a pontuação média das respostas fornecidas pelos Pais ( $M = 2.08$ ) é significativamente mais baixa do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5). Não foram encontradas diferenças significativas entre a *ansiedade e*

os receios, em relação aos aspetos considerados nestes fatores, entre as mães adotivas ( $M = 2.18$ ,  $DP = .75$ ;  $n = 57$ ) e os pais adotivos ( $M = 1.97$ ,  $DP = .69$ ;  $n = 50$ ),  $t(105) = 1.47$ ,  $p = .14$ .

#### ***4.4.3 A chegada da criança***

Os resultados seguidamente explanados dizem respeito à chegada da criança. Nesta secção são explorados aspetos relacionados com a informação fornecida aos Pais no momento da apresentação da proposta da criança a adotar, as atitudes dos familiares e conhecidos à integração da criança na família e a percepção parental das diversas características da criança no momento da chegada à sua família.

##### ***4.4.3.1 Percepção dos Pais adotivos acerca das informações fornecidas na apresentação da proposta da criança a adotar***

Considerando a perspetiva dos Pais adotivos acerca das informações fornecidas aos candidatos, pelas entidades associadas ao processo de adoção, quando foi apresentada a proposta da criança a adotar, os resultados revelam uma visão bastante positiva, na medida em que a maioria dos Pais considera que recebeu informações completas.

Tal como é possível verificar na Tabela 10, a maioria dos Pais adotivos percecionou ter recebido informações completas acerca de grande parte dos aspetos questionados (i.e., 10 em 12), ou seja, relativamente a diferentes aspetos específicos da criança a adotar, nomeadamente, sobre a sua saúde e crescimento, o seu desenvolvimento psicológico, a sua relação com a mãe, o pai, os irmãos e os avós biológicos, sobre a relação com outras crianças, a sua relação com os funcionários da instituição de acolhimento temporário, acerca da adaptação escolar e rendimento académico e sobre as razões da retirada da família biológica. Importa ainda salientar que em seis dos dez aspetos mencionados, a segunda maior percentagem de respostas dos Pais se situa na percepção de que a informação era “Muito Completa”. A maioria dos Pais percecionou a informação relativa ao percurso institucional da criança como muito completa e a informação acerca da relação da criança a adotar com outros familiares biológicos como incompleta.

Tabela 10. Perspetiva parental acerca da completude das informações formais fornecidas no momento da proposta da criança a adotar

	N	Sem informações n (%)	Muito incompleto n (%)	Incompletas n (%)	Nem completas nem incompletas n (%)	Completas n (%)	Muito completas n (%)
Saúde e Crescimento *	106	0 (0)	4 (3.8)	10 (9.4)	11 (10.4)	<b>46 (43.3)</b>	35(33.0)
Desenvolvimento Psicológico *	106	0(0)	5(4.7)	7(6.6)	20(18.9)	<b>39(36.8)</b>	35(33)
Relação com a mãe biológica *	107	6(5.6)	10(9.3)	2(1.8)	22(20.6)	<b>45(42.1)</b>	22(20.6)
Relação com o pai biológico *	106	6(5.7)	18(17)	6(5.7)	23(21.7)	<b>36(34)</b>	17(16)
Relação com irmãos biológicos *	103	6(5.8)	9(8.7)	9(8.7)	23(22.3)	<b>39(37.9)</b>	17(16.5)
Relação com avós biológicos *	105	7(6.7)	21(20)	11(10.5)	23(21.9)	<b>30(28.6)</b>	13(12.4)
Relação com outros familiares biológicos *	104	7(6.7)	<b>30(28.8)</b>	8(7.7)	23(22.1)	27(26)	9(8.7)
Relação com outras crianças *	106	5(4.7)	3(2.8)	9(8.5)	16(15.1)	<b>47(44.3)</b>	26(24.5)
Relações com funcionários da instituição de acolhimento temporário *	107	5(4.7)	2(1.9)	7(6.5)	13(12.1)	<b>50(46.7)</b>	30(28)
Adaptação escolar e rendimento académico *	87	7(8)	1(1.1)	7(8)	30(34.5)	<b>31(35.7)</b>	11(12.6)
Razões da retirada da família biológica *	106	6(5.7)	0(0)	2(1.9)	7(6.6)	<b>55(51.9)</b>	36(34)
Percurso institucional (ex., em quantas instituições de acolhimento esteve, durante quanto tempo, etc) *	107	5(4.7)	2(1.9)	2(1.9)	6(5.6)	44(41.1)	<b>48(44.9)</b>

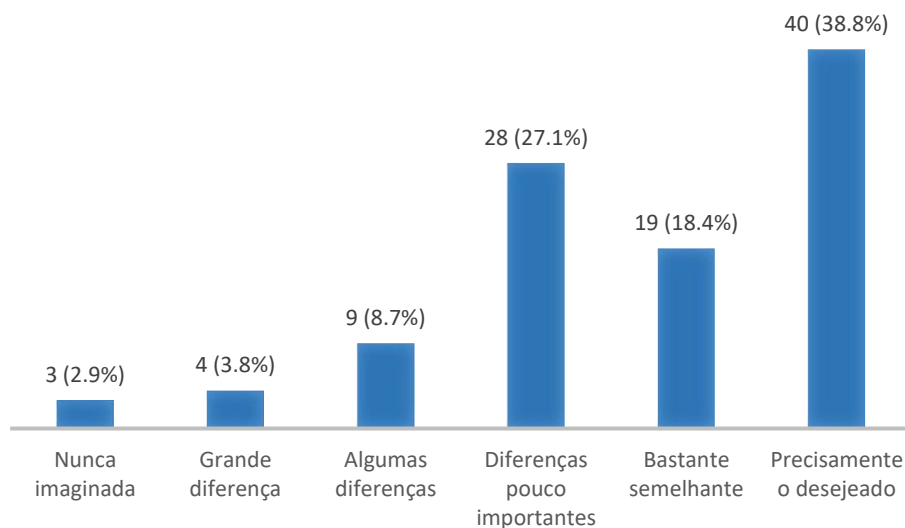
Nota. \* = todos os testes de Qui-quadrado são significativos a  $p < .001$

#### 4.4.3.2 Percepção parental da discrepância entre a criança adotada e a criança imaginada ou desejada

No que diz respeito à percepção parental acerca da discrepância entre a criança real (i.e., a criança que adotaram) e a criança que tinham imaginado os resultados parecem indicar que, globalmente, a criança corresponde às expectativas dos Pais, uma vez que a maior percentagem de Pais adotivos (i.e., 38.8%) referem que a criança corresponde precisamente ao que desejavam ou sonhavam. Importa ainda realçar que, conjuntamente consideradas, as categorias “*Bastante semelhantes ao que tinha sonhado/imaginado*” e “*Diferenças pouco importantes*” reúnem mais 45.6% das respostas ( $\chi^2(5) = 67.28, p < .001$ ; ver Figura 1).

Por outro lado, uma minoria de Pais adotivos ( $n = 16$ ) considerou que existiam algumas diferenças ou uma grande diferença entre a criança adotada e a criança que tinham imaginado previamente. Entre os Pais que consideraram existir algumas diferenças entre a criança real e a desejada ou imaginada 43.8 % ( $n = 7$ ) consideravam que a criança era mais difícil do que tinham pensado e 56.3% ( $n = 9$ ) que a criança era mais fácil do que tinham pensado, sendo importante salientar a maior percentagem de Pais cuja discrepância percecionada é pela positiva.

Figura 1. Percepção parental acerca da discrepância entre a criança adotada e a criança que tinham imaginado ( $N = 103$ )



#### 4.4.3.3 Percepção parental acerca da evolução da criança desde a sua chegada

No que se refere à percepção dos Pais adotivos acerca da evolução da criança desde a sua chegada, foram organizados os sete itens considerados para criar três categorias globais que medem diferentes aspetos relativos à criança: (1) a evolução social (itens 4, 6 e 7, ou seja, relacionamento com outros, receber, aceitar e demonstrar afeto); (2) a evolução cognitiva (itens 2 e 3, ou seja, capacidade intelectual e resultados escolares), e (3) evolução geral (itens 1 e 5, ou seja, saúde em geral e desenvolvimento global). As dimensões da evolução social (alfa de *Cronbach* = .83) e da evolução cognitiva (alfa de *Cronbach* = .93) apresentaram uma boa consistência interna e por isso foram analisadas as medidas de tendência central, de dispersão e de distribuição de cada item para estas duas dimensões. Inversamente, a dimensão da evolução global apresentou uma consistência interna considerada fraca (alfa de *Cronbach* = .64), tendo-se, por isso, optado por analisar os dois itens separadamente. A Tabela 11 apresenta as características descritivas das medidas da percepção parental acerca evolução da criança e a Tabela 12 apresenta as correlações entre as dimensões consideradas.

*Tabela 11. Resultados descritivos da percepção parental acerca da evolução da criança desde a sua chegada à família*

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	Assimetria	Curtose
Evolução Cognitiva	101	4.17**	.73	-.48	-.49
Evolução Social	103	4.36**	.64	-.58	-.77
Saúde em geral	103	3.87**	.82	.13	-1.28
Desenvolvimento Global	101	4.42**	.62	-.56	-.57
(em todas as áreas)					

*Notas.* \*\* As médias são significativamente diferentes do ponto médio da escala (i.e., 2.5) a  $p < .001$ .

Em termos globais os resultados indicam que os pais percebem existir uma grande evolução desde o momento que a criança chegou até a atualidade em diferentes dimensões. As dimensões que se destacam é a do desenvolvimento global e a evolução social (i.e., a capacidade de relacionamento com os outros e a forma de receber, aceitar e demonstrar afeto).

Mais especificamente, no que concerne à dimensão Evolução Cognitiva, a pontuação média das respostas reportadas pelos pais é significativamente mais alta do que a pontuação média da escala (i.e., 2.5; escala de Tipo *Likert* de 1 a 5). Quanto às análises comparativas entre mães e pais, não foram apuradas diferenças estatisticamente

significativas entre as médias das respostas fornecidas pelas mães adotivas ( $M = 4.15$ ,  $DP = .71$ ;  $n = 54$ ) e as médias das respostas dos pais adotivos ( $M = 4.20$ ,  $DP = .74$ ;  $n = 47$ ),  $t(99) = -.30$ ,  $p = .76$ .

Relativamente à dimensão Evolução Social, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.36$ ) significativamente mais alta do que a pontuação média da escala (i.e., 2.5; escala de 1 a 5). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as respostas das mães adotivas ( $M = 4.36$ ,  $DP = .64$ ;  $n = 55$ ) e as respostas dos pais adotivos ( $M = 4.35$ ,  $DP = .65$ ;  $n = 48$ ),  $t(101) = .12$ ,  $p = .90$ .

Considerando a Saúde em geral, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 3.87$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala. Tal como para as dimensões anteriormente relatadas não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as respostas fornecidas pelas mães ( $M = 3.84$ ,  $DP = .86$ ;  $n = 56$ ) e as respostas fornecidas pelos pais adotivos ( $M = 3.91$ ,  $DP = .77$ ;  $n = 47$ ),  $t(101) = -.46$ ,  $p = .64$ .

Por fim, no que concerne ao Desenvolvimento Global (em todas as áreas), os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.42$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5; escala de 1 a 5). Também não tendo sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as mães adotivas ( $M = 4.38$ ,  $DP = .62$ ;  $n = 55$ ) e os pais adotivos ( $M = 4.46$ ,  $DP = .62$ ;  $n = 46$ ),  $t(99) = -.60$ ,  $p = .55$ .

*Tabela 12. Correlações Momento Produto de Pearson entre as diferentes dimensões da percepção parental acerca da evolução da criança desde a sua chegada à família*

		1.	2.	3.	4.
1. Evolução Cognitiva	<i>r</i>	-	.62**	.44**	.77**
	(N)		(101)	(100)	(99)
2. Evolução Social	<i>r</i>		-	.34**	.73**
	(N)			(101)	(101)
3. Saúde em geral	<i>r</i>			-	.49**
	(N)				(99)
4. Desenvolvimento Global (em todas as áreas)	<i>r</i>				-

Notas. \*\*  $p < .001$ ; (N) = número de participantes para cada condição.

#### **4.4.3.4 Percepção parental da dificuldade/facilidade do papel de mãe/pai adotiva(o)**

No que concerne a dificuldade/facilidade do papel de mãe/pai adotiva(o), os participantes reportam uma pontuação média ( $M = 3.50$ ,  $DP = 1.04$ ; Assimetria =  $-.06$ ; Curtose =  $-.73$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5),  $t(104) = 9.81$ ,  $p < .001$ . Os resultados indicam que os pais tendem a referir que o seu papel é “*Tão difícil/fácil como esperava*” ou “*mais fácil*” do que esperava. Comparando as opiniões das mães adotivas ( $M = 3.45$ ,  $DP = 1.02$ ;  $n = 56$ ) com as dos pais adotivos ( $M = 3.55$ ,  $DP = 1.06$ ;  $n = 49$ ), não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas,  $t(103) = -.51$ ,  $p = .60$ .

#### **4.4.4 Adaptação e Desenvolvimento**

Na fase da *adaptação e desenvolvimento* exploram-se as percepções parentais acerca das alterações verificadas na criança e na família após um curto espaço temporal pós-adotivo, os problemas que surgiram e os recursos disponíveis na família para os resolverem.

##### **4.4.4.1 Adaptação do filho à família adotiva**

No que concerne a adaptação do(a) filho(a) à família adotiva, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.76$ ,  $DP = .51$ ; Assimetria =  $-2.08$ ; Curtose =  $3.62$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5),  $t(104) = 45.44$ ,  $p < .001$ . Tendencialmente os Pais parecem perceber uma “boa” adaptação da criança à família. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães ( $M = 4.79$ ,  $DP = .94$ ;  $n = 56$ ) e as percepções dos pais ( $M = 4.73$ ,  $DP = .53$ ;  $n = 49$ ),  $t(103) = .51$ ,  $p = .61$ .

##### **4.4.4.2 Alterações no filho 1 ano após a chegada da criança à família**

Um ano após a chegada da criança à família, a maioria dos Pais percebe uma mudança para melhor no que concerne ao nível da saúde e crescimento (88.1%), do desenvolvimento psicológico (92%), da relação com os outros membros da família (90.1), da relação com outras crianças (88%), da adaptação escolar e rendimento académico

(89.9%) (ver Tabela 13). Na perspectiva dos Pais, um ano após a integração da criança na sua família as mudanças parecem ser massivamente para melhor nos diferentes aspetos considerados, destacando-se o desenvolvimento psicológico.

*Tabela 13. Frequência e percentagem das respostas parentais acerca das mudanças na criança um ano após a chegada à família.*

	N	Mudança para melhor n(%)	Mudança para pior n(%)	Ausência de mudanças n(%)
Saúde e Crescimento *	101	89(88.1)	0(0)	12(11.9)
Desenvolvimento Psicológico *	100	92(92)	0(0)	8(8)
Relação com os outros membros da família *	101	91(90.1)	0(0)	10(9.9)
Relação com outras crianças *	100	88(88)	1(1)	11(11)
Adaptação escolar e rendimento académico *	89	80(89.9)	1(1.1)	8(9)

Nota. \* = todos os testes de Qui-quadrado são significativos a  $p < .001$

#### ***4.4.4.3 Qualidade da comunicação conjugal em momentos de problemas com o filho***

No que concerne à qualidade da comunicação entre os Pais em momentos em que houveram problemas com o seu filho, os Pais referem uma pontuação média ( $M = 4.07$ ,  $DP = .71$ ; Assimetria =  $-.44$ ; Curtose =  $.14$ ) significativamente mais alta do que o ponto média da escala (i.e., 2.5),  $t(104) = 32.35$ ,  $p < .001$ , numa escala de 1 (muito má) até 5 (muito boa). Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas acerca da qualidade da comunicação conjugal nos momentos de existência de problemas ( $M = 4.00$ ,  $DP = .73$ ;  $n = 53$ ) e as percepções dos pais adotivos a este respeito ( $M = 4.15$ ,  $DP = .68$ ;  $n = 48$ ),  $t(99) = 1.03$ ,  $p = .39$ .

#### 4.4.4.4 Necessidade de repensar a continuação da relação com a criança em momentos difíceis

Em relação à questão “*Em algum momento pensou que as coisas não estavam a correr bem e que seria necessário repensar a continuação da relação com a criança?*”, 104 (97.2%) dos Pais ( $N = 107$ ) responderam que não e 3 (2.8%) responderam que sim. Nenhuma diferença de género é observada entre as mães adotivas (Sim = 2 vs. Não = 55) e os pais adotivos (Sim = 1 vs. Não = 49),  $\chi(1) = .22, p = .63$ .

#### 4.4.4.5 Percepção dos pais adotivos acerca do estado atual do(a) filho(a)

Quanto à percepção parental acerca do estado atual da criança, em relação a diferentes características, tal como é possível verificar na Tabela 14, os resultados são bastante positivos situando-se a média em relação a cada aspeto no ponto alto da escala, indicando que os Pais percecionam que as crianças estão entre “Bem” e “Muito Bem” em todos os aspetos considerados.

Tabela 14. Percepção parental acerca das características atuais do filho

	N	M	DP	Assimetria	Curtose
Saúde e Crescimento	104	4.61 ***	.51	-0.66	-1.05
Desenvolvimento Psicológico	102	4.42 ***	.65	-1.12	2.04
Relação com a Mãe	104	4.65 ***	.57	-1.75	3.79
Relação com o Pai	99	4.66 ***	.49	-0.92	-0.55
Relação com os Irmãos	42	4.36 ***	.65	-0.52	-0.62
Relação com Avós	102	4.68 ***	.49	-1.02	-0.34
Relação com Outros Familiares	105	4.53 ***	.57	-0.75	-0.41
Relação com Pares	105	4.53 ***	.58	-0.84	-0.24
Adaptação escolar e rendimento académico/profissional	100	4.25 ***	.80	-1.19	1.40

Notas. As médias são significativamente diferentes do ponto médio da escala (i.e. 2.5) \*\*\*  $p < .001$ ,

Mais especificamente, no que se refere à *Saúde e Crescimento* da criança, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.61$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5),  $t(103) = 42.07, p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.60, DP = .53; n = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.61, DP = .49; n = 49$ ) em relação à *Saúde e Crescimento*  $t(102) = -.12, p = .90$ .

Em relação ao *Desenvolvimento Psicológico* da criança, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.42$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5), numa escala de 1 (muito má) até 5 (muito bom),  $t(101) = 29.78, p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.44, DP = .69; n = 54$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.40, DP = .61; n = 48$ ),  $t(100) = .37, p = .70$ .

No que se refere à *Relação com a Mãe*, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.65$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (muito má) até 5 (muito bom),  $t(103) = 38.49, p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.68, DP = .50; n = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.63, DP = .64; n = 48$ ),  $t(102) = .47, p = .63$ .

Considerando a *Relação com o Pai*, os participantes reportam uma pontuação média ( $M = 4.66$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (muito má) até 5 (muito bom),  $t(98) = 43.07, p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.74, DP = .48; n = 50$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.57, DP = .50; n = 49$ ),  $t(97) = 1.69, p = .09$ .

Na *Relação com os Irmãos*, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.36$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (muito má) até 5 (muito bom),  $t(41) = 18.34, p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.39, DP = .69; n = 18$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.33, DP = .63; n = 24$ ),  $t(40) = .26, p = .79$ .

Tendo como foco a *Relação com Avós*, os Pais adotivos reportam uma pontuação média ( $M = 4.66$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (muito má) até 5 (muito bom),  $t(101) = 44.79, p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.64, DP = .52; n = 53$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.71, DP = .45; n = 49$ ),  $t(100) = -.74, p = .45$ .

No que se refere à *Relação com Outros Familiares*. Os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.53$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (muito má) até 5 (muito bom),  $t(104) = 36.69, p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.55, DP = .57; n = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.51, DP = .58; n = 49$ ),  $t(103) = .38, p = .70$ .

Quanto à *Relação com Pares*, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.53$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (muito má) até 5 (muito bom),  $t(104) = 35.34, p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.57, DP = .59, n = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.49, DP = .58; n = 49$ ),  $t(103) = .70, p = .48$ .

Por fim, considerando a *Adaptação escolar e rendimento acadêmico/profissional*. Os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.25$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (muito má) até 5 (muito bom),  $t(99) = 21.63, p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.23, DP = .84, n = 53$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.19, DP = .98; n = 48$ ),  $t(99) = .21, p = .83$ .

#### **4.4.4.6 Satisfação dos pais com as características do filho**

Os Pais quando questionados acerca da satisfação global com as características do(a) filho(a) reportam uma pontuação média ( $M = 4.60, DP = .60$ ; Assimetria = -1.20; Curtose = .45) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (Muito Pouco) até 5 (Muito),  $t(103) = 35.64, p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.54, DP = .66; n = 56$ ) e as percepções dos pais ( $M = 4.67, DP = .51; n = 46$ ),  $t(102) = -1.11, p = .26$ . A elevada pontuação média situa o grau de satisfação entre o Bastante Satisfeito e o Muito Satisfeito.

#### **4.4.4.7 Percepção parental das múltiplas fontes de influência para o comportamento do filho**

Com o intuito de se avaliar a percepção dos Pais adotivos acerca das possíveis fontes de influência no comportamento dos filhos, os Pais foram questionados a este respeito e responderam que as maiores fontes de influência são “*as experiências da criança na família adotiva*” e a “*educação que os pais adotivos lhe proporcionam*”, seguida dos “*exemplos que observa na família adotiva*”. As fontes de influência que os pais percebem como menor fonte de influência para os filhos são “*os exemplos que observou da família biológica*”, “*as primeiras experiências da sua vida antes da adoção*” e “*os seus antecedentes genéticos*”.

No que diz respeito à *influência dos antecedentes genéticos*, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 2.27$ ,  $DP = 1.07$ ) significativamente mais baixa do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (nada) a 5 (muito),  $t(100) = -2.23$ ,  $p = .028$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 2.35$ ,  $DP = 1.06$ ;  $n = 54$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 2.17$ ,  $DP = 1.08$ ;  $n = 47$ ),  $t(99) = .86$ ,  $p = .38$ .

Quanto à *influência dos exemplos observados na família biológica*, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 1.55$ ,  $DP = 1.04$ ) significativamente mais baixa do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (nada) a 5 (muito),  $t(94) = -8.93$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 1.56$ ,  $DP = 1.05$ ;  $n = 50$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 1.53$ ,  $DP = 1.03$ ;  $n = 45$ ),  $t(93) = .12$ ,  $p = .90$ .

No que refere à *influência das primeiras experiências da vida antes da adoção*, os participantes reportam uma pontuação média ( $M = 2.15$ ,  $DP = 1.09$ ) significativamente mais baixa do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (nada) a 5 (muito),  $t(98) = -3.17$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 2.25$ ,  $DP = 1.08$ ;  $n = 52$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 2.04$ ,  $DP = 1.10$ ;  $n = 47$ ),  $t(97) = .94$ ,  $p = .34$ .

Considerando a *influência dos exemplos observados na família adotiva*, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.22$ ,  $DP = .80$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (nada) a 5 (muito),  $t(104) = 22.11$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as

percepções das mães adotivas ( $M = 4.21$ ,  $DP = .73$ ;  $n = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.22$ ,  $DP = .87$ ;  $n = 49$ ),  $t(103) = -.06$ ,  $p = .94$ .

No que se refere à *influência das experiências vividas na família adotiva*, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.34$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (nada) a 5 (muito),  $t(103) = 26.55$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $N = 55$ ) ( $M = 4.31$ ,  $DP = .63$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $N = 49$ ) ( $M = 4.37$ ,  $DP = .66$ ),  $t(102) = -.14$ ,  $p = .88$ .

Relativamente à *influência da educação dada pela família adotiva*, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.34$ ,  $DP = .62$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (nada) a 5 (muito),  $t(103) = 28.91$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.31$ ,  $DP = .63$ ;  $n = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.37$ ,  $DP = .66$ ;  $n = 49$ ),  $t(102) = -.45$ ,  $p = .64$ .

Quanto à *Influência dos amigos do bairro da família adotiva*, os participantes reportam uma pontuação média ( $M = 3.70$ ,  $DP = 1.01$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (nada) a 5 (muito),  $t(103) = 12.06$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 3.80$ ,  $DP = .86$ ;  $n = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 3.59$ ,  $DP = 1.15$ ;  $n = 49$ ),  $t(102) = .05$ ,  $p = .29$ .

Por último, para a *Influência da escola*, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.04$ ,  $DP = .78$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) numa escala de 1 (nada) a 5 (muito),  $t(101) = 19.86$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.04$ ,  $DP = .72$ ;  $n = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.04$ ,  $DP = .84$ ;  $n = 49$ ),  $t(103) = .31$ ,  $p = .97$ .

#### 4.4.5 A criança adotada na família

Em relação à etapa do processo adotivo designado como “*A criança na família*”, são colocadas aos Pais questões relativas às mudanças na família desde a chegada da criança à família, à construção da sua identidade como família adotiva e as suas crenças associadas a este processo quando comparadas com as famílias não adotivas.

##### 4.4.5.1 Percepção parental da intensidade das mudanças na sua vida após a chegada do filho

Quando questionados acerca da intensidade das mudanças na sua vida após a chegada do seu filho adotivo, a maior percentagem de Pais refere algumas mudanças ao nível pessoal (consigo próprio) seguida de mudanças pessoais na(o) sua/seu companheira(o). Tal como é possível verificar na Tabela 15, a maior parte dos Pais relata uma intensidade moderada nas mudanças e em todas os aspetos mencionados, excluindo as mudanças ao nível dos outros filhos uma vez que para a maior parte das famílias participantes a criança adotada foi o primeiro filho do casal.

Tabela 15. Percepção parental acerca da intensidade das mudanças na vida dos Pais após a chegada do filho adotivo

	Nenhumas		Poucas	Algumas	Bastantes	Muitas
	N	n(%)	n(%)	n(%)	n(%)	n(%)
Mudanças no trabalho *	105	31(29.5)	21(20.0)	<b>37(35.2)</b>	15(14.3)	1(1)
Mudanças na vida social/convívio *	105	16(15.2)	19(18.1)	<b>43(41.0)</b>	21(20.0)	6(5.7)
Mudanças pessoais (consigo próprio) *	104	14(13.5)	7(6.7)	<b>49(47.1)</b>	24(23.1)	10(9.3)
Mudanças pessoais no/na seu/sua companheiro(a) *	102	13(12.7)	12(11.7)	<b>46(45.1)</b>	23(22.5)	8(7.8)
Mudanças nos seus outros filhos *	35	<b>16(45.7)</b>	3(8.6)	10(28.6)	4(11.4)	2(5.7)
Mudanças no funcionamento/ambiente familiar em geral *	103	16(15.5)	9(8.7)	<b>45(43.7)</b>	21(20.4)	12(11.7)

Nota. \* = todos os testes de Qui-quadrado são significativos a  $p < .001$

#### 4.4.5.2 *Facilidade/dificuldade e felicidade da vida familiar percebidas pelos pais como consequências da adoção*

À questão “*como consequência da adoção, acha que a sua vida familiar se tornou mais fácil ou mais difícil?*”, os Pais ( $N = 103$ ) reportam uma pontuação média ( $M = 3.06$ ,  $DP = .73$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (Muito mais difícil) a 5 (Muito mais fácil),  $t(102) = 7.67$ ,  $p < .001$ . A média moderada indica que os Pais tendem a perceber que as suas vidas não se tornaram “*Nem mais difíceis nem mais fáceis*”. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 3.11$ ,  $DP = .86$ ;  $n = 54$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 3.00$ ,  $DP = .57$ ;  $n = 49$ ),  $t(101) = .76$ ,  $p = .44$ .

Quando questionados “*acha que a sua vida familiar se tornou mais feliz ou menos feliz?*”, os participantes reportam uma pontuação média ( $M = 4.46$ ,  $DP = .63$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (Muito menos feliz) a 5 (Muito mais feliz),  $t(103) = 31.38$ ,  $p < .001$ . A média indica que os Pais tendem a perceber que as suas vidas se tornaram entre “*Mais feliz*” e “*Muito mais feliz*”. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.51$ ,  $DP = .60$ ;  $n = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.41$ ,  $DP = .67$ ;  $n = 49$ ),  $t(102) = .80$ ,  $p = .42$ .

#### 4.4.5.3 *Percepção parental do nível e tempo de integração do filho na família*

No que concerne à integração do filho adotivo na família, dos 105 Pais que responderam, nenhum dos Pais (0%) respondeu a opção “*Não integrado*”, 4.8% ( $n = 5$ ) responderam parcialmente /integrado(a) em parte, e 95.2% ( $n = 100$ ) responderam que o filho se encontra plenamente integrado. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas (não integrado = 0%,  $n = 0$ ; parcialmente integrado/integrado em parte = 3.5%,  $n = 2$ ; plenamente integrado = 96.42%,  $n = 54$ ;  $N = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos (não integrado = 0%,  $n = 0$ ; parcialmente integrado/integrado em parte = 6.1%,  $n = 3$ ; plenamente integrado = 93.87%,  $n = 46$ ;  $N = 49$ ),  $\chi^2(1) = 3.75$ ,  $p = .54$ .

No que se refere ao tempo de integração da criança na família, na perspetiva dos Pais adotivos, os Pais referem que o tempo médio de integração foi 4.16 meses ( $DP = 5.30$ ;  $N = 86$ ). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 3.91$ ,  $DP = 4.43$ ;  $n = 45$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.42$ ,  $DP = 6.16$ ;  $n = 41$ ),  $t(84) = -.44$ ,  $p = .66$ .

#### ***4.4.5.4 Perspetiva parental da sua família quando comparada com as famílias convencionais não adotivas***

Quando questionados acerca da forma como perspetivam a sua família, por terem um filho adotado, quando comparadas com as famílias convencionais, entre os Pais adotivos que responderam a esta questão ( $N = 104$ ), 1% ( $n = 1$ ) pensa que, pelo facto de ter um filho(a) adotado(a) a sua família é muito diferente das famílias convencionais, 7.7% ( $n = 8$ ) sentem que a sua família é apenas parcialmente diferente, e 91.3% ( $n = 95$ ) referem sentir que é totalmente semelhante às famílias convencionais. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas (muito diferente das famílias convencionais = 1.8%,  $n = 1$ ; apenas parcialmente diferente = 10.9%,  $n = 6$ ; totalmente semelhante às famílias convencionais = 87.3%,  $n = 48$ ;  $N = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos (muito diferente das famílias convencionais = 0%,  $n = 0$ ; apenas parcialmente diferente = 4.1%,  $n = 2$ ; totalmente semelhante às famílias convencionais = 95.9%,  $n = 47$ ;  $N = 49$ ),  $\chi^2(2) = 2.67$ ,  $p = .26$ .

À questão se os Pais perspetivam como mais difícil ser pai/mãe adotivo(a) comparativamente com o ser pai/mãe biológico(a), dos 103 pais que responderam, a maioria (i.e., 87.4%;  $n = 90$ ) responde que “Não”, não é mais difícil ser pai/mãe adotivo(a) do que ser pai/mãe biológico(a). Inversamente 12.6% ( $n = 13$ ) dos Pais refere que “Sim”, que é mais difícil. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas (não é mais difícil = 83.3%,  $n = 45$ ; sim é mais difícil = 16.7%,  $n = 9$ ,  $N = 54$ ) e as percepções dos pais adotivos (não é mais difícil = 91.8%,  $n = 45$ ; sim é mais difícil = 8.2%,  $n = 4$ ,  $N = 49$ ),  $\chi^2(2) = 1.68$ ,  $p = .19$ .

Relativamente às necessidades das crianças ou jovens adotados comparativamente com crianças e jovens não adotados, dos 104 Pais que responderam, a maioria (i.e., 67.3%;  $n = 70$ ), refere que as/os crianças/jovens adotadas(os) não têm necessidades que as/os outras(os) crianças/jovens (não adotados) não têm; inversamente 32.7% ( $n = 34$ ) dos

Pais do que acham que sim, as crianças adotadas têm necessidades específicas que as crianças não adotadas não têm. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas (não há mais necessidades = 60.7%,  $n = 34$ ; sim há mais necessidades = 39.3%,  $n = 22$ ;  $N = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos (não há mais necessidades = 71.4%,  $n = 35$ ; sim há mais necessidades = 28.6%,  $n = 14$ ;  $N = 49$ ),  $\chi^2(1) = 1.27$ ,  $p = .25$ .

Quando questionados acerca das preocupações das crianças/jovens adotados comparativamente com as não adotados (i.e., filhos biológicos), a maioria dos Pais (i.e., 64.1%, 66 dos 103 que responderam a esta questão) referem que não concordam com a ideia de que as/os crianças/jovens adotadas(os) têm preocupações que as/os outras(os) crianças/jovens (não adotados) não têm. Inversamente, 35.9% ( $n = 37$ ) dos Pais são da opinião que sim, que existem preocupações específicas dos filhos adotados. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas (i.e., não há mais preocupações = 56.4%,  $n = 31$ ; sim há mais preocupações = 43.6%,  $n = 24$ ;  $N = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos (i.e., não há mais preocupações = 72.9%,  $n = 35$ ; sim há mais preocupações = 27.1%,  $n = 13$ ;  $N = 48$ ),  $\chi^2(1) = 3.05$ ,  $p = .08$ .

Considerando a questão se os Pais adotivos acham que a um filho adotivo se deve dar mais afeto do que aos filhos biológicos, dos 104 Pais que responderam, a maioria dos pais (i.e., 91.3%;  $n = 95$ ), não acha que a um filho adotivo se deva dar mais afeto do que aos filhos biológicos. Inversamente 8.7% ( $n = 9$ ) dos Pais do que acham que sim, que aos filhos adotivos se deve dar mais de afeto. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas (não deve se dar = 92.7%,  $n = 51$ ; sim deve-se dar = 7.3%,  $n = 4$ ;  $N = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos (não deve se dar = 89.8%,  $n = 44$ ; sim deve-se dar = 10.2%,  $n = 5$ ;  $N = 49$ ),  $\chi^2(1) = .28$ ,  $p = .59$ .

No que se refere ao grau de exigência, ou seja, se se deve ser igualmente exigente com um filho adotivo e com um filho biológico, dos 105 Pais que responderam, a maioria (i.e., 97.1%;  $n = 102$ ) acha que se deve ser igualmente exigente com um filho adotado e com um biológico. Contrariamente, 2.9% ( $n = 3$ ) dos Pais do que acham que não. Foi apurada uma diferença estatisticamente significativa entre a opinião das mães adotivas (i.e., sim = 100%,  $n = 56$ ; não = 0%,  $n = 0$ ;  $N = 56$ ) e a opinião dos pais adotivos (sim =

93.9 %,  $n = 46$ ; não = 6.1%,  $n = 3$ ;  $N = 49$ ),  $\chi^2(1) = 3.52$ ,  $p = .06$ , em que os pais têm tendência a opinar, mais do que as mães adotivas, que não se deve ser igualmente exigente com os filhos adotivos comparativamente com os filhos biológicos.

#### ***4.4.5.5 Interpretação parental “adotiva” dos comportamentos do filho***

No que concerne à interpretação dos comportamentos da criança, quando os Pais foram questionados “*Quando o seu filho adotivo faz algo que não gosta ou não compreende, pensa que o seu comportamento se deve ao facto de ser adotado?*”, dos 105 Pais que responderam, a maioria dos Pais (i.e., 95.2%,  $n = 100$ ) acha que o seu comportamento não se deve ao facto de ser adotado. Em sentido oposto, 4.8% ( $n = 5$ ) dos Pais acham que sim. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas (i.e., não = 94.6%,  $n = 53$ ; sim = 5.4%,  $n = 3$ ;  $N = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos (i.e., não = 95.9%,  $n = 47$ ; sim = 4.1%,  $n = 2$ ;  $N = 49$ ),  $\chi^2(1) = .09$ ,  $p = .75$ .

#### ***4.4.5.6 Percepção social da criança adotada como membro da família***

Considerando as pessoas do meio envolvente (e.g., familiares, amigos e vizinhos), quando os Pais foram questionados acerca destes considerem a(o) criança/jovem adotada(o) como mais um membro da família, dos 105 Pais que responderam, 100% ( $n = 105$ ) responderam que, em geral, as pessoas do seu ambiente consideram a criança/jovem adotada(o) como mais um membro da sua família.

#### ***4.4.5.7 Percepção parental dos elementos importantes na comunicação próxima com o filho***

Quando questionados os Pais adotivos acerca da pessoa com quem os seus filhos mantêm uma comunicação mais estreita, dos 107 Pais que responderam, 61.7% ( $n = 66$ ) pensam que atualmente, o seu/ a sua filho(a) adotivo(a) mantém uma comunicação mais estreita com ambos, indistintamente, 22.4% ( $n = 24$ ) com a mãe, 12.1% ( $n = 13$ ) com o pai, 3.7% ( $n = 4$ ) com ninguém e 0% com irmão ou outro membro da família.

#### **4.4.5.8 Percepção parental dos recursos utilizados pelo filho perante problemas**

À questão dos *recursos utilizados pelo(a) o seu filho adotivo quando tem algum problema*, os Pais ( $N = 105$ ) responderam maioritariamente (i.e., 65.7%,  $n = 69$ ) que a(o) criança/jovem adotada(o) recorre a qualquer um dos Pais, 22.9% ( $n = 24$ ) à Mãe, 10.5% ( $n = 11$ ) ao Pai, 0.9% ( $n = 1$ ) a algum irmão ou outro membro da Família, e 0% ( $n = 0$ ) acham que a criança adotada cala-se e tenta resolvê-lo sozinha,  $\chi^2(3) = .103.13$ ,  $p = < .001$ .

#### **4.4.5.9 Satisfação parental na comunicação com o filho**

Considerando o grau de satisfação que os Pais sentem na comunicação com o filho adotado, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.33$ ,  $DP = .72$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito),  $t(104) = .26.23$ ,  $p < .001$ , revelando que maioritariamente tendem a sentir-se entre “Satisfeitos” e “Muito Satisfeitos” com a comunicação com o filho. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.39$ ,  $DP = .70$ ;  $n = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.27$ ,  $DP = .73$ ;  $n = 49$ ),  $t(103) = .91$ ,  $p = .36$ .

#### **4.4.5.10. Percepção parental do comportamento afetivo do filho com as pessoas significativas**

As respostas dos Pais acerca do comportamento afetivo do filho adotado com outras pessoas significativas são seguidamente explanadas.

Em relação ao comportamento afetivo com a mãe, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.37$ ,  $DP = .69$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito fria) a 5 (muito afetuosa),  $t(103) = 27.27$   $p < .001$ , evidenciando-se a tendência para que os filhos sejam perspetivados pelos Pais como entre afetuoso e muito afetuoso com as mães. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $N = 56$ ) ( $M = 4.43$ ,  $DP = .68$ ;  $n = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.29$ ,  $DP = .71$ ;  $n = 48$ ),  $t(102) = .99$ ,  $p = .32$ .

Considerando o comportamento afetivo com o pai, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.32$ ,  $DP = .64$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito fria) a 5 (muito afetuosa),  $t(100) = 28.22$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.40$ ,  $DP = .60$ ;  $n = 52$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.22$ ,  $DP = .65$ ;  $n = 49$ ),  $t(99) = .1.39$ ,  $p = .16$ .

O comportamento afetivo com os irmãos é reportado pelos Pais refletindo uma pontuação média ( $M = 3.86$ ,  $DP = .74$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito fria) a 5 (muito afetuosa),  $t(28) = 9.87$ ,  $p < .001$  (estatísticas do *bootstrap* com 1000 amostras: diferença de média = 1.36; viés = -.007; IC 95% = [1.21; 1.963]). Como o número de participantes relativos à resposta a esta questão é inferior a 30 em cada género (uma vez que uma grande parte das famílias adotivas não tem mais filhos, ou o filho a que nos reportamos é o primeiro<sup>14</sup>), foi realizado um teste de *Mann-Whitney* no sentido de analisar as diferenças entre as percepções maternas e paternas. Os resultados revelam a ausência de diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 3.93$ ,  $DP = .70$ ;  $n = 15$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 3.79$ ,  $DP = .80$ ;  $n = 14$ ),  $U = 92.50$ ,  $p = .55$ ).

No que se refere ao comportamento afetivo com os avós, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 4.14$ ,  $DP = .57$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito fria) a 5 (muito afetuosa),  $t(102) = 28.71$ ,  $p < .001$ . Indicando, desta forma, que a maior parte das respostas se situam, em média, entre um comportamento afetuoso e muito afetuoso da criança ou do jovem com os avós. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.20$ ,  $DP = .59$ ;  $n = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.08$ ,  $DP = .57$ ;  $n = 50$ ),  $t(103) = 1.06$ ,  $p = .29$ .

Em relação ao comportamento afetivo com os colegas ou amigos. Os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 3.66$ ,  $DP = .61$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito fria) a 5 (muito afetuosa),  $t(104) = 19.46$ ,  $p < .001$ . No que se refere à percepção parental do comportamento afetivo do seu/sua

---

<sup>14</sup> Um dos critérios de seleção da criança ou jovem adotada(o) como participante no presente estudo era o de ser o primíparo (pelo menos na condição de adoção). Foram recolhidos dados relativos a outras crianças adotadas que não os primeiros filhos, mas não foram utilizados neste estudo para uma maior homogeneização de algumas condições de base entre os diferentes participantes.

filho(a) com os colegas ou amigos foi possível apurar uma diferença tendencialmente significativa entre as mães adotivas e os pais adotivos. As mães adotivas tendem a perceber um comportamento mais afetivo do filho com os colegas e amigos ( $M = 3.75$ ,  $DP = .61$ ;  $n = 56$ ) do que os pais adotivos ( $M = 3.53$ ,  $DP = .58$ ;  $n = 49$ ),  $t(103) = 1.87$ ,  $p = .063$ .

No comportamento afetivo das crianças/dos jovens adotadas(os) com os professores, os Pais reportam uma pontuação média ( $M = 3.62$ ,  $DP = .62$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito fria) a 5 (muito afetuosa),  $t(103) = 16.90$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 3.73$ ,  $DP = .73$ ;  $n = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 3.49$ ,  $DP = .58$ ;  $n = 49$ ),  $t(102) = 1.81$ ,  $p = .07$ .

#### ***4.4.5.11. Surgimento do tema da adoção perante um problema de disciplina ou conflito***

Dos 105 Pais que responderam, a maioria dos pais (i.e., 99%,  $n = 104$ ), responderam que o tema da adoção não surge quando ocorre algum problema de disciplina ou conflito, o restante respondeu que sim. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas (sim = 1.8%,  $n = 1$ ; não = 98.2%,  $n = 55$ ;  $N = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos (sim = 0%,  $n = 0$ ; não = 100%,  $n = 50$ ;  $N = 50$ ),  $\chi^2(1) = .88$ ,  $p = .34$ .

#### ***4.4.5.12. Ameaça de devolução da criança à família ou instituição de origem***

Dos 104 Pais que responderam, a maioria dos Pais (i.e., 98.1%,  $n = 102$ ), respondeu que não disseram ao(a) filho(a), alguma vez, que podiam devolvê-lo(a) à família ou instituição de origem, os restantes responderam que sim. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas (sim = 3.6%,  $n = 2$ ; não = 96.4%,  $n = 54$ ;  $N = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos (sim = 0%,  $n = 0$ ; não = 100%,  $n = 48$ ;  $N = 48$ ),  $\chi^2(1) = 1.74$ ,  $p = .18$ .

#### ***4.4.6 A Revelação: Comunicação Pais-filho acerca da adoção e do passado pré-adotivo da criança***

A revelação contempla um conjunto de questões que pretende explorar o processo de partilha de informação e a comunicação entre os Pais adotivos e os seus filhos sobre a história de vida prévia e a situação de adoção.

##### ***4.4.6.1 Iniciado o processo de revelação e intenção de o iniciar***

Dos 103 Pais que responderam à questão se já tinham ou não falado alguma vez com os filhos sobre a sua situação de adotados, a maioria dos Pais (i.e., 85.5%,  $n = 83$ ), responderam que já falaram com o seu filho acerca da sua situação de adotado. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre a perspetiva das mães adotivas (sim = 81.8%,  $n = 45$ ; não = 18.2%,  $n = 10$ ;  $N = 55$ ) e a dos pais adotivos (sim = 79.2%;  $n = 38$ ; não = 20.8%,  $n = 10$ ;  $N = 48$ ),  $\chi^2(1) = .11, p = .73$ .

Dos 20 Pais que nunca falaram com o seu filho acerca da sua situação de adotado, 95% ( $n = 19$ ) declaram que estão a pensar falar da adoção com ele e 5% não ( $n = 1$ ).

Para conhecer as percepções dos Pais adotivos acerca do processo de revelação nas situações em que a criança é adotada mais velha e já percebe bem a sua condição de adotada foi colocada a questão “*Se o seu filho foi adotado com uma idade em que já tem conhecimento pleno da sua situação de adoção, considera necessário falar com ele sobre o seu passado?*”, dos 70 (Pais que reponderam), 4 (5.7%) referem que é desnecessário, 9 (12.9%) indiferente, 23 (32.9%) necessário, 18 (25.7%) totalmente necessário e 16 (22.9%) referem que “não se aplica”.

##### ***4.4.6.2 Percepção parental da informação específica a ser partilhada com o filho acerca do seu passado pré-adotivo***

Quando questionados os Pais acerca da informação específica que deve ser partilhada com o filho, no decurso processo de revelação, no que se refere ao seu passado pré-adotivo, a maioria dos Pais respondem afirmativamente a uma variedade de aspetos relacionados com a família biológica e com a razão que levou os Pais adotivos a adotarem. O aspeto que reúne maior consenso entre os participantes é o facto de percecionarem que a criança deve ter acesso à informação de que é adotada. O aspeto que reúne menor

percentagem de respostas afirmativas, embora igualmente em número elevado, é a partilha de informação acerca da localização dos pais biológicos (ver Tabela 16).

Quando os Pais foram questionados quanto ao seu conhecimento acerca dos motivos que levaram o seu filho a estar disponível para adoção, das 55 famílias que responderam (uma vez que era para preenchimento em casal e não individual, exceto nas famílias monoparentais), 53 (96.4%) indicaram que conhecem os motivos que levaram o seu filho a estar disponível para a adoção e 2 (3.6%) que não.

As famílias que responderam afirmativamente na questão anterior seguidamente eram questionadas acerca do seu filho conhecer, ou não, esses motivos que o levaram a estar disponível para a adoção. Das 54 famílias que responderam, 30 famílias (55.6%) indicaram que os filhos não conhecem os motivos que o levaram a estar disponível para a adoção e 24 (44.4%) que conhecem as razões.

Ao serem questionadas acerca da intenção de virem a contar ao seu filho todas as razões que levaram a que ele pudesse ser adotado, das 37 famílias que responderam, a maioria (i.e., 97.3%;  $n = 36$ ) indicou que pensa vir a contar ao seu filho todas as razões que levaram a que ele pudesse ser adotado e 1 (2.7%) que não o pensa fazer.

*Tabela 16. Percepção parental da informação específica a ser partilhada com o filho acerca do seu passado pré-adotivo*

	Sim		Não
	N	n (%)	n (%)
Acha que a criança deve ter a informação de que é adotada? *	103	102(99)	1(1)
Acha que a criança deve ter a informação de que a sua mãe biológica o renunciou? *	102	76(74.5)	26(25.5)
Acha que a criança deve ter a informação acerca das características dos pais biológicos (ex.: doenças)? *	99	70(70.7)	29(29.3)
Acha que a criança deve ter informação acerca da localização dos Pais biológicos? *	98	67(68.4)	31(31.6)
Acha que a criança deve ter informação acerca de toda a sua história antes da adoção?	99	90(90.9)	9(9.1)
Acha que a criança deve ter informação acerca das razões que levaram os Pais adotivos a adotarem? *	102	99(97.1)	3(2.9)

Nota. \* = todos os testes de Qui-quadrado são significativos a  $p < .001$

#### ***4.4.6.3 Idade de início do processo de revelação***

A idade média dos filhos, indicada pelos Pais adotivos, no momento da revelação, é de 41.95 meses ( $DP = 25.28$ ; min = 10 meses; max = 120 meses), ou seja, 3 anos e 5 meses de idade.

#### ***4.4.6.4 Primeira pessoa a iniciar o processo de revelação e tomada de iniciativa***

À questão de quem falou pela primeira vez de adoção com o filho, responderam 84 participantes. Os resultados revelam que a revelação foi feita, por maioria, por ambos os Pais (i.e., mãe e pai; 61.9%;  $n = 52$ ), seguida por a mãe (21.4%;  $n = 18$ ), o pai (6%;  $n = 5$ ), os profissionais (6%;  $n = 5$ ) e outros (4.8%;  $n = 4$ ).

#### ***4.4.6.5 Preparação prévia para o processo de revelação e sugestões formais***

No que se refere à preparação parental prévia para o processo de revelação, dos 79 Pais que responderam a esta questão, 43% ( $n = 34$ ) responderam que se tinham preparado, de alguma forma, antes de abordar o assunto com o seu filho e 57% ( $n = 45$ ) disseram que não. No sentido de se prepararem, 37.1% dos Pais conversaram em casal/família, 2.9% conversaram com outros Pais adotivos, 14.3% consultaram profissional(ais) e 45.7% utilizaram várias estratégias juntas (e.g., conversa entre casal/família mais consulta com profissionais e leitura livros, entre outros).

Quanto às sugestões fornecidas por parte da equipa de adoção, dos 104 Pais que responderam, 75% ( $n = 78$ ) referem ter recebido sugestões acerca da revelação por parte da equipa de adoção e 25% ( $n = 26$ ) que não.

#### ***4.4.6.6 Ambiente e avaliação do processo de revelação***

Quando questionados os Pais acerca da qualidade do ambiente da revelação, dos 77 Pais que responderam, 46.8% ( $n = 36$ ) consideram que a primeira conversa acerca da condição de adotado do filho ocorreu num ambiente positivo, 42.9% ( $n = 33$ ) num ambiente muito positivo, 7.8% ( $n = 6$ ) num ambiente nem negativo, nem positivo, e 2.5%

( $n = 2$ ) num ambiente negativo. Salienta-se que na maior parte das famílias o ambiente foi percebido pelos Pais como positivo ou muito positivo.

A avaliação da revelação, por parte dos 75 Pais que responderam a esta questão, foi muito satisfatória para 50.7% ( $n = 38$ ), satisfatória para 38.7% ( $n = 29$ ) e neutra (i.e., nem insatisfatória nem satisfatória) para 10.6% ( $n = 8$ ) dos Pais.

#### 4.4.6.7 Percepções parentais sobre as atitudes do filho no processo de revelação

Quanto às percepções parentais sobre as atitudes do filho no processo de revelação as respostas dos Pais revelam que tendencialmente os filhos falam com naturalidade acerca do seu passado, colocando questões ao longo do tempo, não revelando atitudes de rejeição, desconforto ou inquietude em relação à temática da adoção e ao seu passado (ver Tabela 17).

Tabela 17. Atitudes parentais acerca das atitudes do filho no processo de revelação

	N	Discordo totalmente n (%)	Discordo n (%)	Não concordo nem discordo n (%)	Concordo n (%)	Concordo totalmente n (%)
Rejeita abertamente falar sobre o tema. *	81	51(63)	23(28.4)	5(6.2)	2(2.4)	0(0)
Fica muito desconfortável e inquieto quando falamos de adoção. *	81	41(50.6)	28(34.6)	10(12.4)	1(1.2)	1(1.2)
O tema parece interessá-lo, mas nunca o aborda espontaneamente. *	79	17(21.5)	36(45.6)	17(21.5)	9(11.4)	0(0)
Não revela nenhuma curiosidade. *	81	15(18.5)	37(45.7)	19(23.5)	9(11.1)	1(1.2)
Foi colocando cada vez mais questões, conforme foi crescendo. *	80	5(6.2)	11(13.8)	18(22.5)	34(42.5)	12(15)
Fala com muita naturalidade acerca da Adoção. *	81	2(2.4)	3(3.7)	8(9.9)	42(51.9)	26(32.1)
Inicia conversas e faz questões acerca da adoção com muita frequência. *	81	7(8.6)	19(23.5)	29(35.8)	24(29.7)	2(2.4)

Nota. \* = todos os testes de Qui-quadrado são significativos a  $p < .001$

#### 4.4.6.8 Ideias parentais acerca da revelação

No que se refere às ideias dos Pais acerca do processo da Revelação, tal como é possível verificar na Tabela 18, onde se observa maior consenso por parte dos Pais na sua posição de neutralidade é em relação à ideia de que “É melhor sermos nós a dizer-lhe, do que ele saber por outros”, em que a maioria responde que “não concorda nem discorda”. Mais de metade dos Pais concorda totalmente com a ideia de que “O melhor é falar de forma natural sobre o tema cada vez que ele surge espontaneamente”. Considerando as duas opções de maior ou menor concordância a quase totalidade dos Pais partilha esta ideia sobre a Revelação. Mais de metade dos Pais concorda com a ideia de que “A criança deve ir conhecendo toda a sua história”. Uma percentagem considerável de Pais concorda totalmente com esta ideia. No sentido inverso, quase metade dos Pais discordam com a ideia de que “Se a adoção for explicada de forma adequada, uma vez será suficiente”. No mesmo sentido, uma percentagem considerável de Pais discorda com a ideia de que “Se ele não toca no assunto nós também não o devemos fazer”. Os Pais tendem igualmente a discordar com a ideia de que “A criança deve saber que é adotada, mas não os motivos porque seria muito doloroso”.

Tabela 18. Ideias parentais acerca da revelação

		Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
	N	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Se a adoção for explicada de forma adequada, uma vez será suficiente. *	103	27(26.2)	49(47.5)	18(17.5)	8(7.8)	1(1)
É melhor sermos nós a dizer-lhe, do que ele saber por outros. *	106	0(0)	0(0)	1(0.9)	12(11.4)	93(87.7)
Se ele não toca no assunto nós também não o devemos fazer. *	104	24(23.1)	43(41.3)	19(18.3)	16(15.4)	2(1.9)
É melhor que ele esqueça o seu passado por completo. *	103	36(35)	38(36.9)	24(23.3)	3(2.9)	2(1.9)
A criança deve ir conhecendo toda a sua história. *	107	2(1.9)	3(2.8)	10(9.3)	52(48.6)	40(37.4)
O melhor é falar de forma natural sobre o tema cada vez que ele surge espontaneamente. *	105	1(0.9)	0(0)	2(1.9)	34(32.4)	68(64.8)
A criança deve saber que é adotada, mas não os motivos porque seria muito doloroso. *	103	16(15.5)	40(38.8)	27(26.2)	17(16.5)	3(3)

Nota. \* = todos os testes de Qui-quadrado são significativos a  $p < .001$

#### ***4.4.6.9 Grau de dificuldade parental no processo de revelação***

Os 95 Pais que responderam à questão acerca da dificuldade sentida ao falar com o(a) filho(a) acerca das origens dele(a) tendem a responder uma pontuação média ( $M = 3.52$ ,  $DP = .86$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito difícil) a 5 (muito fácil),  $t(94) = 11.49$ ,  $p < .001$ . Revelando assim que tendencialmente sentem que falar com o seu filho acerca das suas origens é uma tarefa entre o “nem fácil nem difícil” e “fácil”. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 3.60$ ,  $DP = .88$ ;  $n = 50$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 3.42$ ,  $DP = .83$ ;  $n = 45$ ),  $t(93) = 1.00$ ,  $p = .31$ .

#### ***4.4.6.10. Preferências parentais relativas às ideias dos filhos acerca dos pais biológicos***

Considerando as preferências parentais relativas às ideias dos filhos acerca dos Pais biológicos, os Pais adotivos tendem a preferir, em média, que o seu filho tenha uma ideia entre “neutra” e “positiva” em relação com os Pais biológicos, uma vez que reportam uma pontuação média ( $M = 3.22$ ,  $DP = .54$ ;  $N = 103$ ) significativamente mais alta do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito negativa) a 5 (muito positiva),  $t(102) = 13.56$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 3.29$ ,  $DP = .53$ ;  $n = 55$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 3.15$ ,  $DP = .54$ ;  $n = 48$ ),  $t(101) = 1.36$ ,  $p = .17$ .

#### ***4.4.6.11. Percepção parental acerca do interesse de crianças e jovens adotados em relação à vida prévia à adoção***

À questão relativa ao interesse que os Pais acham que as crianças/jovens adotadas(os) têm em relação à sua vida anterior à adoção, os Pais tendem a achar, em média, que o(s) filho(s) têm “interesse” (i.e.,  $M = 4.00$ ,  $DP = .60$ ), resultado médio significativamente mais alto do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito desinteresse) a 5 (muito interesse),  $t(98) = 24.62$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.02$ ,  $DP = .61$ ;  $n = 52$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 3.98$ ,  $DP = .60$ ;  $n = 47$ ),  $t(97) = .33$ ,  $p = .74$ .

#### 4.4.6.12. Percepção parental acerca do impacto social da adoção

Considerando o impacto social da adoção foi solicitado aos Pais que indicassem o seu grau de concordância com 3 afirmações específicas relativas às percepções parentais às reações dos outros à condição de “adotado” do seu filho. Tal como é possível verificar na Tabela 19, os resultados indicam a tendência para os Pais adotivos discordarem totalmente ou discordarem com afirmações que traduzem a tentativa de “ocultar” socialmente temas sobre a adoção e os preconceitos sociais percebidos pelos Pais devido ao filho ser adotado.

*Tabela 19. Percentagens relativas ao impacto social da adoção: ocultação social de temas sobre a adoção e preconceitos sociais percebidos*

		Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
	N	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Habitualmente tento que nem os adultos nem as crianças abordem o tema da adoção diante do meu filho. *	105	36 (34.3)	46 (43.8)	16 (15.2)	6 (5.7)	1 (1)
Sinto que as pessoas acham o meu filho diferente por ser adotado. *	105	49 (46.7)	35 (33.3)	18 (17.1)	3 (2.9)	0 (0)
Acho que as pessoas tratam o meu filho de forma diferente apenas porque é adotado. *	105	48 (45.7)	40 (38.1)	14 (13.3)	3 (2.9)	0 (0)

Nota. \* = todos os testes de Qui-quadrado são significativos a  $p < .001$

#### 4.4.6.13. Percepção parental acerca da importância da preparação da criança adotado para enfrentar situações sociais

No que se refere à percepção parental acerca da importância da preparação da criança adotada para enfrentar situações sociais em que seja feita a alusão de ser adotada, dos 98 Pais que responderam a esta questão 71.4% ( $n = 70$ ) acham que é importante preparar as crianças/os jovens para enfrentar essas atitudes contra 28.6% ( $n = 28$ ) que pensam que não é importante. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas (sim = 37; não = 16;  $n = 53$ ) e as percepções dos pais adotivos (sim = 33; não = 12;  $n = 45$ ),  $\chi^2(1) = .14$ ;  $p = .70$ .

#### **4.4.7 Futuro e avaliação global do processo de adoção**

Nesta rubrica pretende-se perceber de que forma os Pais adotivos perspetivam o futuro relativamente ao processo de adoção, conhecendo os maiores desejos dos Pais em relação ao futuro dos filhos e da família, e a avaliação global que fazem do processo adotivo.

##### **4.4.7.1 Preocupação futura com o filho por ser adotado**

Dos 105 Pais que responderam à questão se tinha preocupações em relação ao seu filho adotivo pelo facto de ser adotado, 78.1% ( $n = 82$ ) pensam não ter nada que os preocupe especificamente em relação ao futuro da família pelo facto do filho ser adotado. Pelo contrário, 21.9% ( $n = 23$ ) referem que existem preocupações associadas ao filho por ser adotado. Observa-se uma diferença estatisticamente significativa no padrão de respostas entre as mães adotivas (sim = 17; não = 36;  $n = 53$ ) e os pais adotivos (sim = 6; não = 43;  $n = 49$ ),  $\chi^2(1) = 5.02$ ;  $p = .025$ , revelando as mães mais preocupações com o futuro dos filhos do que os pais.

##### **4.4.7.2 Satisfação com a vida familiar e impacto da adoção**

Quando questionados acerca do seu grau de satisfação em relação à vida familiar, os resultados revelam que os Pais, em média, tendem a referir que é entre “satisfatória” e “muito satisfatória” ( $M = 4.66$ ,  $DP = .55$ ), valor significativamente superior ao ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito insatisfatória) a 5 (muito satisfatória),  $t(104) = 40.06$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o grau de satisfação familiar indicado pelas mães ( $M = 4.66$ ,  $DP = .58$ ;  $n = 56$ ) e o grau de satisfação familiar indicado pelos pais adotivos ( $M = 4.65$ ,  $DP = .52$ ;  $n = 49$ ),  $t(103) = .07$ ,  $p = .94$ .

No que se refere ao impacto da *adoção na vida familiar*, os Pais tendem a opinar, em média que é entre “Positivo” e “Muito positivo” ( $M = 4.58$ ,  $DP = .55$ ), resultado significativamente mais elevado do que o ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito negativo) a 5 (muito positivo),  $t(104) = 38.70$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre a opinião do impacto referido pelas mães adotivas ( $M = 4.61$ ,  $DP = .59$ ;  $n = 56$ ) e a opinião dos pais adotivos ( $M = 4.55$ ,  $DP = .50$ ;  $n = 49$ ),  $t(103) = .51$ ,  $p = .60$ .

#### ***4.4.7.3 Intenção de consultar profissional e/ou serviço especializado em adoção***

Quando questionados acerca da intenção de consultar algum profissional ou serviço especializado em adoção no momento atual, dos 102 Pais que responderam à questão, 84.3% ( $n = 86$ ) referiram que não consultariam nenhum profissional ou serviço especializado em adoção. Apenas 15.7% ( $n = 16$ ) referem que gostariam de consultar um profissional ou serviço especializado. Não foram observadas diferenças de padrão de respostas entre as mães adotivas (sim = 8; não = 45;  $n = 53$ ) e os pais adotivos (sim = 8; não = 41;  $N = 49$ ),  $\chi^2(1) = .02$ ;  $p = .86$ .

#### ***4.4.8 Relação com os serviços de adoção***

Através das questões relativas à relação com os serviços de adoção pretende-se conhecer o grau de satisfação parental relativamente à equipa de adoção e à relação de proximidade que gostariam de manter com a equipa.

No que se refere ao grau de satisfação relativamente à equipa de adoção, os Pais, em média, tendem a indicar que se sentem entre “satisfeitos” e “muito satisfeitos” ( $M = 4.50$ ,  $DP = .69$ ), sendo o resultado significativamente superior ao ponto médio da escala (i.e., 2.5) na escala de 1 (muito insatisfatório) a 5 (muito satisfatório),  $t(104) = 29.41$ ,  $p < .001$ . Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães adotivas ( $M = 4.45$ ,  $DP = .68$ ;  $n = 56$ ) e as percepções dos pais adotivos ( $M = 4.55$ ,  $DP = .70$ ;  $n = 49$ ),  $t(103) = .76$   $p = .44$ .

Quando questionados acerca da vontade de contacto com a equipa de adoção após a concretização do processo de adoção, dos 101 Pais que responderam a esta questão 95% ( $n = 96$ ) referem que gostariam de ter a possibilidade de recorrer, a qualquer momento, à equipa para resolver problemas, esclarecer dúvidas, etc. Em sentido oposto, 5% ( $n = 5$ ) dos Pais referem que preferem não voltar a ter contacto com a equipa de adoção. A análise comparativa das opiniões em função do género não foi efetuada devido ao facto de ter menos de 5 respostas em pelo menos uma célula.

## **4.5 Discussão**

Seguidamente discutem-se os resultados obtidos na presente investigação tendo como esteio os objetivos previamente formulados, os resultados de outras investigações e os princípios fundamentais explanados subjacentes ao enquadramento conceptual.

### ***4.5.1 Motivos e processo de tomada de decisão***

O primeiro objetivo específico da presente investigação consistia em examinar os motivos e o processo de tomada de decisão de adotar por parte dos adultos que adotaram na região do Algarve. Entre os motivos subjacentes à decisão de adotar, devido à elevada incidência de situações de infertilidade entre os candidatos à adoção ou Pais adotivos relatados em estudos prévios (e.g., Palacios et al., 1996) optou-se por caracterizar a situação de infertilidade e determinar os tratamentos para tentar engravidar que as famílias adotivas tinham realizado, estavam atualmente a realizar e pensavam realizar no futuro. Adicionalmente, também se pretendia conhecer as emoções experienciadas pelos Pais adotivos durante os tratamentos que efetuaram na tentativa de engravidar. Por fim, pretendia-se examinar quem tomou a iniciativa de adotar.

#### ***4.5.1.1 A infertilidade na vida dos pais adotivos***

Em relação aos motivos subjacentes à decisão de adotar mais de metade dos Pais participantes referiu a infertilidade (i.e., 66.1%). Reiterando os resultados do estudo de Palacios et al. (1996) que relatam que mais de metade (i.e., 60%) dos participantes referem problemas de infertilidade de algum membro do casal. Importa ainda salientar que algumas famílias, no decurso das visitas domiciliárias, partilharam algumas das suas experiências dolorosas, entre as quais, alguns casais, inclusive com filhos biológicos, relataram experiências penosas, e até repetitivas, ao nível da reprodução e da dificuldade na persecução de uma gravidez saudável. Foi posteriormente confirmado que, não obstante estes Pais tivessem experienciado diversos problemas ao nível da reprodução, optaram por no questionário não referir a infertilidade. Desta forma, perspetiva-se que, por diversas razões (e.g., falta de um diagnóstico médico preciso, desconhecimento da abrangência da definição da infertilidade, dificuldade em aceitar a infertilidade), alguns dos Pais adotivos com problemas de infertilidade não constem nas percentagens

identificadas em cada estudo, podendo, eventualmente a percentagem ser maior do que a relatada.

No que se refere à caracterização da situação de infertilidade dos Pais adotivos participantes na presente investigação os resultados revelam que a maior percentagem de casos são devido à infertilidade do casal, seguidamente devido à infertilidade masculina, com percentagens menores é referida a infertilidade feminina e a causa desconhecida, sendo ainda referida, numa pequena percentagem, situações de menopausa precoce.

Os resultados revelaram ainda que cerca de metade dos participantes já tinha realizado algum tratamento para tentar engravidar (e.g., tratamentos diversificados, medicação, fertilização *in vitro*, inseminação intrauterina), e que aproximadamente metade dos casais que fizeram tratamentos para tentar engravidar sujeitou-se a mais do que um tipo de tratamento de fertilidade recorrendo a diversos procedimentos médicos, tendo sido relatado numa família a realização de 14 tratamentos. Nenhum dos participantes no estudo se encontrava a realizar no momento algum tratamento para tentar engravidar e apenas uma muito reduzida percentagem de Pais pensavam ainda realizar um tratamento no futuro na tentativa de engravidar (i.e., 4.8%). Contudo, apesar da maior parte dos Pais referir que após iniciado o processo de adoção não ter tentado engravidar (i.e., 58.2%), uma grande parte referiu que tentou (i.e., 35.4%), tendo alguns sido bem-sucedidos (i.e., 6.3%).

#### ***4.5.1.2 As emoções sentidas no âmbito do processo de tratamento(s) de (in)fertilidade na tentativa de ter um filho biológico***

Das emoções mais frequentemente experienciadas no decurso dos tratamentos de (in)fertilidade os casais referem a esperança e a ansiedade, seguidas pela tristeza e o cansaço. As mulheres tendem a sentir mais frequentemente que os homens os sentimentos de ansiedade e cansaço. Esta tendência poderá eventualmente ser explicada devido ao facto de a maior parte dos tratamentos de (in)fertilidade mais intrusivos (e.g., microfertilização, fertilização *in vitro*, inseminação intrauterina) implicarem mais a mulher ou mesmo apenas a mulher no caso da doação de esperma (e.g., indução de crescimento folicular através de injeção subcutânea diária de hormonas; monitorização do crescimento folicular através de análises sanguíneas diárias numa determinada etapa do tratamento para determinar os níveis de estradiol e as ecografias endovaginais; sedação

endovenosa por anestesia geral para aspiração dos folículos) (Associação Portuguesa de Fertilidade, 2015). Os sentimentos de raiva e de inferioridade parecem ser os menos sentidos pelos participantes neste estudo.

#### ***4.5.1.3 A tomada de decisão de adotar uma criança***

Na tomada de decisão de adotar, metade das famílias refere que a iniciativa foi conjunta, ou sejam foi o casal que tomou a iniciativa quanto à possibilidade de adotar, outra quantidade considerável (i.e., 42.3%) de famílias refere que foi a mulher que tomou a iniciativa. Poucas famílias (i.e., 5.85%) referem que foi o marido e ainda menos (i.e., 1.9%) que foi uma decisão conjunta entre Pais e irmãos. Estes resultados revelam algumas diferenças comparativamente com as famílias do estudo espanhol realizado em Andaluzia, em que na maior parte das famílias (i.e., 60%) a iniciativa de adotar foi da mulher, com uma bastante menor percentagem de famílias cuja iniciativa foi conjunta (i.e., 19%) e ainda menor, embora superior à percentagem da presente investigação, em que a iniciativa coube ao homem (i.e., 14%) (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.2 Tempo de espera no processo de adoção***

O segundo objetivo específico da presente investigação consistia em averiguar quanto foi o tempo de espera pela criança a adotar, algumas das experiências dos Pais adotivos no decurso desta etapa, nomeadamente a frequência e qualidade da comunicação entre o casal acerca da adoção e os aspetos subjacentes à ansiedade e receios sentidos pelos candidatos.

##### ***4.5.2.1 A quantidade do tempo de espera no processo de adoção***

O tempo que as famílias adotivas da região do Algarve passaram em média à espera do filho foi de cerca de 2 anos e 3 meses, tempo médio muito semelhante, e mesmo ligeiramente inferior ao tempo médio divulgado pelo Instituto de Segurança Social (2014). Contudo, evidencia-se uma ampla variabilidade entre candidatos, uma vez que a família que relatou um menor tempo de espera foi de 2 meses e a que relatou um maior tempo de espera foi de 5 anos. Esta variabilidade considerável é também indicada pelo Instituto de Segurança Social (2014), sendo justificada pelas características das crianças

definidas como desejáveis pelos candidatos, o número de crianças adotáveis com essas características e o número de candidatos em lista de espera para adotar.

#### ***4.5.2.2 Frequência e qualidade da comunicação no casal acerca da adoção***

As famílias adotivas da presente investigação relatam uma comunicação em casal acerca da adoção, no decurso do tempo de espera entre moderada e frequente, e fácil.

#### ***4.5.2.3 A ansiedade e os receios acerca da adoção experienciados no tempo de espera***

Em relação a diferentes aspetos relacionados com a adoção, como com (a) as características, dificuldades ou eventuais problemas da criança adotada; (b) a aceitação social, as reações dos outros e dos próprios Pais à adoção e à criança adotada, e (c) a comunicação com a criança adotada acerca da sua história e a tentativa, por parte desta, de procurar a sua família biológica, os Pais adotivos percebem ter sentido globalmente, “ nenhuns ” ou “ quase nenhuns ” receios relacionados com estas temáticas específicas. Contudo, entre os aspetos considerados destacam-se como maiores receios (i.e., entre “ quase nenhuns ” e “ alguns ”) os que se referem às características, aos comportamentos, às dificuldades e/ou problemas da criança adotada, às suas influências genéticas, às possíveis dificuldades de adaptação à família adotiva e ainda ao receio de que os Pais biológicos procurem e/ou tentem recuperar a criança. Os aspetos relacionados com a aceitação social, as reações e aceitação dos outros e dos próprios Pais à adoção e à criança adotada são os que parecem não fazer parte do reportório de ansiedade e receios dos Pais adotivos no tempo de espera.

A tendência explanada no presente estudo não parece evidenciar as experiências frequentes de medos e receios referidos no estudo de Palacios et al. (1996), em que as famílias descrevem experienciar, no decurso do tempo de espera, várias preocupações e receios, principalmente o medo de não cumprir com as exigências ou critérios formais ou o desânimo para conseguir a adoção. Não obstante, no presente estudo os receios de não cumprirem com os requisitos formais e de não conseguirem a adoção não terem sido considerados no questionário, nas conversas com os Pais, durante os contactos telefónicos e/ou nas visitas domiciliárias, vários Pais referiram os receios e desespero sentidos no

início do processo e no tempo de espera, nomeadamente os receios “*de se terem esquecido de nós*” ou de “*terem perdido o nosso processo*”. A multiplicidade, complexidade e exigência, emocional, e muitas vezes física, de etapas que estas pessoas/casais têm de experienciar, muitas delas desde o processo de infertilidade até ao momento de a criança ser integrada na família, talvez imprima a necessidade de se centrarem, mais profunda e exclusivamente, na vivência de cada momento e em cada fase, apenas com os receios mais imediatos que lhe são inerentes. Esta poderá, eventualmente, ser uma hipótese explicativa para que os aspetos enunciados, e considerados na literatura científica, não tenham sido percebidos pelos Pais adotivos como receios frequentemente experienciados. Estes resultados e reflexões, tendo como base a análise comparativa com outros estudos, reforça igualmente a necessidade de incluir em investigações futuras os receios de “não cumprirem os requisitos legais”, de “serem esquecidos” ou de “ter havido algum problema com o processo individual ou de casal”.

#### ***4.5.3 A chegada da criança***

O terceiro objetivo específico da presente investigação compreendia examinar como decorreu a fase da “chegada da criança” à vida dos Pais adotivos. Mais especificamente, pretendia-se caracterizar a percepção parental acerca: (1) das informações fornecidas na apresentação da proposta da criança a adotar; (2) da discrepância entre a criança adotada e a criança imaginada ou desejada; (3) da evolução da criança desde a sua chegada/das características da criança no momento da chegada à família, e (4) da dificuldade/facilidade do papel de mãe/pai adotiva(o).

##### ***4.5.3.1 Percepção do casal acerca das informações fornecidas na apresentação da proposta da criança a adotar***

A percepção dos casais relativamente às informações fornecidas pela equipa de adoção aos candidatos, na apresentação da proposta da criança a adotar, revela-se bastante positiva. A maioria dos Pais considera que recebeu informações completas acerca de uma diversidade de aspetos específicos acerca da criança a adotar, nomeadamente sobre a sua saúde e crescimento, o seu desenvolvimento psicológico, a sua relação com a mãe, o pai, os irmãos e os avós biológicos, sobre a relação com outras crianças, a sua relação com os funcionários da instituição de acolhimento temporário, acerca da adaptação escolar e

rendimento académico e sobre as razões da retirada da família biológica. Importa ainda salientar para a maior parte dos aspetos supra explanados a segunda maior percentagem de respostas dos Pais se situa na percepção de que a informação era “Muito Completa”. A maioria dos Pais percecionou a informação relativa ao percurso institucional da criança como muito completa. A única informação que é maioritariamente percecionada como incompleta diz respeito à relação da criança a adotar com outros familiares biológicos.

As percepções parentais do presente estudo são bastante discrepantes das percepções parentais do estudo de Palacios et al. (1996) em que se evidencia uma avaliação muito pouco positiva dos dados fornecidos devido à insuficiência de informação fornecida à família. Uma elevada percentagem de famílias (i.e., 69.8%) avalia a informação fornecida como “insuficiente” ou “muito insuficiente”. Apenas cerca de metade dos casais que adotam na Andaluzia, Espanha, referem ter recebido alguma documentação médica ou psicológica da criança e avaliam a informação recebida sobre os antecedentes físicos e de saúde, e as circunstâncias sociais da criança como “insuficiente” ou “muito insuficiente” (Palacios et al., 1996). Evidenciando a escassez de informação fornecida aos Pais participantes no estudo Espanhol, 18% dos Pais revelam que não sabem se o filho esteve em alguma instituição de acolhimento temporário, 31.3% dos Pais revelam que não sabem quanto tempo o seu filho esteve institucionalizado, 62.5% dos Pais referem não terem recebido nenhuma informação acerca da família biológica da criança (Palacios et al., 1996). Contudo os autores salientam algumas características da amostra associadas às avaliações dos Pais acerca das informações fornecidas no momento da proposta. As famílias que adotaram filhos sem problemas iniciais tendiam a avaliar mais frequentemente de forma positiva a informação disponibilizada. As famílias que adotaram crianças com problemas de saúde mais severos tendem a avaliar de forma moderada a informação recebida, talvez devido ao facto de os problemas da criança serem mais óbvios e as famílias foram informadas sobre eles. As famílias que tendem a avaliar mais negativamente a informação disponibilizada são as famílias em que os filhos, muito rapidamente, no período pós adoção, revelam problemas de pequena ou média gravidade. É importante referir que 41 das crianças adotadas tinham problemas de pequena ou média gravidade quando integraram o lar adotivo (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.3.2 Percepção parental da discrepância entre a criança adotada e a criança imaginada ou desejada***

No que diz respeito à percepção parental acerca da discrepância entre a criança adotada e a criança que tinham imaginado ou desejado previamente, os resultados indicam que para a maior percentagem de Pais a criança corresponde às expectativas prévias, àquilo que os Pais tinham desejado ou sonhado. De facto, considerando conjuntamente as opções de “bastante semelhante ao que tinha sonhado/imaginado” e “diferenças pouco importantes” estas reúnem quase metade dos Pais adotivos participantes no estudo. Inversamente, uma minoria de Pais adotivos refere que “existem algumas diferenças” ou “uma grande diferença entre a criança adotada e a criança que tinham imaginado previamente”. Na discrepância entre o real e o desejado a maior parte dos Pais (i.e., um pouco mais do que metade) refere que “a criança é mais fácil do que tinham pensado previamente” e os restantes que “é mais difícil do que tinham pensado”. Existem ainda alguns Pais que referem nunca ter imaginado previamente a criança.

As percepções parentais no presente estudo corroboram as tendências positivas encontradas no estudo de Palacios et al. (1996), realizado com famílias adotivas de Andaluzia, em que mais de metade dos Pais revelam que os filhos adotivos são exatamente o que desejavam. Quanto aos Pais que consideram que os seus filhos são mais difíceis do que o que esperavam, a percentagem minoritária é muito semelhante à da presente investigação (i.e., 12.2% das famílias adotivas do Algarve e 8.5% das famílias adotivas de Andaluzia).

#### ***4.5.3.3 Percepção parental acerca da evolução da criança desde a sua chegada***

A perspetiva parental é igualmente positiva quando considerada a evolução da criança desde a sua chegada à casa da família. Os resultados sugerem que os Pais percebem existir uma grande evolução na criança desde o momento que integrou a família até ao momento atual em diferentes dimensões, considerando que a criança se encontra “melhor do que à chegada” ou “muito melhor que à chegada”, em diferentes áreas. As dimensões que se destacam é a do desenvolvimento global e a evolução social (i.e., a capacidade de relacionamento com os outros e a forma de receber, aceitar e demonstrar afeto). Estes resultados corroboram uma vez mais as tendências encontradas com as famílias adotivas andaluzas (Palacios et al., 1996), que consideram muito

positivamente a evolução dos seus filhos em todas as dimensões consideradas (e.g., saúde, cognição, resultados escolares, relação com os outros).

#### ***4.5.3.4 Percepção parental da dificuldade/facilidade do papel de mãe/pai adotiva(o)***

No que concerne à dificuldade/facilidade do papel de mãe/pai adotiva(o), os resultados indicam que os Pais tendem a referir que o seu papel é “tão difícil/fácil como esperava” ou “mais fácil” do que esperava, revelando que o seu papel parental é equivalente ou melhor do que as expectativas prévias.

#### ***4.5.4 Adaptação e desenvolvimento da criança***

O quarto objetivo específico da presente investigação consistia em averiguar as percepções parentais acerca da forma decorreu a adaptação e desenvolvimento da criança. Mais especificamente, pretendia-se determinar a percepção parental acerca: (1) da adaptação da criança à família adotiva; (2) das alterações verificadas na criança e na família num curto espaço de tempo pós-adoção; (3) da qualidade da comunicação conjugal perante os problemas com o filho; (4) da necessidade de repensar a continuidade da relação com a criança nos momentos mais difíceis; (5) do estado atual do filho; (6) da sua satisfação com as características do filho, e ainda (7) das múltiplas fontes de influência no comportamento do filho.

##### ***4.5.4.1 Percepção parental acerca da adaptação da criança à família adotiva***

No que concerne à percepção parental acerca da adaptação da criança à família adotiva, tendencialmente os Pais parecem percecionar uma “boa” adaptação da criança à família, situando-se a maior parte das suas respostas entre “bem-adaptado” e “muito bem adaptado”.

#### **4.5.4.2 Percepção parental acerca das alterações no filho 1 ano após a sua chegada à família**

De acordo com a percepção parental, um ano após a integração da criança na sua família as mudanças são para melhor nos diferentes aspetos considerados, destacando-se o desenvolvimento psicológico. Praticamente todos os participantes relatam melhorias ao nível do desenvolvimento psicológico, da relação com os outros membros da família, da adaptação escolar e rendimento académico, ao nível da saúde e crescimento e na relação com as outras crianças. A perspetiva parental da progressão da criança após a integração na família comparativamente ao momento da chegada é bastante positiva. Poderia ser relevante que potenciais candidatos e candidatas a Pais adotivos pudessem ter acesso a esta informação antes de adotarem uma criança, para que fosse possível terem expectativas realistas perante a adoção. É importante que tenham acesso a informações “reais” que exemplifiquem as mais-valias e pontos fortes em situações de adoção, bem como a algumas das dificuldades mais identificadas por Pais adotivos, para que possam, no decurso do tempo de espera, prepararem-se para as situações que perspetivam poder experienciar no futuro.

#### **4.5.4.3 Qualidade da comunicação conjugal em momentos de problemas com o filho**

Nos momentos em que experienciaram problemas com o filho, os Pais referem ter uma comunicação entre si com uma “boa qualidade”. Mais uma vez a perspetiva das experiências vivenciadas em família no âmbito do processo da adoção parecem ser bastante positivas e apoiantes entre o casal, de acordo com a perspetiva parental, mesmo em momentos mais difíceis. No mesmo sentido, as famílias adotivas andaluzas, do estudo espanhol, também revelam contar com o apoio mútuo conjugal perante as dificuldades com o filho (Palacios et al., 1996).

#### **4.5.4.4 Necessidade de repensar a continuação da relação com a criança em momentos difíceis**

Quase todos os Pais adotivos participantes referem que nunca aconteceu existir um momento em pensaram “que as coisas não estavam a correr bem e que seria necessário repensar a continuação da relação com a criança”, o que parece salientar o sentido de

afiliação e incondicionalidade construída nestes Pais com os filhos. Contudo, não obstante, constituírem uma minoria, o facto de 3 participantes terem referido que repensaram na continuação da relação com a criança salienta a importância de investigadores, profissionais e serviços tentarem mergulhar a fundo nestas situações no sentido de identificar os fatores de risco nestas famílias e de que forma estes podem ser diminuídos, controlados ou erradicados na fase pré-adoção.

#### ***4.5.4.5 Percepção dos pais adotivos acerca do estado atual do filho***

A percepção parental acerca do estado atual do filho situa-se entre “bem” e “muito bem” na globalidade dos diferentes aspetos considerados. Destacam-se como aspetos mais positivos as relações dos filhos com os familiares. A relação com o pai e a relação com os avós constituem os aspetos mais mencionados como positivos. Segue-se a relação com a mãe e a saúde e crescimento. São também positivamente percebidos aspetos como a relação com outros familiares e a relação do filho com os pares, o desenvolvimento psicológico, a relação com irmãos, quando eles existem. Por último os Pais referem a adaptação escolar e rendimento académico/profissional que, não obstante apresentar a apreciação mais baixa se encontra também qualificado como entre “bem” e “muito bem”. A concordância entre as opiniões individuais parentais é também evidente.

Estes resultados, mais uma vez corroboram o estudo realizado com famílias adotivas andaluzas em que quase a totalidade dos Pais avaliam as características atuais dos filhos de forma muito positiva, opinando que os seus filhos estão entre “bem” e “muito bem” na relação com os outros, na saúde e crescimento e no desenvolvimento psicológico (Palacios et al., 1996). Tal como no presente estudo, a adaptação escolar e rendimento académico/profissional é o aspeto menos positivamente avaliado pelos Pais no estudo Andaluz. Contudo, no estudo espanhol, uma percentagem considerável de Pais revela-se medianamente “satisfeitos” e “insatisfeitos” com a adaptação escolar e rendimento académico dos filhos (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.4.6 Satisfação dos pais com as características do filho***

Em termos de apreciação global, os Pais adotivos consideram-se entre “bastante satisfeitos” e “muito satisfeitos” com as características do filho, salientando-se a tónica positiva da opinião parental acerca dos filhos. Estes resultados corroboram os resultados

do estudo de Palacios et al. (1996) uma vez que a quase totalidade das famílias participantes referem a sua satisfação com as características atuais do seu filho (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.4.7 Percepção parental das múltiplas fontes de influência no comportamento do filho***

Quanto às múltiplas fontes de influência no comportamento do filho, as respostas dos Pais revelaram uma tendência interessante, uma vez que perspetivam como maiores fontes de influência os aspetos relacionados com a família adotiva e como menores fontes de influência os aspetos associados à família biológica e à história prévia da criança, antes da adoção. Mais especificamente, as experiências da criança na família adotiva, a educação proporcionada pelos Pais adotivos e os exemplos observados na família adotiva são, na percepção dos Pais, as maiores fontes de influência no comportamento dos filhos. Inversamente, os exemplos observados na família biológica, as primeiras experiências da sua vida antes da adoção e os seus antecedentes genéticos, constituem os aspetos percecionados pelos Pais como menores fontes de influência no comportamento dos filhos. A um nível intermédio, fontes de influência como a escola, os amigos e o bairro onde vive com a família adotiva são consideradas como influenciando entre “moderadamente” e “bastante” os comportamentos dos filhos. O facto de os Pais valorizarem os aspetos diretamente relacionados com as experiências, os exemplos e a educação que proporcionam aos filhos como fortes determinantes dos comportamentos dos filhos, pode constituir uma enorme vantagem para estas famílias na medida em que pode edificar uma importante condição propulsora de investimento parental. Crenças parentais na sua potencial influência no comportamento dos filhos pode também beneficiar possíveis interpretações dos comportamentos dos filhos e aumentar as expectativas positivas em relação aos seus comportamentos cujos efeitos positivos são incontestáveis. Paralelamente, a percepção de que os aspetos relacionados com a genética, as experiências menos positivas com a família biológica e outras experiências de vida da história prévia da criança possam ser menos influentes no comportamento do filho pode, eventualmente, ter o poder para diminuir a incidência de interpretações menos positivas acerca do comportamento destes, de expectativas menos positivas a este respeito, bem como de legitimação para um parco investimento parental. Contudo, é importante que as famílias adotivas consigam conceber uma imagem realista da criança, valorizando,

obviamente, todo o imenso contributo que podem ter no comportamento do filho, mas aceitando também, compreendendo e apoiando tudo o que possam ser os resquícios integrantes do que a criança é em função das continuidades e descontinuidades das experiências vivenciadas desde o seu início. Estes resultados parecem corroborar as tendências globais relativas à percepção dos Pais adotivos andaluzes acerca das fontes de influência no comportamento dos filhos. Estes tendem igualmente a atribuir um papel fundamental às influências que os contemplam e a desvalorizar os contributos quer das experiências prévias da criança (i.e., pré-adoção), quer às genéticas. É interessante verificar que entre a pequena percentagem de Pais andaluzes que valorizam os antecedentes genéticos como influência não se encontra nenhum dos Pais que adotaram irmãos biológicos, tendendo a ser as famílias que integraram crianças com necessidades especiais e que adotaram crianças com quem já tinham uma relação prévia de parentesco ou de proximidade. Salientando-se as principais diferenças entre o presente estudo e o Espanhol, os Pais adotivos andaluzes parecem valorizar mais do que os algarvios as influências da escola nos comportamentos dos filhos (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.5 A criança/o jovem adotada(o) na família***

O quinto objetivo específico do presente estudo residia em examinar as percepções parentais acerca das mudanças na família desde a chegada da criança e acerca da forma como a família tem construído a sua identidade como família adotiva, comparativamente às famílias não adotivas. Mais especificamente, pretendia-se analisar a percepção parental acerca: (1) da intensidade das mudanças na vida após a chegada do filho; (2) da facilidade/dificuldade e felicidade da vida familiar como consequências da adoção; (3) do nível e tempo de integração do filho na família; (4) das especificidades da sua família quando comparada com as famílias convencionais não adotivas; (5) da interpretação parental “adotiva” dos comportamentos do filho; (6) da criança ou do jovem adotada(o) ser considerado pelas pessoas do meio envolvente (i.e., familiares, amigos e vizinhos) como membro da família; (7) dos elementos importantes na comunicação próxima com o(a) filho(a); (8) dos recursos utilizados pelo(a) filho(a) perante os problemas; (9) da satisfação parental na comunicação com o(a) filho(a), (10) do comportamento afetivo do(a) filho(a) com as pessoas significativas; (11) do surgimento do tema da adoção perante um problema de disciplina ou conflito, e, por fim, (12) das ameaças de devolução da criança à família ou instituição de origem.

#### ***4.5.5.1 Percepção parental da intensidade das mudanças na sua vida após a chegada do filho***

A maioria dos Pais refere alterações de intensidade moderada em diferentes aspetos da sua vida desde a chegada do seu filho adotivo. As mudanças ao nível pessoal (i.e., consigo próprio), seguida de mudanças pessoais na(o) sua/seu companheira(o) são as que revelam maior intensidade na perspetiva parental (i.e., entre “algumas” e “bastantes” mudanças). As mudanças no funcionamento e no ambiente familiar em geral e na vida social/convívio seguem de muito perto as tendências de intensidade moderada previamente relatadas. As mudanças no trabalho são relatadas com menor intensidade e, por último, as mudanças ao nível dos outros filhos que são consideradas pelos Pais como maioritariamente ausentes, tendência compreensível uma vez que a maior parte das famílias participantes a criança adotada foi o primeiro filho do casal. Os resultados apurados revelam algumas diferenças comparativamente com os Pais adotivos do estudo realizado em Andaluzia que revelam que as maiores mudanças são a nível social, aspeto que não foi o que se destacou junto das famílias adotivas do Algarve (Palacios et al., 1996). A maior semelhança entre os Pais de ambas as nacionalidades são as mudanças relatadas a nível pessoal, que são valorizadas por um número muito elevado de Pais como mudanças moderadas e com percentagens muito semelhantes.

#### ***4.5.5.2 Facilidade/dificuldade e felicidade da vida familiar percebidas pelos pais como consequências da adoção***

Considerando ainda o impacto da adoção nas suas vidas, os Pais adotivos parecem equacionar com alguma neutralidade o grau de facilidade/dificuldade, uma vez que tendem a responder maioritariamente de forma neutra a esta questão (i.e., as suas vidas não se tornaram “*Nem mais difíceis nem mais fáceis*”). No que se refere à percepção parental da felicidade, os Pais tendem a opinar que as suas vidas se tornaram entre “Mais feliz” e “Muito mais feliz” após a adoção, corroborando os resultados do estudo realizado com famílias adotivas de Andaluzia, em que a quase totalidade dos participantes refere que a sua vida se tornou mais feliz (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.5.3 Percepção parental do nível e tempo de integração do(a) filho(a) na família***

Na percepção da quase totalidade dos Pais adotivos o filho encontra-se plenamente integrado na família. Nenhum dos Pais referiu que o seu filho não se encontra integrado na família e apenas um reduzido número de famílias refere que o seu filho se encontra parcialmente integrado. Estes resultados corroboram os resultados relatados no estudo realizado em Espanha com famílias andaluzas, com resultados muito semelhantes em termos percentuais, em que a quase totalidade dos Pais percebe que os filhos estão plenamente integrados na sua família (Palacios et al., 1996). No presente estudo as famílias referem que a integração da criança na família ocorre após cerca de 4 meses, em média, da chegada à família. Mais uma vez a semelhança dos resultados com o estudo realizado em Andaluzia é elevada, sendo relatado no estudo Espanhol os 3 meses como tempo de integração da criança na família (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.5.4 Perspetiva parental da sua família quando comparada com as famílias convencionais não adotivas***

A grande maior parte dos Pais adotivos do Algarve refere que a sua família, sendo adotiva, é totalmente semelhante às famílias convencionais. Uma pequena parte dos participantes sente que a sua família é apenas parcialmente diferente e uma figura parental refere que, por ter um filho adotado, a sua família é muito diferente das famílias convencionais. No estudo realizado em Espanha, Andaluzia, os resultados revelam a mesma tendência, a maioria dos Pais sente-se semelhante às famílias sem filhos adotivos (Palacios et al., 1996).

A maioria dos Pais da região do Algarve refere não sentir que é mais difícil ser pai/mãe adotivo(a) comparativamente com o ser pai/mãe biológico(a). Existem também mais de uma dezena de figuras parentais que mencionam que ser pai/mãe adotivo(a) é mais difícil do que ser pai/mãe biológico(a). Mais uma vez estes resultados parecem corroborar os do estudo realizado em Espanha em que uma percentagem considerável de Pais, aliás quase três vezes maior do que a de Pais adotivos da região do Algarve, refere as dificuldades acrescidas em ser pai/mãe adotivo(a) comparativamente a ser pai/mãe biológico(a), devido ao processo de revelação, à adaptação da criança à família, e também

as expectativas e exigências excessivas que os Pais adotivos se colocam a si próprios devido às responsabilidades com os seus filhos (Palacios et al., 1996).

Quando consideradas as necessidades e preocupações diferenciais das crianças adotadas comparativamente às não adotadas a maioria dos Pais refere que as crianças adotadas não têm necessidades e preocupações diferentes, mas uma percentagem considerável (i.e., quase metade da percentagem de Pais que consideraram o oposto) refere que estas crianças têm de facto necessidades e preocupações específicas que as crianças não adotadas não têm. Estes resultados, uma vez mais corroboram os resultados do estudo realizado em Andaluzia, em que a maioria dos Pais defende não existir diferenças entre filhos adotados e biológicos e uma percentagem ainda considerável defende que os filhos adotivos têm maiores necessidades ou problemas específicos, uma maior necessidade de afeto e maiores preocupações (Palacios et al., 1996).

No que se refere à necessidade de os Pais darem mais afeto aos filhos adotivos comparativamente com os filhos biológicos, a grande maior parte dos Pais refere que não, ou seja, que os filhos adotivos não devem ter mais afeto por parte dos Pais, corroborando os resultados do estudo espanhol com Pais adotivos de Andaluzia (Palacios et al., 1996).

Quando se considera o grau de exigência, a quase totalidade dos Pais adotivos da região do Algarve refere que os Pais devem ser igualmente exigentes com os filhos, quer se trate de filhos adotados, quer de filhos não adotados, havendo apenas 3 Pais que opinam que os Pais adotivos devem ser menos exigentes com os filhos adotivos. Foram encontradas diferenças nas opiniões parentais em função do género, em que os pais adotivos têm tendência para a opinar mais do que as mães adotivas que não se deve ser igualmente exigente com os filhos adotivos comparativamente com os filhos biológicos.

#### ***4.5.5.5 Interpretação parental “adotiva” dos comportamentos do filho***

A quase a totalidade de Pais adotivos refere que quando o seu filho adotivo faz algo que não gosta ou não compreende não pensa que o seu comportamento se deve ao facto de ser adotado. No entanto há 5 Pais que referem pensar que sim nestas circunstâncias.

#### ***4.5.5.6 Percepção social da criança ou do jovem adotada(o) como membro da família***

Todos os Pais adotivos da região do Algarve, participantes no presente estudo, referem que as pessoas do meio envolvente (e.g., familiares, amigos e vizinhos) consideram a criança adotada como mais um membro da família. Estes resultados corroboram mais uma vez os resultados do estudo Andaluz com Pais adotivos (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.5.7 Percepção parental dos elementos importantes na comunicação próxima com o filho***

De acordo com a percepção parental, os filhos tendem a manter uma comunicação mais estreita com “ambos os Pais, indistintamente”, em mais de metade das famílias. Numa percentagem considerável de famílias os Pais referem que os filhos mantêm uma “comunicação mais estreita com a mãe”, uma minoria refere “com o pai” e 4 dos Pais adotivos referem “com ninguém”. Esta última tendência para que o filho não mantenha uma comunicação estreita “com ninguém” parece ser preocupante e constituem circunstâncias familiares que devem ser minuciosamente analisadas devido à gravidade das consequências que lhe podem ser associadas.

#### ***4.5.5.8 Percepção parental dos recursos utilizados pelo filho perante problemas***

Os Pais adotivos referem maioritariamente que os filhos adotivos quando têm um problema tendem a recorrer a qualquer um dos Pais adotivos, uma percentagem considerável refere que a criança recorre à mãe e uma percentagem menor ao pai, apenas um pai adotivo refere que o seu filho tende a recorrer a algum irmão ou a outro membro da família. A opção “quando tem um problema cala-se e tenta resolvê-lo sozinho”, não foi selecionada por nenhum dos Pais adotivos. Estes resultados parecem sugerir que as crianças adotadas do presente estudo tendem a acreditar que podem contar com os Pais, ou outros membros da família, perante os problemas.

#### ***4.5.5.9 Satisfação parental na comunicação com o(a) filho(a)***

Maioritariamente estes Pais tendem a sentir-se entre “Satisfeitos” e “Muito Satisfeitos” com a comunicação com o filho.

#### ***4.5.5.10. Percepção parental do comportamento afetivo do(a) filho(a) com as pessoas significativas***

Os Pais percebem que os filhos, em geral, revelam comportamentos afetuosos com as pessoas significativas do seu ambiente, destacando-se o comportamento afetivo com a mãe, em seguida com o pai, e com os avós, situando-se, em média, entre o “comportamento afetivo” e “muito afetivo”. Os comportamentos afetivos com os irmãos, os colegas e amigos e os professores são percebidos pelos Pais adotivos como entre o “normal” e o “afetivo”. É de destacar que, no que se refere às relações com os colegas e amigos, as mães adotivas tendem a perceber um comportamento mais afetivo do filho com os colegas e amigos do que os pais adotivos.

#### ***4.5.5.11. Surgimento do tema da adoção perante um problema de disciplina ou conflito***

A maioria dos Pais adotivos refere que o tema da adoção não surge quando ocorre algum problema de disciplina ou conflito. Contudo, o facto de existirem Pais, mesmo que em número reduzido, que aludem que este tema é mencionado em circunstâncias de tensão e atrito deve ser bem explorado na medida em que sugere comportamentos de menor adequação que podem ter repercussões para o desenvolvimento emocional da criança.

#### ***4.5.5.12. Ameaça de devolução da criança à família ou instituição de origem***

A maioria dos Pais adotivos refere que nunca disseram ao filho que podiam devolvê-lo(a) à família ou instituição de origem. Contudo, o facto de duas figuras parentais terem referido que já o fizeram, mais uma vez, sublinha a necessidade de compreender quais os fatores associados a estas circunstâncias e tentar erradicá-los pelas

consequências nefastas que este comportamento poderá ter no sentido de segurança e de incondicionalidade na relação da criança com os seus Pais adotivos.

#### ***4.5.6 A revelação: comunicação pais-filho acerca da adoção e do passado pré-adotivo da criança***

O sexto objetivo geral do presente estudo pretende analisar o processo de partilha de informação e de comunicação entre os Pais adotivos e os filhos sobre a sua condição de adotado e a sua história prévia à adoção. Mais especificamente pretende-se investigar: (1) o estado atual da revelação nas famílias adotivas; (2) a percepção parental da informação específica a ser partilhada com o filho acerca do seu passado pré-adotivo; (3) quem foi a primeira pessoa a iniciar o processo de revelação e como foi a tomada de iniciativa; (4) a idade de início do processo de revelação; (5) se existiu uma preparação prévia para o processo de revelação e quais foram as sugestões formais fornecidas; (6) a percepção parental acerca do ambiente e as duas avaliações do processo de revelação; (7) as percepções parentais sobre as atitudes do filho no processo de revelação; (8) as ideias parentais acerca da revelação; (9) o grau de dificuldade parental no processo de revelação; (10) as preferências parentais relativas às ideias dos filhos acerca dos pais biológicos; (11) a percepção parental acerca do interesse de crianças e jovens adotados em relação à vida prévia à adoção; (12) a percepção parental acerca do impacto social da adoção, e, por fim, a (13) percepção parental acerca da importância da preparação da criança/jovem adotado para enfrentar situações sociais.

##### ***4.5.6.1 Estado atual da revelação nas famílias adotivas***

A maioria dos Pais adotivos do presente estudo (i.e., 85.5%) refere já ter falado com os filhos sobre a sua situação de adotados. Entre os 20 Pais adotivos que referem nunca ter falado com os seus filhos sobre a sua situação de adotado, a quase totalidade refere que o pretende fazer e 5% (i.e., n=1) refere que não está a pensar falar de adoção com ele. Embora a grande maioria dos Pais aborde com os filhos a questão da adoção é preocupante que exista ainda uma quantidade considerável de Pais que ainda não o tenham feito quando toda a literatura científica é muito clara e consistente acerca dos benefícios da revelação. Adicionalmente, também nos foi transmitido pela equipa da Segurança Social que a questão da importância da revelação é um tema bastante salientado pela equipa na relação com os Pais adotivos. No decurso da recolha de dados

diversas famílias nos relataram que a equipa da segurança social partilhou com eles várias informações muito úteis sobre a revelação e que tinha sido salientada a importância de esta ser feita com abertura, em família. É preocupante que existam famílias com dificuldades a este nível, mais ainda existirem famílias que assumam negar o direito da criança à revelação. Importa repensar estratégias para que estas situações, mesmo que minoritárias, não continuem a persistir.

A revelação nas situações em que a criança adotada é mais velha assume características muito diferentes, uma vez que a criança já tem “acesso direto” e memórias mais claras e concretas da sua vida pré-adotiva. Por isso, a importância de compreender a percepção dos Pais acerca da relevância da revelação em situações de adoção de crianças mais velhas. A maioria dos Pais opinou que nestas circunstâncias, a revelação, seria necessária ou totalmente necessária. Contudo, alguns Pais (i.e., 12.9%) acham que é “indiferente” e uma minoria de Pais (i.e., 5.7%) acha que é “desnecessário”, o que mais uma vez reforça a necessidade de que a revelação seja explorada com os Pais de forma a que evite tais posições.

Os resultados do estudo Espanhol, realizado com famílias adotivas de Andaluzia, revelam que cerca de metade das crianças destas famílias sabiam que eram adotadas (i.e., 52.4%) e praticamente outra metade ainda não sabia (Palacios et al., 1996). Comparativamente com os resultados do presente estudo salienta-se a percentagem considerável da amostra portuguesa, da região do Algarve, de filhos que já sabiam da sua condição de adotados. De forma semelhante, também no estudo espanhol, a maioria dos Pais adotivos que ainda não tinha contado aos filhos a sua condição de adotado revelou que pretendia vir a fazê-lo. Contudo, salienta-se uma minoria de Pais que referem ter dúvidas acerca de contar ou não a condição de adotado aos filhos e 2,3% de Pais que não estão a pensar fazê-lo (Palacios et al., 1996).

Importa ainda referir que embora a quase totalidade (i.e., 96.4%) de Pais adotivos tenham indicado que conhecem os motivos pelos quais a criança ficou disponível para a adoção, uma minoria de Pais adotivos refere não conhecer os motivos. Entre os Pais que referiram conhecer os motivos, pouco mais de metade das crianças conhecem esses motivos e praticamente outra metade não. Contudo, a quase totalidade de Pais adotivos refere que tem a intenção de vir a contar ao seu filho todas as razões que levaram a que ele pudesse ser adotado, embora persista uma minoria (i.e., 2.7%) que pensa não o fazer.

#### ***4.5.6.2 Percepção parental da informação específica a ser partilhada com as crianças acerca do seu passado pré-adotivo***

A maioria dos Pais adotivos do presente estudo refere que as crianças adotadas devem ter acesso a informação específica bastante diversificada no que se refere ao seu passado pré-adotivo. A informação específica que reúne maior consenso entre os participantes é o facto de perceberem que a criança deve ter acesso à informação de que é adotada. Seguidamente, a informação acerca das razões que levaram os Pais adotivos a adotarem e acerca de toda a sua história antes da adoção, na opinião da grande maioria dos Pais, também deve ser partilhada com a criança. As informações relativas ao facto de a mãe biológica ter renunciado a criança, acerca das características dos Pais biológicos (e.g., doenças) e acerca da localização dos Pais biológicos são aquelas que, embora os Pais tenham respondido maioritariamente como sendo informações que devem também ser partilhadas com as crianças, existe uma percentagem considerável de Pais adotivos que opinam em sentido contrário, ou seja, que é informação que não deve ser partilhada com a criança. De facto, o aspeto que reúne menor percentagem de respostas afirmativas, embora igualmente em número elevado, é a partilha de informação acerca da localização dos Pais biológicos.

#### ***4.5.6.3 Idade de início do processo de revelação***

A idade média de revelação relatada pelos Pais adotivos do presente estudo (i.e., 28 meses, ou seja, menos de 2 anos e meio) é reveladora da intenção parental de iniciar o processo de revelação o mais precocemente na vida do seu filho. De facto, esta tendência é muito positiva se considerarmos que a literatura científica sugere as vantagens de iniciar a revelação o mais cedo possível. Desta forma, a criança pode crescer a aceitar e a integrar a sua condição de adotado e a sua história com a mesma naturalidade com que conhece e apreende outras características acerca de si próprio, dos outros e do mundo que a rodeia. Estes resultados corroboram as idades indicadas pelos Pais adotivos de Andaluzia, uma vez que quase metade dos participantes referiram que a revelação foi iniciada antes dos 4 anos de idade das crianças (Palacios et al., 1996). Contudo, uma percentagem considerável foi iniciada após os 4 anos de idade e após os 6 anos de idade (Palacios et al., 1996) o que revela a importância de os profissionais e serviços envolvidos no processo de adoção explorarem mais profundamente a questão da idade ideal para iniciar o processo da revelação e de implementarem as melhores estratégias capazes de transmitir

aos Pais que a diferentes idades, pela sua progressiva complexidade cognitiva e sócio emocional, correspondem diferentes necessidades de informação por parte das crianças e dos jovens e também a diferentes formas de a integrarem.

#### ***4.5.6.4 Primeira pessoa a iniciar o processo de revelação e tomada de iniciativa***

De acordo com a informação fornecida pelos Pais, quase metade dos Pais que já iniciaram o processo de revelação fizeram-no pela primeira vez em conjunto (i.e., a mãe e o pai). Seguidamente, numa percentagem muito menor (i.e., 21.4%), foram as mães a iniciar o processo, os pais (i.e., 6%). Numa percentagem semelhante a esta última foram profissionais e por fim foram outras pessoas não especificadas. Estes resultados corroboram os resultados do estudo com Pais de Andaluzia, em que na maior parte das vezes quem iniciou o processo de revelação foram as mães e os pais (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.6.5 Preparação prévia para o processo de revelação e sugestões formais***

A maior parte dos Pais do presente estudo refere não ter tido qualquer tipo de preparação prévia para o processo de revelação e uma percentagem considerável respondeu que se preparou de alguma forma.

Em relação a sugestões, uma grande maioria de Pais (i.e., 75%) referiu ter recebido sugestões acerca da revelação, por parte da equipa de adoção. De facto, a este respeito, diversas famílias no decurso das visitas domiciliárias referiram as sugestões fornecidas pela equipa de adoção ou, por vezes, quando alguém da equipa de recolha de dados respondia a questões colocadas pelos Pais acerca da revelação os Pais respondiam algo como, “*pois, foi o que a equipa de adoção nos disse*”. No decurso das visitas domiciliárias algumas famílias também partilhavam com a equipa alguns livros que tinham adquirido sobre o tema. Atualmente estão disponíveis no mercado uma ampla variedade de livros que têm como público-alvo as crianças ou os Pais, e que pretendem precisamente constituir um importante suporte para o processo de revelação. Importa realçar que o processo de adoção se reveste de uma multiplicidade de aspetos importantes a considerar, que não são, necessariamente, intuitivos ou baseados na sensatez ou sensibilidade parental, sendo importante que os Pais possam ter acesso a uma variedade de informação para que possam ter experiências felizes, adequadas e tranquilas com os filhos ao longo

do processo de revelação, que pode ter consequências importantes na construção da identidade e na vida dos filhos. Estes resultados são concordantes com os do estudo Espanhol, uma vez que mais de metade dos Pais adotivos Andaluces (i.e., 61.5%) referem que decidiram prepara-se para a revelação, principalmente através de conversas em casal, ou, numa menor percentagem de famílias consultando profissionais ou lendo livros. Também se verificou que uma percentagem considerável de Pais (i.e., mais de um terço dos Pais) não se preparou de forma alguma (Palacios et al., 1996). No que se refere às sugestões da equipa de adoção, apenas uma reduzida percentagem de Pais (i.e., 14%), consideravelmente inferior à percentagem de pais adotivos do presente estudo, refere ter recebido alguma sugestão, mas essencialmente relacionada com o facto de ser importante dizer à criança que é adotada (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.6.6 Ambiente e avaliação do processo de revelação***

A maior parte dos Pais adotivos considera que a primeira conversa acerca da adoção ocorreu num ambiente positivo. Uma percentagem relativamente semelhante e considerável de Pais refere que ocorreu num ambiente muito positivo. Uma pequena percentagem refere que o ambiente foi neutro (i.e., nem positivo, nem negativo) e uma minoria (i.e., 2.5%) refere ter sido num ambiente negativo. De forma semelhante, no que se refere à avaliação da revelação a maioria de Pais refere ter sido “muito satisfatória” e uma percentagem considerável revela ter sido “satisfatória”. Uma minoria de Pais faz uma avaliação neutra da revelação. Embora para a generalidade das famílias o momento do início da revelação pareça ter-se constituído como um bom primeiro momento, é importante, tal como já foi considerado previamente, não descurar as famílias que associam a este momento apreciações menos positivas. Cabe aos profissionais compreenderem melhor estas situações para que seja possível diminuir ao máximo ou erradicar estes relatos menos promissores.

#### **4.5.6.7 Percepções parentais sobre as atitudes do filho no processo de revelação**

As atitudes das crianças adotadas perante o processo de revelação, de acordo com os relatos dos Pais, são, em geral, bastante positivas, na medida em que tendencialmente

falam com naturalidade acerca do seu passado, colocam questões ao longo do tempo e não revelam atitudes de rejeição, desconforto ou inquietude em relação à temática da adoção e ao seu passado. Estes resultados corroboram os resultados do estudo Espanhol realizado com famílias andaluzas, uma vez que, em geral, a reação das crianças é positiva (Palacios et al., 1996).

Não obstante este cenário global, importa salientar que algumas crianças, entre as participantes, rejeitam falar sobre o tema (i.e., 2 crianças), revelam-se desconfortáveis e inquietas quando se fala de adoção (i.e., 2 crianças), não abordam o tema espontaneamente e não revelam curiosidade sobre o tema (i.e., 9 crianças), não colocam questões sobre o tema à medida que vão crescendo (i.e., 16 crianças), não falam com naturalidade sobre a adoção (i.e., 5 crianças) e não iniciam nem fazem questões com frequência acerca da adoção (i.e., 26 crianças). Mais uma vez estes resultados são concordantes com os apurados no estudo de Palacios et al. (1996), em que percentagens menores de crianças tendem a revelar indiferença ou reações negativas perante a revelação. Assim, analisando o “reverso da medalha” salientam-se alguns aspetos dignos de consideração. É importante perceber porque é que estas situações acontecem. O que poderá estar subjacente a esta recusa da temática por parte das crianças.

#### ***4.5.6.8 Ideias parentais acerca da revelação***

Parecem existir algumas ideias acerca da revelação que os Pais tendem a concordar e outras que os Pais tendem a discordar. A ideia “*É melhor sermos nós a dizer-lhe, do que ele saber por outros*” é a que a reúne maior consenso na neutralidade, ou seja, os Pais tendem a colocar-se numa posição intermédia de “não concordo nem discordo”, o que é algo surpreendente na medida em que seria expectável que os Pais sentissem que deveriam ser os Pais as pessoas privilegiadas na partilha de informações e ideias sobre algo tão importante na vida do filho. A quase totalidade dos Pais “concorda” ou “concorda totalmente” com as ideias de que “*O melhor é falar de forma natural sobre o tema cada vez que ele surge espontaneamente*” e de que “*A criança deve ir conhecendo toda a sua história*”. No sentido inverso, quase metade dos Pais discordam com a ideia de que “*Se a adoção for explicada de forma adequada, uma vez será suficiente*” e uma percentagem considerável de Pais discorda da ideia de que “*Se ele não toca no assunto nós também não o devemos fazer*”. Tendem igualmente a discordar da ideia de que “*A criança deve*

*saber que é adotada, mas não os motivos porque seria muito doloroso*”. Este relatório parental de ideias sobre a revelação é muito adequado na medida em que são concordantes com o que é referido como mais benéfico para a criança na literatura científica sobre a revelação. No entanto, importa ainda salientar a existência de diversos Pais cujas ideias sobre a revelação são opostas às supra explanadas ou que revelam posições de neutralidade (i.e., nem concordam nem discordam) em relação a elas. Estas tendências, ainda que minoritárias, revelam a necessidade de um maior investimento por parte dos profissionais especialistas e/ou envolvidos no processo de adoção, na preparação, reflexão e partilha de informação e na promoção de competências sobre o processo de revelação com os candidatos à adoção e com os Pais adotivos.

#### ***4.5.6.9 Grau de dificuldade parental no processo de revelação***

Em relação ao grau de dificuldade que os Pais sentem ao abordar com o seu filho as suas origens, os Pais tendem a responder graus de dificuldade intermédios positivos, ou seja, a posição global situa-se entre o “nem fácil nem difícil” e “fácil”. Estes resultados corroboram as tendências apuradas no estudo Espanhol, em que quase metade dos Pais refere que é de alguma forma fácil a partilha desta informação com os filhos, cerca de 17% dos Pais sente uma complexidade moderada e ainda uma percentagem considerável de Pais (i.e., 34.6%) experiência estes momentos como difíceis (Palacios et al., 1996).

#### ***4.5.6.10. Preferências parentais relativas às ideias dos filhos acerca dos pais biológicos***

As preferências parentais acerca das ideias dos filhos sobre os Pais biológicos são maioritariamente entre “neutra” e “positiva”. Estes resultados são concordantes com a literatura científica sobre a temática que defende que o ideal é que as crianças e jovens adotados possuam ideias realistas dos Pais, com alguma neutralidade, para que não os idealizem, por um lado, sentido que foram “arrancados” por outros dos seus verdadeiros Pais que os amavam e desejava e simplesmente não tinham condições para os terem e por outro não lhes associarem uma excessiva carga negativa que pode ser prejudicial numa fase da construção da sua identidade.

***4.5.6.11. Percepção parental acerca do interesse de crianças e jovens adotados em relação à vida prévia à adoção***

Globalmente considerada, a percepção parental dos Pais é que os filhos revelam “interesse” em relação à sua vida prévia à adoção. Esta consciencialização parental do interesse dos filhos, e das crianças e/ou jovens adotados em geral, pela sua história de vida (incluindo a prévia à adoção) pode assumir um papel muito importante no respeito, compreensão e apoio dos Pais neste percurso de “redescobertas” acerca de si próprios que eles vão construindo no decorrer das suas vidas.

***4.5.6.12. Percepção parental acerca do impacto social da adoção***

No que se refere ao impacto social da adoção, os Pais adotivos tendencialmente referem não tentar evitar socialmente temas associados à adoção e não sentirem preconceitos dos outros em relação aos seus filhos pelo facto de serem adotados. Esta tendência geral é concordante com a abertura que a maior parte dos Pais revela acerca de diversos aspetos da revelação. Contudo, interessa salientar que no decurso das visitas domiciliárias algumas famílias foram relatando uma minoria de reações sociais menos positivas, de alguns familiares, professores ou vizinhos. Adicionalmente, muitas famílias relataram os elogios sociais que lhes foram sendo dirigidos pela sua opção em adotar, o que levanta a questão se não existirá de alguma forma uma discriminação pela positiva. Se assim não fosse por que razão existe a tendência para utilizar adjetivos associados ao altruísmo, coragem e bondade dos Pais adotivos que não parece ser tão evidenciada em relação aos pais biológicos quando optam por ter um filho?

***4.5.6.13. Percepção parental acerca da importância da preparação da criança/jovem adotado para enfrentar situações sociais***

Mais de metade dos Pais refere que é importante preparar as crianças/os jovens para enfrentar situações sociais em que seja feita a alusão de ser adotado e uma percentagem ainda considerável de Pais refere que não.

#### ***4.5.7 Futuro e avaliação global do processo de adoção***

O sétimo objetivo geral do presente estudo pretendia analisar a forma como os Pais adotivos perspetivam o seu futuro familiar no que se refere ao processo de adoção. Especificamente, os objetivos eram analisar a: (1) preocupação futura dos Pais em relação ao filho pelo facto de ser adotado; (2) satisfação com a vida familiar e o impacto da adoção, e (3) intenção de consultar um profissional e/ou serviço especializado em adoção.

##### ***4.5.7.1 Preocupação futura com o filho por ser adotado***

A maior parte dos Pais adotivos refere não se preocupar com o futuro do filho pelo facto de ser adotado. Contudo, verificou-se que uma percentagem razoável de Pais (i.e., 21.9%) refere que sim, que existe uma preocupação futura em relação ao filho. Em relação a este aspeto é importante salientar que foi evidenciada uma diferença digna de destaque entre a preocupação referida pelas mães e a referida pelos pais adotivos, em que as mães referem mais preocupações futuras em relação ao futuro do filho comparativamente aos pais adotivos que têm uma maior tendência para referirem a ausência de preocupação em relação ao futuro do filho devido ao seu estatuto de adotado.

##### ***4.5.7.2 Satisfação com a vida familiar e impacto da adoção***

Os Pais adotivos tendencialmente revelam uma elevada satisfação com a vida familiar, situando-se as respostas parentais entre “satisfatória” e “muito satisfatória”.

No mesmo sentido, os Pais revelam um impacto muito positivo da adoção na vida familiar, situando-se a maioria das respostas entre “positivo” e “muito positivo”.

Estes resultados corroboram os resultados apurados no estudo Espanhol, em que a grande maior parte dos Pais adotivos revela-se satisfeita com a adoção e refere uma repercussão positiva na sua vida familiar. Contudo, entre as famílias adotivas andaluzes os pais adotivos, comparativamente com as mães adotivas, tendem a revelar-se mais insatisfeitos com a adoção (Palacios et al., 1996), resultado infirmado junto dos participantes da região do Algarve.

#### ***4.5.7.3 Intenção de consultar profissional e/ou serviço especializado em adoção***

A maioria dos Pais refere que, no momento atual, não gostaria de consultar um profissional ou serviço especializado em adoção. Estes resultados corroboram os resultados apurados no estudo realizado em Andaluzia, em que a maioria dos Pais adotivos (i.e., 69%) refere que se presentemente tivesse acesso a um serviço especializado em adoção não teriam interesse em consultá-lo (Palacios et al., 1996). Contudo, o facto de no presente estudo 16 dos Pais adotivos, e no estudo andaluz uma percentagem considerável de Pais adotivos referir que gostaria de consultar um profissional ou serviço especializado em adoção salienta a relevância destes Pais terem disponível o contacto de outros profissionais especializados na área da adoção, para além da equipa de adoção, que pudessem contactar sempre que sentissem essa necessidade ou vontade.

#### ***4.5.8 Relação com os serviços de adoção***

O oitavo objetivo geral do presente estudo pretendia examinar a percepção parental acerca dos serviços associados ao processo de adoção. Os objetivos específicos consistiam em determinar: (1) o grau de satisfação com o trabalho realizado pela equipa de adoção e (2) a relação de proximidade que gostariam de manter com a equipa.

Em relação ao grau de satisfação com a equipa de adoção, os Pais revelam um elevado grau de satisfação, tendendo a indicar que se sentem entre “satisfeitos” e “muito satisfeitos”. Quanto à possibilidade de recorrer à equipa de adoção, para ajuda na resolução de problemas, esclarecer dúvidas, etc, a grande maioria dos Pais adotivos refere que gostaria de manter o contacto. Contudo, uma minoria de participantes refere preferir não voltar a ter contacto com a equipa de adoção. Mais uma vez estes resultados corroboram os resultados do estudo realizado com famílias adotivas de Andaluzia, em que a maioria refere sentir-se “satisfeita” ou “muito satisfeita” com a equipa de adoção e que gostaria de manter o contacto com ela. Adicionalmente, uma maior percentagem de Pais adotivos de Andaluzia (i.e., 15.7%), comparativamente com os Pais adotivos da região do Algarve (i.e., 5%), refere preferir não voltar a ter contacto com a equipa de adoção (Palacios et al., 1996).

## 5. Estudo 2: Percepções parentais do processo adotivo e disponibilidade emocional

## 5.1. Introdução

As famílias adotivas no exercício da parentalidade experienciam stress adicional, para além do normativo, por diferentes razões, algumas delas subjacentes ao processo adotivo (Alarcão, 2000; Brodzinsky, 1990, 2006; Juffer, 2006), ou seja, desde que concebem pela primeira vez a possibilidade de adotar até ao momento em que a família sente que a criança está integrada na sua família. Este é um longo percurso, formal, relacional, emocional e interno, que pode ser vivenciado de diferentes formas pelas famílias por adoção.

Na fase pós adoção e transição para a parentalidade, e logo após a chegada da criança à família, a família fica temporariamente em fase de avaliação por parte da equipa de adoção (6 meses em Portugal). É o resultado (positivo) dessa avaliação, efetuada através de visitas domiciliárias, e entregue em tribunal de família que permite que seja decretada legalmente a adoção. Esta fase é experienciada com dificuldade e preocupação pela generalidade das famílias adotivas (Palacios, 1998; Salvaterra, 2007; Santos et al., 2000).

Os desafios da parentalidade adotiva podem também ser exponenciados pelos potenciais efeitos da institucionalização precoce na criança e pela relevância do seu papel parental no processo de recuperação desses efeitos (Garvin et al., 2012). Estes efeitos podem eventualmente agudizar a exigência experienciada no decurso do processo de adoção, a partir da chegada da criança à família. As histórias menos positivas do passado das crianças podem prejudicar as relações entre pais e filhos e o próprio funcionamento familiar (Rosenthal, 1993). Dúvidas parentais relativas ao potencial impacto do património hereditário das crianças (Alarcão, 2000) e a discrepância entre a criança imaginária e a criança real (Isabella & Belsky, 1991) são alguns dos aspetos que podem constituir um problema para os Pais<sup>15</sup> adotivos. Alguns comportamentos adaptativos (e.g., problemas de sono, controlo dos esfíncteres, alimentares), erradamente interpretados, podem ser perspetivados pelos Pais como desafiadores e preocupantes e tornarem-se obstáculos ao processo de parentalidade/filiação (Mascarenhas & Alarcão, 2002). Adicionalmente, o medo do abandono, enraizado nas crianças adotadas, pode levar à sua urgência em provocar e desafiar no sentido de testar a incondicionalidade do amor dos Pais (Mascarenhas & Alarcão, 2002). Por sua vez, os Pais podem tender a exhibir estilos

---

<sup>15</sup> No presente estudo, “Pais” refere-se à mãe e ao pai adotivos, conjuntamente considerados, “pai” para designar o pai adotivo (i.e., o homem).

educativos mais permissivos ou ambivalentes com as crianças (Mascarenhas & Alarcão, 2002) numa atitude de “sobre proteção”, tentando compensá-las de alguma forma pelo “vazio de afeto” e dificuldades já vividas. O que trarão estes, e outros, aspetos singulares das famílias adotivas para a (re)construção de uma relação emocionalmente saudável?

Entre as necessidades singulares das famílias adotivas constam as de “*melhorias emocionais*” (Baker et al., 2015, p. 189), bem como a possibilidade de construir novas relações emocionais significativas entre os elementos do novo núcleo familiar (Brodzinsky, 1990, 2006; Juffer, 2006). Resultados de investigação têm salientado os diferentes efeitos, no funcionamento e/ou relação familiar e desenvolvimento da criança, dos comportamentos interativos parentais; por exemplo, o impacto positivo da responsividade emocional parental (ver Grotevant, McRoy, & Jenkins, 1988) ou da sensibilidade parental para a reconstrução de comportamentos de vinculação segura (Altenhofen et al., 2013), ou o impacto negativo da ambivalência e menor sensibilidade parental às necessidades emocionais da criança (ver Brinich, 1995).

De facto, para que as relações floresçam necessitam de intimidade na interação (Lovas, 2005, p. 349), de qualidade e de adequação emocional, por isso, a importância de considerar a disponibilidade emocional em interações pais-criança nas famílias adotivas e de tentar perceber quais os aspetos que a ela estão associados.

A disponibilidade emocional, concebida como constructo diádico e relacional (Biringen et al., 2014), e a sua operacionalização através das escalas de disponibilidade emocional, apesar das suas distintas raízes mais antigas (e.g., Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978; Bowlby, 1969, 1973; Emde, 1980, 1983, 2000; Emde & Easterbrooks, 1985; Guttman, 1991; Mahler, Pine & Bergman, 1975; Sameroff, 2009, 2010; Sorce & Emde, 1981) constitui um produto da viragem do século (ver Biringen, 2008; Brigen, Robinson, & Emde, 1998). Refere-se à aptidão, pessoal-relacional, recíproca e emocional para se dar e receber do outro, para construir uma comunicação relacional com alguém significativo. Reflete a capacidade para uma partilha relacional emocionalmente saudável (Biringen et al., 2014) e a sua avaliação tem a utilidade de revelar a “temperatura” (Biringen et al., 2014, p. 115), a qualidade de uma relação entre uma díade, que pode ser uma criança e um adulto significativo (Saunders et al., 2015). As escalas de disponibilidade emocional fornecem uma dupla perspetiva da relação, mais do que de comportamentos de interação particular e individuais de cada elemento da díade, uma vez que se considera a forma, dinâmica e contínua, em que cada um afeta o outro a nível comportamental e emocional (Biringen et al., 2014). Implica a utilização de uma estrutura

multidimensional, constituída por um amplo espectro de diferentes características e aspetos emocionais da relação que são considerados distintamente e agrupados em diferentes dimensões, que se reagrupam em duas componentes principais que devem ser observadas em simultâneo, as componentes do adulto em relação à criança (i.e., sensibilidade, estruturação, não intrusividade e não hostilidade) e as componentes da criança em relação ao adulto (i.e., responsividade e envolvimento) (Biringen et al., 2014). Parte-se do princípio de que a extensão do que é observado em cada um dos parceiros da díade é complementar ao que é observado no outro, resultando numa relação única e particular (Biringen et al., 2014). Considerando ambas as perspetivas diádicas, de cada um dos parceiros, nem sempre as perspetivas são coincidentes. Estas são circunstâncias relacionais particulares com diferentes hipóteses justificativas, entre as quais o facto de que a criança e o adulto significativo poderem não partilhar uma história relacional comum (Biringen et al., 2014) como é o caso das famílias por adoção, em que a história relacional entre Pais e filhos começa a construir-se num ponto temporal distinto da generalidade das famílias não adotivas e em que ambos os parceiros trazem uma “outra história relacional” para a nova que se inicia.

Nos últimos 5 anos, a comunidade científica teve acesso a resultados de 5 estudos relativos à disponibilidade emocional em famílias adotivas, que pensamos serem os únicos (i.e., três deles de origem norte americana e dois Europeus, da Holanda e da Itália). Sintetizando os principais resultados relativamente aos perfis de disponibilidade emocional, foi possível constatar que se verifica um padrão de resultados de disponibilidade emocional parental semelhante entre diferentes grupos (i.e., crianças adotadas e previamente em instituições; crianças adotadas e previamente em famílias de acolhimento e crianças nascidas e criadas com as famílias biológicas - grupo de controlo) (Garvin et al., 2012). Desta forma, num dos estudos os resultados de sensibilidade são os mais elevados e resultados de não intrusividade são os mais reduzidos (Garvin et al., 2012). Num outro estudo, a dimensão não hostilidade destacou-se como a dimensão com resultados mais elevados numa amostra com díades biológicas, adotivas e de famílias de acolhimento (ver Alenhofen et al., 2013), e com resultados caracterizados pela sua reduzida variabilidade (ver Garvin et al., 2012). Em relação às escalas da criança adotiva constatou-se que a responsividade da criança em relação aos pais adotivos apresentou resultados médios moderados e um aumento progressivo ao longo do tempo evidenciado em dois grupos distintos de díades (i.e., Pais adotivos-filhos previamente em famílias de acolhimento e Pais adotivos-filhos previamente em instituições), embora seja superior no

grupo de crianças previamente em famílias de acolhimento temporário (ver van Den Dries et al., 2012). No estudo de Altenhofen et al. (2013) o envolvimento da criança com os Pais foi a dimensão com o resultado mais reduzido.

Em termos globais, a disponibilidade emocional é maior em díades com Pais e crianças não adotadas, seguidamente com Pais adotivos e filhos adotivos previamente em famílias de acolhimento e, por fim, os Pais adotivos e crianças adotadas e previamente institucionalizadas, com os resultados inferiores (Garvin et al., 2012). No que se refere a características sociodemográficas, os resultados de investigações prévias (com outros instrumentos de avaliação que não as escalas de disponibilidade emocional) têm evidenciado diferenças nas interações entre as díades mães-filhos e as pais-filhos (e.g., Grossmann, Grossmann, & Zimmermann, 2008; Nakamura, Stewart, & Tatarka, 2000; Power; 1985; Power & Parke, 1983; Roggman, Boyce, Christiansen, & Jones, 2004), em que os pais tendem a centrar mais a sua interação em atividades lúdicas e as mães em atividades de prestação de cuidados (ver Roggman et al., 2004). Os pais revelam-se menos responsivos e mais intrusivos em relação às brincadeiras dos filhos (ver Power; 1985; Power & Parke, 1983), ou tendem a exibir menos comportamentos de apoio e calorosos (ver Grossmann et al., 2008), mostrando-se menos sensíveis e responsivos do que as mães (Nakamura et al., 2000). De facto, os pais têm diferentes funções na relação com os seus filhos, proporcionando às crianças diferentes experiências e competências (Greenspan, 1988; Paquette, Bolte, Turcotte, Dubeau, & Bouchard, 2000). Não obstante as evidências empíricas e o facto de teoricamente se salientar o efeito de expansão ou contágio entre as interações diádicas mãe-criança e pai-criança devido à interligação existente (e.g., Bronfenbrenner, 1979; Minuchin, 1974), como resultado de uma vida familiar partilhada, a maioria dos estudos continuam a centrar-se nas interações mãe-filho, excluindo as interações pais-filhos.

No âmbito dos estudos da adoção sobre a disponibilidade emocional o estudo de Baker et al. (2015) considera indiscriminadamente mães e pais, usando a figura parental significativa e disponível para o estudo. A mesma tendência é observada no estudo de van Ijzendoorn et al. (2007) com participantes de famílias não adotivas, em que participaram 49 díades mãe-criança e 6 díades pai-criança (i.e., um adulto por família), sendo o critério constituírem a principal figura significativa para a criança. Os restantes estudos que contemplam os pais (i.e., homens) em interação com os seus filhos não incluem famílias adotivas. Os estudos de Naber et al. (2013) e Naber et al. (2010) contemplam a

disponibilidade emocional apenas com interações diádicas pais-filhos (i.e., progenitores masculinos).

Existem apenas quatro estudos sobre a disponibilidade emocional diádica que considera distintamente as interações entre mães-filhos e pais-filhos (i.e., Atzaba-Poria et al., 2010; Lovas, 2005; Volling, McElwain, Notaro, & Herrera, 2002; Wiefel et al., 2005). Os resultados destes estudos revelam uma menor disponibilidade emocional dos pais nas interações diádicas pais-crianças (Lovas, 2005; Volling, McElwain, Notaro, & Herrera, 2002) ou uma menor sensibilidade com os seus filhos com distúrbios alimentares comparativamente às díades mães-crianças (Atzaba-Poria et al., 2010). Os resultados apurados no estudo de Volling et al. (2002) salientam que as mães exibem comportamentos interativos de maior disponibilidade emocional, com maior sensibilidade e expressão de afeto, do que os pais com os seus filhos de 1 ano de idade em atividades livres (i.e., não estruturadas). Por sua vez, é no decurso das atividades livres que os pais tendem a interagir mais com os seus filhos em jogos mais físicos do que as mães (Volling et al., 2002). Os resultados do estudo de Wiefel et al. (2005), com crianças até aos 3 anos com distúrbios psiquiátricos (e.g., problemas externalizados, comportamento agressivo, distúrbio de vinculação) revelam que, apesar das diferenças observadas na disponibilidade emocional nas interações diádicas entre mães-filhos e pais-filhos, em que os resultados da mãe são superiores, estas diferenças não são dignas de destaque. Os resultados empíricos de Lovas (2005) revelam que os pais tendem a ser menos sensíveis e mais intrusivos em interação com os seus filhos do que as mães.

As tendências supra explanadas salientam que as crianças em interações diádicas com as suas mães e com os seus pais podem ter experiências de disponibilidade emocional diversificadas (Volling et al., 2002). Por isso, a importância de optarmos por explorar diferencialmente as características, associações e contributos da, ou para a, disponibilidade emocional diádica mãe-criança e pai-criança em famílias adotivas.

No que concerne aos principais resultados dos estudos sobre a disponibilidade emocional diádica em famílias adotivas, pode ainda concluir-se a importância da disponibilidade emocional, uma vez que uma maior disponibilidade emocional se encontra associada:

- (a) à vinculação segura (aos três anos de idade) – dimensões sensibilidade, responsividade e envolvimento da criança (Altenhofen et al., 2013);
- (b) à vinculação emocional observada e a um aumento progressivo da segurança da vinculação da criança reportada pelos pais adotivos (Baker et al., 2015);

- (c) a uma maior compreensão das emoções por parte das crianças (aos 30 e 36 meses - adotadas e não adotadas) – dimensões sensibilidade e estruturação (Garvin et al., 2012);
- (d) a um efeito moderador mitigador da relação entre a reduzida iniciação da atenção conjunta (aos 18 meses de idade), em crianças adotadas e previamente institucionalizadas, e o comportamento de amizade indiscriminada (aos 30 meses) (Garvin et al., 2012);
- (e) a menos amizade indiscriminada ou mais sucesso na exibição de comportamentos de vinculação seletiva – dimensão sensibilidade (Garvin et al., 2012; Van Den Dries et al., 2012);
- (f) a menos comportamentos de amizade indiscriminada das crianças (aos 30 meses - adotadas e não adotadas) – dimensões sensibilidade e estruturação (Garvin et al., 2012);
- (g) a menos comportamentos de amizade indiscriminada das crianças (entre os 15 e os 19 meses – 2 e 6 meses após a adoção e não adotadas) – dimensão sensibilidade (van Den Dries et al., 2012);
- (h) à percepção parental de diminuição dos problemas de comportamento das crianças (Baker et al., 2015);
- (i) à diminuição progressiva do stress parental (Baker et al., 2015).

De facto, os resultados globais destes estudos refletem a capacidade para as crianças adotadas e com um passado de privação recuperarem e se reconstruírem num ambiente familiar emocionalmente sensível (Altenhofen et al., 2013; Van Den Dries et al., 2012).

Resultados de investigação recente, de natureza interventiva, com famílias adotivas também salientam o sucesso, a vários níveis, da intervenção centrada na promoção da disponibilidade emocional parental (Baker et al., 2015). Desta forma, a operacionalização da disponibilidade emocional parece constituir-se como um instrumento útil para uma melhor compreensão do funcionamento da criança e da família e da relação que se estabelece entre elas, bem como de promoção da (re)construção de relações de intimidade e qualidade nas famílias por adoção.

## 5.2. Objetivos e hipóteses

No presente estudo pretende-se determinar as associações existentes entre as percepções parentais relativas a diferentes aspetos do processo adotivo e as diferentes dimensões da disponibilidade emocional parental na interação diádica Pais-criança.

Alicerçando-se nos princípios basilares e resultados de investigação previamente explanados, seguidamente são apresentados os **objetivos específicos** do presente estudo bem como as **hipóteses de investigação** formuladas:

- (1) Caracterizar a disponibilidade emocional parental em interação diádica com os filhos adotivos (exploratório)<sup>16</sup>;
- (2) Determinar as diferenças na disponibilidade emocional diádica em função do género parental;
  - Mães adotivas exibem uma maior disponibilidade emocional do que os pais adotivos.
  - Crianças adotadas exibem maior disponibilidade emocional em interações diádicas com as mães adotivas do que com os pais adotivos.
- (3) Investigar as diferenças nas percepções parentais acerca do processo adotivo em função do género (exploratório);
- (4) Examinar as relações entre a ansiedade e receios parentais acerca da criança a adotar na fase de espera e as dimensões do adulto e da criança da disponibilidade emocional (exploratório);
- (5) Averiguar as relações entre as percepções parentais acerca do tempo necessário para a integração da criança na família adotiva e a disponibilidade emocional;
  - Quanto maior o tempo de integração percebido pelos pais adotivos menor a disponibilidade emocional da criança em relação aos pais (i.e., responsividade e envolvimento).

---

<sup>16</sup> Não é avançada nenhuma hipótese específica uma vez que se trata de um objetivo exploratório, descritivo e caracterizador.

- (6) Apurar as relações entre as percepções parentais acerca do grau de adaptação da criança à família e as dimensões do adulto e da criança da disponibilidade emocional parental;
- quanto maior o grau de adaptação da criança à família, percebido pelos pais adotivos, maior a disponibilidade emocional dos pais adotivos em relação à criança (i.e., sensibilidade, estruturação, não intrusividade e não hostilidade).
  - quanto maior o grau de adaptação da criança à família, percebido pelos pais adotivos, maior a disponibilidade emocional da criança em relação aos pais (i.e., responsividade e envolvimento).
- (7) Analisar as relações entre as percepções acerca do grau de facilidade dos papéis parentais na fase pós adoção e a disponibilidade emocional;
- quanto maior o grau de facilidade dos papéis parentais percebidos na fase pós adoção, maior a disponibilidade emocional dos pais adotivos em relação à criança (i.e., sensibilidade, estruturação, não intrusividade e não hostilidade).
  - quanto maior o grau de facilidade dos papéis parentais percebidos na fase pós adoção maior a disponibilidade emocional das crianças adotivas em relação aos pais (i.e., responsividade e envolvimento).
- (8) Investigar as relações entre as percepções parentais acerca do grau de facilidade da vida familiar após a adoção e a disponibilidade emocional;
- quanto maior o grau percebido de facilidade da vida familiar após a adoção maior a disponibilidade emocional dos pais adotivos em relação à criança.
  - quanto maior o grau percebido de facilidade da vida familiar após a adoção maior a disponibilidade emocional das crianças adotivas em relação aos pais.
- (9) Apurar as relações entre as percepções parentais acerca do grau de satisfação com a vida familiar atual e a disponibilidade emocional;
- os Pais com percepções mais positivas acerca do grau de satisfação com a vida familiar atual exibem resultados mais elevados de disponibilidade emocional em relação às crianças.

- os Pais com percepções mais positivas acerca do grau de satisfação com a vida familiar atual têm filhos que apresentam uma maior disponibilidade emocional em relação a eles.

(10) Examinar a relação entre as percepções parentais acerca do grau de felicidade com a vida após a adoção e as dimensões do adulto e da criança da disponibilidade emocional;

- quanto maior o grau de felicidade com a vida após a adoção percebido pelos pais mais elevada a disponibilidade emocional dos Pais adotivos em relação às crianças.
- quanto maior o grau de felicidade com a vida após a adoção percebido pelos pais mais elevada a disponibilidade emocional das crianças em relação aos Pais.

(11) Investigar as relações entre as percepções parentais acerca do impacto da adoção na vida familiar e a disponibilidade emocional.

- quanto maior o impacto parental percebido maior a disponibilidade emocional parental.

(12) Apurar as relações entre as percepções parentais acerca do grau de satisfação com as características dos filhos e a disponibilidade emocional;

- quanto maior o grau de satisfação parental com as características da criança adotada, mais elevada a disponibilidade emocional dos Pais em relação às crianças.
- quanto maior o grau de satisfação parental com as características da criança adotada, mais elevada a disponibilidade emocional das crianças em relação aos pais.

(13) Examinar as relações entre as percepções parentais acerca do grau de satisfação com a comunicação com o filho adotivo e a disponibilidade emocional;

- quanto maior o grau de satisfação com a comunicação com o filho, mais elevada a disponibilidade emocional parental.
- quanto maior o grau de satisfação com a comunicação com o filho mais elevada a disponibilidade emocional da criança em relação aos Pais.

(14) Averiguar a relação entre o tempo de espera pela criança e a disponibilidade emocional parental;

- quanto maior o tempo de espera pela criança menos disponibilidade emocional parental.

(15) Investigar a relação entre a idade da criança em que se iniciou o processo de revelação e a disponibilidade emocional;

- quanto menor a idade da criança em que se iniciou o processo de revelação maior a qualidade da disponibilidade emocional parental.
- quanto menor a idade da criança em que se iniciou o processo de revelação maior a qualidade da disponibilidade emocional das crianças em relação aos pais adotivos.

### 5.3. Método

#### 5.3.1. Participantes

A amostra de conveniência é constituída por 95 díades pais-filhos adotados. Entre os Pais adotivos (i.e., mães e pais;  $M_{idade} = 42.73$  anos,  $DP = 5.54$ ), 49 são mães ( $M_{idade} = 42.49$  anos,  $DP = 5.96$ ; min = 32; max = 56) e 46 são pais ( $M_{idade} = 42.98$  anos,  $DP = 5.12$ ; min = 33; max = 58). Em termos de tipologia familiar, entre as 46 famílias biparentais, 45 são compostas por casais heterossexuais e uma por um casal homossexual, (cuja parceira da “mãe adotiva formal” é “metodologicamente” considerada como “mãe” devido à potencial influência do género). Existem 4 famílias monoparentais, três com apenas a mãe adotiva e uma com apenas o pai adotivo. Participam nas interações 50 crianças com uma média de 93.32 meses de idade ( $DP = 49.45$ ; i.e., 7.77 anos em média,  $DP = 4.12$  anos), sendo 16 crianças do sexo feminino ( $M_{idade} = 86.25$  meses,  $DP_{idade} = 51.42$ ; i.e., 7.18 anos em média,  $DP = 4.28$  anos) e 34 do sexo masculino ( $M_{idade} = 96.65$  meses,  $DP_{idade} = 44.35$ ; i.e., 8.05 anos em média,  $DP = 3.69$  anos).

Em comparação com a amostra total do projeto de investigação, no qual se insere este estudo, não constam os participantes cujas interações não foi possível observar e registar em vídeo para posterior cotação da disponibilidade emocional diádica (i.e., 9 crianças e 18 Pais, 10 mães e 8 pais) uma vez que optaram por uma participação parcial no projeto de investigação, que implicava a ausência da visita domiciliária à família na

qual eram recolhidos os dados interativos diádicos pais-filhos (ver capítulo “Método”, Parte II, para uma descrição mais detalhada acerca das características sociodemográficas dos participantes neste estudo e outras informações pertinentes).

### **5.3.2. Instrumentos**

#### **5.3.2.1. Percepções parentais sobre o processo adotivo**

As percepções parentais sobre o processo adotivo foram obtidas através das respostas individuais fornecidas a três questionários distintos, aplicados em diferentes circunstâncias de acordo com a tipologia familiar dos participantes no estudo. Desta forma, os participantes de famílias biparentais preencheram o *Questionário de Opinião Parental do Processo Adotivo Individual* - QOPPA-VB, individualmente (i.e., mães e pais adotivos individualmente), devido ao interesse em aceder às percepções individuais e distintas de cada membro do casal, e o *Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo, Versão Biparental de Casal* - QOPPA-VC, que foi preenchido conjuntamente, em casal, obtendo a percepção conjunta das questões que se referiam a informações sobretudo factuais (e.g., dados sociodemográficos da criança; tempo de espera; idade que a criança tinha quando adotada). Os participantes de uma tipologia familiar monoparental preencheram apenas um questionário individualmente, a versão *Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo, Versão Monoparental* - QOPPA-VM, que consiste na junção das questões divididas nos dois questionários anteriores e que é dirigido apenas às famílias adotivas monoparentais.

Estes questionários foram concebidos tendo como base a tradução e adaptação da *Entrevista sobre el Proceso de Adopción* (EPA; Palacios, Sánchez-Espinosa, & Sánchez-Sandoval, 1995), que pretende aceder à percepção parental da experiência do processo de adoção, considerando os aspetos específicos das suas diferentes etapas (ver descrição completa do instrumento na Parte II – Método). Salienta-se que existe uma versão portuguesa da EPA (i.e., *Entrevista sobre o Processo de Adoção*, EPA), adaptação efetuada por Barbosa-Ducharne, Moreira, Silva, Monteiro e Soares, amplamente utilizada, nos últimos anos, em investigação no âmbito da adoção (e.g., Barbosa-Ducharne et al., 2010; Barbosa-Ducharne, & colaboradores IPA, 2011; Barbosa-Ducharne et al., 2011; Barbosa-Ducharne et al., 2012).

As escalas relativas às percepções parentais do processo adotivo foram agrupadas em seis grupos teoricamente relevantes: (1) percepções dos candidatos à adoção acerca das crianças adotadas durante o tempo de espera; (2) as percepções parentais relativas à adaptação da criança na família adotiva; (3) as percepções parentais acerca das mudanças implicadas pela adoção na vida familiar; (4) a satisfação parental com a vida familiar; (5) a satisfação parental com a criança adotada, e (6) espera e processo de revelação.

**(1) Percepções dos pais adotivos acerca da criança durante o tempo de espera.**

As percepções dos candidatos à adoção acerca da criança durante o tempo de espera foram medidas pela **Escalas de Ansiedade e Receio no tempo de espera** (EAR). Esta escala foi desenvolvida especialmente para o presente estudo (ver Estudo 1 - Estudo descritivo da perspectiva parental acerca do processo adotivo para obter mais informação sobre as características psicométricas). A escala mede as ideias ou receios dos pais adotivos, na fase em que eram candidatos à adoção, acerca das potenciais dificuldades subjacentes à adoção (e.g., dificuldades de adaptação da criança à família adotiva; receio de que os pais biológicos possam tentar recuperar a criança). A escala é composta por 3 fatores. O fator 1 - *Características da criança adotada, vínculo biológico e adaptação* diz respeito aos receios relativos às características, comportamentos, dificuldades e/ou problemas da criança adotada, considerando também as possíveis influências genéticas (e.g., “Após a adoção a criança manifestar alguma doença ou problema”). O fator 2 – *Impacto social da adoção e aceitação da criança* diz respeito à aceitação social, aos receios relativos às reações e à aceitação dos outros e dos próprios pais à adoção e à criança adotada (e.g., Aceitação da família em relação à criança - ex., pais, avós, irmãos, tios, primos...). O fator 3 - *Revelação e restabelecimento de vínculos biológicos*, diz respeito aos receios relativos à comunicação com a criança adotada acerca da sua história de vida e à tentativa, por parte desta, de procurar a família biológica (e.g., “Algum dia a criança/jovem querer conhecer a família biológica”). As pontuações podem variar de (1) nenhum receio até (5) muito receio. As pontuações elevadas indicam uma maior intensidade nos receios sentidos acerca do(s) conteúdo(s) considerado(s).

**(2) Percepções parentais relativas à adaptação da criança na família adotiva.** As percepções parentais relativas à adaptação da criança na família adotiva foram medidas através do tempo de integração, percebido pelos pais, exprimido em meses (i.e., “*olhando para trás, quanto tempo lhe parece que foi necessário para essa integração?*”)

e pela facilidade percebida (i.e., “*Em geral, como se adaptou a criança ou o jovem à nova situação e à vossa família*” de 1 - muito mal até 5 – muito bem).

**(3) Percepções parentais acerca das mudanças implicadas pela adoção na vida familiar.** As percepções parentais acerca das mudanças implicadas pela adoção na vida familiar foram medidas através da opinião parental acerca da facilidade percebida da vida familiar pós adoção (i.e., “*Como consequência da adoção, acha que a sua vida familiar se tornou mais fácil ou mais difícil?*” de 1 - muito mais difícil até 5 - muito mais fácil) e do papel de Pais adotivos (i.e., “*Em geral, o papel de pai/mãe adotivo(a) foi mais fácil ou mais difícil do que o esperado*” de 1 - muito mais difícil até 5 - muito mais fácil”).

**(4) Satisfação parental com a vida familiar.** A satisfação parental com a vida familiar foi medida através de três questões acerca (a) da felicidade com a vida familiar pós adoção, medida pela questão “*Como consequência da adoção, acha que a sua vida familiar se tornou mais feliz ou menos feliz?*” (de 1 - Muito menos feliz até 5 - muito mais feliz); (b) do grau de satisfação com a sua vida familiar (de 1 - muito insatisfatória até 5 - muito satisfatória); (c) do impacto da adoção na vida familiar medida pela questão “*Na sua opinião, o impacto da adoção na sua vida familiar foi: muito negativo (1) até muito positivo (5)*”.

**(5) Satisfação parental com a criança adotada.** A satisfação com o(a) filho (a) adotivo foi medida pelas questões “*Qual o grau de satisfação que sente na comunicação com o seu filho?*” (de 1 - muito satisfeito até 5 - muito satisfeito) e “*Atualmente, quão satisfeito(a) se sente com as características do seu filho(a) adotivo(a)?*” (de 1 - muito pouco até 5 - muito).

**(6) Tempo de espera e processo de revelação.** Os Pais tinham de responder a duas questões abertas em que lhes foi solicitado para indicar o tempo de espera (em meses) bem como a idade da criança em que foi iniciado o processo de revelação acerca da sua história de vida e condição de adotado, no caso de este já se ter iniciado.

### **5.3.2.2. Disponibilidade emocional**

A qualidade da disponibilidade emocional parental foi avaliada através da cotação das interações diádicas Pais-filhos com as Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE), concebidas por Biringen et al. (1998) e Biringen (2008b, 2008c). As EDE contemplam seis dimensões que medem diferentes e diversificados aspetos da disponibilidade emocional parental em situações de interação entre um adulto e uma criança, contemplado não só o contributo do adulto para a interação, mas também da criança (ver capítulo “Método” para uma apresentação aprofundada das EDE, das interações diádicas e do método de cotação).

## **5.3.3. Procedimento**

### **5.3.3.1. Procedimento de recolha de dados**

#### **5.3.3.1.1. Questionários de opinião parental do processo adotivo**

Após as famílias adotivas contactadas (via telefone) terem confirmado a sua intenção em participar na investigação, receberam pelo correio no seu domicílio diversos questionários, entre eles o(s) de opinião parental acerca do processo adotivo. Nas famílias que participaram integralmente no estudo (i.e., com visitas domiciliárias para recolha de dados de observação direta), os questionários eram devolvidos preenchidos no decurso da visita domiciliária (ver capítulo do Método para mais informação).

#### **5.3.3.1.2. Escalas de disponibilidade emocional parental em interação diádica**

O acesso e a utilização das Escalas de Disponibilidade Emocional exigiram a frequência de uma formação (i.e., *EA® Distance Training and Certification*) de natureza teórico-prática conduzida pela autora da escala, Zeynep Biringen, e obter um certificado, após a avaliação e o cumprimento dos critérios estabelecidos para o acordo interobservadores com a equipa da investigadora (ver Anexo I).

As interações diádicas foram filmadas, separadamente para as díades mãe-filho e pai-filho, numa manhã ou tarde em que era efetuada a visita domiciliária às famílias adotivas participantes no estudo. As filmagens com cada um dos Pais em interação

diádica com o seu filho eram de cerca de 50-60 minutos, com algumas variações de acordo com as idades das crianças participantes no estudo. O espaço era o selecionado pela família como um lugar habitual de interação familiar. As instruções fornecidas consistiam, invariavelmente, em “*Vou-lhe pedir para interagir com o(a) seu/sua filho(a) como normalmente faz*”. No momento das filmagens os investigadores mantinham-se afastados e alheados da díade de forma a conceder-lhes a exclusividade do tempo interativo.

Para se proceder à cotação dos vídeos de interação diádica de forma independente entre sujeitos da mesma família, recorreu-se a uma aleatorização automatizada da ordem de cotação das interações dos participantes para se evitar cotações próximas entre membros do casal nas famílias adotivas (ver capítulo do Método para mais informação).

#### ***5.3.3.2. Procedimento de análise dos dados***

A análise de dados recolhidos através dos instrumentos e procedimentos previamente explanados implicou a execução de procedimentos diversificados e o recurso ao programa estatístico IBM SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*, versão 23, para Windows).

### **5.4. Resultados**

A apresentação de resultados obtidos, através diversas análises realizadas, tem como base os objetivos previamente delineados bem como a natureza das análises estatísticas efetuadas, respeitando, tanto quanto possível, uma sequência de complexidade crescente.

#### ***5.4.1. Análises exploratórias prévias, resultados descritivos e inferenciais***

##### ***Valores omissos***

No que se refere aos valores omissos relativos à escala de receio, e mais especificamente no que concerne aos receios associados à adaptação à família por parte da criança adotiva, à dificuldade da vida familiar pós adoção, à dificuldade do papel de

Pais adotivos, à felicidade na vida familiar pós adoção, e à satisfação com a vida familiar, ao impacto da adoção na vida familiar, a satisfação com a comunicação com o filho(a) adotivo(a) e a satisfação parental com as características do filho(a) adotivo(a) foram substituídos através do método *Expectancy Maximization* (EM) uma vez que os valores omissos representavam entre 1.1% e 5.3% do total dos valores em cada variável e que o teste MCAR de Little revelou que a distribuição dos valores omissos poderia ser considerada como aleatória;  $X^2(42) = 43.29$ ;  $p = .42$ .

Os valores omissos relativos aos dados das EDE não foram substituídos uma vez que 18% dos valores faltavam em cada uma das dimensões da disponibilidade emocional. Os valores ausentes relativos ao tempo de espera (i.e., 9%), ao tempo de integração (i.e., 21%) e à idade da revelação (i.e., 21%) não foram substituídos devido ao facto de não existirem valores mínimos e máximos que permitem verificar a adequação dos valores gerados pelo método *Expectancy Maximization* (EM) e da percentagem de valores omissos ultrapassarem o valor limite recomendado de 10% para a substituição de valores ausentes.

#### **5.4.2. Resultados descritivos**

As Tabela 20 e Tabela 21 apresentam as características descritivas das medidas da percepção do processo adotivo e da disponibilidade emocional. No sentido de determinar a normalidade da distribuição dos dados, bem como a existência e a importância de *outliers* multivariados potenciais, foram efetuadas, para todas as variáveis predictoras utilizadas, análises exploratórias das medidas de tendência central, médias, medianas, modas, comparações entre as médias aritméticas e as médias aparadas a 5% (i.e., médias recalculadas excluindo os 5% mais extremos, ou seja, 2.5% inferiores e 2.5% superiores) e a sua pertença ao intervalo de confiança de 95% para a média, a distribuição gráfica dos dados e dos residuais, as comparações relativas às diferenças entre as médias aritméticas com e sem *outliers*, para constatar a presença ou ausência de efeitos negligenciáveis nos resultados, bem como os coeficientes de assimetria e de curtose.

Os resultados evidenciam a distribuição normal dos dados e permitiram apurar que as comparações efetuadas entre as médias aritméticas e as médias aparadas a 5%, com e sem *outliers*, têm efeitos negligenciáveis nos resultados. Por esta razão, optou-se por incluir os *outliers* em análises posteriores. As medidas apresentam uma assimetria e uma

curtose dentro dos valores recomendados por Kline (2011; i.e., resultados superiores a 3 para a assimetria e a 10 para a curtose) à exceção do tempo de integração na família (em meses), que se optou por não transformar uma vez que a assimetria se encontrava dentro dos limites considerados aceitáveis.

*Tabela 20. Resultados descritivos das medidas relativas à percepção dos Pais acerca do processo adotivo*

	<i>N</i>	<i>VT</i>	<i>Mín.</i> <i>Máx.</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>A</i>	<i>C</i>
Fator 1 (EAR)	95	1-5	1.00-3.75	2.41	0.68	-0.24	-0.86
Fator 2 (EAR)	95	1-5	1.00-3.40	1.44*	0.54	1.54	2.37
Fator 3 (EAR)	95	1-5	1.00-4.67	2.00*	0.75	0.65	0.48
Facilidade do papel de pai/mãe adotivo(a)	95	1-5	1.00-5.00	3.55*	1.02	-0.19	-0.58
Facilidade vida familiar pós adoção	95	1-5	1.00-5.00	3.07*	0.71	0.42	2.44
Adaptação do filho(a) à família adotiva	95	1-5	3.00-5.00	4.82*	0.46	-2.60	6.35
Tempo de integração na família (em meses)	74	-	0-36	4.16	5.49	3.05	14.49
Felicidade com a vida familiar pós adoção	95	1-5	2.00-5.00	4.46*	0.64	-1.31	2.74
Satisfação com a vida familiar	95	1-5	2.00-5.00	4.69*	0.54	-1.99	5.34
Impacto da adoção na vida familiar	95	1-5	2.00-5.00	4.61*	0.54	-1.45	3.57
Satisfação com comunicação	95	1-5	1.00-5.00	4.37*	0.71	-1.60	4.90
Satisfação com características	95	1-5	3.00-5.00	4.65*	0.53	-1.28	0.78
Tempo de espera (em meses)	86	-	0.50-72	22.90	16.82	.60	-0.66
Idade da Revelação (em meses)	74	-	10-120	41.26	24.46	1.48	2.29

Notas. VT = Valores teóricos; A = assimetria; C = curtose; EAR = escala de ansiedade e de receio no tempo de espera; Fator 1 (EAR) = características da criança adotada, vínculo biológico e adaptação; Fator 2 (EAR) = impacto social da adoção e aceitação da criança; Fator 3 (EAR) = revelação e restabelecimento de vínculos biológicos. \*A média é significativamente diferente do ponto médio da escala (i.e., 2.5) a  $p < .001$ .

Tabela 21. Resultados descritivos das medidas de disponibilidade emocional

	<i>N</i>	<i>VT</i>	<i>Mín.</i> <i>Máx.</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>A</i>	<i>C</i>
Disponibilidade emocional do adulto (EDE) <sup>(1)</sup>	95	7-29	14.75-27.75	22.02*	3.16	-0.35	-0.69
Disponibilidade emocional da criança (EDE) <sup>(1)</sup>	95	7-29	12.00-26.50	20.31*	3.48	-0.18	-0.58
Sensibilidade (EDE) <sup>(1)</sup>	95	7-29	12.00-28.00	20.59*	4.27	-0.26	-0.86
Estruturação (EDE) <sup>(1)</sup>	95	7-29	8.00-28.00	19.64*	5.23	-0.35	-0.90
Não Intrusividade (EDE) <sup>(1)</sup>	95	7-29	10.00-29.00	21.94*	3.72	-0.98	0.93
Não Hostilidade (EDE) <sup>(1)</sup>	95	7-29	17.00-29.00	25.90*	2.76	-0.97	0.44
Responsividade (EDE) <sup>(1)</sup>	95	7-29	9.00-28.00	21.11*	3.98	-0.57	0.21
Envolvimento (EDE) <sup>(1)</sup>	95	7-29	13.00-27.00	19.50*	3.49	0.50	-0.77

Notas. <sup>(1)</sup> Pontuações totais; VT = Valores teóricos; A = assimetria; C = curtose; EDE = escalas de disponibilidade emocional; \*A média é significativamente diferente do ponto médio da escala (i.e., 17) a  $p < .001$ .

É possível constatar que os resultados médios apurados para a escala do adulto, para a escala da criança, bem como para todas as dimensões da disponibilidade emocional consideradas são significativamente superiores ao ponto médio da escala, indicando que a qualidade manifestada é superior à média. Adicionalmente é possível observar que a média da disponibilidade emocional do adulto ( $M = 22.02$ ,  $DP = 3.16$ ), que inclui as dimensões relativas à contribuição do adulto para a interação diádica, é significativamente maior (com efeitos de grande magnitude) do que a média da disponibilidade emocional da criança, que abrange as dimensões que dizem respeito aos contributos da criança para a interação diádica ( $M = 20.31$ ,  $DP = 3.48$ ),  $t(94) = 5.66$ ,  $p < .001$ ;  $d = 0.58$ ). Verifica-se ainda que a dimensão da disponibilidade emocional com resultados mais elevados é a Não Hostilidade, revelando que tendencialmente os Pais adotivos não exibem ou exibem poucos comportamentos abertos ou encobertos de hostilidade em relação aos filhos. Inversamente a dimensão da disponibilidade emocional com o resultado mais reduzido é a do Envolvimento da Criança, indicando que o seu esforço para envolver o adulto nas suas tarefas e atividades não é equilibrado em relação às características de autonomia e de partilha ativa com os pais adotivos, tendendo, em alguns casos a revelar demasiada autonomia, excluindo os pais adotivos ou, noutras casos, a solicitar o envolvimento do adulto um pouco mais do que seria o ideal.

### 5.4.3. Diferenças na disponibilidade emocional em função do gênero dos pais adotivos

No sentido de determinar a existência de diferenças entre a disponibilidade emocional das mães adotivas e a dos pais adotivos, em interação diádica com os seus filhos, foi realizado um conjunto de testes *t* emparelhados uma vez que a díade mãe/pai é a unidade de análise (ver Kenny et al., 2006).

Tabela 22. Resultados das diferenças na disponibilidade emocional parental em função do gênero dos Pais adotivos

	Mãe		Pai		<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d</i>	
	N	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>				<i>DP</i>
Disponibilidade emocional do adulto (EDE)	45	22.73	3.03	21.46	3.22	2.69	.010	0.04
Disponibilidade emocional da criança (EDE)	45	21.26	3.29	19.28	3.51	3.77	.000	0.56
Sensibilidade (EDE) <sup>(1)</sup>	45	21.31	4.46	20.06	4.11	1.85	.070	0.27
Estruturação (EDE) <sup>(1)</sup>	45	20.53	5.03	18.75	5.49	2.26	.029	0.33
Não Intrusividade (EDE) <sup>(1)</sup>	45	22.95	3.23	21.26	3.86	2.60	.012	0.38
Não Hostilidade (EDE) <sup>(1)</sup>	45	26.13	2.84	25.77	2.76	0.62	.538	0.08
Responsividade (EDE) <sup>(1)</sup>	45	22.05	3.58	20.10	4.30	3.06	.004	0.45
Envolvimento (EDE) <sup>(1)</sup>	45	20.46	3.44	18.46	3.35	4.02	.000	0.60

Notas. <sup>(1)</sup> Pontuações totais; *d* = tamanho do efeito de Cohen (1992); EDE = escalas de disponibilidade emocional.

Tal como é possível verificar na Tabela 22, no que concerne à disponibilidade emocional parental, os resultados revelam que as diferenças obtidas na disponibilidade emocional entre as mães adotivas e os pais adotivos é estatisticamente significativa nas diferentes dimensões consideradas. Mais especificamente, no que se refere à disponibilidade emocional global da criança e ao Envolvimento da criança, evidenciam-se diferenças significativas e efeitos de grande magnitude, indicando que as crianças adotadas tendem a revelar mais e/ou melhores comportamentos de disponibilidade emocional e de tomada de iniciativa de envolver o adulto nas suas atividades quando em interações diádicas com as mães do que em interações diádicas com os pais.

Adicionalmente, as mães tendem também a revelar uma melhor Estruturação no jogo com os filhos, e menos comportamentos de intrusividade em relação à criança, comparativamente aos pais. Por sua vez, as crianças tendem a revelar mais comportamentos de Responsividade em relação às mães do que em relação aos pais, com efeitos de média magnitude (e estatisticamente significativos). Para além destes comportamentos interativos, também se destaca uma diferença estatisticamente significativa, mas sem efeitos práticos dignos de destaque, no que se refere à disponibilidade emocional global, em que os resultados da mãe são superiores aos do pai em interação com a criança. A Sensibilidade do adulto revela efeitos de pequena magnitude, embora não estatisticamente significativos, manifestando uma pequena tendência para que as mães exibam uma maior sensibilidade na interação diádica com os filhos comparativamente aos pais adotivos.

Uma vez que resultados de investigações prévias revelam que a idade das mães se associa a diferentes resultados de disponibilidade emocional (ver Biringen, 2008b; Bornstein et al., 2011; Bornstein et al, 2006) optou-se por testar o poder preditivo do género dos Pais controlando a idade dos mesmos. A idade das crianças foi igualmente controlada devido a resultados de investigação prévia com bebés portugueses que revela que quanto mais nova é a criança maior a disponibilidade emocional (Martins et al., 2015) e também pela amplitude de idades das crianças participantes no presente estudo. Desta forma, foi realizado um conjunto de análises de regressão linear mista que permite controlar os efeitos de *nesting* da família, uma vez que existem sistematicamente dois ou mais participantes (i.e., Pais e criança) que pertencem à mesma família.

Tabela 23. Regressões lineares mistas: Associações entre gênero dos Pais e as dimensões da disponibilidade emocional

	Estima- tiva	Erro Padrão	df	t	p	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inf.	Limite sup.
<b>Disponibilidade emocional do adulto (EDE)</b>							
Interceptação	17.68	2.93	89.34	6.03	.00	11.85	23.5
Gênero dos Pais (=1)	1.29	0.45	45.02	2.86	.01	0.38	2.20
Idade Pais	0.12	0.08	90.86	1.57	.12	-0.03	0.28
Idade criança (em meses)	-0.02	0.01	61.34	-1.60	.12	-0.04	0.00
<b>Disponibilidade emocional da criança (EDE)</b>							
Interceptação	19.51	3.17	87.31	6.16	.00	13.21	25.82
Gênero dos Pais (=1)	2.04	0.52	48.46	3.92	.00	0.99	3.08
Idade Pais	-0.01	0.08	89.47	-0.16	.87	-0.18	0.15
Idade criança (em meses)	0	0.01	62.87	0.33	.74	-0.02	0.03
<b>Sensibilidade (EDE)</b>							
Interceptação	14.1	3.98	88.44	3.54	.00	6.18	22.02
Gênero dos Pais (=1)	1.32	0.63	45.48	2.1	.04	0.05	2.59
Idade Pais	0.2	0.11	90.4	1.89	.06	-0.01	0.41
Idade criança (em meses)	-0.03	0.01	61.15	-2.1	.04	-0.06	0.00
<b>Estruturação (EDE)</b>							
Interceptação	15.19	4.85	88.27	3.13	.00	5.55	24.83
Gênero dos Pais (=1)	1.78	0.78	48.67	2.30	.03	0.22	3.35
Idade Pais	0.14	0.13	90.16	1.09	.28	-0.12	0.40
Idade criança (em meses)	-0.03	0.02	63.6	-1.54	.13	-0.06	0.01
<b>Não Intrusividade (EDE)</b>							
Interceptação	23.08	3.52	80.05	6.56	.00	16.07	30.08
Gênero dos Pais (=1)	1.49	0.66	46.47	2.27	.03	0.17	2.82
Idade Pais	-0.07	0.09	82.7	-0.69	.49	-0.25	0.12
Idade criança (em meses)	0.01	0.01	57.67	0.76	.45	-0.01	0.03
<b>Não Hostilidade (EDE)</b>							
Interceptação	23.72	2.61	75.42	9.1	.00	18.53	28.91
Gênero dos Pais (=1)	0.33	0.55	49.21	0.61	.54	-0.76	1.43
Idade Pais	0.07	0.07	77.32	0.94	.35	-0.07	0.20
Idade criança (em meses)	-0.01	0.01	57.14	-1.00	.32	-0.03	0.01
<b>Envolvimento (EDE)</b>							
Interceptação	20.16	3.12	88.43	6.44	.000	13.94	26.37
Gênero dos Pais (=1)	2.00	0.49	48.44	4.02	.000	1.00	3.01
Idade Pais	-0.06	0.08	90.27	-0.75	.450	-0.22	0.10
Idade criança (em meses)	0.01	0.01	63.52	0.96	.330	-0.01	0.03
<b>Responsividade (EDE)</b>							
Interceptação	18.96	3.7	86.23	5.12	.00	11.6	26.32
Gênero dos Pais (=1)	2.06	0.62	48.76	3.31	.00	0.81	3.31
Idade Pais	0.03	0.1	88.55	0.33	.74	-0.16	0.23
Idade criança (em meses)	0.01	0.01	62.5	-0.25	.81	-0.03	0.02

Notas. Gênero dos Pais (=1) = mulher; EDE = escala de disponibilidade emocional

Como é possível verificar na Tabela 23, os resultados revelam que, em termos preditivos, ser mulher/mãe está significativamente associado a uma maior disponibilidade emocional em termos globais, a uma maior disponibilidade emocional da criança, a uma maior Sensibilidade, Estruturação e Não Intrusividade do adulto em interação com a criança, e também a uma maior Responsividade e Envolvimento por parte da criança em relação ao adulto no decurso das interações que com ele estabelece.

No que concerne às dimensões da percepção do processo adotivo, nenhuma diferença foi observada entre as mães e os pais adotivos (todos os  $p > .27$ ).

Finalmente, nenhuma diferença significativa foi observada nas dimensões do processo (todos os  $p > .11$ ) bem como nas dimensões da disponibilidade emocional (todos os  $p > .29$ ) em função do género da criança adotada.

#### ***5.4.4. Associações entre as percepções parentais do processo de adoção e a disponibilidade emocional diádica com o filho adotivo***

##### ***5.4.4.1. Percepções dos candidatos à adoção acerca da criança a adotar e a disponibilidade emocional diádica***

No que concerne à ansiedade e aos receios percebidos pelos pais adotivos, na fase do tempo de espera e quando ainda eram candidatos à adoção, é possível constatar que no grupo dos Pais, o Fator 2 - *Impacto social da adoção e aceitação da criança* (EAR) está significativamente associado à Sensibilidade ( $r = -.20, p = .047, N = 95, r^2 = .04$ ) e tendencialmente à Estruturação ( $r = -.19, p = .066; N = 95, r^2 = .03$ ), ambos com efeitos de pequena magnitude. Estes resultados indicam que os Pais adotivos (i.e., mães e pais conjuntamente considerados), que revelavam menos ansiedade e receios, na fase de espera, em relação às reações e à aceitação dos outros (i.e., a nível social) e de si próprios em relação à criança a adotar tendem a exibir, numa fase posterior e após a chegada da criança, mais comportamentos interativos sensíveis e de maior e melhor estruturação com os seus filhos. No grupo das mães adotivas, é possível constatar que o Fator 3 - *Revelação e restabelecimento de vínculos biológicos* está tendencialmente associado à Sensibilidade (EDE) ( $r = -.28, p = .053, n = 49, r^2 = .08$ ), com um efeito de pequena magnitude, indicando que as mães adotivas que revelavam menos ansiedade e receios, na fase de espera, em relação à comunicação a estabelecer no futuro com o seu filho acerca da sua história de vida e à tentativa, por parte desta, de procurar a família biológica, numa fase

posterior e após a chegada da criança, revelam mais comportamentos interativos sensíveis com os seus filhos. Em relação ao grupo de pais adotivos os resultados apurados revelam a ausência de associações estatisticamente significativas e efeitos dignos de destaque.

#### ***5.4.4.2. Percepções parentais acerca da adaptação da criança à família adotiva e disponibilidade emocional diádica***

Os resultados apurados entre o tempo, expresso em meses, de integração percebido pelos Pais como necessário para a adaptação da criança à família e as diferentes dimensões da disponibilidade emocional diádica revelam a ausência de associações estatisticamente significativas ( $p > .07$ ) e efeitos dignos de destaque. Contudo, a percepção parental relativa ao grau de adaptação da criança à família revelou associações positivas, estatisticamente significativas, com um efeito de pequena magnitude com a Responsividade no grupo dos Pais ( $r = .24$   $p = .018$ ,  $N = 95$ ;  $r^2 = .05$ ) e com um efeito de média magnitude no grupo dos pais ( $r = .34$   $p = .020$ ,  $n = 46$ ;  $r^2 = .11$ ). Desta forma, os resultados indicam que quanto mais os Pais adotivos (i.e., homens e mulheres, globalmente considerados) indicam um bom grau de adaptação da criança à família mais as crianças tendem a exibir comportamentos de Responsividade em relação aos Pais em interações diádicas com eles.

#### ***5.4.4.3. Percepções parentais acerca das mudanças implicadas pela adoção na vida familiar e disponibilidade emocional diádica***

As análises efetuadas relativas à facilidade do papel de pai/mãe revelaram associações positivas, estatisticamente significativas, com efeitos de média magnitude, no grupo dos pais (i.e., homens), com a Estruturação ( $r = .32$ ,  $p = .027$ ,  $n = 46$ ;  $r^2 = .10$ ), e tendencialmente, e com efeitos de pequena magnitude, com a Responsividade da criança ( $r = .28$ ,  $p = .056$ ;  $n = 46$ ;  $r^2 = .07$ ). Desta forma, os resultados indicam que os pais adotivos (i.e., homens) que percebem o seu papel de pai como “*mais fácil do que o esperado*” tendem a revelar comportamentos interativos de maior e melhor estruturação em interação diádica com os seus filhos, e tendencialmente, têm filhos adotivos que em interação diádica se revelam mais responsivos em relação a eles. Em relação aos grupos

específicos dos Pais (i.e., em geral, considerando os pais e as mães) e das mães adotivos os resultados apurados revelam a ausência de associações estatisticamente significativas e efeitos dignos de destaque.

No que se refere às percepções parentais relativas ao grau de facilidade/dificuldade da vida familiar na fase pós adoção constata-se que esta se associa:

- no grupo dos Pais, com a Disponibilidade do adulto ( $r = .35, p < .001, N = 95; r^2 = .12$ ), a Disponibilidade da criança ( $r = .27, p = .12, N = 95; r^2 = .07$ ), a Sensibilidade ( $r = .35, p < .001; N = 95; r^2 = .12$ ), a Não Intrusividade ( $r = .31; p = .002; N = 95; r^2 = .09$ ), a Não Hostilidade ( $r = .30; p = .002; N = 95; r^2 = .09$ ), a Responsividade ( $r = .26; p = .010; N = 95; r^2 = .06$ ) e o Envolvimento ( $r = .21; p = .038; N = 95; r^2 = .04$ ). Os resultados indicam que quanto mais os Pais adotivos percebem as suas vidas familiares, na fase pós adoção, como mais fáceis mais tendem a exibir uma maior e melhor qualidade de disponibilidade emocional com os seus filhos, maior sensibilidade, menor intrusividade e menor hostilidade (com efeitos de média magnitude). Por sua vez, as crianças cujos Pais adotivos percebem as suas vidas familiares, na fase pós adoção, como mais fáceis mais tendem a exibir comportamentos interativos de maior disponibilidade emocional, nomeadamente maior envolvimento em relação aos Pais e maior iniciativa destes para os envolver nas suas atividades (com efeitos de pequena magnitude).
- no grupo dos pais (i.e., homens) com a Disponibilidade do adulto ( $r = .38, p < .008, n = 46; r^2 = .14$ ), a Sensibilidade ( $r = .44; p = .002; n = 46; r^2 = .19$ ) e tendencialmente com a Estruturação ( $r = .28, p = .051, n = 46; r^2 = .08$ ) e a Responsividade ( $r = .27, p = .063; n = 46; r^2 = .07$ ), indicando que quanto mais os pais adotivos (i.e., os homens) percebem as suas vidas familiares, na fase pós adoção, como mais fáceis mais tendem a exibir uma maior e melhor qualidade de disponibilidade emocional com os seus filhos, maior sensibilidade, (com efeitos de média magnitude) e uma maior estruturação (efeito de pequena magnitude em interações diádicas). Por sua vez, as crianças cujos pais adotivos percebem as suas vidas familiares, na fase pós adoção, como mais fáceis tendem a exibir comportamentos interativos de maior responsividade em relação aos filhos (com efeitos de pequena magnitude).

- no grupo das mães, com a Disponibilidade do adulto ( $r = .33, p < .019, n = 49; r^2 = .10$ ), a Sensibilidade ( $r = .29; p = .038; n = 49; r^2 = .08$ ), a Não Intrusividade ( $r = .37; p = .008; n = 49; r^2 = .13$ ) e a Não Hostilidade ( $r = .33; p = .019; n = 49; r^2 = .10$ ), indicando que quanto mais as mães adotivas percebem as suas vidas familiares, na fase pós adoção, como mais fáceis mais tendem a exibir uma maior e melhor qualidade de disponibilidade emocional com os seus filhos, uma menor intrusividade, uma menor hostilidade (com efeitos de média magnitude) e uma maior sensibilidade (com efeitos de pequena magnitude) quando em interações diádicas com os seus filhos.

#### ***5.4.4.4. Satisfação e felicidade parental com a vida familiar e disponibilidade emocional diádica***

No que se refere à satisfação parental com a vida familiar atual, constata-se a existência de associações positivas, estatisticamente significativas, com um efeito de pequena magnitude, com a Não Hostilidade no grupo dos Pais ( $r = .21; p = .038; N = 95; r^2 = .04$ ) e com um efeito de grande magnitude no grupo das mães ( $r = .50, p < .001; n = 49; r^2 = .25$ ), indicando que os Pais que se revelam mais satisfeitos com a vida familiar atual tendem a revelar menos comportamentos de hostilidade com os filhos e que quanto mais as mães se revelam mais satisfeitas com a vida familiar atual menos comportamentos de hostilidade tendem a exibir em interação diádica com os filhos.

Adicionalmente, a manifestação parental de felicidade com a vida após a adoção encontra-se positivamente associada, de forma estatisticamente significativa, com um efeito de média magnitude, no grupo das mães, com a Não Hostilidade ( $r = .37; p = .008; n = 49; r^2 = .13$ ), sugerindo que quanto mais felizes as mães adotivas se referem sentir com a vida familiar após a adoção menos tendem a revelar comportamentos interativos hostis com os seus filhos. Em relação aos grupos específicos dos Pais (i.e., em geral, considerando os pais e as mães) e dos pais adotivos os resultados apurados revelam a ausência de associações estatisticamente significativas e efeitos dignos de destaque.

Relativamente aos resultados apurados para as associações entre a percepção parental do impacto da adoção na vida familiar e a disponibilidade emocional parental, é possível constatar a existência de associações positivas, estatisticamente significativas, com efeitos de média magnitude, no grupo das mães, com a Disponibilidade emocional

do adulto ( $r = .32, p = .024; n = 49; r^2 = .10$ ), a Não Intrusividade ( $r = .30; p = .03; n = 49; r^2 = .09$ ) e a Não Hostilidade ( $r = .37; p = .009; n = 49; r^2 = .13$ ), indicando que quanto mais as mães reportam sentir que o impacto da adoção na sua vida familiar foi positivo mais exibem comportamentos interativos de qualidade ao nível da disponibilidade emocional e menos comportamentos de intrusividade e de hostilidade. O padrão inverso é manifestado no grupo de Pais adotivos, em que se constata a existência de uma associação negativa, estatisticamente significativa, com um efeito de média magnitude entre a percepção parental do impacto da adoção na vida familiar e a Não Intrusividade ( $r = -.31; p = .032; n = 46; r^2 = .09$ ), sugerindo que quanto mais os Pais adotivos referem sentir que o impacto da adoção na sua vida familiar foi positivo mais tendem a exibir comportamentos interativos intrusivos com os seus filhos.

#### ***5.4.4.5. Satisfação parental com as características e com a comunicação com o filho adotivo e a disponibilidade emocional diádica***

Os resultados apurados entre a satisfação parental com as características do filho adotivo e a disponibilidade emocional revelam a ausência de associações estatisticamente significativas e efeitos de média ou grande magnitude. Contudo, as análises efetuadas para a satisfação parental com a comunicação com o filho adotivo e disponibilidade emocional diádica revelam as seguintes associações positivas, estatisticamente significativas:

- no grupo dos Pais com a Disponibilidade emocional do adulto ( $r = .28; p = .005; N = 95; r^2 = .07$ ), a Sensibilidade ( $r = .33, p = .001; N = 95; r^2 = .10$ ), a Estruturação ( $r = .26; p = .011; N = 95; r^2 = .06$ ), a Não hostilidade ( $r = .27, p = .035; N = 95; r^2 = .07$ ) e a Responsividade ( $r = .24; p = .021; N = 95; r^2 = .05$ ), sugerindo que quanto mais os Pais adotivos relatam sentirem-se satisfeitos com a comunicação com os seus filhos mais tendem a exibir comportamentos interativos com uma maior qualidade relativa à disponibilidade emocional (com um efeito de pequena magnitude), pautados pela sensibilidade (com efeito de média magnitude), estruturação, e menos comportamentos hostis com os seus filhos (com efeitos de pequena magnitude). Por sua vez os filhos tendem a revelar comportamentos interativos de maior responsividade em relação aos Pais (com efeitos de pequena magnitude).

- no grupo das mães com Disponibilidade emocional do adulto ( $r = .36$ ;  $p = .011$ ;  $n = 49$ ), a Sensibilidade ( $r = .35$ ,  $p = .011$ ;  $n = 49$ ;  $r^2 = .12$ ) e a Não Hostilidade ( $r = .47$ ,  $p < .001$ ;  $r^2 = .22$ ), indicando que quanto mais as mães adotivas relatam sentirem-se satisfeitas com a comunicação com os seus filhos mais tendem a exibir comportamentos interativos com uma maior qualidade relativa à disponibilidade emocional, pautados pela sensibilidade e pela menor manifestação de comportamentos hostis com os seus filhos (com efeitos de média magnitude).
- no grupo dos pais com a Estruturação ( $r = .33$ ;  $p = .022$ ;  $n = 46$ ;  $r^2 = .10$ ) e a Responsividade ( $r = .33$ ,  $p = .023$ ,  $n = 46$ ;  $r^2 = .10$ ), revelando que quanto mais os pais adotivos (i.e., homens) relatam sentirem-se satisfeitos com a comunicação com os seus filhos mais tendem a exibir comportamentos interativos de maior e melhor estruturação (com efeitos de média magnitude). Por sua vez os filhos tendem a revelar comportamentos interativos de maior responsividade em relação aos seus pais (com efeitos de média magnitude).

#### ***5.4.4.6. Tempo de espera, idade do início do processo de revelação e disponibilidade emocional diádica***

Os resultados apurados entre o tempo de espera pela criança a adotar (em meses), a idade que a criança tinha no início do processo de revelação acerca da sua história de vida e condição de adotado (em meses) e a disponibilidade emocional revelam a ausência de associações estatisticamente significativas e efeitos de média ou grande magnitude.

#### ***5.4.5. Resultados Multivariados***

Com o intuito de identificar as variáveis que influenciam a disponibilidade emocional parental recorreu-se a análises de regressão multivariadas.

Em primeiro lugar, foram examinados os padrões de associação entre os preditores de cada grupo (i.e., Pais, mães adotivas e pais adotivos) para detetar potenciais problemas de multicolinearidade. Os resultados da análise das associações revelaram a ausência de potenciais casos de multicolinearidade. Foi igualmente realizado um conjunto de análises de regressão linear mista, que permite controlar os efeitos de *nesting* (uma vez que os Pais/casais partilhavam o mesmo filho em todas as variáveis consideradas), para

determinar o poder preditivo de cada dimensão do processo adotivo de cada um dos grupos. A idade das crianças, bem como a dos Pais adotivos, bem como o gênero dos Pais foram também considerados como preditores para controlar os seus potenciais efeitos. O gênero das crianças não foi contemplado no modelo uma vez que os resultados de análises prévias permitiram constatar que as dimensões da Disponibilidade Emocional não variam em função do gênero das crianças.

Para avaliar o valor preditivo dos modelos de regressão, o valor *-2restricted Log likelihood* do modelo sem preditores foi comparado ao valor *-2restricted Log likelihood* do modelo com todos os preditores com o teste do Chi quadrado. Apenas os modelos que revelam uma redução significativa a  $p < .05$  do *-2restricted Log likelihood*, foram considerados e apresentados para alcançar um maior rigor metodológico.

#### ***5.4.5.1. Percepções dos candidatos à adoção acerca da criança a adotar e a disponibilidade emocional diádica***

Um modelo de regressão linear mista foi elaborado para testar o poder de predição das três dimensões da Escalas de Ansiedade e Receio no tempo de espera (EAR; *i.e.*, fator 1 - Características da criança adotada, fator 2 – Impacto social da adoção e aceitação da criança; fator 3 - Revelação e restabelecimento de vínculos biológicos nas diferentes dimensões da disponibilidade emocional). O gênero, a idade dos pais, bem como idade das crianças foram contemplados no modelo como variáveis de controle.

A análise dos resultados dos diferentes modelos revelou que nenhum dos três fatores da EAR se revelou como preditor significativo das dimensões da disponibilidade emocional ou, quando significativos não representavam uma alteração significativa ( $p < .05$ ) na adequação do modelo em comparação ao modelo de base sem os preditores.

#### ***5.4.5.2. Percepções parentais acerca da adaptação da criança à família adotiva e disponibilidade emocional diádica***

Um modelo de regressão linear mista foi elaborado para testar o poder de predição do tempo percebido de integração à família (em meses) e facilidade percebida de adaptação à família nas diferentes dimensões da disponibilidade emocional. O gênero e

idade dos pais, bem como idade das crianças foram contemplados no modelo como variáveis de controlo.

Os resultados apurados para os diferentes modelos revelam que o tempo percecionado pelos pais para a integração da criança na família e a facilidade percecionada na adaptação à família não se revelam preditores significativos das dimensões da disponibilidade emocional ou, quando significativos, não representam uma mudança significativa ( $p < .05$ ) da adequação do modelo em comparação ao modelo de base sem preditores.

#### ***5.4.5.3. Percepções parentais acerca das mudanças implicadas pela adoção na vida familiar e disponibilidade emocional diádica***

Um modelo de regressão linear mista foi elaborado para testar o poder de predição das percepções parentais relativas ao grau de facilidade/dificuldade da vida familiar na fase pós adoção nas diferentes dimensões da disponibilidade emocional. O género e a idade dos pais e a idade das crianças foram também contemplados no modelo como variáveis de controlo.

Os resultados revelam que a Não Intrusividade é significativamente predita pela percepção de facilidade da vida familiar pós adoção (Estimativa  $B = 2.19$ ; Erro =  $.57$ ;  $df = 86.41$ ;  $t = 3.82$ ;  $p < .001$ ; 95% IC =  $[1.05; 3.34]$ ;  $N = 95$ ). A análise do modelo sem preditores (i.e., modelo com apenas a interceptação) revela que aproximadamente 21.12% da variabilidade total é explicada pela família. A análise do modelo com preditores revela que a combinação dos preditores explica aproximadamente 54.47% do *clustering*. Adicionalmente, o modelo com preditores apresenta uma qualidade de ajustamento ( $-2restricted\ Log\ likelihood = 505.78$ ) significativamente melhor do que a do modelo sem preditores ( $-2restricted\ Log\ likelihood = 517.00$ ),  $\chi^2_{mudança} (df_{mudança} = 5) = 11.22$ ,  $p < .05$ .

Os resultados relativos aos outros modelos considerados revelam que a facilidade percecionada da vida familiar na fase pós adoção e a facilidade percecionada do papel de Pais adotivos não constituem preditores significativos das dimensões da disponibilidade emocional ou, quando significativos, não representam uma mudança significativa ( $p < .05$ ) da adequação do modelo em comparação com o modelo de base sem preditores.

#### **5.4.5.4. Satisfação e felicidade parental com a vida familiar e disponibilidade emocional diádica**

Um modelo de regressão linear mista foi elaborado para testar o poder de predição do grau de felicidade parental com a vida familiar na fase pós adoção, o grau de satisfação com a sua vida familiar, o impacto da adoção na vida familiar nas diferentes dimensões da disponibilidade emocional. O género e idade dos pais e a idade das crianças foram também contemplados no modelo como variáveis de controlo.

Os resultados revelam que o Envolvimento é significativamente predito pelo género dos Pais, ou seja, ser uma mulher é positivamente associado a uma melhor qualidade do Envolvimento por parte da criança para envolver as suas mães nas suas atividades (Estimativa B = 2.02; Erro = .50;  $df = 46.78$ ;  $t = 404$ ;  $p < .001$ ; 95% IC = [1.01; 3.03];  $N = 95$ ). A análise do modelo sem preditores (i.e., modelo com apenas a interceptação) revela que aproximadamente 39.96% da variabilidade total é explicada pela família. A análise do modelo com preditores revela que a combinação dos preditores explica aproximadamente 34.72% do *clustering*. Adicionalmente, o modelo com preditores apresenta uma qualidade de ajustamento ( $-2restricted\ Log\ likelihood = 487.09$ ) significativamente melhor do que a do modelo sem preditores ( $-2restricted\ Log\ likelihood = 498.47$ ),  $\chi^2_{mudança} (df_{mudança} = 5) = 11.38$ ,  $p < .05$ .

A análise dos outros modelos considerados revela que a felicidade com a vida familiar na fase pós adoção, o grau de satisfação com a sua vida familiar, ou o impacto da adoção na vida familiar não constituem preditores significativos das dimensões da disponibilidade emocional ou, quando significativos, não representam uma mudança significativa ( $p < .05$ ) da adequação do modelo em comparação com o modelo de base sem preditores.

#### **5.4.5.5. Satisfação parental com as características e com a comunicação com o filho adotivo e a disponibilidade emocional diádica**

Um modelo de regressão linear mista foi elaborado para testar o poder de predição da satisfação parental com as características do filho adotivo com a comunicação nas diferentes dimensões da disponibilidade emocional. O género e idade dos pais bem como a idade das crianças foram contemplados no modelo como variáveis de controlo.

Os resultados revelam que a Sensibilidade (EDE) é significativamente predita pelo grau de satisfação com o filho (Estimativa B = 1.62; Erro = .63;  $df = 85.53$ ;  $t = 2.55$ ;  $p = .012$ ; 95% IC = [0.36;2.89];  $N = 95$ ) e pela idade dos Pais (Estimativa B = .20; Erro = .10;  $df = 88.71$ ;  $t = 2.09$ ;  $p = .045$ ; 95% IC = [0.04;.40];  $N = 95$ ).

A análise dos resultados do modelo sem preditores (i.e., modelo com apenas a interceptação) revela que aproximadamente 42.29% da variabilidade total é explicada pela família. Os resultados do modelo com preditores revelam que a combinação dos preditores explica aproximadamente 24.39% do *clustering*. Adicionalmente, o modelo com preditores apresenta uma qualidade de ajustamento ( $-2restricted\ Log\ likelihood = 535.00$ ) significativamente melhor do que a do modelo sem preditores ( $-2restricted\ Log\ likelihood = 524.00$ ),  $\chi^2_{mudança} (df_{mudança} = 5) = 11.00$ ,  $p < .05$ . O modelo explica 6.55% da variância entre as famílias e 9.7 % da variância dentro das famílias.

Os resultados dos outros modelos revelam que a satisfação com as características do filho adotivo e com a comunicação com a criança não constituem preditores significativos das dimensões da disponibilidade emocional ou, quando são significativos, não representam uma mudança significativa ( $p < .05$ ) da adequação do modelo em comparação ao modelo de base sem preditores.

#### ***5.4.5.5. Tempo de espera, idade do início do processo de revelação e disponibilidade emocional diádica***

Um modelo de regressão linear mista foi elaborado para testar o poder de predição do tempo de espera (em meses) e a idade da revelação (em meses) nas diferentes dimensões da Disponibilidade Emocional (EDE). O género e idade dos pais bem como idade das crianças foram contemplados no modelo como variáveis de controlo.

Os resultados dos diferentes modelos sugerem que o tempo de espera ou a idade de revelação não se revelam preditores significativos das diferentes dimensões da disponibilidade emocional ou que, quando eram significativos, não representavam uma mudança significativa ( $p < .05$ ) da adequação do modelo em comparação ao modelo de base sem preditores.

## 5.5. Discussão

Tendo como esteio o objetivo geral, os objetivos específicos, as hipóteses previamente formuladas, os resultados de investigação prévia bem como os princípios fundamentais de perspetivas concetuais de enquadramento, seguidamente discutem-se os resultados obtidos no presente estudo.

O principal objetivo do presente estudo consiste em determinar as associações existentes entre as percepções parentais relativas a diferentes aspetos do processo adotivo e as diferentes dimensões da disponibilidade emocional parental na interação diádica Pais-criança.

### *5.5.1. O perfil global de disponibilidade emocional dos pais adotivos*

O primeiro objetivo específico consiste em caracterizar a disponibilidade emocional parental em interação diádica com os filhos adotados. Optou-se por não explanar uma hipótese específica devido ao facto de se tratar de um objetivo exploratório caracterizador da disponibilidade emocional diádica Pais-criança dos participantes na presente investigação. Os resultados apurados permitem esboçar um perfil diádico relacional cujas principais características são seguidamente explanadas.

Em termos globais constatam-se níveis moderados (i.e., médio-superiores) de disponibilidade emocional diádica em relação às diferentes dimensões consideradas. Os resultados da escala de disponibilidade emocional do adulto são superiores aos resultados da escala da criança. Esta diferença global digna de destaque entre a díade interativa reitera o princípio da operacionalização de disponibilidade emocional de que em casos específicos (e.g., famílias adotivas em que pais e filhos não partilham uma tão longa história relacional como na generalidade das famílias não adotivas) as perspetivas de cada um dos parceiros diádicos não são coincidentes (Biringen et al., 2014). Aliás esta assume-se como uma das grandes vantagens das escalas de disponibilidade emocional, a de conseguir captar a dupla perspetiva da relação diádica considerada (Biringen et al., 2014). Os pais e as crianças adotivas do presente estudo exibem níveis de disponibilidade emocional distintos e não concordantes, sendo a disponibilidade emocional exibida pelos pais adotivos superior à exibida pelos filhos no decurso da interação entre eles.

A dimensão da disponibilidade emocional com resultados mais elevados é a da não hostilidade, tal como no estudo de Altenhofen et al. (2013), cujos participantes incluíam díades biológicas, adotivas e de famílias de acolhimento. Os resultados do presente estudo revelam que os pais adotivos da região do Algarve tendencialmente não exibem, ou exibem poucos, comportamentos abertos (e.g., expressões faciais, vocais ou corporais que revelam claramente hostilidade, como ameaças, afirmações de ridicularização, usar temas de separação) ou encobertos (e.g., impaciência, aborrecimento, contexto stressante, silêncio ameaçador), de hostilidade em relação aos filhos, apresentando uma adequada exibição de comportamentos de autorregulação das emoções por parte dos adultos, o que por si só parece promissor como modelo interativo promotor de competências de autorregulação emocional na infância e instigador de competências socio emocionais adequadas nas crianças.

Foi igualmente possível verificar que a não hostilidade foi a dimensão interativa da disponibilidade emocional com uma menor amplitude entre todas as dimensões, revelando uma menor heterogeneidade dos resultados entre as famílias adotivas participantes, reiterando os resultados do estudo longitudinal de Garvin et al. (2012), com famílias adotivas. Inversamente, a dimensão da disponibilidade emocional diádica com resultado mais reduzido diz respeito ao envolvimento da criança com os pais, reiterando mais uma vez as tendências encontradas no estudo de Altenhofen et al. (2013), com famílias adotivas.

Estes resultados, aliados à constatação da reduzida amplitude dos resultados, parecem espelhar um perfil moderado de envolvimento, que consiste em comportamentos de envolvimento das crianças em relação aos pais adotivos caracterizados por um menor equilíbrio entre a atividade lúdica autónoma e a conexão com os pais, trazendo-os para as suas atividades de alguma forma (Biringen, 2008). As crianças adotivas participantes no estudo tendem a comportamentos de envolvimento com os seus pais adotivos que, em alguns casos, revelam algum desequilíbrio entre o interesse pelas atividades autónomas e o interesse em envolver o adulto nos seus interesses e atividades, tendendo a revelar, em diversos momentos, mais interesse nas tarefas foco da sua atenção do que nos pais, exibindo comportamentos evitantes ou semi-evitantes (Biringen, 2008). Este padrão comportamental de disponibilidade emocional parece fazer algum sentido se considerarmos que estas crianças, todas com um passado de institucionalização, foram incentivadas e “impelidas” (pelas circunstâncias envolventes) a autonomizar-se, a

centrarem-se menos nas interações diádicas com os adultos significativos, por ausência de disponibilidade afetiva de relações diádicas (por questões práticas e logísticas institucionais) características da generalidade da interação mais típica das famílias por nascimento. Por outro lado, outras destas crianças adotadas parecem tender para o oposto, exibindo alguns comportamentos de sobre envolvimento com os pais adotivos, caindo do lado oposto deste ponto de equilíbrio entre a autonomia e a partilha nas atividades lúdicas e rotineiras (Biringen, 2008). Desta forma, exibem uma menor necessidade de autonomia e maior necessidade de “conexão” com os pais adotivos, mas de forma menos elaborada, menos adequada e menos positiva (e.g., solicitando sistematicamente o envolvimento do adulto, chorando, choramingando, queixando-se, amuando, exibindo ansiedade ou stress nos seus comportamentos) em alguns momentos interativos (Biringen, 2008).

Esta tendência das crianças adotivas do presente estudo aliado ao facto de ter sido igualmente observado uma estruturação média-alta por parte dos pais adotivos (segunda dimensão com resultados mais reduzidos e com valores médios mais próximos do ponto médio da escala) traduz-se na necessidade de uma atenção especial em relação a esta dupla tendência, uma vez que uma maior e mais adequada estruturação dos pais poderá, potencialmente, constituir-se como fundamental na promoção do envolvimento da criança. De facto, os resultados próximos do ponto médio da escala representam uma qualidade de disponibilidade emocional caracterizada pela inconsistência, ou seja, a observação de situações interativas quer de qualidade e adequadas quer de menor qualidade e adequação (Lovas, 2005, p. 344). Os resultados médios da estruturação revelam um perfil de estruturação caracterizado por uma orientação moderada ou de alguma forma inconsistente, indicando que os pais adotivos podem tender a exibir estruturação, ou comportamentos de guiar e orientar a criança, em demasia ou em menor quantidade e/ou qualidade e adequação do que seria o ideal (Biringen, 2008). A estruturação ou habilidade dos pais adotivos do presente estudo, para guiar, orientar, impor limites ou disciplinar os filhos pode, por vezes, ser mais reativa do que preventiva ou proativa, revelando um menor investimento do que seria o ideal no sentido de uma maior adequação (e.g., revelando passividade na interação, não adicionando algo de novo à interação, sugerindo novas atividades ou ideias, não ser bem-sucedido a tentar influenciar de alguma forma a criança) (Biringen, 2008). Contudo importa salientar que a dimensão da estruturação é a dimensão que apresenta a maior amplitude de resultados entre todas as dimensões consideradas, revelando a variabilidade na estruturação exibida

pelos Pais adotivos do presente estudo, havendo Pais adotivos com níveis de estruturação ideal com os seus filhos e outros com níveis de estruturação não ideal, caracterizados essencialmente pela desestruturação, ausência, excesso de controlo nas atividades ou atividades em paralelo com os filhos, como se fossem pares de jogo, da mesma idade.

Destas tendências evidencia-se a necessidade de refletir acerca de estratégias promotoras de níveis de estruturação ideais nos Pais adotivos capazes de ter o potencial incrementador do envolvimento da criança com o adulto, reforçando todos os comportamentos de disponibilidade emocional de elevada qualidade e adequação e já por eles exibidos (e.g., ao nível da não hostilidade).

### ***5.5.2. A disponibilidade emocional em função do género dos pais adotivos***

Ao considerar as diferenças na disponibilidade emocional em função do género parental constata-se que, em geral, as mães adotivas tendem a exibir uma maior e melhor disponibilidade emocional do que os pais adotivos, e que por sua vez, os filhos adotivos tendem a exibir uma maior disponibilidade emocional com as suas mães do que com os seus pais. De facto, as mães adotivas exibem resultados superiores aos pais relativamente à disponibilidade emocional em todas as dimensões consideradas. Contudo, salientam-se duas dimensões cujos resultados são dignos de destaque (efeitos de grande magnitude), em primeiro o envolvimento da criança com a mãe, que é muito superior ao da criança com o pai, e em segundo a disponibilidade emocional global da criança que é muito superior em relação à mãe comparativamente com o pai. Desta forma, a hipótese previamente delineada (i.e., as crianças adotadas exibem maior disponibilidade emocional em interações diádicas com as mães adotivas do que com os pais adotivos) é confirmada. Estes resultados corroboram os resultados do estudo de Lovas (2005), com famílias não adotivas, em que as crianças (entre os 18 e os 20 meses) exibiam uma maior responsividade e envolvimento com as mães do que com os pais.

Algumas das possíveis justificações para esta tendência no presente estudo poderão relacionar-se com o facto de as crianças quando viviam nas instituições de acolhimento temporário (antes da adoção) apenas estavam expostas a interações regulares e frequentes com adultos do sexo feminino. Este facto poderá, por um lado, facilitar a sua relação e interação com as mães (por transposição e familiaridade), e por outro, dificultar as

interações e a relação a estabelecer com os pais adotivos. Esta hipótese justificativa foi reforçada no decurso de recolha de dados da presente investigação quando diversos pais referiram (alguns com emoção) as dificuldades e/ou medo e/ou rejeição que os filhos manifestaram em relação a eles e a diferença evidente no comportamento que exibiram em relação às mães. Neste estudo, o facto de as mães adotivas tenderem, de acordo com os resultados, a revelar comportamentos de maior disponibilidade emocional em relação a eles também poderá eventualmente intensificar esta tendência inicial já existente.

Adicionalmente as crianças adotadas deste estudo também exibem uma maior responsividade em relação à mãe, e por sua vez as mães adotivas também exibem uma maior não intrusividade e uma melhor estruturação em interação com os seus filhos do que os pais adotivos.

Os resultados multivariados<sup>17</sup> (i.e., as análises de regressão linear mista) obtidos reforçam os efeitos preditivos do género parental, uma vez que reiteram as tendências supra explanadas (i.e., as mães exibem uma maior disponibilidade emocional global, uma maior sensibilidade, maior e melhor estruturação e não intrusividade em interação com os seus filhos comparativamente aos pais adotivos). Estes resultados corroboram as tendências verificadas em investigação prévia, com participantes não-adotivos, que indicam que as mães tendem a exibir uma maior disponibilidade emocional com os filhos (Lovas, 2005; Volling et al., 2002), uma maior sensibilidade (Atzaba-Poria et al., 2010; Lovas, 2005; Volling et al., 2002) e uma maior não intrusividade (Lovas, 2005) do que os pais. De facto, no estudo realizado por Lovas (2005) na disponibilidade emocional parental diádica as mães revelavam uma maior sensibilidade, maior e mais adequada estruturação, e uma maior e mais adequada não intrusividade do que os pais adotivos. Tal como no presente estudo também revelaram a ausência de diferenças dignas de destaque relativamente à não hostilidade (Lovas, 2005). Estes resultados confirmam a hipótese previamente delineada (i.e., as mães adotivas exibem uma maior disponibilidade emocional do que os pais adotivos).

Considerando a perspetiva das crianças, os resultados multivariados reforçam as tendências supra explanadas, ou seja, os filhos adotivos tendem também a manifestar uma

---

<sup>17</sup> Foram utilizadas análises de regressão linear mista para controlar os efeitos de *nesting* da presente amostra.

maior disponibilidade emocional em relação às suas mães adotivas, maior responsividade e mais envolvimento em relação a elas do que em relação aos pais adotivos.

Tal como previamente afirmado por Volling et al. (2002) a generalidade dos resultados apurados, relativamente ao presente objetivo e estudo, reflete inequivocamente a diversificação de experiências de disponibilidade emocional nos cenários nucleares das famílias adotivas.

### *5.5.3. As percepções parentais acerca do processo adotivo em função do género dos pais adotivos e das crianças adotadas*

No que concerne às percepções parentais acerca do processo adotivo em função do género dos pais adotivos e das crianças adotadas o estudo revela a ausência de diferenças indicando que em relação a este aspeto mães e pais adotivos, sendo pais de filhos ou filhas adotivas, percebem indiferenciadamente o processo adotivo, não assumindo o género um grau de destaque na compreensão da percepção da vivência relativa a este processo.

### *5.5.4. A ansiedade e receios parentais acerca da criança a adotar na fase de espera e as dimensões do adulto e da criança da disponibilidade emocional*

Considerando a relação entre a ansiedade e os receios parentais específicos sobre a criança a adotar no tempo de espera e a disponibilidade emocional diádica Pais-criança, na fase pós adotiva, os resultados indicam que os Pais adotivos (i.e., mães e pais), que revelavam menos ansiedade e receios, na fase de espera, em relação às **reações e à aceitação dos outros** (i.e., a nível social) e **de si próprios em relação à criança** a adotar tendem a exibir, numa fase posterior e após a chegada da criança, mais comportamentos interativos sensíveis e de maior e melhor estruturação com os seus filhos (efeitos de pequena magnitude). Desta forma, os pais que previamente, e enquanto esperam pela atribuição de uma criança, sentem menos ansiedades e receios em relação às reações e aceitação da criança, após a sua chegada e integração na família adotiva tendem a exibir interações mais caracterizadas por afeto positivo, comportamentos calorosos, responsividade, atitude aceitante em relação à criança, conexões emocionais claras com a criança, identificação e correta interpretação das pistas e comunicações da criança e adequado ajustamento do seu comportamento, habilidade na resolução fluida de conflitos, consciência da relevância da quantidade significativa de interações e da contingência

temporal, flexibilidade, variedade e criatividade (ver Biringen, 2008). Avançando com uma hipótese explicativa para esta associação podemos pensar que a natureza de ambos os comportamentos têm semelhanças, ou seja, se os pais têm uma tendência relacional natural para serem aceitantes e responsivos em relação aos outros (aspetos que parecem caracterizar um comportamento sensível) então mais facilmente concebem que os outros também o farão naturalmente e isso não os preocupará à priori.

Adicionalmente, e hipoteticamente, é provável que os pais mais sensíveis e atentos às pistas e necessidades dos outros possuam igualmente a habilidade de melhor estabelecer limites e regras de forma fluida, proativa e adequada e de orientar, guiar e estruturar as atividades da criança, através de sugestões pertinentes, consciente das suas características, necessidades e interesses de forma a acrescentar algo de útil para a criança, levando-a para níveis mais sofisticados. Embora sensibilidade e estruturação constituam duas dimensões diferentes, uma de natureza mais afetiva e outra mais cognitiva, e um indivíduo possa exibir qualidade e adequação em relação a uma e não em relação a outra, possivelmente é provável que coexistam.

Os resultados obtidos permitiram constatar que as mães adotivas (e não os pais adotivos) que revelavam menos ansiedade e receios, na fase de espera, em relação à comunicação a estabelecer no futuro com o seu filho acerca da sua história de vida e à tentativa, por parte desta, de procurar a família biológica, numa fase posterior e após a chegada da criança, revelam mais comportamentos interativos sensíveis com os seus filhos (efeitos de pequena magnitude). Avançando com algumas razões justificativas para as tendências encontradas, o facto de estes resultados apenas terem sido observados em mães adotivas e não nos pais poderá ser devido ao facto das mães adotivas exibirem uma maior sensibilidade do que os pais adotivos. Talvez as mães mais sensíveis e atentas às necessidades dos filhos pensem que não vale a pena preocuparem-se antecipadamente com estas questões e que perante cada uma das circunstâncias que surgirem, e de acordo com as necessidades do filho, estarão atentas para o apoiar no que for necessário.

Os resultados multivariados obtidos relativamente aos diferentes modelos considerados revelaram que nenhum dos três fatores da EAR (i.e., fator 1 - Características da criança adotada, fator 2 – Impacto social da adoção e aceitação da criança; fator 3 - Revelação e restabelecimento de vínculos biológicos) se assume como preditor significativo das dimensões da disponibilidade emocional. Esta tendência que revela a

ausência de uma relação forte entre a ansiedade e os receios vividos pelos futuros pais adotivos, na fase pré-adotiva, e a disponibilidade emocional parental, na fase pós adotiva, enfatiza a necessidade de serem considerados outros aspetos que possam associar-se a uma melhor qualidade de disponibilidade emocional parental nas famílias adotivas.

#### ***5.5.5. As percepções parentais acerca do tempo necessário para a integração da criança na família adotiva e as dimensões da disponibilidade emocional***

O quinto objetivo do presente estudo consiste em examinar as relações entre as percepções parentais acerca do tempo necessário para a integração da criança na família adotiva e as dimensões da disponibilidade emocional. Os resultados revelam a ausência de associações dignas de destaque. Adicionalmente os resultados multivariados obtidos relativamente ao modelo considerado sugere que o tempo percecionado de integração da criança na família e a facilidade percecionada de adaptação à família não se revelam preditores expressivos das dimensões da disponibilidade emocional, infirmando, assim, a hipótese avançada de que quanto maior o tempo de integração percecionado pelos Pais adotivos menor a disponibilidade emocional da criança em relação aos Pais (i.e., responsividade e envolvimento). Desta forma, a percepção parental da quantidade de tempo necessário para a criança se adaptar não parece basear-se ou ter impacto na disponibilidade emocional que a criança exhibe em relação aos Pais.

#### ***5.5.6. As percepções parentais acerca do grau de adaptação da criança à família e as dimensões do adulto e da criança da disponibilidade emocional***

Considerando as relações entre as percepções parentais acerca do grau de adaptação da criança à família e a disponibilidade emocional diádica em famílias adotivas, verifica-se que quanto mais os Pais adotivos (i.e., mães e pais), percecionam um bom grau de adaptação da criança à família mais as crianças tendem a exhibir comportamentos de responsividade em relação aos Pais em interações diádicas com eles. Esta tendência é ainda mais evidente no grupo dos pais adotivos. Perspetivando a reciprocidade dinâmica e contínua a nível interativo e relacional assume-se que poderá influenciar a sua percepção acerca do grau de adaptação da criança, mas provavelmente, uma percepção positiva acerca do grau de adaptação da criança também poderá refletir-se em comportamentos parentais (não evidenciados nos resultados do presente estudo) incitadores da responsividade das

crianças em relação a eles. Desta forma, a hipótese de quanto maior o grau de adaptação da criança à família, percebido pelos Pais adotivos, maior a disponibilidade emocional dos Pais adotivos em relação à criança foi infirmada. A hipótese de que quanto maior o grau de adaptação da criança à família, percebido pelos Pais adotivos, maior a disponibilidade emocional da criança em relação aos Pais (i.e., responsividade e envolvimento), foi parcialmente confirmada.

#### ***5.5.7. As percepções acerca do grau de facilidade dos papéis parentais na fase pós adoção e as dimensões da disponibilidade emocional***

No que se refere às percepções acerca do grau de facilidade dos papéis parentais na fase pós adoção e a sua relação com as dimensões da disponibilidade emocional, verifica-se que os pais adotivos (i.e., apenas os homens) que percebem o seu papel parental como mais fácil do que o esperado tendem a revelar comportamentos interativos de maior e melhor estruturação em interação diádica com os seus filhos, e tendencialmente, têm filhos adotivos que em interação diádica se revelam mais responsivos em relação a eles. Mais especificamente, os pais com percepções mais positivas acerca da sua parentalidade tendem a exibir uma maior habilidade para fornecer orientação e apoio firmes, positivos e adequados para que a criança possa exibir níveis de atividade progressivamente mais sofisticados (e.g., usando sugestões de qualidade e bem sucedidas e numa frequência adequada), seguir as iniciativas da criança e estabelecer regras e limites para comportamentos adequados numa perspectiva proativa em vez de reativa e para fornecer um ambiente interativo de contenção e segurança (Biringen, 2008). Na perspectiva do parceiro interativo, as crianças cujos pais manifestam percepções mais positivas acerca da sua parentalidade tendem a manifestar emoções melhor reguladas (i.e., capacidade adequada de autorregulação com adequada expressão de sentimentos), mais afeto positivo, genuíno e repleto de recursos, mais comportamento organizado, previsível, confiante e seguro, maior envolvimento em oportunidades exploratórias e autónomas, procurando mais contacto físico adequado para a sua idade e moldam-se ao corpo do pai, não exibindo comportamentos parentificados e revelando sinais óbvios de uma interação diádica prazerosa com o pai (e.g., avidez em responder e partilhar ou seguir sugestão do pai, falar com ele de forma entusiástica) (Biringen, 2008).

Estes resultados confirmam parcialmente ambas as hipóteses formuladas (i.e., quanto maior o grau de facilidade dos papéis parentais percebidos na fase pós adoção maior a disponibilidade emocional dos pais adotivos em relação à criança; quanto maior o grau de facilidade dos papéis parentais percebidos na fase pós adoção maior a disponibilidade emocional das crianças adotivas em relação aos pais).

#### ***5.5.8. As percepções parentais acerca do grau de facilidade da vida familiar após a adoção e a disponibilidade emocional***

Os resultados apurados, no presente estudo, permitem constatar que os Pais adotivos que percebem as suas vidas familiares, na fase pós-adoção, como mais fáceis tendem a exibir uma maior e melhor qualidade de disponibilidade emocional com os seus filhos. Considerando as dimensões subjacentes, principalmente no que diz respeito à sensibilidade, não intrusividade e não hostilidade, os Pais adotivos que percebem as suas vidas familiares, na fase pós-adoção, como mais fáceis apresentam uma maior disponibilidade emocional em relação aos seus filhos. Por sua vez, as crianças cujos Pais adotivos percebem as suas vidas familiares como mais fáceis tendem a exibir comportamentos interativos de maior disponibilidade emocional, sendo mais responsivos em relação aos Pais e tendem a envolvê-los mais e de forma mais elaborada e adequada (com efeitos de pequena magnitude). Estes perfis de qualidade ao nível da disponibilidade emocional em famílias adotivas, coincidentes e sincrónicas, considerando cada uma das partes da perspectiva diádica, parecem ser igualmente refletidos nas percepções positivas da vida familiar. Desta forma, a hipótese previamente descrita (i.e., quanto maior o grau percebido de facilidade da vida familiar após a adoção maior a disponibilidade emocional dos Pais adotivos em relação à criança) é confirmada.

Os resultados multivariados obtidos sugerem que as percepções parentais acerca do grau de facilidade da vida familiar após a adoção se assumem como preditores significativos da Não Intrusividade dos Pais em relação às crianças. Perspetivando os resultados em função do género parental, as mães adotivas que percebem as suas vidas familiares como mais fáceis, na fase pós-adoção, tendem a apresentar uma maior qualidade de disponibilidade emocional com os seus filhos, e especificamente uma maior não intrusividade, uma maior não hostilidade (efeitos de média magnitude) e uma maior

sensibilidade (efeitos de pequena magnitude) quando em interações diádicas com os seus filhos.

Os pais adotivos (i.e., homens) que percecionam as suas vidas familiares, na fase pós-adoção, como mais fáceis tendem a exibir uma maior e melhor qualidade de disponibilidade emocional com os seus filhos, maior sensibilidade (efeitos de média magnitude) e uma maior estruturação (pequena magnitude) em interações diádicas. Por sua vez, as crianças cujos pais adotivos percecionam as suas vidas familiares como mais fáceis tendem a exibir comportamentos interativos de maior responsividade em relação aos seus pais (efeitos de pequena magnitude). Desta forma, a segunda hipótese previamente delineada (i.e., quanto maior o grau percecionado de facilidade da vida familiar após a adoção maior a disponibilidade emocional das crianças adotadas em relação aos pais adotivos) é infirmada considerando os Pais adotivos, mas se considerássemos os pais adotivos (i.e., os homens) seria confirmada.

Os efeitos mais fortes encontrados na associação entre percepção mais positiva da vida familiar após a adoção e a disponibilidade emocional das mães adotivas são consistentes com o facto de as mães apresentarem melhores resultados na disponibilidade emocional do que os pais. No entanto, é interessante observar que é nos pais que existe a relação mais forte (i.e., média magnitude) entre a percepção mais positiva da vida familiar após a adoção e a sensibilidade em interação com a criança. Talvez seja por essa razão que é também apenas nos pais que é observado um pequeno efeito entre a percepção mais positiva da vida familiar e a responsividade da criança em relação aos pais. Poderá a sensibilidade dos pais e a responsividade da criança em relação aos pais refletir-se numa percepção mais positiva acerca da vida familiar, e esta vida familiar também ser refletida na disponibilidade emocional recíproca manifestada.

#### ***5.5.9. As percepções parentais acerca do grau de satisfação com a vida familiar atual e a disponibilidade emocional***

No que se refere à percepção parental acerca do grau de satisfação parental com a vida familiar atual constata-se que os Pais que se revelam mais satisfeitos com a vida familiar atual tendem a revelar mais comportamentos de não hostilidade com os filhos (efeito de pequena magnitude) e que esta tendência é ainda mais acentuada no grupo das mães adotivas. A hipótese previamente delineada de que os Pais com percepções mais

positivas acerca do grau de satisfação com a vida familiar atual apresentam uma maior disponibilidade emocional é parcialmente confirmada. Contudo, a segunda hipótese, de que os Pais com percepções mais positivas acerca do grau de satisfação com a vida familiar atual têm filhos que apresentam uma maior disponibilidade emocional em relação a eles é infirmada.

Assim, o impacto do grau de satisfação com a vida familiar é maior na disponibilidade emocional quando o perfil, principalmente observado nas mães, é o de não revelar vocal, facial ou fisicamente hostilidade aberta (e.g., brusquidão, exaltação, gritar, bater, raiva, zanga, utilizar frases ou palavras negativas ou de ridicularização, fazer ameaças de separação, usar o silêncio desconfortável) ou encoberta (e.g., voz ligeiramente levantada, tédio, impaciência, descontentamento) em relação à criança ou na sua presença, e em que a interação não tem uma natureza ameaçadora ou assustadora, existindo uma boa autorregulação das emoções por parte das mães. Este perfil parece estar mais fortemente associado ao grau de satisfação com a vida. Provavelmente, uma mãe que esteja mais satisfeita com a vida familiar terá menos tendência para apresentar comportamentos de hostilidade e, talvez uma mulher menos hostil se sinta mais facilmente satisfeita com a vida familiar. Hipotetiza-se a bidirecionalidade de influência, dinâmica e contínua, entre o grau de satisfação com a vida familiar atual e o comportamento de qualidade de não hostilidade exibido com os filhos.

#### ***5.5.10. As percepções parentais acerca do grau de felicidade com a vida após a adoção e a disponibilidade emocional***

O décimo objetivo identificado para o presente estudo consiste em examinar as percepções parentais acerca do grau de felicidade com a vida após a adoção e as dimensões do adulto e da criança da disponibilidade emocional. Os resultados obtidos permitem constatar a ausência de resultados dignos de destaque no que se refere aos Pais adotivos, infirmando, desta forma, ambas as hipóteses previamente consideradas (i.e., quanto maior o grau de felicidade com a vida após a adoção percebido pelos Pais mais elevada a disponibilidade emocional dos Pais em relação às crianças e, quanto maior o grau de felicidade com a vida após a adoção percebido pelos Pais mais elevada a disponibilidade emocional das crianças em relação a eles).

Contudo, ao considerar apenas as mães adotivas, foi possível constatar que quanto mais felizes as mães adotivas se referem sentir com a vida familiar após a adoção menos tendem a revelar comportamentos interativos hostis com os seus filhos. É interessante observar a coerência das tendências em relação à associação quer da satisfação, quer da felicidade com a vida pós adoção com a qualidade relativa à não hostilidade exibida pelas mães adotivas.

Os resultados multivariados obtidos no sentido de determinar o poder preditivo de diferentes aspetos considerados (i.e., grau de satisfação e felicidade parental com a vida familiar pós adoção, impacto da adoção na vida familiar) relativamente às diferentes dimensões da disponibilidade emocional (controlando o género e a idade dos pais e das crianças) revela a ausência de resultados dignos de destaque, enfatizando a necessidade de considerar outras aspetos que possam assumir-se como fortes preditores da qualidade da disponibilidade emocional parental nas famílias adotivas.

#### ***5.5.11. As percepções parentais acerca do impacto da adoção na vida familiar e a disponibilidade emocional***

Considerando a relação entre as percepções parentais acerca do impacto da adoção na vida familiar e a disponibilidade emocional, os resultados sugerem que quanto mais as mães adotivas reportam sentir que o impacto da adoção na sua vida familiar foi positivo mais apresentam comportamentos interativos de qualidade ao nível da disponibilidade emocional, e menos comportamentos de intrusividade e de hostilidade em interação diádica com os filhos (efeitos de média magnitude).

Ao considerar a relação entre as percepções dos pais adotivos (i.e., os homens) acerca do impacto da adoção na vida familiar e a disponibilidade emocional, um padrão inverso é observado, em que quanto mais os pais adotivos referem sentir que o impacto da adoção na sua vida familiar foi positivo mais tendem a exibir comportamentos interativos intrusivos com os seus filhos (média magnitude), podendo ter tendência para a sobreparentalidade, sobreproteção, sobreestimulação e sobredirecionamento do comportamento da criança, podendo interferir na autonomia da criança. Estes resultados são inesperados e surpreendentes despoletando a necessidade de perspetivar possíveis justificações para esta tendência. Uma hipótese explicativa possível é que os pais que sentem um maior impacto positivo da adoção na sua vida familiar tendem a sobreinvestir

de várias formas na interação diádica com os filhos (embora de forma menos adequada). O facto da intrusividade ser afetada pela reação da criança (Biringen, 2008, p. 48) também nos faz refletir se esta tendência paterna pode ter como origem as crianças adotadas participantes no estudo tenderem a revelar comportamentos de envolvimento mais dependentes do adulto (e o pai responde em sincronia) ou comportamentos mais autónomos do que o ideal, em que o pai poderá sentir a necessidade de “conquistar” o seu espaço. Estes aspetos aliados à maior dificuldade que os pais referiram abertamente ter sentido no estabelecimento da relação com eles (e tão diferente do que observaram entre as crianças e as mães) poderá, eventualmente, orientar os pais mais “investidos” a um sobreinvestimento que se reflete numa maior intrusividade.

A hipótese de quanto maior o impacto parental percecionado maior a disponibilidade emocional parental é, assim, parcialmente confirmada, uma vez que apenas se verifica em relação às mães.

#### ***5.5.12. As percepções parentais acerca do grau de satisfação com as características dos filhos adotivos e a disponibilidade emocional***

A ausência de resultados dignos de destaque relativamente às associações entre a satisfação parental com as características do filho adotivo e a disponibilidade emocional revelam a infirmação de ambas as hipóteses consideradas (i.e., quanto maior o grau de satisfação parental com as características da criança adotada mais elevada a disponibilidade emocional dos Pais em relação às crianças e, quanto maior o grau de satisfação parental com as características da criança adotada mais elevada a disponibilidade emocional das crianças em relação aos Pais). Provavelmente a reduzida variabilidade dos resultados relativos ao grau de satisfação dos pais com as características dos filhos parece ser uma justificação plausível para a ausência de resultados apurados.

Contudo, os resultados multivariados obtidos sugerem que a satisfação parental com as características do filho adotivo (bem como a idade dos pais) se assumem como preditores significativos da Não Intrusividade dos pais em relação às crianças.

***5.5.13. As percepções parentais acerca do grau de satisfação com a comunicação com o filho adotivo e a disponibilidade emocional***

No que se refere à relação entre o grau de satisfação com a comunicação com o filho e a disponibilidade emocional parental é possível constatar que os Pais adotivos que referem sentirem-se mais satisfeitos com a comunicação com os seus filhos tendem a exibir uma maior qualidade relativa à disponibilidade emocional. A satisfação parental com a comunicação com o filho associa-se a diferentes aspetos de disponibilidade emocional parental, mais especificamente a comportamentos mais sensíveis (efeito de média magnitude), de maior e melhor estruturação, e menos comportamentos hostis com os seus filhos. Desta forma é confirmada a primeira hipótese delineada (i.e., quanto maior o grau de satisfação com a comunicação com o filho mais elevada a disponibilidade emocional parental). Por sua vez os filhos tendem a revelar comportamentos interativos de maior responsividade em relação aos Pais, sendo a segunda hipótese parcialmente confirmada (i.e., quanto maior o grau de satisfação com a comunicação com o filho mais elevada a disponibilidade emocional da criança em relação aos Pais).

Considerando separadamente as mães e os pais, as tendências supra explanadas são observadas. As mães adotivas que relatam sentir-se mais satisfeitas com a comunicação com os filhos tendem a exibir comportamentos interativos emocionalmente mais disponíveis, pautados pela sensibilidade e por uma menor manifestação de comportamentos hostis com os seus filhos (efeitos de média magnitude). Por sua vez, os pais adotivos que relatam sentir-se mais satisfeitos com a comunicação com os filhos apresentam níveis de estruturação de maior qualidade e adequação com os filhos. No decurso destas interações diádicas com os pais, os filhos manifestam comportamentos de maior responsividade com eles (efeitos de média magnitude).

Avançando com algumas hipóteses explicativas para estas tendências, provavelmente Pais mais capazes de serem aceitantes, calorosos, emocionalmente positivos, autênticos, congruentes, expressivos e conectados com os filhos, responsivos, capazes de observar e interpretar adequadamente as necessidades e os interesses dos filhos, de serem contingentes, flexíveis e de resolver os conflitos de forma fluida, que são também mais respeitosos, capazes de estabelecer limites/regras de forma adequada, conectada e proativa, capazes de orientar pertinentemente as atividades dos filhos, levando-os para níveis mais sofisticados e de revelar uma adequada autorregulação das emoções, sem exibir comportamentos de hostilidade aberta ou encoberta (Biringen, 2008)

poderão igualmente ser dotados de mais competências comunicativas e, por conseguinte, sentem-se mais satisfeitos com a forma como a comunicação se caracteriza entre eles e os filhos. A capacidade responsiva das crianças também se constitui um bom aliado para uma comunicação de qualidade, assim como a comunicação positiva e proativa entre duas pessoas, e o facto de se sentirem satisfeitos com ela também poderá, eventualmente, incrementar competências de sensibilidade, não hostilidade e de responsividade.

#### ***5.5.14. O tempo de espera pela criança e a disponibilidade emocional parental***

O décimo quarto objetivo proposto consiste em averiguar as relações existentes entre o tempo de espera pela criança a adotar e a disponibilidade emocional parental. Muitos pais adotivos relataram uma ansiedade e preocupação em “serem esquecidos” no tempo indeterminado de uma “gravidez” sem tempo de “gestação” previsto. Será que a quantidade deste tempo de espera poderá ter efeitos menos positivos na disponibilidade emocional dos pais adotivos? Esta questão de partida foi respondida através da ausência de associações entre o tempo de espera e a disponibilidade emocional, infirmando a hipótese perviamente identificada (i.e., quanto maior o tempo de espera menos disponibilidade emocional parental). A amplitude dos resultados não parece assumir uma razão justificativa plausível para esta ausência de relação, uma vez que o tempo de espera pela criança varia entre 15 dias (num caso excecional de processo adotivo iniciado noutra país europeu e legalmente formalizado e terminado em Portugal) e os 72 meses de espera (i.e., 6 anos) nas famílias adotivas participantes neste estudo. Talvez a forma como este tempo de espera é vivido esteja mais associado à disponibilidade emocional parental posteriormente exibida em interações diádicas com os filhos. Aliás, tal como foi constatado previamente no presente estudo, os pais adotivos que experienciaram mais ansiedades e receios no decurso do tempo de espera tendem a exibir menos qualidade na disponibilidade emocional com os filhos, nomeadamente ao nível da sensibilidade e da estruturação (efeitos de pequena magnitude), sendo essas associações (principalmente ao nível da sensibilidade) são observadas principalmente nas mães adotivas.

### ***5.5.15. A idade da criança em que se iniciou o processo de revelação e a disponibilidade emocional***

O décimo quinto objetivo proposto consiste em averiguar as relações existentes entre a idade da criança em que se iniciou o processo de revelação, e a disponibilidade emocional parental. O processo de revelação é a designação geralmente utilizada na literatura para referir o processo de comunicação entre os pais adotivos e os filhos adotados sobre a história de vida da criança antes da adoção e sobre a sua condição de “adotado”. Não se trata da “conversa de referência” que se tem num momento específico e marcante da vida, mas de um processo contínuo e natural, aberto e confortável, que vai acontecendo no âmbito das partilhas familiares (Anderson et al., 1993) ao longo da vida. Partia-se das hipóteses de que quanto menor a idade da criança quando se iniciou o processo de revelação maior a disponibilidade emocional parental e maior a disponibilidade emocional da criança em relação aos pais adotivos, uma vez que quanto mais precocemente os pais iniciarem o processo de adoção melhor, para que seja possível imprimir à temática uma tônica de naturalidade como qualquer outra coisa na vida. Aproximadamente entre os 2 e os 4 anos, é a etapa avançada como sendo a preferencial para o início do processo de revelação (Palacios, 2004). Desta forma é permitido às crianças construir paulatinamente, desde ideias algo abstratas até uma concretização e clareza progressiva, e de forma concomitante, o significado de ser família e o de ser “família por adoção”. Contudo, os resultados obtidos revelam a ausência de associações entre a idade da criança em que se iniciou o processo de revelação e a disponibilidade emocional diádica, infirmando-se as hipóteses delineadas.

Os resultados multivariados obtidos relativamente aos diferentes modelos considerados revelaram que o tempo de espera pela criança e a idade da criança, no início do processo de revelação, não se assumem como preditores significativos das dimensões da disponibilidade emocional. Esta tendência que revela a ausência de uma relação forte entre os diferentes aspetos considerados enfatiza a necessidade de serem considerados outros aspetos qualitativos e características subjacentes no se refere quer à forma como é vivido o tempo de espera, quer à forma como é vivido o processo de revelação e das suas relações com a qualidade de disponibilidade emocional parental nas famílias adotivas.

## 5.6. Conclusão

Com o intuito de salientar os principais resultados obtidos em relação ao estudo representam-se graficamente as associações encontradas (i.e., associações estatisticamente significativas, ou tendencialmente significativas).

Tal como é possível constatar nas Figura 2 e Figura 3 apresentadas nas páginas que se seguem, alguns dos principais resultados podem ser sintetizados de acordo com diferentes aspetos que se salientam.

São observadas mais associações dignas de destaque entre os diferentes aspetos da percepção parental do processo adotivo e as dimensões relativas ao adulto do que as relativas à criança.

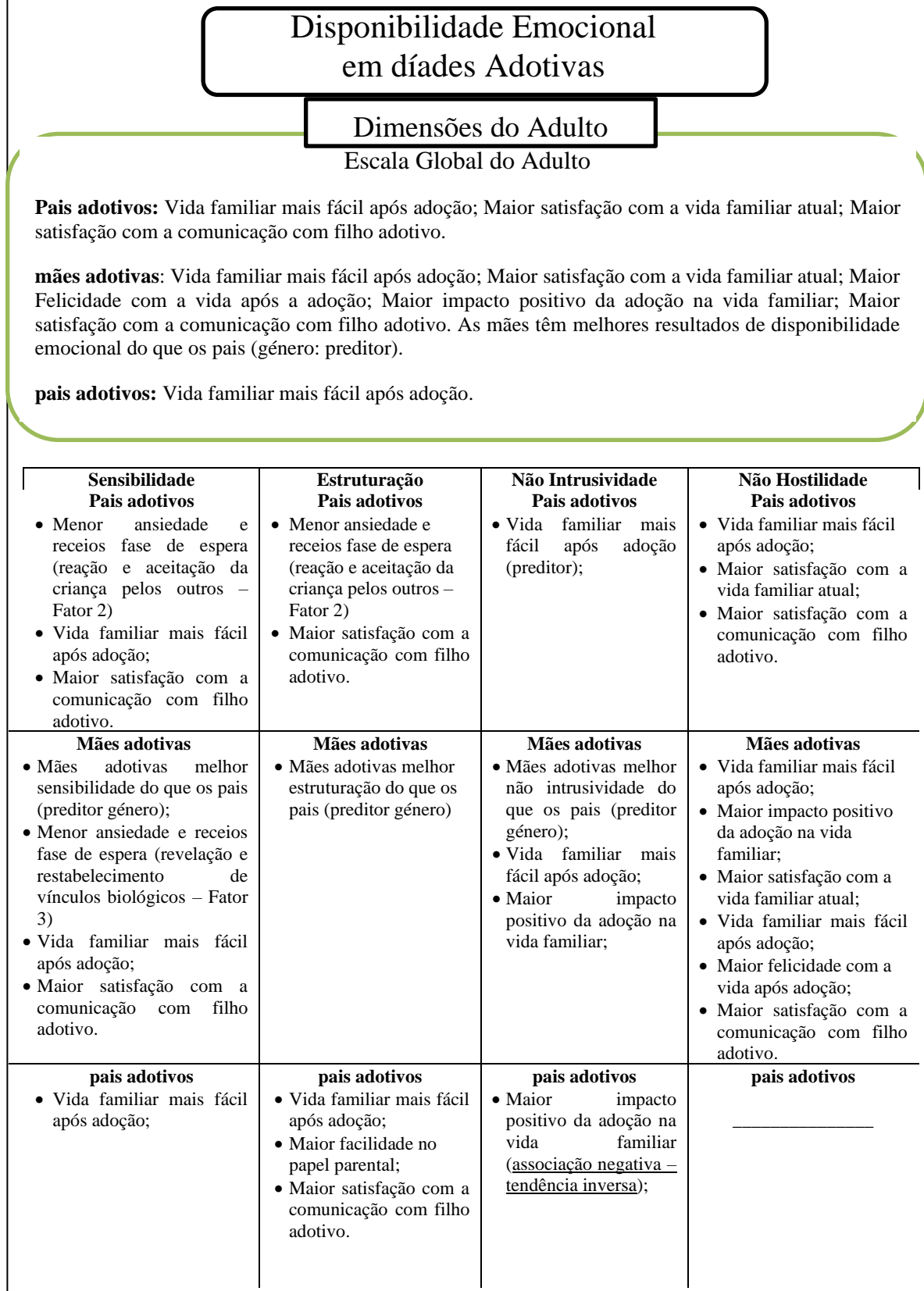
### *5.6.1. Resultados globais da disponibilidade emocional e as percepções parentais do processo adotivo destacando as diferenças de género*

- As mães exibem uma maior disponibilidade emocional do que os pais adotivos;
- O género (i.e., ser mãe) assume-se como preditor da qualidade de disponibilidade global do adulto;
- As crianças adotivas ao interagir com as mães exibem uma maior disponibilidade emocional global (comparativamente às interações com os pais).
- As associações entre as percepções parentais do processo adotivo e a disponibilidade emocional global dos adultos são em maior quantidade e com maiores efeitos (i.e., efeitos de grande e principalmente de média magnitude) nas mães adotivas (comparativamente aos pais adotivos).
- As percepções maternas de maior satisfação, felicidade com a vida após a adoção, de maior impacto da adoção nas suas vidas e de maior satisfação com a comunicação estabelecida com o filho são as que se revelam mais fortemente associadas à disponibilidade emocional global do adulto.

**5.6.2. Resultados da disponibilidade emocional relativos às dimensões do adulto e as percepções parentais do processo adotivo**

- **Sensibilidade:** Mais fortemente associada a uma maior satisfação parental na comunicação com o filho (principalmente nas mães adotivas e Pais em geral) e a uma maior percepção de vida mais fácil após a adoção com os filhos (principalmente nos pais adotivos, e também nos Pais, com associação mais fraca nas mães).
- **Estruturação:** Mais fortemente associada a uma maior satisfação parental na comunicação com o filho (principalmente nos pais adotivos, com associação fraca com os Pais) e a uma percepção de maior facilidade no papel parental (apenas nos pais adotivos). O género feminino é preditor da estruturação, apresentando as mães adotivas melhores resultados na estruturação em interação diádica com os filhos do que os pais adotivos.
- **Não Intrusividade:** Mais fortemente associada à percepção de uma vida mais fácil após a adoção (assume-se como preditor moderado para os Pais, associação moderada para as mães), ao maior impacto positivo da adoção na vida familiar (assume-se como preditor moderado para as mães, associação moderada para os pais, mas no sentido inverso). O género feminino assume-se como preditor da não intrusividade, apresentando as mães adotivas melhores resultados na não intrusividade em interação diádica com os filhos do que os pais adotivos.
- **Não Hostilidade:** Mais fortemente associada à percepção de uma vida mais fácil após a adoção (moderado para os Pais e para as mães adotivas), ao maior impacto positivo da adoção na vida familiar, maior satisfação com a vida atual, maior felicidade com a vida após a adoção e maior satisfação com a comunicação com o filho adotivo (moderados apenas nas mães adotivas). Nenhuma associação foi observada entre a não hostilidade e as percepções parentais relativas ao processo adotivo nos pais adotivos.

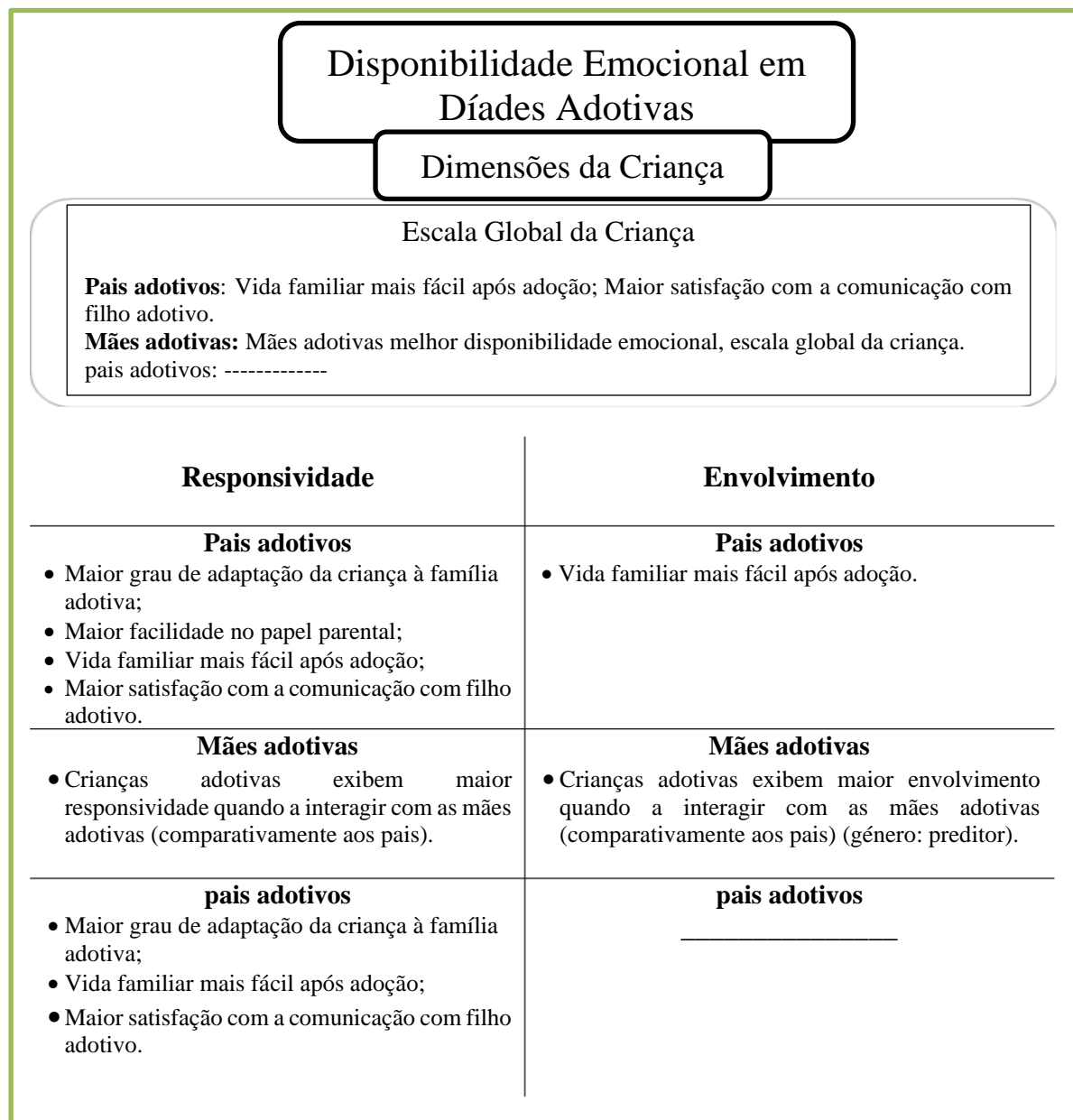
Figura 2. Representação síntese dos resultados obtidos no presente estudo para as dimensões da escala do adulto da disponibilidade emocional



***5.6.3. Resultados da disponibilidade emocional relativos às dimensões da criança e as percepções parentais do processo adotivo***

- **Responsividade:** Mais fortemente associada a uma maior satisfação parental na comunicação com o filho (apenas nos pais adotivos) e a uma percepção de maior adaptação da criança à família adotiva (apenas nos pais adotivos). O género feminino é preditor (moderado) da responsividade da criança em relação ao adulto, em que as crianças quando interagem com as suas mães adotivas exibem uma maior responsividade do que quando interagem com os seus pais adotivos.
- **Envolvimento:** A única associação digna de destaque é com o género feminino, constituindo-se como preditor do envolvimento, indicando que as crianças adotadas envolvem mais, e de forma mais elaborada, as suas mães nas suas atividades (comparativamente aos seus pais adotivos).

Figura 3. Representação síntese dos resultados obtidos no presente estudo para as dimensões da escala da criança da disponibilidade emocional



À guisa de conclusão final do estudo, em termos globais, é possível afirmar que as percepções dos pais adotivos no que se refere à sua relação com o seu filho adotivo (e.g., qualidade da comunicação com o filho; ser mãe/pai é mais fácil do que pensava) e o impacto que a adoção e o filho tiveram nas suas vidas (e.g., a vida tornou-se mais fácil após a adoção, o impacto da adoção na vida familiar foi positivo, maior satisfação com a vida atual, maior felicidade após a adoção) estão relacionados com a disponibilidade emocional dos pais adotivos, perspetivando-se potenciais influências recíprocas entre as percepções positivas sobre si próprios, os filhos, as relações entre ambos e sobre o efeito

da adoção e os comportamentos emocionalmente disponíveis. Assim, em termos de intervenção parece assumir-se como pertinente promover simultaneamente quer as percepções quer os comportamentos de disponibilidade emocional.

No que diz respeito à responsividade da criança as percepções parentais do processo de adotivo mais relacionadas dizem respeito à própria criança, à qualidade da comunicação percebida e maior adaptação da criança à família adotiva, o que remete para a vantagem de intervenção/apoio parental ao nível destas temáticas (e.g., promovendo a capacidade de identificar sinais de integração positiva da criança na família e de os valorizar e incrementar competências de uma comunicação com os filhos adotados, de acordo com algumas das especificidades relevantes e da consciencialização da capacitação comunicativa parental).

A percepção do processo adotivo não parece associar-se ao envolvimento por parte da criança em relação aos pais adotivos.

Quanto aos efeitos de género é importante refletir acerca de intervenções capazes de promover diferentes aspetos importantes subjacentes à disponibilidade emocional em ambos os Pais, mas principalmente nos pais adotivos (i.e., homens). Também parece ser relevante investigar mais profundamente quais os aspetos específicos, de natureza individual, parental, relacional e familiar que dificultam melhores resultados de disponibilidade emocional nas díades pais adotivos-crianças adotadas. Em termos de implicações sociais mais amplas coloca-se a questão de que forma podem as instituições de acolhimento temporário gerir os seus recursos humanos e atividades desenvolvidas no seu interior para que consigam promover relações positivas com pessoas do sexo masculino, não sendo apenas expostas a figuras femininas de referência, como acontece em instituições do país e que poderá dificultar no futuro o estabelecimento da relação das crianças com os pais adotivos.

6. Estudo 3:  
Disponibilidade emocional  
em interações Pais-criança  
e a segurança das  
representações de  
vinculação das crianças  
em famílias adotivas

## **6.1. Introdução**

### ***6.1.1. Disponibilidade Emocional***

A qualidade das interações entre a mãe e a criança assume uma importância fulcral no desenvolvimento das crianças (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978; Bowlby, 1969). A habilidade de manifestar acessibilidade emocional em relação ao parceiro interativo (i.e., disponibilidade emocional) constitui o cerne fundamental da qualidade interativa (Biringen & Robinson, 1991; Emde, 1980).

A disponibilidade emocional, concebida como constructo diádico e relacional (Biringen et al., 2014), e a sua operacionalização através das escalas de disponibilidade emocional (ver Biringen, 2008; Biringen & Robinson, 1991; Brigen, Robinson, & Emde, 1998), referem-se à qualidade emocional de uma relação e à capacidade dos comportamentos de cada um dos elementos da díade para afetar o outro elemento (Biringen et al., 2014) e os seus comportamentos, numa troca sistemática de interações carregadas de mensagens comunicativas, verbais e não-verbais, ativas ou passivas, consistentes ou inconsistentes, que criam uma espiral interativa.

### ***6.1.2. Disponibilidade Emocional e Vinculação***

Os alicerces da disponibilidade emocional e respetivas escalas estão intimamente associadas à vinculação uma vez que para além de se pretender que consigam obter um perfil da qualidade global das relações afetivas, também foram desenvolvidas e concebidas no sentido de captar padrões de vinculação (Biringen et al., 2014). O construto da disponibilidade emocional, e sua operacionalização, constituem uma expansão da conceptualização inicial das relações de vinculação primárias da criança (Saunders et al., 2015), examinando os aspetos emocionais e a saúde subjacentes à vinculações segura (EA; Biringen, 2008; Biringen et al., 1998). As dimensões subjacentes à disponibilidade emocional (i.e., organizadas nas escalas do adulto e nas escalas da criança) congregam uma diversidade de aspetos das relações entre pais e filhos que é assumida como complementar aos elementos considerados em investigação no âmbito da vinculação (Saunders et al., 2015). A diversidade de resultados empíricos acerca da disponibilidade emocional suporta o interesse prático deste constructo, devendo ser contemplado numa bateria de avaliações, com um duplo objetivo de natureza relacional, medir a qualidade

da relação pais-filhos e examinar a vinculação sob uma nova perspectiva (Saunders et al., 2015).

Resultados de diferentes investigações que utilizaram as escalas de disponibilidade emocional revelam que a disponibilidade emocional se assume como preditora da vinculação (e.g., Easterbrooks & Biringen, 2000; Easterbrooks et al., 2012; van den Dries et al., 2012) (Biringen et al., 2014). De facto, são diversos os estudos, publicados na última década, que têm salientado as relações significativas entre a disponibilidade emocional e a vinculação, considerando participantes de diferentes nacionalidades, idades e estatutos de risco psicossociais (Biringen et al., 2014).

Considerando as dimensões de disponibilidade emocional, as crianças cujas mães revelavam uma maior sensibilidade em interação com os filhos apresentavam vinculações mais seguras e, inversamente, crianças cujas mães exibiam uma menor sensibilidade tendiam a ter vinculações inseguras (ver Aviezer, 2008; Aviezer, Sagi, Joels, & Ziv, 1999; Aviezer, Sagi-Schwartz, & Koren-Karie, 2003; Biringen, Damon, et al., 2005; Biringen, Fidler, et al., 2005; Biringen, Skillern, et al., 2005; Carter, Garrity-Rokous, Chazan-Cohen, Little, & Briggs-Gowan, 2001; Easterbrooks et al., 2000; Sagi, Koren-Karie, Gini, Ziv, & Joels, 2002; Ziv et al., 2000). Os resultados do estudo Israelita de Ziv et al. (2000) evidenciaram as relações entre diferentes dimensões da disponibilidade emocional (i.e., sensibilidade, estruturação, não intrusividade, responsividade e envolvimento) e a segurança da vinculação. O estudo de Swanson, Beckwith e Howard (2000) revelou que a intrusividade, exibida por mães que abusavam de substâncias, se assumia como preditora da vinculação insegura nos respetivos filhos.

Alguns estudos também têm evidenciado as relações entre a disponibilidade emocional e a vinculação desorganizada (Biringen et al., 2014). Dos resultados do estudo realizado por Swanson et al. (2000), que utilizou o procedimento da situação estranha, durante dez minutos de interação em jogo livre, emergiu uma relação (negativa) entre a não intrusividade materna e a vinculação desorganizada dos respetivos filhos. No mesmo sentido, o estudo de Easterbrooks et al. (2012) evidenciou uma relação entre a disponibilidade emocional e a vinculação insegura das crianças.

A relação entre a disponibilidade emocional e a vinculação também tem sido relatada em investigações que decorreram em contextos formais de educação de infância e em interações diádicas entre profissionais e as crianças (ver Biringen et al., 2008, 2012; Shivers, 2006, 2008) (Biringen et al., 2014). Os resultados evidenciam a relação entre as dimensões da estruturação, responsividade e envolvimento da criança e a vinculação ao

educador de infância (Biringen et al., 2012). O estudo Israelita de Aviezer et al. (2003) comparou a disponibilidade emocional e a vinculação (procedimento da situação estranha) entre grupos de díades em diferentes circunstâncias (i.e., crianças apenas ao cuidado das suas mães, crianças ao cuidado de um parente, crianças com uma ama e crianças numa sala de educação de infância formal). Os resultados revelam que as crianças que frequentavam uma creche tinham uma maior probabilidade de ser vinculadas de forma insegura às suas mães (comparativamente às crianças dos outros grupos considerados).

Os resultados da investigação de van Ijzendoorn et al. (2007), com crianças com necessidades especiais (e.g., problemas a nível do desenvolvimento da linguagem, défices a nível cognitivo e autismo) e um grupo comparativo (com desenvolvimento normativo) revelaram a ausência de relação entre a sensibilidade materna (disponibilidade emocional) e a segurança da vinculação observada (procedimento da situação estranha) (van Ijzendoorn et al., 2007). Os autores avançam como hipótese explicativa dos resultados o facto de os problemas biológicos poderem ter o efeito de alterar a transmissão transgeracional de vinculação (van Ijzendoorn et al., 2007). Eventualmente, o aumento da exigência e dificuldade das mães em identificar e interpretar adequadamente as mensagens das crianças pode lesar a conexão entre a sensibilidade materna e a vinculação segura (Biringen et al., 2014). No entanto, outro estudo realizado com crianças com necessidades especiais (i.e., autismo) revelou a existência de diferenças ao nível da sensibilidade das mães cujas crianças tinham uma vinculação segura (i.e., eram mais sensíveis) relativamente a das mães de crianças que tinham vinculação insegura (mesmo controlando o desenvolvimento mental, a severidade das problemáticas e a responsividade da criança em relação às mães) (Koren-Karie, Oppenheim, Dolev, & Yirmiya, 2009).

A relação entre a disponibilidade emocional e a vinculação também é evidenciado no estudo de Ziv, Kaplan e Venza (2016), em que foi avaliado o impacto de um programa baseado no constructo da vinculação na disponibilidade emocional das mães e das crianças em interações diádicas, concluindo diferenças dignas de destaque (pré e pós intervenção) na sensibilidade materna, estruturação por parte das mães e na responsividade e envolvimento das crianças em relação às mães.

### **6.1.3. Vinculação na Adoção**

Um dos processos mais importantes no âmbito da adoção é a vinculação, a construção e desenvolvimento de novas relações emocionais (Román & Palacios, 2011) que se pretendem fortes e significativas.

Resultados de investigação prévia evidenciam a possibilidade de as famílias adotivas, pais e filhos, construírem novas relações caracterizadas pela segurança vinculativa (Román & Palacios, 2011). Contudo demonstram igualmente o impacto mediador das adversidades experienciadas no passado por estas crianças nesta tarefa (Román & Palacios, 2011) nuclear de (re)construção relacional e íntima.

As crianças, mesmo quando adotadas em idades precoces, ao entrarem na vida das suas novas famílias (por adoção) trazem uma “bagagem” com uma inevitável história de adversidade e vivências de “separação e perdas” (e.g., abandono, maus tratos, negligência, institucionalização) (Palacios, Moreno, & Román, 2013, p. 362). Embora a institucionalização constitua uma medida de guarda e segurança para as crianças, pode constituir-se numa experiência com efeitos perniciosos e comprometedores para a construção de uma vinculação segura (Gribble, 2007).

São essas histórias prévias, com experiências de vinculação, na vida das crianças adotadas que contribuíram para formar os seus modelos internos dinâmicos (Román & Palacios, 2011). Estes modelos constituem a matriz relacional interiorizada que guiará a forma como as crianças adotadas identificam, interpretam e se comportam consigo próprias e com os outros, podendo influenciar as relações que vão estabelecer com a família adotiva (Román & Palacios, 2011).

Os modelos internos dinâmicos consistem numa dimensão de natureza afetiva e cognitiva (Bowlby, 1969/1984; 1973/1984; 1973/1985). São uma tradução, pessoal e subjetiva da criança, acerca dos padrões de comportamentos das figuras de vinculação, das características das interações com elas estabelecidas, bem como acerca de si própria, numa representação generalizada interna dessa realidade (Bowlby, 1979/2005). Têm como função basear-se nas experiências relacionais para construir uma matriz usada para nortear a atenção, perceção e a própria interpretação das experiências relacionais do presente (Pietromonaco et al., 2000; Steele, Hodges, Kaniuk, & Steele, 2010). Após a criação destes modelos representacionais todas as situações interativas na vida da criança serão avaliadas recorrendo a estes modelos internos (Hodges et al., 2005). Uma criança

que constrói os seus modelos internos através de experiências com pessoas significativas que exibem falta de responsividade e de interesse pelas suas necessidades, em experiências interativas futuras irá começar a centrar a sua atenção em pistas confirmatórias das representações arquitetadas, interpretando as novas experiências tendo como base as suas representações internas (Hodges, et al., 2005; Schofield & Beek, 2010; Steele, et al., 2010). As crianças ao desenvolverem representações inseguras começam a ter como expectativa social a falta de confiança, de previsibilidade, de responsividade em relação às suas necessidades, podendo inclusivamente comportar-se com os outros de forma pouco realista, exigente ou a rejeitarem apoio por parte dos outros (Bretherton, 2005; Thompson, 1999). De facto, estas crianças com modelos internos dinâmicos construídos com base em experiências nefastas com os seus cuidadores possuem expectativas negativas acerca dos adultos e acerca de si próprios (não merecedores de proteção e de amor) (Román & Palacios, 2011). Estes modelos vão dando sentido à realidade da criança (Bretherton et al., 2008), permitem-lhes conceber antecipadamente os comportamentos que esperam por parte dos adultos (Román & Palacios, 2011) e orientam as suas expectativas no âmbito das relações e interações que estabelecem (Pietromonaco et al., 2000), possibilitando-lhes a auto-regulação comportamental (Román & Palacios, 2011). Quando vão sendo usados sistematicamente, acabam por atingir a estabilização e a autonomizar-se progressivamente, passando paulatinamente a ser ativados de forma não consciente (Bretherton et al., 2008). Esta agilização interpretativa e de resposta dos modelos internos dinâmicos perante as situações sociais tende a dificultar a atualização nas representações (Schofield et al., 2010; Pietromonaco et al., 2000; Román & Palacios, 2010).

De facto, existem dois aspetos relativos ao percurso de vida da criança adotada que se associam a diferenças na atualização das representações internas de vinculação das crianças nas famílias adotivas, **a idade em que a criança foi adotada** e **o tempo de adoção** (Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010).

Bowlby (1988) defendia que em idades mais precoces da infância existe uma maior flexibilidade dos modelos internos dinâmicos que poderiam alterar-se como consequência de mudanças nas características dos ambientes a que estavam expostas. Neste sentido, alterações substanciais na qualidade das interações de figuras de referência para a criança nos seus primeiros anos de vida são vantajosas pela maior permeabilidade dos modelos internos dinâmicos às atualizações e alterações nesta fase (Collins et al., 2003).

Um conjunto diversificado de resultados de literatura empírica indica que a adoção nos primeiros meses de vida da criança se associa ao estabelecimento de relações de vinculação seguras na família adotiva (e.g., Juffer, Bakermans-Kranenburg, & van IJzendoorn, 2008). Inversamente a adoção em idades mais tardias parece aumentar o risco da construção de relações de vinculação inseguras (e.g., Marcovitch et al., 1997; Vorria et al., 2006).

No estudo longitudinal de Hodges et al. (2005) e Steele et al. (2010), em que são comparadas as representações de vinculação de crianças adotadas antes e após o primeiro ano de vida e são efetuadas avaliações em três momentos diferentes (i.e., logo a seguir à adoção, um ano e dois anos após), os resultados sugerem alguma continuidade e consistência nas tendências encontradas. Assim, as crianças adotadas após o ano de idade manifestam maiores dificuldades em construir representações de segurança, constatando-se uma maior persistência de padrões de funcionamento menos positivos em diferentes momentos (i.e., logo após a adoção e 2 anos após a adoção) comparativamente às crianças adotadas antes do primeiro ano de vida (Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010). As crianças adotadas após o primeiro ano de vida, ao lhes ser solicitado para completarem histórias (promotoras da emergência de sistemas vinculativos) evidencia-se a utilização de estratégias mais desorganizadas (e.g., manifestações de agressividade e medo) (Hodges et al., 2005). As alterações ao nível das representações de vinculação são ainda mais evidentes, pela sua morosidade, em crianças adotadas entre os seis e os oito anos de vida (comparativamente a crianças adotadas entre os quatro e os seis anos de vida) (Hodges et al., 2005). Inversamente, as crianças adotadas antes do primeiro ano de vida revelaram, de forma consistente, mais representações positivas e menos representações negativas (comparativamente às crianças adotadas após o primeiro ano de vida).

No mesmo sentido, os resultados da meta-análise realizada sobre a vinculação em crianças adotadas indicaram que as crianças que eram adotadas mais precocemente tendencialmente formavam vinculações seguras com os seus pais adotivos, de forma idêntica às crianças não adotadas (com as suas famílias de nascimento). Pelo contrário, crianças adotadas após o seu primeiro ano de vida apresentavam uma maior probabilidade de contruir relações vinculativas de natureza insegura com os seus pais adotivos. Contudo, todas as crianças adotadas, quer tivessem sido adotadas antes ou após o primeiro ano de vida, apresentavam mais vinculações desorganizadas quando comparadas com crianças não adotadas (Van den Dries, Juffer, van IJzendoorn & Bakermans-kranenburg,

2009). Os autores concluem que a idade de adoção se assume como um moderador importante da vinculação em crianças adotadas (Van den Dries et al., 2009).

Inversamente, alguns estudos têm enfatizado a ausência de associação entre a idade da criança quando adotada e a segurança da vinculação com os pais adotivos, avaliada através das representações de vinculação das crianças (e.g., Eulliet, Spencer, Troupel-Cremel, Fresno, & Zaouche-Gaudron, 2008; Rodríguez, 2010; Veríssimo & Salvaterra, 2006).

O estudo de Veríssimo e Salvaterra (2006) com crianças adotadas há pelo menos 6 meses (i.e., entre os 6 e os 69 meses) revelou a ausência de associação entre a idade da adoção e a qualidade da vinculação, contestando a noção determinista de *período crítico* para a construção da vinculação, enfatizando a relevância de uma relação afetiva estável para promoção da vinculação segura.

É importante analisar a disparidade dos resultados empíricos considerando as características específicas dos participantes nos estudos (e.g., número de participantes, distribuição das idades), bem como os instrumentos e/ou metodologias utilizadas na avaliação das representações de vinculação das crianças (Dozier, Stovall, Albus, & Bates, 2001). Os autores avançam como hipótese justificativa para a dificuldade em identificar um padrão consistente entre a idade de adoção e as representações de vinculação das crianças adotadas o facto de a influência da idade de adoção não ser direto em relação às representações de vinculação, mas sim influenciando através do impacto no tempo necessário para a consolidação da vinculação na fase pós adotiva (Dozier et al., 2001).

Diversos resultados de investigação indicam que no decurso da infância as crianças conseguem desenvolver relações de vinculação com os pais adotivos (Juffer et al., 2005), no entanto poderá ser necessário um período mais extenso para que essa vinculação ocorra (Vorria et al., 2006). De facto, a quantidade de tempo que a criança permanece na família adotada encontra-se associado à segurança na vinculação das crianças adotadas em relação aos seus pais adotivos (Chisholm et al., 1995; Van den Dries et al., 2009). De facto, a (re)construção da vinculação apresentará uma maior celeridade ao nível comportamental comparativamente ao nível representacional vincutivo (Román & Palacios, 2011).

Na literatura empírica o tempo de permanência da criança adotada na família adotiva tem sido associado à construção representações seguras de vinculação (Chisholm, 1998; Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010; O'Connor et al., 1999). Considerando as

narrativas das crianças adotadas é possível constatar que, logo após a adoção, frequentemente nas histórias partilhadas os pais adotivos são descritos como menos sensíveis e disponíveis e surgem temáticas associadas à rejeição, agressão, rapto, ferimentos e/ou morte das crianças (Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010). As narrativas das crianças um e dois anos após a adoção apresentam características diferentes, salientando-se um crescendo de aspetos positivos associados aos adultos (e.g., proporcionando apoio emocional, atenção e conforto à criança), uma diminuição de alusões à punição física e na utilização de estratégias caracterizadoras de evitamento, evidenciando-se, ao fim do primeiro ano de adoção, representações mais seguras e após dois anos de permanência na família uma maior consolidação da segurança (Hodges et al., 2005).

Quanto mais tempo na família adotiva maior a segurança evidenciada nas representações de vinculação das crianças adotadas (Rodríguez, 2010). Após um ano de adoção, de facto, parece patentear-se uma (re)construção ou atualização positiva dos modelos internos dinâmicos das crianças adotadas (Pace et al., 2011).

Importa salientar que a atualização das representações de vinculação por parte das crianças adotadas é complexa, não ocorrendo de forma imediata, direta e uniforme, uma vez que é possível observar a coexistência de dois padrões representacionais distintos em simultâneo (e.g., modelos internos dinâmicos negativos construídos previamente e os novos modelos mais positivos construídos na família adotiva) (Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010).

De facto, a atualização das representações de vinculação pode ser influenciada por uma ampla constelação de fatores, num intrincado dinâmico e interativo. Brodzinsky, Smith e Brodzinsky (1998) salientam a relevância das diferentes características e dinâmicas da nova família (por adoção). O desenvolvimento cognitivo da criança é um dos fatores que parece influenciar a vinculação segura de crianças adotadas (Chisholm, 1998; Judge, 2004), tal como a estruturação desenvolvimentalmente adequada e estimulante do ambiente familiar (Cole, 2005), ou a disponibilidade emocional dos pais adotivos (Altenhofen et al., 2013; Baker et al., 2015; Van Den Dries et al., 2012).

#### ***6.1.4. Disponibilidade emocional e vinculação em famílias adotivas***

Até à atualidade foram publicados alguns resultados empíricos sobre a relação entre a disponibilidade emocional e a vinculação em famílias adotivas que seguidamente se explanam.

O estudo longitudinal Holandês de Van Den Dries et al. (2012) com famílias adotivas cujas crianças, entre os 15 e os 19 meses, tinham sido adotadas internacionalmente na China quando tinham entre os 11 e os 16 meses, indicou a ausência de relações dignas de destaque entre a vinculação das crianças adotadas (procedimento da situação estranha - SSP; Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978) e a sensibilidade da mãe/pai adotivo. Contudo, as crianças adotadas com mães adotivas/pais adotivos mais sensíveis revelaram menos amizade indiscriminada, levando os autores a sugerir que a maior sensibilidade dos pais adotivos parece ser bem-sucedida na instigação de vinculação seletiva nos seus filhos (Van Den Dries et al., 2012). O facto de neste estudo as crianças e respetivos pais terem sido avaliados dois e seis meses após a adoção poderá eventualmente não representar o tempo indispensável para o conhecimento e compreensão mútua e a necessária adaptação e conexão interativa capaz de edificar coerência entre os comportamentos exibidos pelos pais e a vinculação exibida pelas crianças.

O estudo norte-americano de Altenhofen et al. (2013) teve como participantes crianças entre os 36 e os 47 meses de idade e respetivas famílias (i.e., 14% eram pais biológicos, 23% eram outros familiares biológicos, 49% eram pais adotivos e 14% eram famílias de acolhimento temporário). As crianças já tinham passado, em média, 30 meses com os atuais prestadores de cuidados e especificamente, no grupo das crianças adotadas, estavam na sua nova família há cerca de 32 meses (Altenhofen et al., 2013). Os resultados indicaram que a disponibilidade emocional (i.e., as dimensões sensibilidade das mães, responsividade e envolvimento da criança) se encontrava relacionada com a vinculação segura das crianças (AQS; Waters & Deane, 1985) (Altenhofen et al., 2013). O modelo testado, em que incluíram as dimensões de disponibilidade emocional supra descritas e o género das crianças destacou-se como preditor, explicando 16% da variância relativa à vinculação segura (referindo os autores que problemas de multicolinearidade entre as dimensões da disponibilidade emocional poderão ter limitado o efeito encontrado) (Altenhofen et al., 2013). Os autores concluem enfatizando a possibilidade de reconstrução de comportamentos de vinculação segura associados à sensibilidade dos

prestadores de cuidados substitutos aos por nascimento e à responsividade e envolvimento da criança em relação a eles (Altenhofen et al., 2013).

O estudo de Baker et al. (2015), norte-americano, com crianças adotadas, com idades entre os 23 e 62 meses e respetivos pais adotivos, teve como principal objetivo avaliar a eficácia do novo programa de intervenção “*Emotional Attachment and Emotional Availability (EA2) Intervention*”, versão de tele-intervenção (Biringen, 2008b) *online*, para apoiar famílias adotivas na fase integração da criança adotada como serviço pós-adotivo e incrementar a disponibilidade emocional e a vinculação emocional dos pais nas suas interações e na relação com os seus filhos (Baker et al., 2015). As crianças do estudo tinham sido adotadas maioritariamente entre os 0 e os 3 meses de idade (47% foram adotadas à nascença) e um terço das crianças foram adotadas entre os 4 e os 52 meses de idade (Baker et al., 2015). Quase todas as crianças participantes, de acordo com os pais adotivos, tinham um passado de maus tratos com os pais biológicos (e.g., maus tratos físicos, abuso de substâncias no útero) e todas apresentavam dificuldades a nível desenvolvimental, intelectual, emocional, da vinculação e/ou comportamental (Baker et al., 2015). Após 6 semanas de intervenção, com 5 sessões de cerca de 45 minutos, com visualização de vídeos com informações relevantes sobre a disponibilidade emocional e a vinculação e tempos de discussão conjunta entre famílias, os resultados pós “*EA2 Tele-Intervention*” indicaram que: (1) as dimensões responsividade e envolvimento das crianças adotadas em relação aos pais adotivos aumentaram significativa e substancialmente; (2) não se verificavam diferenças significativas nos comportamentos de segurança de vinculação da criança, relatados pelos pais (*Attachment Q-sort*, versão 3.0; AQS; Waters, 1995), embora tenha sido observado um aumento progressivo dos resultados médios de segurança, com níveis moderados; (3) na vinculação emocional observada das crianças (codificação das filmagens através do *Emotional Attachment & Emotional Availability Clinical Screener - EA2-CS*; Biringen, 2008a) verificou-se um aumento significativo (Baker et al., 2015).

Entre os estudos existentes que examinam a relação da disponibilidade emocional com a segurança da vinculação da criança, que seja do nosso conhecimento, apenas foram publicados três, e nos últimos 5 anos. Dos resultados que emergem destes três estudos explanados podemos concluir que em dois deles a relação entre a disponibilidade emocional e a vinculação não foi ao encontro das expectativas iniciais (ver Baker et al., 2015; Van Den Dries et al., 2012). Contudo em dois dos estudos destacam-se os seguintes resultados: o aumento significativo da vinculação emocional após a intervenção no

âmbito da disponibilidade emocional (ver Baker et al., 2015) e a sensibilidade dos pais adotivos e a responsividade e envolvimento das crianças adotadas constituem preditores da segurança da vinculação (ver Altenhofen et al., 2013). Nenhum dos estudos avaliou os modelos internos de vinculação das crianças adotadas que, de acordo com Roman e Palacios (2011), é raramente explorado em investigação. Entre os estudos supra descritos também se destaca a idade precoce com que as crianças foram adotadas (i.e., em geral entre os 0 e os 52 meses), bem como a idade precoce das crianças quando o estudo se realizou (i.e., em geral entre os 15 e os 62 meses de idade).

Salientando a evidência do fenómeno da transgeracionalidade (i.e., a relação entre o modelo interno da mãe adotiva e a vinculação segura da criança adotada), Veríssimo e Salvaterra (2006) referem a ausência de esclarecimento relativo à especificidade de comportamentos interativos maternos subjacentes à transmissão da qualidade da vinculação ou à construção de uma vinculação segura com os filhos, e desta forma a necessidade de investigar simultaneamente representações vinculativas das crianças e interações mãe-criança.

Neste sentido, que seja do nosso conhecimento, ainda nenhum estudo examinou a disponibilidade emocional das mães e dos pais adotivos (ambos individualmente em interações diádicas com os seus filhos), considerando o tempo de adoção, a idade que a criança tinha quando adotada e as representações simbólicas de vinculação das crianças adotadas.

## **6.2. Objetivo geral**

No presente estudo pretende-se averiguar a relação existente entre a disponibilidade emocional, em interações diádicas entre Pais adotivos e filhos adotados, e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas.

### **6.3. Objetivos específicos**

Tendo como esteio o objetivo geral definido, bem como a revisão da literatura efetuada, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- (a) Determinar as relações entre a disponibilidade emocional diádica Pais-filhos e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas;
- (b) Analisar as relações entre a disponibilidade emocional diádica mães-filhos e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas;
- (c) Examinar as relações entre a disponibilidade emocional diádica pais-filhos e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas;
- (d) Investigar se a disponibilidade emocional é um preditor significativo da segurança das representações da vinculação da criança adotada.

Hipótese: a disponibilidade emocional é um preditor significativo da segurança das representações de vinculação da criança adotada.

## **6.4. Método**

### **6.4.1. Participantes**

Uma vez que um dos instrumentos utilizados no presente estudo (i.e., Tarefa de completamento de histórias) tem como público-alvo crianças entre os 3 e os 9 anos de idade, foram excluídas da amostra global todas as crianças com idade superior aos 9 anos (e respetivos pais). Desta forma, vinte e seis crianças ( $M_{idade} = 75.77$ ,  $DP = 18.67$ ) participaram no estudo, sendo 6 raparigas ( $M_{idade} = 62.50$ ,  $DP = 14.65$ ) e 20 rapazes ( $M_{idade} = 79.75$ ,  $DP = 18.16$ ). Participaram também 52 Pais adotivos ( $M_{idade} = 40.04$ ,  $DP = 3.69$ ), sendo 27<sup>18</sup> mães ( $M_{idade} = 39.33$ ,  $DP = 3.60$ ) e 25 pais/homens ( $M_{idade} = 40.80$ ,  $DP = 3.17$ ).

### **6.4.2. Dados sociodemográficos, idade e tempo de adoção**

As informações sócio demográficas, bem como as relativas ao tempo de institucionalização da criança, à idade de adoção e tempo de adoção foram obtidas através de questões caracterizadoras específicas incluídas no *Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo, Versão Biparental de Casal - QOPPA-VC* (disponibilizados

---

<sup>18</sup> A discrepância entre o número de mães e pais adotivos é devido ao facto de uma família adotiva ser composta por um casal de duas mulheres, por isso ambas são consideradas como “mães”.

a famílias biparentais) e do *Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo, Versão Monoparental* - QOPPA-VM (disponibilizados a famílias monoparentais). Para uma descrição mais detalhada destes questionários ver o capítulo do método.

#### **6.4.3. Disponibilidade emocional**

A qualidade da disponibilidade emocional parental foi avaliada através da cotação das interações diádicas Pais-filhos com as Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE), concebidas por Biringen et al. (1998) e Biringen (2008b, 2008c, 4ª edição). As EDE contemplam seis dimensões que medem diferentes e diversificados aspetos da disponibilidade emocional parental em situações de interação entre um adulto e uma criança, contemplado não só o contributo do adulto para a interação, mas também da criança (ver capítulo “Método” para uma apresentação aprofundada das EDE e do método de cotação).

#### **6.4.4. Representações simbólicas de vinculação das crianças**

As representações simbólicas de vinculação das crianças foram avaliadas com a Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação - TCH (Maia et al., 2009), versão portuguesa do *Attachment Story Completion Task (ASCT)* de Bretherton e Ridgeway (1990). A TCH constitui uma metodologia semi-projetiva de completamento de seis histórias que constituem reencenações das interações quotidianas entre pais e filhos (i.e., uma história de treino e cinco histórias alvo). O entrevistador inicia cada história e a criança deverá continuar e terminar, utilizando uma família de bonecos e outros materiais (e.g., pequeno mobiliário, um carro e outros objetos em miniatura) (Bretherton et al., 1990). Cada história apresenta um problema central suscetível de ativar as representações vinculativas da criança. A segurança total das representações da criança é calculada tendo como base a média das cotações obtidas em cada história (Maia et al., 2009). Para informações com mais detalhe sobre o instrumento ver capítulo do método. Na presente investigação os dados obtidos através deste procedimento apresentaram bons valores de consistência interna, *alpha* de Cronbach de .87.

## **6.5. Procedimento**

### ***6.5.1. Procedimento de recolha de dados***

#### ***6.5.1.1. Questionários de opinião parental acerca do processo adotivo***

Após as famílias adotivas contactadas (via telefone) terem confirmado a sua intenção em participar na investigação, receberam pelo correio no seu domicílio diversos questionários, entre eles o(s) de opinião parental acerca do processo adotivo. Os questionários foram devolvidos preenchidos no decurso da visita domiciliária (ver capítulo do Método para mais informação).

#### ***6.5.1.2. Escalas de disponibilidade emocional***

O acesso e a utilização das Escalas de Disponibilidade Emocional exigiram a frequência de uma formação (i.e., *EA® Distance Training and Certification*) de natureza teórico-prática conduzida pela autora da escala, Zeynep Biringen, e a obtenção de um certificado, após a avaliação e o cumprimento dos critérios estabelecidos para o acordo interobservadores com a equipa da investigadora (ver Anexo I).

As interações diádicas foram filmadas, separadamente para as díades mãe-filho e pai-filho, numa manhã ou tarde em que era efetuada a visita domiciliária às famílias adotivas participantes no estudo. As filmagens com cada um dos pais em interação diádica com o seu filho eram de cerca de 50-60 minutos, com algumas variações de acordo com as idades das crianças participantes no estudo. O espaço era o selecionado pela família como um lugar habitual de interação familiar. As instruções fornecidas consistiam, invariavelmente, em “*Vou lhe pedir para interagir com o(a) seu/sua filho(a) como normalmente faz*”. No momento das filmagens os investigadores mantinham-se afastados e alheados da díade, bem como os outros elementos da família (a pedido da equipa) de forma a conceder-lhes a exclusividade do tempo interativo.

Para se proceder à cotação dos vídeos de interação diádica de forma independente entre sujeitos da mesma família, recorreu-se a uma aleatorização automatizada da ordem de cotação das interações dos participantes para se evitar cotações próximas entre membros do casal nas famílias adotivas (ver capítulo do Método para mais informação).

Os valores de acordo inter-observadores (com diferença de um valor) considerando 10% das sessões de observação aleatoriamente selecionadas foi de 97.17%, com uma média global de .80 no coeficiente de correlação intraclases, sendo possível afirmar o nível satisfatório dos resultados obtidos.

#### ***6.5.1.3. Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação (TCH)***

No decurso de dois meses dois observadores treinaram a apropriação, aplicação e cotação da TCH. Os dois observadores envolvidos, com licenciatura e mestrado em psicologia, recorreram ao manual em português do instrumento (Maia et al., 2009) e a gravações em vídeo da aplicação de Tarefas de Completamento de Histórias de Vinculação a crianças, não adotivas, não pertencentes à amostra do presente estudo. Foram apurados os resultados relativos ao acordo interobservadores, identificados os pontos fortes, as fragilidades e afinados os critérios de análise e cotação. O objetivo pretendido era o de obter um acordo interobservadores médio, com diferenças de um valor, de pelo menos 80% em cada item da TCH (Almeida & Freire, 2000; Hill & Hill, 2002). Os valores de acordo inter-observadores obtidos para 20% dos dados recolhidos, apresentaram uma média global 92.5% de acordo, com diferenças de um valor, variando entre 87.5% e 100%, indicativo de um grau de fiabilidade muito aceitável. O coeficiente *Weighted Kappa* variou entre .38 (ligeiro) e .88 (bom), com uma média global de .58 (adequado), sendo os valores mais baixos relativos às histórias “joelho magoado” e “monstro no quarto”.

## **6.6. Resultados**

A apresentação de resultados, obtidos através diversas análises realizadas, tem como base os objetivos previamente delineados, bem como a natureza das análises estatísticas efetuadas, respeitando, tanto quanto possível, uma sequência de complexidade crescente.

### ***6.6.1. Análises exploratórias prévias, resultados descritivos e inferenciais***

No sentido de determinar a normalidade da distribuição dos dados, bem como a existência e a importância de *outliers* multivariados potenciais, foram efetuadas, para todas as variáveis preditoras utilizadas, análises exploratórias das médias, medianas, modos, médias aparadas a 5% (i.e., médias recalculadas excluindo os 5% mais extremos, ou seja, 2.5% inferiores e 2.5% superiores) e a sua pertença ao intervalo de confiança de 95% para a média, a distribuição gráfica dos dados e dos residuais, e os coeficientes de assimetria e de curtose. Os resultados evidenciam a distribuição normal dos dados da média de segurança ( $M = 4.43$ ,  $DP = 1.42$ ; min = 2.00; max = 6.60; assimetria = -.04; curtose = -1.22;  $n = 26$ ) e permitiram apurar efeitos negligenciáveis nos resultados dos *outliers*.

### ***6.6.2. Diferenças na segurança das representações de vinculação em função do género das crianças adotadas***

Com o intuito de determinar a existência de diferenças na segurança das representações de vinculação entre as raparigas e os rapazes, foi realizado um teste não paramétrico de Mann-Whitney. Os resultados revelam a ausência de diferenças na qualidade de segurança entre as raparigas ( $M = 4.72$ ,  $DP = 1.45$ ; postos de média = 12.83;  $n = 6$ ) e os rapazes adotados ( $M = 4.62$ ,  $DP = 1.29$ ; postos de média = 13.70;  $n = 20$ ), Mann-Whitney  $U = 56.00$ ,  $p = .83$ .

### ***6.6.3. Associações entre a segurança das representações de vinculação e a disponibilidade emocional***

Foram examinados os resultados apurados entre a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas e as medidas da disponibilidade emocional dos Pais, em interação diádica com a criança. Os testes foram complementados por um procedimento *bootstrap*, (com 1000 amostras) uma vez que este método permite atribuir medidas de precisão (e.g., estimação do viés, intervalos de confiança) às estimativas de parâmetros estatísticos permitindo, desta forma, um melhor diagnóstico dos resultados.

**6.6.4. Representações simbólicas de vinculação e disponibilidade emocional: grupo dos Pais**

Os resultados, relativos aos coeficientes de correlação momento produto de Pearson, revelam que no grupo dos Pais (i.e., mães e pais adotivos, conjuntamente considerados) a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas está significativamente correlacionada com:

- a Sensibilidade ( $r = .30$ ;  $p = .033$ ;  $N = 52$ ;  $r^2 = .09$ ; viés =  $-.007$ , erro padrão =  $.13$ ; IC 95% =  $[.02; .53]$ ), com um efeito de média magnitude;
- a Responsividade ( $r = .29$ ;  $p = .038$ ;  $N = 52$ ;  $r^2 = .08$ ; viés =  $-.002$ ; erro padrão =  $.12$ ; IC 95% =  $[.33; .51]$ ), com um efeito de pequena magnitude;
- o Envolvimento ( $r = .40$ ;  $p = .004$ ;  $N = 52$ ;  $r^2 = .16$ ; viés =  $-.005$ , erro padrão =  $.12$ ; IC 95% =  $[.15; .61]$ ), com um efeito de média magnitude;
- a Disponibilidade Emocional da Criança ( $r = .36$ ;  $p = .009$ ;  $N = 52$ ;  $r^2 = .12$ ; viés =  $-.003$ , erro padrão =  $.12$ ; IC 95% =  $[.10; .56]$ ), com um efeito de média magnitude e,
- tendencialmente com a Não Hostilidade ( $r = .27$ ;  $p = .053$ ;  $N = 52$ ;  $r^2 = .07$ ; viés =  $-.005$ , erro padrão =  $.12$ ; IC 95% =  $[.01; .49]$ ), com um efeito de pequena magnitude.

Os resultados indicam que a exibição de uma maior sensibilidade (e tendencialmente uma maior não hostilidade) por parte dos Pais adotivos, em interações diádicas com as crianças, se encontra associada a uma maior segurança das representações de vinculação das crianças adotadas. Adicionalmente, a exibição de uma maior disponibilidade emocional por parte das crianças em relação aos Pais adotivos (i.e., uma maior responsividade e um maior envolvimento das crianças em relação aos Pais adotivos) encontra-se associada a uma maior segurança das representações de vinculação por parte das crianças adotadas.

**6.6.5. Representações simbólicas de vinculação e disponibilidade emocional: grupos das mães adotivas e dos pais adotivos**

Os resultados, relativos aos coeficientes de correlação momento produto de Pearson, revelam que no grupo das mães adotivas a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas está significativamente correlacionada com o Envolvimento ( $r = .44$ ;  $p = .025$ ;  $n = 26$ ;  $r^2 = .19$ ; viés =  $-.01$ , erro padrão =  $.17$ ; IC 95% =  $[-.06; .74]$ ); com a Responsividade ( $r = .38$ ;  $p = .05$ ;  $n = 26$ ;  $r^2 = .14$  viés =  $-.02$ , erro padrão =  $.19$ ; IC 95% =  $[-.03; .68]$ ), e com a Disponibilidade Emocional da Criança ( $r = .44$ ;  $p = .024$ ;  $n = 26$ ;  $r^2 = .19$ ; viés =  $-.01$ , erro padrão =  $.18$ ; IC 95% =  $[-.07; .75]$ ), com efeitos de média magnitude em relação a todas as correlações apuradas. Desta forma, os resultados indicam que a exibição de uma maior disponibilidade emocional por parte das crianças em relação às mães adotivas, uma maior responsividade e um maior envolvimento das crianças em relação às mães adotivas encontram-se associados a uma maior segurança das representações de vinculação das crianças adotadas.

Os resultados das correlações apuradas para o grupo dos pais (i.e., homens) indicam que a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas está positivamente e tendencialmente correlacionada com a Sensibilidade ( $r = .38$ ;  $p = .053$ ;  $n = 26$ ;  $r^2 = .14$  ; viés =  $-.003$ , erro padrão =  $.17$ ; IC 95% =  $[-.01; .67]$ ) e com o Envolvimento ( $r = .38$ ;  $p = .052$ ;  $n = 26$ ;  $r^2 = .14$  ; viés =  $-.012$ , erro padrão =  $.17$ ; IC 95% =  $[-.02; .66]$ ). Embora os resultados não sejam significativos é possível constatar que ambos revelam efeitos de média magnitude. Desta forma, os resultados sugerem que, tendencialmente, a exibição de uma maior sensibilidade por parte dos pais adotivos, em interações diádicas com as crianças, se encontra associada a uma maior segurança das representações de vinculação das crianças adotadas. Perspetivando o contributo da criança no decurso das interações é possível constatar que um maior envolvimento dos filhos adotivos em relação aos pais encontra-se associada a uma maior segurança das representações de vinculação das crianças adotadas.

### **6.6.6. Resultados Multivariados**

O facto de existir apenas uma avaliação da segurança das representações de vinculação das crianças adotadas por criança impede o cálculo da variância intra famílias e inter famílias, e o controlo do efeito de *nesting*. Desta forma, optou-se por utilizar uma regressão OLS clássica para testar as associações entre as dimensões da disponibilidade emocional e a segurança das representações de vinculação das crianças. Uma análise das correlações entre as diferentes dimensões da disponibilidade emocional revelou problemas de multicolinearidade (ver Althenhofen et al., 2013, em que foram identificados problemas semelhantes). Assim, foram reunidas diferentes dimensões, e somados os respetivos resultados, da disponibilidade emocional concebendo uma medida compósita de disponibilidade emocional, a Disponibilidade Emocional Total ( $M = 21.24$ ,  $DP = 3.12$ ;  $\min = 14.50$ ;  $\max = 26.63$ ;  $\text{assimetria} = -.20$ ;  $\text{curtose} = -.58$ ), que inclui a Sensibilidade, a Estruturação, a Não Intrusividade, a Não Hostilidade, a Responsividade e o Envolvimento (ver Wiefel et al., 2005, uma vez que utilizaram um procedimento semelhante). O poder preditivo da Disponibilidade Emocional Total foi testado com um modelo de regressão linear (OLS).

Várias variáveis foram contempladas como potenciais fatores de controlo, nomeadamente o género dos Pais, a idade da criança, a idade da criança quando foi adotada (ver Hodges et al., 2005; Juffer et al., 2008; Marcovitch et al., 1997; Steele et al., 2010; Van den Dries et al., 2009; Vorria et al., 2006) e o tempo de adoção (ver Chisholm et al., 1995; Hodges et al., 2005; O'Connor et al., 1999; Pace et al., 2011; Rodríguez, 2010; Steele et al., 2010; Van den Dries et al., 2009). O género das crianças não foi contemplado uma vez que o resultado de análises preliminares salientou a ausência de diferença entre rapazes e raparigas no que diz respeito à segurança das representações de vinculação.

Os resultados de análises preliminares revelaram que a inserção da idade da criança quando foi adotada e do tempo de adoção no mesmo modelo criava problemas graves de multicolinearidade. Uma vez que foram identificados como fatores importantes na vinculação das crianças adotadas, na literatura empírica, como pode ser constatado na parte teórica relativa ao presente estudo, optou-se por incluir estas variáveis em dois modelos de regressão diferentes para que fosse possível controlar os seus efeitos na potencial relação entre a disponibilidade emocional e a segurança das representações de

vinculação das crianças adotadas, ultrapassado assim os problemas graves de multicolinearidade previamente identificados.

O primeiro modelo inclui como variável dependente a segurança das representações de vinculação por parte das crianças adotadas e como preditores o indicador composto Disponibilidade Emocional Total, a idade da criança, o tempo de adoção e o gênero dos Pais.

O segundo modelo inclui como variável dependente a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas e como preditores o indicador composto Disponibilidade Emocional Total, a idade da criança, a idade da criança quando foi adotada e o gênero dos Pais.

A análise das características estatísticas dos modelos revelou que estes são considerados adequados para a análise. As análises dos gráficos *QQ-plot* e *PP-plot* apresentam uma distribuição normal dos resíduos e a análise do gráfico de resíduos *versus* valores preditos ou observados validam que os resíduos são independentes e identicamente distribuídos. Finalmente, nenhum problema de multicolinearidade foi observado (todas os indicadores com Tolerância > .10 e VIF < 10).

A Tabela 24 apresenta os resultados apurados relativamente aos modelos supra descritos. Os resultados revelam que Disponibilidade Emocional Total é um preditor significativo da segurança das representações de vinculação das crianças adotadas mesmo quando o efeito da idade da criança, da idade da criança quando foi adotada, do tempo de adoção e do gênero dos Pais estão controlados. Os resultados indicam igualmente que a idade da criança, a idade da criança quando foi adotada, o tempo de adoção predizem também a segurança das representações de vinculação das crianças.

*Tabela 24. Regressões múltiplas para as associações entre a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas e a disponibilidade emocional total, a idade da criança, o tempo de adoção, a idade da criança quando adotada e o género dos Pais.*

	B	Erro Padrão	Beta	t	p
<b>Modelo 1</b>	$F(4,47) = 12.14, p < .001; R = .71; R^2 = .51; R^2_{ajustado} = .47$				
Constante	-.96	1.27		-.75	.453
D.E. Total	.10	.04	.22	2.08	.043
Idade da criança (meses)	.02	.01	.35	2.50	.016
Tempo de adoção	.02	.00	.34	2.47	.017
Género dos Pais	.11	.29	.04	0.38	.700
<b>Modelo 2</b>	$F(4,47) = 12.08, p < .001; R = .71; R^2 = .50; R^2_{ajustado} = .46$				
Constante	-.98	1.27		-.77	.443
D.E. Total	.10	.04	.22	2.09	.042
Idade da criança (meses)	.04	.00	.63	5.94	.000
Idade quando adotada	-.02	.00	-.25	-2.44	.018
Género dos Pais	.11	.29	.04	.40	.691

Notas. N = 52; D.E. = Disponibilidade Emocional; Género: 1 = mulher, 2 = homem.

## 6.7. Discussão

Tendo como base o objetivo geral, os objetivos específicos e as hipóteses previamente formuladas, os resultados de investigação prévia, bem como os princípios fundamentais de perspetivas concetuais de enquadramento, seguidamente discutem-se os resultados obtidos no presente estudo.

O principal objetivo do estudo consiste em averiguar a relação existente entre a disponibilidade emocional em interações diádicas entre pais adotivos e filhos adotados e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas.

### *6.7.1. A disponibilidade emocional diádica Pais-filhos e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas*

O primeiro objetivo específico consiste em examinar a relação entre a disponibilidade emocional diádica Pais-filhos adotados e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas. Os resultados apurados revelam que a sensibilidade dos pais se associa à segurança das representações de vinculação das crianças adotadas.

Desta forma quando os Pais adotivos se revelam sensíveis, exprimindo predominantemente afeto positivo (facial e vocal), de forma espontânea e autêntica, revelando coerência entre a comunicação verbal e não-verbal, gentis, equilibrados, moderados, relaxados, conectados com a criança de uma forma saudável (Biringen, 2008), os filhos adotivos tendem a exibir mais narrativas complexas, com uma compreensão relacional e emocional da problemática, encontram soluções adequadas, fáceis, coerentes, construtivas e imaginativas para resolver o problema e incluem um retomar da interação familiar à normalidade e à harmonia (Maia et al., 2009).

Esta associação entre a sensibilidade parental e a segurança da vinculação da criança corrobora os resultados de diversas investigações com crianças não adotadas, mas que também utilizam o construto da disponibilidade emocional (e.g., Koren-Karie et al., 2009; Ziv et al., 2000) e de um estudo com crianças adotadas (ver Althenhofen et al., 2013).

Também foi possível constatar que quando se verifica uma maior disponibilidade emocional das crianças em relação aos Pais adotivos, uma maior responsividade (i.e., exibição clara de interação prazerosa, entusiasmo na interação com o parceiro diádico, comportamento de afeto organizado, emoções bem reguladas, a procura de oportunidades para ser exploratória e autónoma) e um maior envolvimento (i.e., envolve o parceiro diádico nas suas atividades, toma a iniciativa de o trazer para a interação, faz do parceiro a sua audiência, partilha interesses, posiciona o corpo na direção ao parceiro) dos filhos em relação aos Pais, estas crianças também tendem a exibir mais narrativas complexas, coerentes, construtivas, imaginativas e seguras.

Estes resultados corroboram os encontrados no estudo norte-americano de Althenhofen et al. (2013), cujos participantes são em grande parte crianças adotadas, em que as dimensões associadas à vinculação segura nas crianças eram a sensibilidade das mães, a responsividade e o envolvimento da criança.

#### ***6.7.2. A disponibilidade emocional diádica mães-filhos e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas***

Os resultados apurados no presente estudo permitem constatar a existência de associações entre a disponibilidade emocional por parte das crianças, em relação às mães adotivas, uma maior responsividade e um maior envolvimento das crianças, também em relação às mães adotivas, e a segurança das representações de vinculação das crianças

adotadas. É, assim, revelado um perfil em que apenas os aspetos relacionados com as características de disponibilidade emocional da criança em relação à mãe se associam à segurança das representações de vinculação dessa mesma criança.

### ***6.7.3. A disponibilidade emocional diádica pais-filhos e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas***

O terceiro objetivo específico delineado é o de examinar a relação entre a disponibilidade emocional diádica pais/homens-filhos adotados e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas. Os resultados apurados revelam que a sensibilidade dos pais, bem como o envolvimento dos filhos em relação aos pais se associam à segurança das representações de vinculação das crianças adotadas. Nestas díades de pais e filhos são aspetos de disponibilidade quer dos pais quer das crianças que se associam à vinculação.

### ***6.7.4. Preditores da segurança das representações da vinculação da criança adotada***

Os resultados multivariados obtidos indicam que a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas é influenciada pela disponibilidade emocional (globalmente considerada, incluindo as dimensões do adulto e as da criança), pela idade da criança e pelo tempo de adoção ou/e idade da criança quando adotada (bem como pelo género dos pais). Estas variáveis, conjuntamente consideradas permitem explicar 51% e 50% (i.e., Modelo 1 e Modelo 2, respetivamente) da variância da segurança das representações de vinculação das crianças adotadas. A disponibilidade emocional total assume-se como preditor significativo da segurança das representações de vinculação das crianças mesmo quando o efeito da idade “atual” da criança, da idade da criança quando adotada, do tempo de adoção e do género dos Pais são controlados. Desta forma a hipótese formulada (i.e., a disponibilidade emocional é um preditor significativo da segurança das representações de vinculação da criança adotada) é confirmada. Os modelos testados (i.e., o modelo 1 que inclui o tempo de adoção e o modelo 2 que inclui a idade da criança quando adotada) revelaram percentagens de variância da segurança (das representações) de vinculação das crianças superiores às descritas no estudo de Alenhofen et al. (2013), em que alguns dos resultados são bastante semelhantes aos do presente estudo.

Adicionalmente os resultados multivariados do presente estudo reiteram a necessidade de que sejam considerados aspetos como a idade de adoção e o tempo na família adotiva, tal como já tinha sido sugerido na literatura empírica (e.g., Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010; Van den Dries et al., 2009), em investigações futuras.

Os resultados do presente estudo confirmam a possibilidade de uma reconstrução de comportamentos de vinculação segura de crianças com trajetórias descontínuas, com percursos que passam pela institucionalização e posterior inserção numa nova família (por adoção) e salientam a importância da disponibilidade emocional das novas figuras de vinculação em interação com os seus filhos. Tal como já tinha sido afirmado por (Altenhofen et al., 2013) os resultados do estudo permitem a identificação de potenciais aspetos de intervenção específicos promotores de segurança da vinculação nas novas relações parentais-filias que se estabelecem nas famílias adotivas.

Em termos práticos, parece ser de particular relevância intervir junto das famílias no sentido de instigar a sua disponibilidade emocional (i.e., a sua sensibilidade, estruturação, não intrusividade e não hostilidade). A sensibilidade dos pais adotivos deve ser promovida, incentivando-se a expressão predominante de afeto positivo (facial e vocal), e sensibilizando para a importância de uma atitude de espontaneidade, autenticidade, coerência entre a comunicação verbal e não-verbal, a exibição de gentileza para com os filhos, de equilíbrio, moderação e uma postura de relaxamento, e a importância de se manterem conectados de forma saudável com a criança, evitando posturas de sobreproteção. Desta forma, os pais adotivos, poderão também promover nos filhos competências de autorregulação das emoções, modelação de comportamentos empáticos (Kawabata, Alink, Tseng, Van IJzendoorn, & Crick, 2011), instigar oportunidades para a criança ter comportamentos de exploração e autonomia, e incentivar a partilha ativa de interesses e prazer na atividade conjunta, quer seja em atividade lúdicas quer no âmbito das rotinas diárias familiares. Perspetiva-se a relevância de os pais adotivos perceberem claramente os comportamentos e atitudes que podem ser vantajosos para as crianças e as implicações socioemocionais, relacionais e desenvolvimentais de assumirem esses mesmos comportamentos interativos de maior disponibilidade emocional. Importa ainda que os pais sejam sensibilizados no sentido de identificar e reforçar os comportamentos de responsividade e de envolvimento que são exibidos pelas crianças em relação a eles.

Deposita-se a esperança de que o presente estudo possa ter contribuído para salientar a importância da disponibilidade emocional em interações diádicas Pais

adotivos-filhos adotados e elucidar acerca da disponibilidade emocional se constituir como um dos elementos específicos fulcrais na complexa engrenagem que faz mover o mecanismo de transmissão da qualidade da vinculação e a construção de relações de vinculação segura entre os Pais e os seus filhos (por adoção).

## 7. Discussão Geral

À guisa de conclusão dos resultados obtidos e das reflexões efetuadas, no que se refere aos resultados do estudo descritivo da perspectiva parental acerca do processo adotivo salienta-se o facto de os pais, em geral, revelarem uma boa integração e aceitação familiar e social dos filhos adotivos, progressos consideráveis dos filhos em diversos níveis do desenvolvimento e da vida familiar e social, nomeadamente a nível de saúde, desenvolvimento e relacional, bem como um elevado grau de satisfação com a adoção, não tendendo a identificar problemas consideráveis. Esta apreciação global da perceção parental fornece um panorama muito positivo do processo adotivo e da forma como é experienciado pelos pais adotivos.

Contudo, existem algumas especificidades importantes a considerar e que deveriam ser alvo de uma mais profunda análise e investimento por parte dos profissionais, mais direta ou indiretamente, envolvidos no processo adotivo e no acompanhamento das famílias adotivas.

A primeira dessas especificidades é o elevado número de casais inférteis que recorre à adoção. De facto, os resultados da presente investigação são concordantes com a tendência evidenciada em diversos estudos nacionais e internacionais de que a maioria dos casais adotantes se depara com a infertilidade, e que opta maioritariamente, previamente e, por vezes, paralelamente à adoção, por realizar diversos tratamentos na tentativa de engravidar. Devido às consequências físicas e psicológicas associadas à infertilidade e aos tratamentos de fertilidade que muitos optam por realizar, bem como ao potencial impacto que esta poderá ter no estabelecimento da relação entre os pais adotivos e os filhos adotados seria relevante que os profissionais que trabalham com estas famílias tivessem conhecimentos aprofundados acerca da infertilidade e das suas consequências. O período de espera das famílias adotivas poderia também ser usado, idealmente, por estes profissionais para trabalharem com os pais estas questões, bem como outras relacionadas com a importância de perceções acerca do filho e relativamente à disponibilidade emocional.

O processo de revelação é outra das especificidades da vida familiar adotiva que deveria ser fonte de um profundo investimento por parte dos profissionais, na medida em que, não obstante, a maioria das famílias revelar diversas ideias muito adequadas acerca deste processo ainda permanecem muitas dúvidas, inseguranças e pais com ideias menos adequadas acerca de “quando” e “como” experienciar este processo.

No que se refere à disponibilidade emocional nas famílias adotivas os resultados salientam que as mães apresentam comportamentos de disponibilidade emocional de maior qualidade do que os pais, bem como as crianças em interação com as suas mães. Estes padrões observados remetem para a importância de investigar mais profundamente os aspetos (intra e extra individuais e familiares) que possam explicar esta tendência e sobre as estratégias de intervenção capazes de promover a qualidade da disponibilidade emocional.

As associações encontradas entre as percepções parentais acerca do processo adotivo e a disponibilidade emocional (principalmente por parte das mães adotivas, e em relação às percepções relativas à relação dos pais adotivos com o seu filho e ao impacto que a adoção e o filho tiveram nas suas vidas) salientam a pertinência de uma investigação mais profunda. Investigações capazes de examinar os mecanismos subjacentes a esta relação poderiam ser de enorme relevância.

Perspetiva-se igualmente a necessidade de intervir, simultaneamente, no âmbito das percepções parentais (nas fases pré e pós adotivas) e da disponibilidade emocional. As associações identificadas entre a responsividade das crianças adotadas em interação com os seus pais e as percepções parentais mais positivas acerca do processo de adotivo, principalmente no que diz respeito aos aspetos relativos à qualidade da comunicação percebida e à maior adaptação da criança à família adotiva, reforçam esta ideia de intervenção ao nível das percepções parentais. De facto, apostar em estratégias capazes de incrementar nos pais a habilidade de identificar e valorizar sinais de integração positiva da criança na família e de melhorar competências de comunicação eficaz com os filhos poderão ter efeitos salutareos na relação que se constrói. Mais uma vez, e tal como se perspectivou em relação aos resultados explorados no primeiro estudo, a qualidade da comunicação entre os pais e os filhos, parece ser um aspeto amplamente valorizado pelos pais adotivos e por isso digno de especial atenção por parte dos teóricos, investigadores e dos profissionais na intervenção com famílias adotivas.

O facto da idade que a criança tem quando adotada e do tempo de adoção serem importantes preditores das representações de vinculação seguras da criança adotada remete para a urgência da celeridade das tomadas de decisão sociais formais (e legais) no que se refere à exposição das crianças a uma conjuntura familiar e/ou institucional que lhes é adversa. Urge uma progressão social na agilização de processos de (re)construção

de projetos de vida destas crianças, lembrando sistematicamente que o “tempo” na vida da criança é infinitamente maior (e adaptativamente mais valioso) do que o tempo dos adultos. Os aspectos contidos no(s) modelo(s) testado(s) no terceiro estudo remetem para uma reflexão acerca do potencial compensador da disponibilidade emocional parental em relação a crianças previamente institucionalizadas reforçando a ideia reiterada por Garvin et al. (2012) acerca do potencial efeito mitigador da disponibilidade emocional dos pais adotivos relativamente aos efeitos adversos da privação institucional.

As relações apuradas, no presente estudo, entre a disponibilidade emocional e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas é dignada de destaque, uma vez que a primeira se assume como um preditor significativo da segurança das representações de vinculação, e a vinculação é um dos processos mais importantes no âmbito da adoção (Román & Palacios, 2011). Tem também como mais valia contribuir para reforçar o pressuposto otimista de que existe a possibilidade de reconstrução de representações de vinculação segura em crianças com trajetórias descontínuas, e cujas histórias estão marcadas pela exposição precoce a variados fatores de risco. Conhecer os aspectos que podem contribuir eficazmente para esta reconstrução nos afetos e relações é, sem dúvida, o cerne da intervenção no âmbito da adoção.

Uma vez mais reforçada a relevância da disponibilidade emocional, especificamente em relação às crianças adotadas, mães e pais adotivos, corroboramos a ideia defendida por Wiefel et al. (2005), de que a operacionalização da disponibilidade emocional é um instrumento profícuo para uma melhor compreensão do funcionamento da criança, da família e da relação que se estabelece entre eles e de extrema utilidade nas famílias adotivas. A sua relevância prática é salientada no âmbito do processo de diagnóstico, da tomada de decisão acerca das intervenções mais indicadas para cada caso, bem como para *feedback* em sessões com as famílias (Wiefel et al., 2005).

*A Emotional Attachment and Emotional Availability (EA2) Intervention “in vivo”* (Biringen et al., 2010), principalmente na sua aplicação *online* (ver Baker et al., 2015), por todas as suas características e vantagens, deveria ser considerada com seriedade no âmbito da intervenção junto das famílias adotivas na fase pós adotiva. Perspetiva-se ainda que os princípios subjacentes a este programa (bem como os relativos à concetualização e operacionalização da disponibilidade emocional) deveriam ser refletidos e revistos no sentido de conceber um programa a implementar na fase “de espera” junto dos candidatos

à adoção, numa fase em que diversos pais partilharam terem-se sentido sedentos de mais informações relativas ao processo adotivo.

O processo de aprendizagem construído no decurso da realização da presente investigação possibilitou a identificação de uma constelação de mais-valias e limitações, cujas implicações devem ser consideradas aquando a leitura e interpretação dos resultados obtidos.

No que concerne às limitações identificadas no presente estudo, destaca-se o reduzido tamanho da amostra, distintamente evidente em análises de comparação de subgrupos de participantes e limitativo relativamente às opções metodológicas e de utilização de testes estatísticos, bem como da possibilidade de modelos de análise mais completos e sofisticados. Não obstante, salienta-se a morosidade e dificuldade de acesso às famílias adotivas, subgrupo muito específico da população, cujas circunstâncias de vida as leva legitimamente a algum recato e à privacidade que, por vezes, em alguns momentos (precursores do processo adotivo) provavelmente sentiram como devassada.

Uma segunda limitação a salientar diz respeito à reduzida variabilidade de algumas variáveis em estudo (e.g., idade dos pais adotivos, tempo de institucionalização, idade da criança quando adotada, tipologias familiares) que dificulta a obtenção de resultados dignos de destaque quando realizadas as análises de relação entre os diferentes aspetos previamente reportados na literatura dignos de destaque. No entanto, os resultados apurados (ou a ausência de resultados entre as variáveis em estudo) reflete a realidade concreta e específica dos participantes nesta investigação.

Consequentemente à adição das duas limitações previamente explanadas poderá, eventualmente, ter existido um comprometimento dos níveis de significância estatística, com possíveis implicações na identificação de associações e/ou diferenças dignas de destaque entre as variáveis em estudo.

A amplitude de idades das crianças adotadas pode constituir uma limitação para o estudo. Não obstante não ter sido a opção inicialmente delineada para o presente estudo, mas a possível face à dificuldade de aceder às famílias adotivas.

A delimitação geográfica da amostra, que contempla exclusivamente os pais adotivos que residem na região do Algarve constitui uma limitação a considerar, uma vez que poderá eventualmente reduzir a variabilidade caracterizadora da realidade nacional e/ou internacional das famílias adotivas, dificultando a generalização dos resultados obtidos. Contudo, dada a extensão dos dados a recolher e a morosidade da sua recolha,

bem como os constrangimentos relativos à disponibilidade dos investigadores, tornaram a possibilidade do alargamento do estudo a outros participantes de outras regiões logisticamente inviável.

A ampla diversidade de informação recolhida, de instrumentos/procedimentos utilizados e a morosidade da recolha de dados no âmbito da visita domiciliária às famílias, para a recolha de dados através de observação direta por parte dos investigadores, pode constituir uma limitação pelo esforço e cansaço solicitado às famílias. Esta opção deveu-se à intenção de obter uma perspetiva mais profunda e completa relativa ao processo adotivo e as restantes variáveis em estudo junto de uma população que se sabe ser dificilmente acessível, o que dificultaria também o acesso em diferentes momentos no tempo. Contudo, a exaustividade dos dados a recolher e os procedimentos de recolha implicados foram informações partilhadas com cada família individualmente (através de demorado telefonema). Conscientes dos possíveis riscos desta opção metodológica, alguns dos dados são incompletos devido ao facto de algumas famílias terem optado por não responder a todos os questionários ou em não participar em todos os procedimentos previstos para a presente investigação.

Por fim, a opção metodológica, logisticamente possível, pelo desenho de tipo transversal limitou a análise das diferenças temporais de alguns aspetos estudados.

Não obstante as limitações supra explanadas relativamente à presente investigação, destacam-se alguns aspetos que poderão ser identificados como pontos mais positivos.

Desta forma, a valorização concedida às observações dos comportamentos interativos dos pais adotivos e do contributo das crianças em interações diádicas em contextos naturais contribuem para a validade ecológica do presente estudo.

A integração da perceção parental e da disponibilidade emocional, contemplando ambas as figuras parentais em relação a algumas das variáveis estudadas é uma das mais fortes mais-valias da presente investigação. Grande parte da investigação no âmbito da adoção e da disponibilidade emocional parental tende a considerar apenas a perceção e/ou as interações da mãe (e em situações mais raras apenas as dos pais) na sua relação com os filhos. A figura paterna, a sua perceção acerca dos fenómenos familiares, acerca da criança e das interações que estabelece com o filho, é menos explorada na literatura empírica, embora se adivinhe emergente uma alteração (já progressiva) desta perspetiva de considerar e valorizar ambos os pais no estudo de fenómenos infantis e familiares.

A opção de utilizar modelos estatísticos lineares hierárquicos com o intuito de controlar os efeitos resultantes de um desenho multinível caracterizado pela ausência de independência entre variáveis em estudo (Bryk & Raudenbush, 1992; Osborne, 2000) revela-se igualmente um aspeto positivo, na medida em que as técnicas de natureza mais analítica exigem a independência das observações como critério de base para as análises.

Deposita-se a esperança de que a constelação de resultados e reflexões que emergiram da presente investigação (e respetiva escrita), incluída no vasto e relevante campo de investigação no âmbito da adoção e da disponibilidade emocional, possam contribuir para a concretização de práticas profissionais intencionalizadas baseadas nas evidências empíricas, capazes de um investimento otimizado no processo adotivo, e promotoras de competências emocionais parentais adequadas e construtoras de resiliência familiar.

## Referências Bibliográficas

- Abidin, R. R. (1995). *Parenting Stress Index* (3ª ed.). Charlottesville, VA: Pediatric Psychology Press.
- Aguiar, C. (2006). *Comportamentos interactivos maternos e envolvimento da criança*. Tese de doutoramento não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.
- Ainsworth, M. D. S., & Bowlby, J. (1991). An Ethological Approach to Personality Development. *American Psychologist*, 46, 4, 333-341.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alferes, V. R. & Kenny, D. (2009): *SPSS programs for the measurement of nonindependence in standard dyadic designs*. *Behavior Research Methods*. 41(1), 47-54. doi:10.3758/BRM.41.1.47.
- Almeida, L. S. & Freire, T. (2000). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (2ª ed.). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Almeida, L. S. & Freire, T. (2008). *Metodologia da investigação e, psicologia e educação*. Braga: Psiquilíbrios.
- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (3ª ed.). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Altenhofen, S., Clyman, R., Little, C., Baker, M., & Biringen, Z. (2013). Attachment security in three-year-olds who entered substitute care in infancy. *Infant Mental Health Journal*, 34, 435–445. doi:10.1002/imhj.21401.
- Ames, E. W., & Chisholm, K. (2001). Social and emotional development in children adopted from institutions. In D. B. Bailey, J. T. Bruner, F. J. Symons, & J. W. Lichtman (Eds.), *Critical thinking about critical periods* (pp. 129–148). Baltimore, MD: Paul H. Brookes.
- Anderson, S., Piantanida, M., & Anderson, C. (1993). Normal family processes in adoptive families. In F. Walsh (Ed.). *Normal family processes* (2nd ed.) (pp. 254-281). New York: Guilford Press.

- Angulo, J., & Reguilón, J. (2001). *Hijos del corazón. Guía útil para padres adoptivos*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy.
- Archer, J. (1999). *The Nature of Grief; The Evolution and Psychology of Reactions to Loss*. New York: Routledge.
- Associação Portuguesa de Fertilidade (2015). *Infertilidade*. Retirado a 15 de Agosto de 2015 de [http://www.apfertilidade.org/Infertilidade\\_O\\_que\\_e.html](http://www.apfertilidade.org/Infertilidade_O_que_e.html).
- Atkinson, N. H., Gennis, H., Racine, N. M., & Riddell, R. P. (2015). Caregiver Emotional Availability, Caregiver Soothing Behaviors, and Infant Pain During Immunization. *Journal of Pediatric Psychology*, 1-8. doi: 10.1093/jpepsy/jsv067.
- Atzaba-Poria, N., Meiri, G., Millikovsky, M., Barkai, A., Dunaevsky-Idan, M., & Yerushalmi, B. (2010). Father-child and mother-child interaction in Families with a child feeding disorder: the role of paternal involvement. *Infant mental health journal*, 31(6), 682–698. doi: 10.1002/imhj.20278.
- Aviezer, O. (2008). Emotional availability and the complexity of childcare: A commentary. *Journal of Early Childhood and Infant Psychology*, 4, 75–81.
- Aviezer, O., Sagi, A., Joels, T., & Ziv, Y. (1999). Emotional availability and attachment representations in Kibbutz infants and their mothers. *Development Psychology*, 35, 811–821.
- Aviezer, O., Sagi-Schwartz, A., & Koren-Karie, N. (2003). Ecological constraints on the formation of infant–mother attachment relations: When maternal sensitivity becomes ineffective. *Infant Behavior and Development*, 26, 285–299.
- Baker, M., & Biringen, Z. (2012). *Emotional Attachment and Emotional Availability Clinical Screener*. Los Angeles, CA: National Training Institute.
- Baker, M., Biringen, Z., Meyer-Parsons, B., & Schneider, A. (2015). Emotional Attachment and emotional availability tele-intervention for adoptive families. *Infant Mental Health Journal*, 36(2), 179-192.
- Bandura, A. (1989). Social cognitive theory. In R. Vasta (Ed.), *Annals of Child Development*, Vol. 6, (pp. 1-60). Greenwich, CT: JAI Press.
- Barbosa-Ducharne, M. & colaboradores do IPA (2011). *Investigação sobre Processo de Adoção: Primeiros resultados*. Relatório preliminar de resultados em versão digital.

Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- Barbosa-Ducharne, M., Soares, J. & Monteiro, J. (2010, julho). *How do parents and children communicate about adoption? A study on the adoption communication process in Portuguese adoptive families*. Poster apresentado no ICAR3 — Third International Conference on Adoption Research. Leiden, Holanda.
- Barbosa-Ducharne, M., Barroso, R., Monteiro, A. & Soares, J. (2011). A relação avós-netos em famílias adotivas: impacto do significado da adoção para os avós. *Atas do IV Encontro sobre maus-tratos, negligência e risco na infância e adolescência*. (pp. 63-67) Santo Tirso: ASAS.
- Barbosa-Ducharne, M., Ferreira, J., & Soares, J. (2012). Communication openness in the adoptive family and the psychological adjustment of adoptees. In *Proceedings of the XV European conference on developmental psychology* (pp. 215-224). Roma: Medimond.
- Barbosa-Ducharne, M., Ferreira, J., Barbosa, M. & Soares, J. (2011). Cognições, comportamentos e emoções parentais em famílias adotivas: impacto no comportamento da criança adotada. *Atas do IV Encontro sobre maus-tratos, negligência e risco na infância e adolescência* (pp.39-43). Santo Tirso: ASAS.
- Barbosa-Ducharne, M., Monteiro, J. & Soares, J. (2010, julho). *The transition to the adoptive family: What does it mean for both the children and the parents? A study in Portuguese adoptive families*. Poster apresentado no ICAR3 — Third International Conference on Adoption Research. Leiden, Holanda.
- Barbosa-Ducharne, M., Soares, J. & Ferreira, J. (2011). Comunicação pais-filhos sobre adoção e desenvolvimento da compreensão do conceito de adoção. *Atas do IV Encontro sobre maus-tratos, negligência e risco na infância e adolescência*. (pp. 45-49). Santo Tirso: ASAS.
- Barone, L., Lionetti, F., Alagna, C., Dellagiulia, A., & Rigobello, L. (2015, agosto). *Promoting emotional availability in late adopted children and their mothers. A RCT using the VIPP-SD*. Comunicação apresentada na 7th International Attachment Conference – IAC, New York.

- Barone, L., Lionetti, F., Dellagiulia, A., Alagna, C., & Rigobello, L. (2015). "Promoting emotional availability in mothers of late adopted children: a randomized controlled trial using the VIPP-SD," in *Paper Presented at the 7th International Attachment Conference*, New York, August 6–8.
- Barth, R.P., & Miller, J.M. (2000). Building effective post-adoption services: What is the empirical foundation? *Family Relations*, 49, 447–455. doi:10.1111/j.1741-3729.2000.00447.x
- Bartholomew, K. (1990). Avoidance of intimacy: an attachment perspective. *Journal of Social and Personal Relationships*, 7, 147-178.
- Berástegui, A. (2008). El tiempo de la espera en la adopción internacional: vivencia de la espera y estrategias de afrontamiento. *Psicothema*, 20(4), 551-556.
- Berk, L., & Winsler, A. (1995). *Scaffolding children's learning: Vygotsky and early childhood education*. Bronfenbrenner, U. (2001). Human development, bioecological theory of. In N.J. Smelser and P.B. Baltes (Eds.), *International encyclopedia of the social & behavioral sciences*, 10, pp. 6963-6970. New York: Elsevier Washington, DC: National Association for the Education of Young Children.
- Berry, J. O., & Jones, W. H. (1995). The parental stress scale: Initial psychometric evidence. *Journal of Social & Personal Relationships*, 12, 463-472. doi: <http://dx.doi.org/10.1177/0265407595123009>.
- Biringen, Z. (2000). Emotional availability: Conceptualization and research findings. *American Journal of Orthopsychiatry*, 70, 104–114.
- Biringen, Z. (2004). *Raising a secure child*. New York: Penguin.
- Biringen, Z. (2008a). *The Emotional Availability Scales Manual and Emotional Attachment & Emotional Availability Clinical Screener (EA2-Clinical Screener) (4th ed.)*. Acedido de [www.emotionalavailability.com](http://www.emotionalavailability.com).
- Biringen, Z. (2008b). *Emotional Availability (EA) Intervention instructor's manual and parent workbook*. Acedido de [www.emotionalavailability.com](http://www.emotionalavailability.com).
- Biringen, Z. (2008b). *Emotional Availability (EA) Scales Manual, 4th Edition. Infancy/Early Childhood Version (child age: 0-5 years)*. Boulder: [emotionalavailability.com](http://emotionalavailability.com).

- Biringen, Z. (2008c). *Emotional Availability (EA) Scales Manual, 4th Edition. Middle Childhood/Youth Version (child age: 6-14 years)*. Boulder: emotionalavailability.com.
- Biringen, Z. (2009). *The universal language of love*. Boulder, CO: Emotionalavailability.com
- Biringen, Z., & Robinson, J. (1991). Emotional availability in mother-child interactions: A reconceptualization for research. *American Journal of Orthopsychiatry*, *61*, 258–271. doi:10.1037/h0079238
- Biringen, Z., Brown, D., Donaldson, L., Green, S., Krckarik, S., & Lovas, G. (2000). Adult attachment interview: Linkages with dimensions of emotional availability for mothers and their pre-kindergarteners. *Attachment and Human Development*, *2*(2), 188–202.
- Biringen, Z., Brown, D., Donaldson, L., Green, S., Krckarik, S., & Lovas, G. (2000). Adult attachment interview: Linkages with dimensions of emotional availability for mothers and their pre-kindergarteners. *Attachment and Human Development*, *2*(2), 188–202.
- Biringen, Z., Damon, J., Grigg, W., Mone, J., Pipp-Siegel, S., Skillern, S., et al (2005). Emotional availability: Differential predictions to infant attachment and kindergarten adjustment based on observation time and context. *Infant Mental Health Journal*, *26*, 295–308.
- Biringen, Z., Damon, J., Grigg, W., Mone, J., Pipp-Siegel, S., Skillern, S., et al (2005). Emotional availability: Differential predictions to infant attachment and kindergarten adjustment based on observation time and context. *Infant Mental Health Journal*, *26*, 295–308
- Biringen, Z., Derscheid, D., Vliegen, N., Closson, L., & Easterbrooks, M. A. (2014). Emotional availability (EA): theoretical background, empirical research using the EA Scales, and clinical applications. *Developmental Review*, *34*, 114–167. doi: 10.1016/j.dr.2014.01.002.
- Biringen, Z., Fidler, D., Barrett, K., & Kubicek, L. (2005). Applying the emotional availability scales to children with disabilities. *Infant Mental Health Journal*, *26*, 369–391.

- Biringen, Z., Robinson, J. L., & Emde, R. N. (1998). *The Emotional Availability Scales* (3rd ed). Retrieved from [www.emotionalavailability.com](http://www.emotionalavailability.com)
- Biringen, Z., Robinson, J. L., & Emde, R. N. (1998a). *The Emotional Availability Scales* (3rd ed). Retrieved from [www.emotionalavailability.com](http://www.emotionalavailability.com)
- Biringen, Z., Skillern, S., Mone, J., & Pianta, R. (2005). Emotional availability is predictive of the emotional aspects of childrens' "schoolreadiness." *Journal of Early Childhood and Infant Psychology, 1*, 81–97.
- Biringen, Z., Vliegen, N., Bijttebier, P., & Cluckers, G. (2002). *The Emotional Availability Self-Report*. Acedido de [www.emotionalavailability.com](http://www.emotionalavailability.com).
- Bohman, M. (1970). *Adopted Children and Their Families: A Follow-up Study of Adopted Children, Their Background, Environment and Adjustment*. Stockholm: Proprius.
- Borges, P., Costa, I., Ferreira, C.T., Gil, I., Carvalhão, I., Fernandes, S., & Veríssimo, M. (2012). Escalas de Desenvolvimento Mental de Ruth Griffiths – Adaptação para a População Portuguesa. In L. Mata, F. Peixoto, J. Morgado, J. C. Silva & V. Monteiro (Eds.), *Actas do 12.º Colóquio Internacional de Psicologia e Educação: Educação, aprendizagem e desenvolvimento: Olhares contemporâneos através da investigação e da prática* (pp. 922-932). Lisboa: ISPA - Instituto Universitário <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1608>.
- Bornstein M. H., Hahn C-S, Suwalsky J. T. D., & Haynes O. M. (2011). Maternal and infant behavior and context associations with mutual emotion availability. *Infant Mental Health Journal, 32*, 70–94. doi: 10.1002/imhj.20284
- Bornstein M. H., Hendricks, C., Haynes, O. M., & Painter, K. M. (2007). Maternal sensitivity and child responsiveness: Associations with social context, maternal characteristics, and child characteristics in a multivariate analysis. *Infancy, 12*, 189–223.10.1111/j.1532-7078.2007.tb00240.
- Bornstein M. H., Putnick D. L., Suwalsky J. T. D., & Gini, M. (2006). Maternal chronological age, prenatal and perinatal history, social support, and parenting of infants. *Child Development, 77*, 875–892.doi: 10.1111/j. 1467-8624.2006.00908.
- Bornstein, M. H., Suwalsky, J. T. D., & Breakstone, D. A. (2012). Emotional Relationships between Mothers and Infants: Knowns, Unknowns, and Unknown

- Unknowns. *Development and Psychopathology*, 24(1), 113–123.  
<http://doi.org/10.1017/S0954579411000708>
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss* (Vol. 1). New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss*, Vol.1, Attachment. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment. Attachment and loss: Vol. 1. Loss*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1969/1984). *Apego: volume 1 da trilogia apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss: Vol. 2. Separation*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss* (Vol. 2). New York: Basic Books.
- Bretherton, I. (2000). Emotional availability: An attachment perspective. *Attachment & Human Development*, 2, 233–241. doi:10.1080/14616730050085581
- Bretherton, I., & Ridgeway, D. (1990). Appendix: Story completion tasks to assess young children's internal working models of child and parents in the attachment relationship. In M. T. Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years: Theory, research, and intervention* (pp. 300-305). Chicago: The University of Chicago Press.
- Bretherton, I., Ridgeway, D., & Cassidy, J. (1990). Assessing internal working models of the attachment relationship: An attachment story completion task for 3-year-olds. In M. Greenberg, D. Cicchetti, & Cummings, E. M. (Eds.), *Attachment during the preschool years: Theory, research, and intervention* (pp. 273-308). Chicago, IL US: University of Chicago Press.
- Brodzinsky, D. (1982). Children's understanding of adoption: Implications for the telling process. *Adoption Report*, 1, 1-5.
- Brodzinsky, D. (1987). Adjustment to adoption: A psychosocial perspective. *Clinical Psychology Review*, 7, 25-47.
- Brodzinsky, D. (2006). Family structural openness and communication openness as predictors in the adjustment of adopted children. *Adoption Quarterly*, 9(4), 1-18.
- Brodzinsky, D. (2011). Children's understanding of adoption: Developmental and clinical implications. *Professional Psychology Research and Practice*, 42, 200-207.

- Brodzinsky, D. M. & Huffman, L. (1988). Transition to adoptive parenthood. *Marriage and Family Review*, 6, 267-286.
- Brodzinsky, D. M., Lang, R., & Smith, D. W. (1995). Parenting adopted children. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (pp. 209-232). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Brodzinsky, D. M., Schechter, D. E., & Brodzinsky, A. B. (1986). Children's knowledge of adoption: Developmental changes and implications for adjustment. In R. Ashmore & D. Brodzinsky (Eds.), *Thinking about family: Views of parents and children* (pp. 205-232). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Brodzinsky, D. M., Schechter, M. D., & Hening, R. M. (1992). *Being adopted. The lifelong search for self*. Garden City, NY: Double-day.
- Brodzinsky, D. M., Singer, L. M., & Braff, A.M. (1984). Children's understanding of adoption. *Child Development*, 55, 869-878.
- Brodzinsky, D. M., Smith, D. W., & Brodzinsky, A. B. (1998). *Children's adjustment to adoption: Developmental and clinical issues*. California: Sage Publications.
- Brodzinsky, D., & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. Bornstein (Ed). *Handbook of Parenting* (2nd ed.). (279-311). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Brodzinsky, D., Schechter, D., Braff, A., & Singer, L. (1984). Psychological and academic adjustment in adopted children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52, 4, 582-590.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1993). The ecology of cognitive development: Research models and fugitive findings. In R. H. Wozniak & K. W. Fisher (Eds.), *Development in context: Acting and thinking in specific environments*, pp. 3-44. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Bronfenbrenner, U. (2001). Human development, bioecological theory of. In N.J. Smelser and P.B. Baltes (Eds.), *International encyclopedia of the social & behavioral sciences*, 10, pp. 6963-6970. New York: Elsevier.
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human. Bioecological perspectives in human development*. London: Sage Publications.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In R. M. Lerner (Vol. Ed.) & W. Damon (Series Ed.), *Handbook of child psychology: Vol 1: Theoretical models of human development* (5<sup>th</sup> ed., pp. 993-1028). New York: Wiley
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In R. M. Lerner (Vol. Ed.) & W. Damon (Series Ed.), *Handbook of child psychology: Vol 1: Theoretical models of human development* (5<sup>th</sup> ed., pp. 993-1028). New York: Wiley.
- Cardoret, R. J. (1990). Biologic perspectives of adoptee adjustment. In D. Brodzinsky & M. Schechter (Eds.), *The Psychology of adoption*. (pp. 25-41). New-York: Oxford University Press.
- Carneiro, J., Ferreira, C., Ulrich, M., Boavida, M., Carvalhão, I., Tabora, J., & Nunes, M. (2003). Validade de Constructo da Escala de Desenvolvimento Mental Griffiths: Estudo com Crianças Portuguesas dos 3 aos 7 anos de idade. *Gymnasium: Revista de Educação Física, Desporto e Saúde*, 3, 51-56.
- Carter, A., Garrity-Rokous, E., Chazan-Cohen, R., Little, C., & Briggs-Gowan, M. (2001). Maternal depression and comorbidity: Predicting early parenting, attachment security and toddler social-emotional problems and competencies. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 40, 18-26.
- Carter, A.S., Briggs-Gowan, M.J., & Davis, N.O. (2004). Assessment of Young Children's Social-Emotional Developmental and Psychopathology: Recent Advances and Recommendations for Practice. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45(1), 109-134.
- Carvalho, R. (2011). Crianças internadas esperam há 3 anos para serem adotadas. *DNPortugal*, disponível em [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1770270&page=1](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1770270&page=1)

- Cassibba, R., van IJzendoorn, M. H., & Coppola, G. (2011). Emotional availability and attachment across generations: variations in patterns associated with infant health risk status. *Child: care, health and development*, 38(4), 538–544.  
doi:10.1111/j.1365-2214.2011.01274.
- Cielinski, K. L., Vaughn, B. E., Seifer, R., & Contreras, J. (1995). Relations among sustained engagement during play, quality of play, and mother-child interaction in samples of children with Down Syndrome and normally developing toddlers. *Infant Behavior and Development*, 18, 163-176.
- Cohen, L. L., Bernard, R. S., McClellan, C. B., & MacLaren, J. E. (2005). Assessing medical room behavior during infants' painful medical procedures: The measure of adult and infant soothing and distress (MAISD). *Child Health Care*, 34, (2), 81–94.  
doi: 10.1207/s15326888chc3402\_1.
- Costello, A. B. & Osborne, J. W. (2005). Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 10 (7), 1-9.
- Cowan, C. P., & Cowan, P.A. (1995). Interventions to ease the transition to parenthood: Why they are needed and what they can do. *Family Relations: Journal of Applied Family & Child Studies*, 44, 412-423.
- Cowan, C. P., & Cowan, P.A. (2000). *When partners become parents: The big life change for couples*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cox, M., & Paley, B. (1997). Families as systems. *Annual Review of Psychology*, 48, 243–267.
- Curran, P., West, S., & Finch, J. (1996). The Robustness of Test Statistics to Nonnormality and Specification Error in Confirmatory Factor Analysis. *Psychological Methods*, 1 (1), 16-29. doi: 10.1037/1082-989X.1.1.16
- Decreto-Lei nº 120/98. *Ministério da Justiça*. Diário da República - I Série, Nº 106, de 8 de maio de 1998, 2134-2142.
- Decreto-Lei nº 185/93. *Ministério da Justiça*. Diário da República - I Série, Nº 119, de 22 de agosto de 1993, 2792-2801.

- Decreto-Lei nº 274/80. *Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Justiça e os Assuntos Sociais*. Diário da República - I Série, Nº 186 - 13 de agosto de 1980, 2171-2173.
- Decreto-Lei nº 496/77. *Ministério da Justiça*. Diário da República - I Série, Nº 273 - 25 de novembro de 1977, 1-50.
- Decreto-Lei nº 47344. *Ministério da Justiça*. Diário do Governo nº 274/1966, Série I de 1966, 1883-2086.
- Denham, S. A. (1986). Social cognition, prosocial behavior, and emotion in preschoolers: Contextual validation. *Child Development, 57*, 194–201.
- Derr-Moore, A. (2015). Mindfully and Emotionally Intervening on the Rocky Road to Parenthood: A Parental and Couples Perspective. *Unpublished master's thesis, Colorado State University, Fort Collins*.
- Despacho-Conjunto de 19-4-1997. *Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social*. Diário da República - II Série, Nº 92 - 19 de abril de 1997, 4661-4662.
- Diniz, S. (2004). *Este meu filho que eu não tive: a adoção e os seus problemas*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Direção Geral da Segurança Social – DGSS (2004). *Adoção: Manual de Procedimentos*. Lisboa: Direção Geral da Segurança Social.
- Dombrowski, S. C., Timmer, S. G., Blacker, D. M., & Urquiza, A. J. (2005). A positive behavioural intervention for toddlers: Parent-child attunement therapy. *Child Abuse Review, 14*(2), 132-151.
- Doss, B. D., Rhoades, G. K., Stanley, S. M., & Markman. H. J. (2009). The Effect of the Transition to Parenthood on Relationship Quality: An Eight-Year Prospective Study. *Journal of Personality and Social Psychology, 96*(3), 601–619. doi:10.1037/a0013969.
- Easterbrooks, A., & Biringen, Z. (2000). Guest editors' introduction to the special issue: Mapping the terrain of emotional availability and attachment. *Attachment and Human Development, 2*, 123–129.
- Easterbrooks, M. A., & Biringen, Z. (2000). Mapping the terrain of emotional availability and attachment. *Attachment and Human Development, 2*, 129–135.

- Easterbrooks, M. A., & Biringen, Z. (2000). Mapping the terrain of emotional availability and attachment. *Attachment & Human Development, 2*, 129–135.
- Easterbrooks, M. A., Biesecker, G., & Lyons-Ruth, K. (2000). Infancy predictors of emotional availability in middle childhood: The roles of attachment security and maternal depressive symptomology. *Attachment and Human Development, 2*(2), 170–187.
- Easterbrooks, M. A., Bureau, J.-F., & Lyons-Ruth, K. (2012). Developmental correlates and predictors of emotional availability in mother–child interaction: A longitudinal study from infancy to middle childhood. *Development and Psychopathology, 24*, 65–78.
- Easterbrooks, M. A., Katz, R. C., Kotake, C., Stelmach, N. P., & Chaudhuri, J. H. (2015). Intimate Partner Violence in the first two years of life: Implications for toddlers' behavior regulation. *Journal of Interpersonal Violence, 1*-23. doi: 10.1177/0886260515614562.
- Emde, R. (1980). Emotional availability: A reciprocal reward system for infants and parents with implications for prevention of psychosocial disorders. In P. M. Taylor (Ed.), *Parent-infant relationships*. (pp. 87-115). Orlando, FL: Grune & Stratton.
- Emde, R. N. (2000). Next steps in emotional availability research. *Attachment and Human Development, 2*(2), 242-248.
- Emde, R. N., & Easterbrooks, M. A. (1985). Assessing emotional availability in early development. In W. K. Frankenburg, R. N. Emde, & J. W. Sullivan (Eds.), *Early identification of children at risk. An international perspective*. (pp. 79-101). New York/ London: Plenum Press.
- Epifâneo, R. M., & Farinha, A. H. (1987). *Organização Tutelar de Menores. Contributo para uma visão interdisciplinar do Direito de Menores e da Família*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Espinet, S. D., Jeong, J. J., Motz, M., Racine, N., Major, D., & Pepler, D. (2013). Multimodal assessment of the mother–child relationship in a substance-exposed sample: divergent associations with the emotional availability scales. *Infant Mental Health Journal, 34*, 496–507. doi: 10.1002/imhj.21409.

- Ferreira, S. A., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração... adoção e comportamento parental. *Análise Psicológica*, 2(XXII), 399-411.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS (3rd ed.)*. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc.
- Ford, D. L., & Lerner, R. M. (1992). *Developmental systems theory: An integrative approach*. Newbury Park, CA: Sage.
- Garvin, M. C., Tarullo, A.R., Ryzin, M. V., & Gunnar, M. R. (2012). Postadoption parenting and socioemotional development in postinstitutionalized children. *Development and Psychopathology*, 24, 35–48. doi:10.1017/S0954579411000642.
- Garvin, M. C., Tarullo, A.R., Van Ryzin M., & Gunnar, M. R. (2012): Post-adoption parenting and socioemotional development in postinstitutionalized children. *Development and Psychopathology*, 24, 35-48. doi:10.1017/S0954579411000642
- Ginsburg, G. S., Grover, R. L., & Ialongo, N. (2004). Parenting behaviors among anxious and non-anxious mothers: *Relation with concurrent and longterm outcomes*. *Child & Family Behavior Therapy*, 26(4), 23-41.
- Gloger-Tippelt, G., Gomille, B., Koenig, L., e Vetter, J. (2002). Attachment representations in 6-year-olds: Related longitudinally to the quality of attachment in infancy and mothers' attachment representations. *Attachment & Human Development*, 4, 318-339.
- Goiri, P., & Latorre, F. (2010). Adotar: perspectivas y enfoques históricos (un análisis desde los derechos humanos). In F. Latorre (Ed.), *Adopción hoy: nuevos desafíos, nuevas estrategias* (pp. 41-72). Bilbao: Ediciones Mensajero.
- Goldberg, D. P., & Blackwell, B. (1970). Psychiatric illness in general practice. A detailed study using a new method of case identification. *British Medical Journal*, 2, 439-443.
- Gorsuch, R. L. (1983). *Factor Analysis*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Granot, D., & Mayseless, O. (2001). Attachment security and adjustment to school in middle childhood. *International Journal of Behavioral Development*, 25, 530-541.

- Greenspan, S.I. (1988). "The second other:" The role of the father in early personality formation and the dyadic-phallic phase of development. In S.H. Cath, A.R. Gurwitt, & J.M. Ross (Eds.), *Father and child: Developmental and clinical perspectives* (pp. 123-138). New York: Basil Blackwell.
- Greil, A. L., Slauson-Blevins, K., & McQuillan, J. (2010). The experience of infertility: a review of recent literature. *Sociol Health Illn*, 32, 140–162.
- Gribble, K. D. (2007), A Model for Caregiving of Adopted Children After Institutionalization. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 20, 14–26. doi 10.1111/j.1744-6171.2007.00076.x
- Grossmann, K. E., Grossmann, K., Kindler, H., & Zimmermann, P. (2008). A wider view of attachment and exploration: The influence of mothers and fathers on the development of psychological security from infancy to young adulthood. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment theory and research*. New York: Guilford.
- Gunnar, M. R. (2001). Effects of early deprivation: Findings from orphanage-reared infants and children. In C. A. Nelson & M. Luciana (Eds.), *Handbook of developmental cognitive neuroscience* (pp. 617–629). Cambridge, MA: MIT Press.
- Guttman, H. A. (1991). Systems theory, cybernetics, and epistemology. In A. S. Gurman & D. P. Kniskern (Eds.), *Handbook of family therapy* (Vol. 2, pp. 41- 62). New York: Brunner/Mazel.
- Hair J., Anderson R. E., Tatham R. L., & Black, W. C. (1995). *Multivariate data analysis*. 4th ed. New Jersey: Prentice-Hall Inc.
- Handegard, B., & Morch, W. (2009). Treatment of oppositional defiant and conduct problems in young Norwegian children: Results of a randomized controlled trial. *European Child and adolescent psychiatry*, 18, 42-52. doi: 10.1007/s00787-008-0702-z.
- Hawk, B., & McCall, R. B. (2010). CBCL behavior problems of post-institutionalized international adoptees. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 13, 199–211.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Hogarty, K, Hines, C, Kromrey, J, Ferron, J, & Mumford, K. (2005). The Quality of Factor Solutions in Exploratory Factor Analysis: The Influence of Sample Size, Communalities, and Overdetermination. *Educational and Psychological Measurement, 65*(2), 202-226.
- Hoopes, J. L. (1982). *Prediction in child development: A longitudinal study of adoptive and nonadoptive families*. New York: Child Welfare League of America.
- Howell, D. C. (1999). *Fundamental statistics for the behavioral sciences*. Pacific Grove, Calif: Brooks/Cole Pub. Co.
- Howes, C., & Hong, S. S. (2008). Early emotional availability: predictive of pre-kindergarten relationships among Mexican heritage children? *Journal of Early Childhood Infant Psychology, 4*, 4–26.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2014). *Guia Prático – Adoção*. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Isabella, R. A. & Belsky, J. (1991). Interactional synchrony and the origins of mother-infant attachment: A replication study. *Child Development, 62*, 373-384.
- Ispa, J. M., Fine, M. A., Halgunseth, L. C., Harper, S., Robinson, J., Boyce, L., et al. (2004). Maternal intrusiveness, maternal warmth, and mother-toddler relationship outcomes: Variations across low-income ethnic and acculturation groups. *Child Development, 75*, 1613-1631.
- Jenaro Río, C., Moreno-Rosset, C., Antequera Jurado, R., & Flores Robaina, N. (2008). La evaluación psicológica en infertilidad: el “DERA” una prueba creada en España. *Papeles del Psicólogo, 29*(2), 176-185.
- Jones, M., Rona, R. J., Hooper, R., & Wessely, S. (2006). The burden of psychological symptoms in UK Armed Forces. *Occupational Medicine, 56*(5), 322-328.
- juventude/adocao/
- Kadlec, M. B., & Cermak, S. A. (2002). Activity level, organization, and social-emotional behaviors in post-institutionalized children. *Adoption Quarterly, 6*, 43–57.

- Kang, M. J. (2011). Mother-child emotional availability mediating the effects of maternal psychological well-being and child's cognitive competence on child behavior problems. *International Journal of Human Ecology*, 12 (2), 95-107.
- Kaye, K. (1990). Acknowledgement or rejection of difference? In D. Brodzinsky & M. Schechter (Eds.), *The Psychology of Adoption*. (pp. 25-41). New-York: Oxford University Press.
- Kenny, D. A. (1995). The effect of nonindependence on significance testing in dyadic research. *Personal Relationships*, 2, 67-75.
- Kenny, D. A., Kashy, D. A., & Cook, W. L. (2006). *Dyadic data analysis*. New York, NY: Guilford.
- Kertes, D. A., Donzella, B., Talge, N. M., Garvin, M. C., van Ryzin, M. J., & Gunnar, M. G. (2009). Inhibited temperament and parent emotional availability differentially predict young children's cortisol responses to novel social and non-social events. *Dev.Psychobiol.* 51, 521–532. doi:10.1002/dev.20390.
- Kirk, H. D. (1964). *Shared Fate: A Theory of Adoption and Mental Health*. New York: Free Press.
- Kirk, H. D. (1981). *Adoptive Kinship: A Modern Institution in Need of Reform*. Toronto: Butterworths.
- Kirk, H. D. (1984, Rev. ed.). *Shared Fate*. WA: Ben-Simon.
- Kline, P. (1979). *Psychometrics and psychology*. London: Academic Press.
- Kline, R. B. (2011). *Principles and practice of structural equation modeling*. New York: The Guilford Press.
- Kluczniok, D., Boedeker, K., Fuchs, A., Attar, C. H., Fydrich, T., Fuehrer, D., Dittrich, K., Reck, C., Winter, S., Heinz, A., Herpertz, S. C., Brunner, R., & Birmphohl, F. (2015). Emotional availability in mother-child interaction: the effects of maternal depression in remission and additional history of childhood abuse. *Depression and Anxiety*, 1-10. doi 10.1002/da.22462.
- Koren-Karie, N., Oppenheim, D., Dolev, S., & Yirmiya, N. (2009). Mothers of securely attached children with autism spectrum disorder are more sensitive than mothers of

- insecurely attached children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50, 643–650.
- Laible, D., Carlo, G., Torquati, J., & Ontai, L. (2004). Children's perceptions of family relationships as assessed in a doll story completion task: Links to parenting, social competence, and externalizing behavior. *Social Development*, 13, 551-569.
- Lawley, D. N., & Maxwell, A. E. (1971). *Factor analysis as a statistical method*. London: Butterworth and Co.
- Le, B., & Agnew, C. R. (2003). Commitment and its theorized determinants: A meta-analysis of the investment model. *Personal Relationships*, 10, 37-57.
- Lebiger-Vogel, J., Rickmeyer, C., Busse, A., Fritzemeyer, K., Rüger, B., & Leuzinger-Bohleber M. (2015). FIRST STEPS - a randomized controlled trial on the evaluation of the implementation and effectiveness of two early prevention programs for promoting the social integration and a healthy development of children with an immigrant background from 0-3. *BMC Psychology*, 3(1), 3-21. doi: 10.1186/s40359-015-0078-z.
- Lei 31/2003. *Altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei nº 185/93, de 22 de maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção*. Diário da República - I Série A, Nº 193 - 22 de agosto de 2003, 5313-5329.
- Licata, M., Zietlow, A.-L., Träuble, B., Sodian, B., & Reck, C. (2016). Maternal Emotional Availability and its Association with Maternal Psychopathology, Attachment Style Insecurity and Theory of Mind. *Psychopathology*, 49, 334-340 doi: 10.1159/000447781.
- Lionetti, F., Alagna, C., Dellagiulia, A., Rigobello, L., & Barone, L. (2015, Julho). *Promoting positive parenting. An attachment-based intervention with adoptive families*. Comunicação apresentada no 14th European Congress of Psychology, Milan.
- Little, C., & Carter, A. (2005). Negative emotional reactivity and regulation in 12-month-olds following emotional challenge: contributions of maternal- infant emotional availability in a low-income sample. *Infant Ment. Health J.* 26, 354–368. doi:10.1002/imhj.20055

- Loehlin, J. C., Willerman, L., & Horn, J. M. (1982). Personality resemblances between unwed mothers and their adopted away offspring. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 1089-1099.
- Lovas, G. S. (2005). Gender and patterns of emotional availability in mother–toddler and father–toddler dyads. *Infant Mental Health Journal*, 26, 4, 327–353. doi: 10.1002/imhj.20056.
- MacDermid, S. M., Huston, T. L., & McHale, S. M. (1990). Changes in marriage associated with the transition to parenthood: Individual differences as a function of sex-role attitudes and changes in the division of household labor. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 475-486.
- Mahler, M., Pine, F., & Bergman, A. (1975). *The psychological birth of the human infant: Symbiosis and Individualism*. New York: Basic Books.
- Maia, J. (2011). *Emergência narrativa e segurança das representações de vinculação no período pré-escolar*. Tese de Doutoramento (não publicada). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Maia, J., & Veríssimo, M. (2012). Diferentes sistemas de cotação no asct são mais-valia ou fragilidade metodológica? *RIDEP*, 33, (1), 173-198.
- Maia, J., Veríssimo, M., Ferreira, B., Silva, F., & Fernandes, M., (2009). *Adaptação portuguesa do Attachment Story Completion Task – manual de aplicação e cotação: Dimensão Contínua de Segurança*. Manuscrito não publicado. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Marôco, J. P. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 5ª Ed. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Martins, E. C. (2007). *Regulação emocional diádica, temperamento e nível de desenvolvimento aos 10 meses como preditores da qualidade da vinculação aos 12/16 meses*. Tese de doutoramento não publicada. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal.
- Martins, E. C., Soares, I., Martins, C., & Osório, A. (2015). Infants' Style of Emotion Regulation with Their Mothers and Fathers: Concordance between Parents and the Contribution of Father-Infant Interaction Quality. *Social Development*. doi: 10.1111/sode.12171.

- Mascarenhas, M. C., & Alarcão, M. (2002). Famílias adoptivas e processo de adoção, *in* C. Machado & R. A. Gonçalves (org.), *Violência e vítimas de crimes. Vol. 2: Crianças*. (pp. 245-289). Coimbra: Quarteto Editora.
- McBride, B. A. (1989). Stress and fathers' parental competence: Implications for family life and parent educators. *Family Relations*, 38(4), 385-389. doi: 10.2307/585742.
- McDowell, I. & Newell, C. Measuring Health (1987). *A guide to rating scales and questionnaires*. New York: Oxford University Press.
- McLeod, S. A. (2007). Bowlby's Attachment Theory. Retirado de [www.simplypsychology.org/bowlby.html](http://www.simplypsychology.org/bowlby.html)
- Minuchin, S. (1974). *Families and family therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Mitchell, S. J. & Cabrera, N. J. (2009). An Exploratory Study of Fathers' Parenting Stress and Toddlers' Social Development in Low-Income African American Families. *Fathering*, 7(3), 201-225.
- Moreno, A. J., Klute, M. M., & Robinson, J. L. (2008). Relational and individual resources as predictors of empathy in early childhood. *Social Development*, 17, 613–637. doi:10.1111/j.1467-9507.2007.00441.
- Mundy, P., Delgado, C., Hogan, A., & Doehring, P. (2003). A manual for the abridged early social communication scales (ESCS). Coral Gables, FL: University of Miami.
- Murphy, K. R., & Davidshofer, C. O. (1988). *Psychological testing: Principles and applications*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.
- Naber, F. B., Poslawsky, I. E., van IJzendoorn, M. H., van Engeland, H., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2013). Brief Report: Oxytocin Enhances Paternal Sensitivity to a Child with Autism: A Double-Blind Within-Subject Experiment with Intranasally Administered Oxytocin. *Journal Autism Dev Disord*, 43, 224–229. DOI 10.1007/s10803-012-1536-6.
- Naber, F. B., Poslawsky, I. E., van IJzendoorn, M. H., van Engeland, H., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2013). Brief Report: Oxytocin Enhances Paternal Sensitivity to a Child with Autism: A Double-Blind Within-Subject Experiment with Intranasally Administered Oxytocin. *Journal Autism Dev Disord*, 43, 224–229. doi 10.1007/s10803-012-1536-6.

- Naber, F., van IJzendoorn, M. H., Deschamps, P., van Engeland, H., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2010). Intranasal oxytocin increases fathers' observed responsiveness during play with their children: A double-blind within-subject experimente. *Psychoneuroendocrinology*, *35*, 1583—1586. doi: 10.1016/j.psyneuen.2010.04.007.
- Naber, F., van IJzendoorn, M. H., Deschamps, P., van Engeland, H., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2010). Intranasal oxytocin increases fathers' observed responsiveness during play with their children: A double-blind within-subject experimente. *Psychoneuroendocrinology*, *35*, 1583—1586. doi: 10.1016/j.psyneuen.2010.04.007.
- Nakamura, W.M., Stewart, K.B., & Tatarka, M.E. (2000). Assessing father-infant interactions using the NCAST Teaching Scale: A pilot study. *American Journal of Occupational Therapy*, *54*, 44-51.
- National Institute on Child Health and Human Development Early Child Care Research Network. (2005). *Child care and child development: Results from the NICHD Study of Early Child Care and Youth Development*. New York: The Guilford Press.
- Neves, C., & Robalo. H. (2012). Lei mudou mas há menos crianças a serem adotadas. *Inverbis. Revista Digital de Cidadania e Justiça. Diário de Notícias*, 1-6, disponível em <http://www.inverbis.pt/2012/direitosociedade/lei-mudou-menos-criancas-adotadas>
- Nickman, S. L. (1985). Losses in adoption: The need for dialogue. *Psychoanalytic study of the child*, *40*, 365-398.
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2nd Ed.). New York: McGraw-Hill.
- O'Connor, T. G., Bredenkamp, D., Rutter, M., & The ERA Study Team (1999). Attachment disturbances and disorders in children exposed to early severe deprivation. *Infant Mental Health Journal*, *20*, 10–29.
- O'Connor, T. G., Marvin, R. S., Rutter, M., Olrick, J. T., Britner, P. A., & The ERA Study Team (2003). Child–parent attachment following early institutional deprivation. *Development and Psychopathology*, *15*, 19–38.

- Oliveira, C. (2014). O processo de Adoção em Portugal: Perspetivas de Magistrados e Assistentes Sociais. In M. Matias & M. Paulino (Coord.), *A criança no processo de adoção. Realidades, Desafios e Mudanças*. (pp. 101-115). Lisboa: PrimeBooks.
- Olivius, C., Friden, B., Borg, G., & Bergh, C. (2004). Why do couples discontinue in vitro fertilization treatment? A cohort study. *Fertil Steril*, 81, 258–261.
- Oppenheim, D., & Koren-Karie, N. (2002). Mothers' insightfulness regarding their children's internal worlds: The capacity underlying secure child–mother relationships. *Infant Mental Health Journal*, 23, 593-605. Doi 10.1002/(ISSN)1097-0355.
- Oppenheim, D., & Koren-Karie, N. (2013). The insightfulness assessment: measuring the internal processes underlying maternal sensitivity. *Attachment and Human Development*, 15, 545-561. doi:10.1080/14616734.2013.820901.
- Palácios, J. (2004, 5ª Ed.). Famílias Adoptivas. In M. J. Rodrigo & J. Palácios (Coords.). *Familia y desarrollo humano. Psicología y Educación* (pp. 353-371). Madrid: Alianza Editorial.
- Palacios, J., Moreno, C., & Román; M., (2013). Social competence in internationally adopted and institutionalized children. *Early Childhood Research Quarterly* 28, 357– 365.
- Palacios, J., Sanchez-Espinosa, E. & Sanchez-Sandoval, Y. (1995). *Entrevista sobre el Proceso de Adopción*. Sevilla, España. Departamento de Psicología Evolutiva y de la Educación. Universidad de Sevilla.
- Palacios, J., Sanchez-Sandoval, Y., & Sánchez-Espinosa, E. (1996). *La adopción en Andalucía*. Sevilla: Junta de Andalucía. Consejería de Asuntos Sociales. Dirección General de Atención al Niño.
- Paquette, D., Bolte, C., Turcotte, G., Dubeau, D., & Bouchard, C. (2000). A new typology of fathering: Defining and associated variables. *Infant and Child Development*, 9, 213-230.
- Pastor, I. (2012). Prefácio. In C. Ribeiro & C. Teixeira, *Sonhos trazidos no bico de uma cegonha. Falando sobre a adoção em Portugal*. (p. 7). Vila Nova de Gaia: Diego Martínez Lora, Editor.

- Peters, J. W., Koot, H. M., Grunau, R. E., de Boer, J., van Druenen, M. J., Tibboel, D. & Duivenvoorden, H. J. (2003). Neonatal Facial Coding System for Assessing Postoperative Pain in Infants: Item Reduction is Valid and Feasible. *Clinical Journal of Pain*, 19, 6, 353-363. doi: 10.1097/00002508-200311000-00003.
- Pillai-Riddell, R. R., & Chambers, C. T. (2007). Parenting and pain during infancy. In K. J. S. Anand, B. J. Stevens, & P. J. McGrath (Eds.), *Pain in neonates and infants* (3rd ed., pp. 289-298). Philadelphia/Edinburgh, PA: Elsevier.
- Pillai-Riddell, R. R., & Racine, N. M. (2009). Assessing pain in infancy: the caregiver context. *Pain Research and Management: The Journal of the Canadian Pain Society*, 14, 27-32.
- Power, T. G. (1985). Mother- and father-infant play: A developmental analysis. *Child Development*, 56, 1514-1524.
- Power, T. G., & Parke, R. D. (1983). Patterns of mother and father play with their 8-month-old infants: A multiple analyses approach. *Infant Behavior and Development*, 6, 453-459.
- Ramião, T. (2007). *A adoção: regime jurídico atual*. Lisboa: Quid Juris.
- Raudenbush, S. W., & Bryk, A. S. (2001). *Hierarchical linear models: Applications and data analysis methods* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Regulamento n° 258/2011. *Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. Diário da República, 2ª série. N° 78 – 20 de abril de 2011, 17931-17936.
- Reitz, M., & Watson, K.W. (1992). *Adoption and the family system*. New York: Guilford.
- Rhule, D. M., McMahon, R. J., Spieker, S. J., & Munson, J. A. (2006). Positive adjustment and associated protective factors in children of adolescent mothers. *Journal of Child and Family Studies*, 15(2), 224–244.
- Ribeiro, C., & Teixeira, C. (2012). *Sonhos trazidos no bico de uma cegonha. Falando sobre a adoção em Portugal*. Vila Nova de Gaia: Diego Martínez Lora, Editor.
- Rickmeyer, C., Lebigier-Vogel, J., Busse, A. Fritzemeyer, Burkhardt-Mubmann, C., & Leuzinger-Bohleber, M. (2015). Early Motherhood in Migration: A First Report from FIRST STEPS - An Integration Project for Infants with an Immigrant

- Background. *Journal of Pregnancy and Child Health*, 2 (2), 2-11. doi: 10.4172/2376-127X.1000147.
- Rodrigues, A., (1997). A adoção: um antes; e depois? *Infância e Juventude*, 2, 31-70.
- Roggman, L. A., Boyce, L. R., Cook, G. A., Christiansen, K., & Jones, D. (2004). Playing with daddy; social toy play, early head start, and developmental outcomes. *Fathering*, 2(1), 83-108.
- Román; M. (2011). Metodologías para la evaluación del apego infantil: de la observación de conductas a la exploración de las representaciones mentales, *Acción Psicológica*, 8 (2), 27-38.
- Román; M., & Palacios, J. (2011). Separación, pérdida y nuevas vinculaciones: el apego en la adopción. *Acción Psicológica*, 8 (2), 99-111.
- Rosenberg, E. B. (1992). *The adoption life cycle: the children and their families through the year*. New York: Free Press.
- Rosenthal, J. A. (1993). Outcomes of adoption of children with special needs. *The Future of Children: Adoption*, 3(1), 77-88.
- Rueter, M., & Koerner, A. (2008). The Effect of Family Communication Patterns on Adopted Adolescent Adjustment. *Journal of Marriage and Family*, 70(3), 715-727.
- Sagi, A., Koren-Karie, N., Gini, M., Ziv, Y., & Joels, T. (2002). Shedding further light on the effects of various types and quality of early child care on infant–mother attachment relationships: The Haifa study of early child care. *Child Development*, 73, 1166–1186.
- Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adoção: o direito e os afectos. Caracterização das famílias adoptivas do distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 3(XXVI), 501-517.
- Salvaterra, M. F. (2007). Vinculação e Adoção (Tese de Dissertação de Doutoramento). Acedido em <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/75/1/TES%20SALV1.pdf>
- Sameroff, A. (1975). Transactional models in early social relations. *Human Development*, 18, 65–79.

- Sameroff, A. J., & Fiese, B. H. (1990). Transactional regulation and early intervention. In S. J. Meisels & J. P. Shonkoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (pp. 119-149). Cambridge: Cambridge University Press.
- Sandelowski, M., Harris, B., & Holditch-Davis, D. (2007). Somewhere out there. Parental Claiming in the preadoption waiting period. *Journal of contemporary ethnography*, 24(4), 464-486.
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2014). *Serviços de Adoção*. Retirado de [http://www.scml.pt/pt-PT/areas\\_de\\_intervencao/acao\\_social/infancia\\_e\\_](http://www.scml.pt/pt-PT/areas_de_intervencao/acao_social/infancia_e_)
- Santos, B. S. (2002). *Uma reforma da justiça civil em avaliação. A adoção: Os bloqueios de um processo administrativo e jurídico complexo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- Santos, R. M. et al. (2000). *Outros filhos, os mesmos direitos: Estudo sobre a problemática da adoção no Distrito do Porto de 1988 a 1997 - Projecto de investigação no âmbito do programa "Ser criança"*. Porto: Gráfica Maiadouro.
- Saunders, H., Kraus, A., Barone, L. & Biringen; Z. (2015). Emotional availability: theory, research, and intervention. *Frontiers in Psychology*, 6. doi: 10.3389/fpsyg.2015.01069
- Schechter, M. D. & Beertocci, D. (1990). The meaning of the search. In D. Brodzinsky & M. Schechter (Eds.), *The Psychology of Adoption* (pp. 62-90). New York: Oxford University Press.
- Scheeringa, M.S. & Zeanah, C.H. J (2001). A Relational Perspective on PTSD in Early Childhood. *Trauma Stress*, 14: 799. doi:10.1023/A:1013002507972
- Shapiro, C. H. (1988). *Infertility and pregnancy loss: A guide for helping professionals*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Shivers, E. M. (2006). A closer look at kith and kin care: Exploring variability of quality within family, friend and neighbor care. *Applied Developmental Psychology*, 27, 411–426.
- Shivers, E. M. (2008). Using the emotional availability scales along the child care continuum. *Journal of Early Childhood and Infant, Psychology*, 4, 27–38.

- Silva, F., Fernandes, M., Veríssimo, M Shin, N., Vaughn, B. E., & Bost, K. K. (2008). A concordância entre o comportamento de base segura com a mãe nos primeiros anos de vida e os modelos internos dinâmicos no pré-escolar. *Análise Psicológica*, 3 (XXVI), 411-422.
- Simon, J. B., Murphy, J. J., & Smith, S. M. (2005). Understanding and fostering family resilience. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 13, 427–436.
- Simpson, J. A., Rholes, W. S., Campbell, L., Tran, S., & Wilson, C. L. (2003). Adult attachment, the transition to parenthood, and depressive symptoms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 1172-1187.
- Singer, L. M., Brodzinsky, D.M., & Braff, A.B. (1982). Children's beliefs about adoption: A developmental study. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 3, 285-294.
- Söderberg, A. K., Elfors, C., Holmqvist Larsson, M., Falkenström, F., & Holmqvist, R. (2013). Emotional availability in psychotherapy: the usefulness and validity of the Emotional Availability Scales for analyzing the psychotherapeutic relationship. *Psychother. Res.* 24, 91-102. doi:10.1080/10503307.2013.826833
- Stams, G. J. M., Juffer, F., Rispens, J., & Hoksbergen, R. A. C. (2000). The development and adjustment of 7-year-old children adopted in infancy. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 41, 1025–1037.
- Stewart-Brown, S., Patterson, J., Mockford, C., Barlow, J., Klimes, I. & Pyper, C. (2004). Impact of a general practice based group parenting programme: Quantitative and qualitative results from a controlled trial at 12 months. *Archives of Disabled Child*, 89, 519-525. doi: 10.1136/adc.2003.028365.
- Sutherland, K., Altenhofen, S., & Biringen, Z. (2012). Emotional Availability During Mother-Child Interactions in Divorcing and Intact Married Families. *Journal of Divorce & Remarriage*, 53, 126-141. DOI: 10.1080/10502556.2011.651974
- Swanson, K., Beckwith, L., & Howard, J. (2000). Intrusive caregiving and quality of attachment in prenatally drug-exposed toddlers and their primary caregivers. *Attachment and Human Development*, 2, 130–148.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2001). *Using Multivariate Statistics*. Boston: Allyn and Bacon.

- Trapolini, T., Ungerer, J., & McMahon, C. (2007). Maternal depression and children's attachment representations during the preschool years. *British Journal of Developmental Psychology, 25*, 247-261.
- van Den Dries, L., Juffer, F., Van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Alink, L. R. A. (2012). Infants' responsiveness, attachment, and indiscriminate friendliness after international adoption from institutions or foster care in China: Application of Emotional Availability Scales to adoptive families. *Development and Psychopathology, 24*, 49–64. doi:10.1017/S0954579411000654.
- van Doesum, K. T. M., Riksen-Walraven, J. M., Hosman, C. M. H., & Hoefnagels, C. (2008). A randomized controlled trial of a home-visiting intervention aimed at preventing relationship problems in depressed mothers and their infants. *Child Development, 79*(3), 547-561.
- van Ee, E., Kleber, R. J., & Mooren, T. T. M. (2012). War trauma lingers on: Associations between maternal posttraumatic stress disorder, parent-child interaction, and child development. *Infant Mental Health Journal, 33*(5), 459-468.
- van IJzendoorn, M. H., & Juffer, F. (2006). The Emanuel Miller Memorial Lecture 2006: Adoption as intervention. Meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in physical, socio-emotional, and cognitive development. *Journal of Child Psychology & Psychiatry, 27*, 1228–1245.
- van IJzendoorn, M. H., Rutgers, A. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Swinkels, S. H., van Daalen, E., Dietz, C., et al (2007). Parental sensitivity and attachment in children with autism spectrum disorder: Comparison with children with mental retardation, with language delays, and with typical development. *Child Development, 2*, 597–608.
- van IJzendoorn, M. H., Rutgers, A. M., Bakermans-Kranenburg, M. J., van Daalen, E., Dietz, C., Buitelaar, J. K., Swinkels, S. H., Naber, F. B., & van Engeland, H. (2007). Parental Sensitivity and Attachment in Children With Autism Spectrum Disorder: Comparison With Children With Mental Retardation, With Language Delays, and With Typical Development. *Child Development, 78*, 2, 597 – 608.
- Vasconcelos, T. (2005). Early childhood education and equity issues in Portugal: a case study of four settings. *Journal of Early Childhood Research, 3*, 2, 127-148.

- Volling, B. L., McElwain, N. L., Notaro, P. C., & Herrera, C. (2002). Parents' Emotional Availability and Infant Emotional Competence: Predictors of Parent–Infant Attachment and Emerging Self-Regulation. *Journal of Family Psychology, 16*, 4, 447–465. doi: 10.1037//0893-3200.16.4.447.
- Vygotsky, L. S. (1978). *Mind in society: The development of higher psychological processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Waters, E. (1995). The Attachment Q-set (Version 3). In E. Waters, B. Vaughn, G. Posada, & K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behavior and working models: New growing points of attachment theory and research*. Monographs of the Society for Research in Child Development, 60, 234–246.
- Weckler, J.E. (1953). Adoption on Mokil. *American Anthropologist, 55*, 4, 555-568.
- Werneke, U., Goldberg, P., Yalcin, I., & Ustun, B.T. (2000). The stability of the factor structure of the General Health Questionnaire. *Psychological Medicine, 30*, 823-829.
- Wiefel, A., Wollenweber, S., Oepen, G., Lenz, K., Lehmkuhl, U., & Biringen, Z. (2005). Emotional availability in infant psychiatry. *Infant Mental Health Journal, 26*(4), 392–403. doi: 10.1002/imhj.20059.
- Wong, M., Bost, K. K., Shin, N., Veríssimo, M., Maia, J., Monteiro, L., Silva, F., Coppola, G., Costantini, A., & Vaughn, B., (2011). Understanding Children's Mental Representations of Attachment: The Role of Children's Secure Base Behaviors and Maternal Attachment Scripts. *Attachment and Human development, 13* (5) pp 489-502. doi: 10.1080/14616734.2011.602256.
- Zahn-Waxler, C., Lannotti, R. J., Cummings, E.M., & Denham, S. (1990). Antecedents of problem behaviors in children of depressed mothers. *Development and Psychology, 2*, 271–291.
- Zamostny, K. P., O'Brien, K. M., Baden, A. L., & Wiley, M. O. (2003). The practice of adoption: History, trends, and social context. *The Counseling Psychologist, 31*(6), 651-678.

- Zeanah, C.H., Boris, N., & Larrieu, J. A. (1997). Infant Development and Developmental Risk: A Review of the Past 10 Years. *Child and Adolescent Psychiatry*, 36, 165–178. doi.org/10.1097/00004583-199702000-00007
- Ziv, Y., Aviezer, O., Gini, M., Sagi, A., & Koren-Karie, N. (2000). Emotional availability in the mother–infant dyad as related to the quality of infant–mother attachment relationship. *Attachment & Human Development*, 2, 149–169.
- Ziv, Y., Kaplan, B., & Venza, J. (2016). Practicing attachment in the real world: improving maternal insightfulness and dyadic emotional availability at an outpatient community mental health clinic. *Attachment & Human Development*, [Epub ahead of print]. doi: 10.1080/14616734.2015.1135972

# Anexo

# Certificado

## EMOTIONAL AVAILABILITY (EA)<sup>®</sup> Scales CERTIFICATE OF RELIABILITY



(Level 1: BASIC)

In 2015, **Ana Susana Rocio de Almeida** participated in an EA workshop (no less than 24 hours), completed the criterion/reliability cases for the 4th edition of the Emotional Availability (EA) Scales, and has achieved an acceptable level of reliability with our laboratory for a period of two years from the date below. This certificate does not give permission to train any others or to share/show any videotapes from Biringen. Re-activation of the certificate is recommended in 2 years, with the potential to move to a higher skill of use (Level 2), based on challenging cases and our viewing/scoring of a small number of your cases. The process will involve a re-test and a review of the system to ensure continued and adequate use of the assessment. This certification allows the investigator to score cases in one's own studies or projects only (or not for a fee in others' projects/studies). BASIC indicates that the training has been on the EA Scales and EA2 Clinical Screener.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Zeynep Biringen', with a long horizontal flourish extending to the right.

Zeynep Biringen, Ph.D.

Licensed Child Psychologist, State of Colorado  
<http://www.emotionalavailability.com>; [zbiringen@yahoo.com](mailto:zbiringen@yahoo.com)  
Date: August 9, 2015